

**INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA –
ProfEPT**

EDELI DIOGO DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
JI-PARANÁ/RO: História oral de vida de Egressos e Servidores**

**JI-PARANÁ
2023**

EDELI DIOGO DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
JI-PARANÁ/RO: História oral de vida de Egressos e Servidores**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Orientação: Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Oliveira, Edeli Diogo de Oliveira.
EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM JI-PARANÁ/RO: História oral de vida de Egressos e
Servidores / Edeli Diogo de Oliveira Oliveira, Porto Velho-RO, 2023.
194 f.

Orientador(a): Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa Barbosa.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História institucional. 3.
Memória. I. Barbosa, Xênia de Castro Barbosa (orient.). II. Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864 (Campus Ji-Paraná)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

CANDIDATO(A): Edeli Diogo de Oliveira

DATA DA DEFESA: 30/10/2023

LOCAL: Ji-Paraná

HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30min

HORÁRIO DE TÉRMINO: 10h30min

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Xênia de Castro Barbosa	Presidente	IFRO
Mauro Henrique Miranda de Alcântara	Membro	IFRO
Tiago Veloso dos Santos	Membro Externo	IFPA
Sandro Marcos Castro de Araujo	Membro Externo	IFPR

TÍTULO DEFINITIVO DO TCC*:

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM JI- PARANÁ-RO: História oral de vida de Egressos e Servidores

Em sessão pública, após exposição de 30 min, o(a) candidato(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da banca, que após deliberação chegou ao seguinte resultado**:

(x) APROVADO(A) () REPROVADO(A)

** Recomendações¹:

Providenciar adequações conforme apontamentos apresentados pela banca:

- revisão textual;
- produção de um novo vídeo, sobre a trajetória da antiga escola agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria;
- considerar, se possível as fotografias como elementos comparativos, seja na dissertação, seja em artigo derivado;
- recomenda-se publicar um livro da pesquisa.

¹ O aluno deverá encaminhar à Coordenação do PROFEPT, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, os exemplares definitivos do TCC, após realizadas as correções sugeridas pela banca.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada e pelo(a) candidato(a).

Porto Velho, 30 de outubro de 2023.

Presidente: Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa

Membro: Prof. Dr. Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Membro Externo: Prof. Dr. Tiago Veloso dos Santos

Membro Externo: Prof. Dr. Sandro Marcos Castro de Araújo

Candidato(a): Edeli Diogo de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 30/10/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO VELOSO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 30/10/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Henrique Miranda de Alcântara, Professor(a)-EBTT**, em 30/10/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edeli Diogo de Oliveira, Assistente em Administração**, em 30/10/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO MARCOS CASTRO DE ARAUJO, Usuário Externo**, em 01/11/2023, às 22:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2100280** e o código CRC **09CCE31C**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar.

À minha família, pela paciência e apoio incondicional.

Aos professores do ProfEPT/IFRO, por tudo o que me ensinaram e, em especial, à minha orientadora, Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa.

Ao IFRO, pela oportunidade e apoio concedidos para cursar esse Mestrado Profissional, além de conceder auxílio financeiro e meios de afastamento e linceças para estudos.

À Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná.

A todos os colaboradores desta pesquisa: Renata Jeremias Rocha, Irany Fernandes Pereira, Sandro Marcos Castro de Araújo, Uziel Bemvindo, Juscelino Gomes de Miranda, Geferson Rodrigues Leal, Olímpio Ferreira Júnior, Jackson Bezerra Nunes, Vonivaldo Gonçalves Leão, Jorge Luiz dos Santos Cavalcante e Jhordano Malacarne Bravim.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral promover um estudo comparativo acerca das concepções de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de duas instituições educacionais rondonienses: a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, extinta em 2000, e o Instituto Federal de Rondônia, criado em 2008 e ainda em funcionamento. Dentre os objetivos específicos, buscou-se: (1) Problematizar a trajetória da Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria; (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios enfrentados pela Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria e pelo Instituto Federal de Rondônia – *Campus* de Ji-Paraná, no primeiro ano de sua fundação; (3) Discutir os desafios atinentes à constituição da identidade do referido *campus*; e (4) Contribuir para a ampliação do conhecimento social acerca do Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Ji-Paraná. O método que deu suporte à investigação foi o método histórico, que abrangeu a catalogação, serialização e análise de fontes escritas oficiais, além da produção documental a partir de entrevistas de história oral de vida. Essas entrevistas foram gravadas com egressos da antiga Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria e servidores do Instituto Federal de Rondônia que acompanharam o processo de federalização da referida escola. Os resultados indicaram que o IFRO enfrenta desafios semelhantes aos que a Escola Agrotécnica enfrentou, além de desafios particulares, característicos do contexto político e econômico em que está inserido; que ambas as instituições foram impactadas por interesses políticos e necessidades econômicas entendidas como urgentes por parte dos dirigentes políticos; e que a escuta de egressos e servidores que participaram da vida dessas instituições mostrou-se relevante para a compreensão das rupturas e continuidades que perpassam as experiências pedagógicas das instituições escolares e dos desafios históricos que se apresentam ao campo da EPT no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica. História institucional. Memória.

ABSTRACT

The general objective of this research was to promote a comparative study of the conceptions of Technical and Vocational Education and Training (TVET), of two educational institutions in Rondônia: the Silvio Gonçalves de Faria Agrotechnical School, which was extinguished in 2000, and the Federal Institute of Rondônia, which was created in 2008 and is still in operation. Among the specific objectives, we sought to: (1) Problematize the trajectory of the Silvio Gonçalves de Faria Agrotechnical School; (2) Prepare a comparative table of the main challenges faced by the Silvio Gonçalves de Faria Agrotechnical School and the Federal Institute of Rondônia – Ji-Paraná Campus, in the first year of its foundation; (3) Discuss the challenges of establishing the identity of the campus; and (4) Contribute to the expansion of social knowledge about the Federal Institute of Rondônia – Ji-Paraná Campus. The method used to support the research was the historical method, which included cataloguing, serializing and analysing official written sources, as well as producing documents based on oral life history interviews. These interviews were recorded with graduates of the former Silvio Gonçalves de Faria Agrotechnical School and civil servants of the Federal Institute of Rondônia who accompanied the process of federalization of the School. The results indicated that the IFRO faces similar challenges to those faced by the Agrotechnical School, as well as particular challenges, characteristic of the political and economic context in which it is inserted; that both institutions were impacted by political interests and economic needs perceived as urgent by political leaders; and that listening to graduates and civil servants who participated in the life of these institutions is relevant to understand the ruptures and continuities that permeate the pedagogical experiences of school institutions and the historical challenges facing the field of TVET in Brazil.

KEYWORDS: Technical and Vocational Education and Training. Institutional history. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Captura de tela dos vídeos disponibilizados	23
Figura 2 – Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria	25
Figura 3 – Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria	26

Lista de Quadros

Quadro 1 – Desafios enfrentados pela Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria e pelo Instituto Federal de Rondônia em seu primeiro ano de criação	36
--	----

LISTA DE SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
Banestes	Banco do Estado do Espírito Santo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBEs	Comunidades Eclesiais de Base
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAC	Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueira
CETENE	Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia
CGTI	Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPLAD	Diretoria de Planejamento e Administração
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF	Escola Técnica Federal
ETFRO	Escola Técnica Federal de Rondônia
FACIMED	Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
FESP	Fundação de Estudos Sociais do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDARON	Instituto de Defesa Sanitária e Agrosilvopastoril de Rondônia
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária

JOER	Jogos Escolares de Rondônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
NIMPI	Núcleo Informatizado de Memória e Pesquisa do IFRO
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REN	Representação de Ensino
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
Seduc	Secretaria de Estado da Educação
SEFIN	Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UASG	Unidade de Administração de Serviços Gerais
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
Ulbra	Universidade Luterana do Brasil
UNED	Unidade Descentralizada
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	16
2 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS	20
2.1 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	21
2.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	22
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE 1: Fontes consultadas e produzidas.....	46
APÊNDICE 2: Histórias de Vida	48
APÊNDICE 3: Produto Educacional	179
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO

Uma das primeiras instituições a ofertar Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Rondônia foi a Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria¹, criada pelo Decreto n.º 1.224, de 19 de fevereiro de 1981, quando Rondônia ainda era Território Federal. Essa Escola permaneceu, em seu primeiro triênio, sob a gestão da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e, a partir de 10 de fevereiro de 1984, por meio do Decreto n.º 1.884, ganhou foro de Escola Estadual, passando a ser administrada pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia.

Ji-Paraná tornou-se município em 1977 e, em 1981, começou a exercer um papel de centralidade em Rondônia, devido à sua localização geográfica no coração do Território Federal de Rondônia (que em 1982 se tornaria Estado) e por concentrar alguns serviços de saúde de maior complexidade. Atualmente, segundo dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), o município conta com uma população de 124.333 habitantes. O salário médio dos trabalhadores é de 1,9 salários mínimos, mas apenas 24,7% da população está ocupada. No que se refere à taxa de escolarização de pessoas dos 6 aos 14 anos, esta corresponde a 96,6% do segmento populacional (IBGE, 2023a). Situar o leitor, ainda que brevemente, em relação a esse município pode favorecer a compreensão da trajetória da instituição escolar aqui analisada.

Ao longo do período de seu funcionamento, a Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria formou 2.278 alunos nos cursos técnicos em Agropecuária e Florestas (Rondônia, 2021), e após seu encerramento, as experiências que ofereceu permanecem vivas na memória de seus egressos e da população residente em Ji-Paraná. Suas edificações deram lugar a novas atividades educativas, tanto conduzidas pelo governo estadual quanto pelo Governo Federal, como veremos ao longo desta dissertação.

Em quatro de setembro de 2000, a Resolução n.º 081/2000 colocou fim às suas atividades, e em 2000 já não houve o ingresso de novos alunos (Rondônia, 2021). As razões para o fechamento da escola estão relacionadas a interesses e perspectivas diversas, entre os quais se destacam o pouco interesse do governo estadual em manter a instituição escolar, o interesse por parte da Universidade Federal de Rondônia em utilizar-se das instalações da

¹ Silvio Gonçalves de Faria foi um capitão da Aeronáutica que teve atuação relevante no Território Federal de Rondônia, tendo atuado como topógrafo e coordenado a política fundiária desenvolvida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assentou milhares de famílias sem terra em Rondônia na década de 1970. Faleceu em 9 de outubro de 1978, em Porto Velho, vítima de malária.

Escola, que são contíguas ao *Campus Ji-Paraná*, e a expectativa de que as instalações da antiga escola sediariam a Escola Técnica Federal de Rondônia.

De modo sintético, pode-se dizer que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria vivenciou os embates e crises de seu tempo, crise, esta, acentuada com a publicação do Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997 (Brasil, 1997), que impôs maior precarização à modalidade educacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e subverteu as possibilidades de uma formação integral, favorecendo abordagens tecnicistas e de qualidade questionável. Esse retrocesso imposto à EPT alinhou-se, segundo Kuenzer (2006), aos próprios ajustes do Estado brasileiro às demandas do capital, ajustes que, por sua vez, configuraram um cenário de dupla espoliação da classe trabalhadora:

Em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão incluyente, que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados por meio da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de Educação Profissional, um processo de inclusão que, dada a sua desqualificação, é excludente (Kuenzer, 2006, p. 880).

Em 2007, por meio da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007, as instalações da antiga Escola Agrotécnica se tornaram Unidade Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Rondônia, que possuía sede em Porto Velho. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência em Tecnologia, em 2008, a Escola Técnica Federal de Rondônia, que se encontrava em processo de implantação, tornou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Atualmente, conta com 10 *campi*, sendo um deles o *Campus Ji-Paraná*, localizado nas mesmas instalações onde, por quase 20 anos, funcionou a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria.

Trata-se, portanto, de uma instituição escolar complexa, perpassada por diferentes administrações, em diversas escalas (municipal, estadual e federal), por diferentes concepções pedagógicas e sucessivas crises. Uma instituição que sofreu de maneira singular os reveses dos jogos políticos que Rondônia foi palco desde quando era Território Federal. Assim, entende-se pertinente o estudo da história dessa instituição, para que sua experiência formativa possa contribuir com a nova institucionalidade que lhe é tributária (o Instituto Federal de Rondônia, especialmente seu *campus* localizado no município de Ji-Paraná). O estudo dessa história possibilitará a ampliação dos conhecimentos acerca de suas experiências formativas, contribuição social, bem como ajudará na compreensão das políticas educacionais direcionadas a esta porção da Amazônia brasileira, pois, segundo Araújo e Gatti Júnior (2002), a singularidade das instituições educativas revela e oculta como ocorreu o fenômeno educativo escolar de uma sociedade. Ademais, possibilitará o conhecimento do que essa

instituição educacional estabeleceu para si, para seus alunos e para a sociedade com a qual se relacionou (Sanfelice, 2006). Não se trata, contudo, de tomar a instituição escolar como objeto que se encerra em si mesmo, visto que:

Nenhuma Instituição Escolar tem o sentido da sua singularidade explicitado, se tomada apenas em si mesma. Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem etc. O movimento inverso também ocorre, pois, a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros (Sanfelice, 2006, p. 15).

Com o olhar atento para captar esses movimentos dialéticos, desenvolveu-se a pesquisa intitulada “Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da Escola Agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia”, cujos principais resultados e reflexões realizadas compartilhamos neste artigo.

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Rondônia, no âmbito do Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa Organização e Memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Seu objetivo geral foi comparar a concepção de Educação Profissional e Tecnológica da Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria com a de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia. Dentre os objetivos específicos, buscou-se: (1) Problematizar a trajetória da Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria até sua transformação em Escola Técnica Federal em Instituto Federal; (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios enfrentados pela Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria e pelo Instituto Federal de Rondônia – *Campus* de Ji-Paraná, no primeiro ano de sua fundação; (3) Discutir os desafios atinentes à constituição da identidade do referido *campus*; e (4) Contribuir para a ampliação do conhecimento social acerca do Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Ji-Paraná.

O método que deu suporte à investigação foi o método histórico (Rüsen, 2007), que abrangeu a catalogação, serialização e análise de fontes escritas oficiais, além da produção documental a partir de entrevistas de história oral de vida, gravadas com egressos da antiga Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria e servidores do Instituto Federal de Rondônia que acompanharam o processo de federalização da referida Escola.

O estudo aqui apresentado está inserido no campo da História das Instituições Escolares, o qual tem favorecido o desenvolvimento de múltiplas formas de examinar a escola, “produzindo uma escrita cujos fundamentos operam com novas problematizações e

abordagens” (Santos; Vechia, 2019). Entende-se que essas problematizações e abordagens, embora provenientes da seleção e da análise de objetos singulares, de perfil micro, não devem se limitar ao singular desses objetos, mas tomá-los como ponto de partida para análises mais amplas, que problematizam os determinantes socioeconômicos e culturais que, em relação dialética, interferem e sofrem interferência da instituição escolar (Sanfelice, 2007, Nosella; Buffa, 2006). Espera-se, ao longo desta pesquisa, efetuar essas problematizações.

Este texto está estruturado em cinco seções, a saber: (1) Horizontes Teóricos, em que são apresentados, de forma sintética, alguns dos principais referenciais teóricos com os quais esta pesquisa dialogou; (2) Horizontes Metodológicos, em que são expostos os métodos e os procedimentos de aquisição e análise dos dados e de desenvolvimento do produto educacional; (3) Resultados e Discussão, em que são comunicados os achados da pesquisa e nossas interpretações sobre eles; (4) Considerações Finais, texto no qual são sintetizadas nossas conclusões e apresentadas sugestões para quem deseja pesquisar sobre o tema; (5) Produto Educacional, em que é apresentado um encarte contendo informações sobre o desenvolvimento do produto, orientações para uso e *link* de acesso aos vídeos; Apêndices, nos quais constam a transcrição das histórias de vida registradas durante a pesquisa e a ficha de avaliação do produto educacional; e, por fim, Anexos, em que consta o parecer de aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Esta pesquisa insere-se no âmbito da história das instituições escolares, notadamente à perspectiva de estudo apresentada por Sanfelice (2006; 2007; 2009), Nosella e Buffa (2006) e Santos e Vechia (2019). O campo da história das instituições escolares está em constante expansão, favorecendo o desenvolvimento de múltiplas formas de análise da escola e resultando em uma escrita cujos fundamentos operam com novas problematizações e abordagens (Santos; Vechia, 2019), assim como fontes variadas.

Conforme destaca Sanfelice (2009, p. 197):

A recente profusão de trabalhos sobre a história das Instituições escolares e/ou educativas, tendo ou não seus autores inseridos a pesquisa em tal recorte, acompanha inquestionavelmente o movimento mais geral das transformações que ocorreram na produção da História da Educação, ou, a rigor, da produção de todo o conhecimento histórico.

O principal desafio epistemológico desse campo, segundo Sanfelice (2009) e Bittar e Ferreira Jr. (2009), se refere à proliferação de estudos voltados a análises de microobjetos, fragmentados e isolados dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que impulsionam as relações capitalistas de produção. Em outras palavras, esses estudos tendem a estar desconectados da totalidade da qual fazem parte, desconsiderando as relações sociais de produção, os interesses expressos no desenvolvimento das forças produtivas, a luta de classes e o papel do Estado como representante do Capital na condução dos processos educativos oficiais.

A este respeito, Bittar e Ferreira Jr. (2009, p. 492) esclarecem que:

A concepção culturalista da pesquisa também logrou êxito no campo da história da educação e, particularmente, na linha que investiga as instituições escolares. Muitos estudos resultantes dessas pesquisas deixaram de lado a relação entre sociedade e escola e privilegiaram exclusivamente elementos pedagógicos isolados até mesmo do próprio mundo interno das instituições escolares. Os resultados se constituem, na maioria das vezes, em micro-histórias da educação que não dão conta de explicar nem mesmo o próprio sentido do objeto investigado.

Para não incorrer nos pontos criticados pelos autores, buscou-se amparo em uma abordagem dialética, empenhada em identificar os conflitos, contradições e disputas de interesse que perpassaram as instituições escolares estudadas. Essa abordagem visa colaborar para uma interpretação historiográfica problematizadora. Nesse sentido, concordamos com Le Goff ao afirmar que:

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos (Le Goff, 1990, p. 12).

No que se refere aos conceitos basilares desta pesquisa, elencou-se: Memória, História Institucional e Identidade.

A memória, em sua dimensão individual, está associada à capacidade neuropsíquica de retomar impressões, imagens, lembranças e experiências e recriá-las por meio da linguagem (Le Goff, 1990). Trata-se, segundo o autor, de um elemento crucial para a história e, simultaneamente, de um elemento que está em constante conflito com ela, em razão de desconfianças mútuas.

Ainda no que se refere à memória individual, é pertinente considerar que ela:

[...] é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais), em permanente construção, devido à incessante do presente em passado, e às alterações ocorridas no campo das representações (ou representificações) do pretérito. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado é vivência interior na qual a identidade do eu, ou melhor, a ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa (Catroga, 2015, p. 16).

Isso significa que os atos mnemônicos estão sujeitos a manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores como interesse, necessidades emocionais, inibição, desejo, censura, entre outros. Nesse sentido, os elementos de memória expressos nas histórias de vida que registramos e que apresentaremos nos Apêndices deste trabalho não são aleatórios, mas denotam um trabalho de organização operado pela linguagem. Segundo Pollak, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 5).

Para Halbwachs (2013), toda memória é, em última instância, memória coletiva, visto que seus conteúdos estão inseridos em quadros mais amplos (quadros sociais da memória), ou seja, se relacionam com experiências coletivas e são interpretadas e significadas a partir de referentes culturais da coletividade da qual o indivíduo faz parte (famílias, escola, igreja, ambiente profissional, etc.). Para o autor, mesmo que seja uma experiência particular, vivenciada de maneira singular, ela se vincula a um contexto social presente no momento da vivência da experiência e no momento da recordação e narrativa dessa experiência. Nas palavras do autor, as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30). Além disso, a memória individual se constitui em relação com a memória coletiva.

No que reporta à Memória Institucional, ancoramo-nos em Costa (1997), que a define como “permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas” (Costa, 1997, p. 9). Para o autor, é imprescindível diferenciar a memória organizacional

da memória institucional, sendo a primeira o conjunto de operações e dispositivos que organizam os processos internos e as relações da instituição com a sociedade externa; e a segunda, a expressão de relações de força mais amplas, que englobam a primeira, produzindo legitimidade e reproduzindo dado saber-poder (Costa, 1997). Memória organizacional e memória institucional são matérias elementares para a elaboração discursiva da história das instituições.

O termo “instituição”, por sua vez, carrega o significado de uma associação de pessoas, formada para atender a determinado fim, responder a um problema social específico ou suprir alguma lacuna da vida social. No entendimento de Bernardes (1993), todavia, esta é uma concepção funcionalista e, em relação a esse objeto, é preciso operar distinções: “[...] a instituição é um fenômeno social abstrato e geral, enquanto que a organização é a sua manifestação concreta e particular” (Bernardes, 1993, p. 15). Ao que parece, o autor considera como instituição as grandes categorias sociológicas, como família e estado, e organizações os elementos que materializam algumas dessas categorias, tais como repartições públicas, empresas, bancos, entre outras.

Borba, por sua vez, define que uma instituição é algo instituído socialmente, com finalidades específicas e intencionalidade de permanência e continuidade no tempo. Nessa perspectiva, uma instituição, seja de qual tipo for, precisaria apresentar algumas das seguintes características: estabilidade estrutural, prestígio e normas que possibilitem a perpetuação da sociedade (Borba, 2019). Fica claro, portanto, que instituições derivam de vontades e estratégias de poder, possuem uma relação intrínseca com a sociedade ou com determinados segmentos dela e, em certa medida, se impõem sobre ela, tanto de forma material como simbólica, constituindo uma relação de utilidade/dependência de mão dupla.

A memória, em suas dimensões individual e coletiva, é matéria vital para a construção da identidade. Para Pollak (1992, p. 5), “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, entendida como o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Para ele a identidade se refere à “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (Pollak, 1992, p. 5). O autor esclarece ainda que a identidade é construída de forma negociada, em referência aos outros, e a ela perpassam critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade. Assim, não se trata de uma essência imutável, mas de um fenômeno relacional, sujeito a agenciamentos e às contingências da vida (Pollak, 1992).

Desse modo, pode-se considerar que a identidade é uma construção a partir do indivíduo e de sua percepção do contexto social. Se relaciona aos espaços de vida e trabalho, às expectativas pessoais e sociais, além disso, a identidade não implica numa percepção padronizada para todos os cidadãos, ainda que ocupem o mesmo grupo, a identidade pessoal é única, enquanto a identidade social envolve a troca de vivências, de dificuldades, expectativas, entre outros inúmeros fatores incidentes (Pollak, 1992, p. 5).

Segundo Hall (2006), a identidade é um fator de identificação que gera a sensação de pertencimento e reconhecimento dos espaços e das relações que se enquadram nas expectativas e demandas de cada pessoa. No caso de uma instituição, sua identidade também é construída de acordo com suas relações e as pessoas que dela fazem parte. Cabe destacar que a identidade de uma instituição não se refere apenas a ela, mas abrange todos os envolvidos, influenciando outras identidades e gerando vínculos de elevada relevância no presente, os quais podem perdurar por longo tempo.

Silva (1999), sobre a identidade, ressalta que é preciso compreender que esta é muito mais do que uma imagem; ela encampa experiências, vivências, sentimentos e uma vasta gama de influências que geram um conjunto final e este representa a identidade. É imprescindível valorizar a identidade pessoal ou institucional, pois esta se comunica com o mundo externo, recebe mensagens deste e, assim, se reafirma e molda para, de fato, se enquadrar na realidade.

De acordo com a identidade, uma instituição pertence ou não a determinado espaço, do mesmo modo, as pessoas decidem se sentem identificação e, por consequência, se desejam integrar tal instituição. O pertencimento é uma busca contínua e ocorre, em boa medida, a partir da sensação de identificação, que gera simpatia, motivação e outros sentimentos positivos de grande relevância para a construção de um vínculo sólido no perpassar do tempo (Pollak, 1992; Hall, 2006). Neste trabalho acadêmico, as histórias de vida apreendidas por meio da História Oral constituem a trama que une passado e presente, história e memória, pavimentando o caminho para o fortalecimento da identidade institucional do IFRO.

2 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa é de natureza educacional e aplicada, voltada para contribuir com a ampliação do conhecimento social acerca do Instituto Federal de Rondônia – *Campus Ji-Paraná*, considerando aspectos de sua história e dos serviços por ele ofertados no presente.

O estudo foi desenvolvido no IFRO – *Campus Ji-Paraná*, no período de abril de 2022 a julho de 2023, com base no método histórico (Rüsen, 2007). Esse método engloba um conjunto de operações (experiência, interpretação, orientação e motivações) que se conectam e se concatenam na narrativa. Nessa perspectiva, as questões do presente, elaboradas em relação às fontes históricas, constituem caminho para o entendimento do passado, assim como para esclarecer efeitos do passado no presente.

A coleta de dados envolveu a consulta à legislação estadual e nacional, ao acervo do Núcleo Informatizado de Memória e Pesquisa do IFRO (NIMPI), ao acervo pessoal do professor Juscelino Gomes de Miranda, ex-alunos da Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria e entrevistas de história oral de vida, realizadas com egressos da referida instituição e servidores do Instituto Federal de Rondônia (ativos e aposentados) que trabalharam na Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria quando ela foi transformada em unidade descentralizada da Escola Técnica Federal de Rondônia e, ato contínuo, em *Campus* do Instituto Federal de Rondônia.

As entrevistas seguiram etapas e procedimentos próprios da Moderna História Oral (Meihy, 2005), a saber:

- Pré-Entrevista – momento de abordagem inicial dos colaboradores da pesquisa, no qual lhes é apresentado o projeto, objetivos, informações sobre a metodologia, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e é realizado o agendamento da entrevista;

- Entrevista – encontro dialógico, registrado em áudio e vídeo, obedecendo aos princípios de Origem Voluntária e Cápsula Narrativa. A Origem Voluntária concede ao colaborador o direito de iniciar a narração de sua história de vida pelo ponto que julgar mais conveniente, fugindo, desse modo, da estrutura tradicionalmente utilizada em depoimentos prestados à polícia. Ao concluir seu fluxo narrativo sem ser interrompido, o colaborador oferece uma Cápsula Narrativa representativa de suas escolhas, interesses e necessidades. A partir dos conteúdos revelados nessa Cápsula Narrativa, procedemos às perguntas e aprofundamento do diálogo (Caldas, 2009, p. 49-76);

- Transcrição – corresponde ao processo de ouvir a narrativa gravada e transpô-la, na íntegra, para o código escrito. Na transcrição, registram-se de forma literal todos os sons

captados no momento da gravação, inclusive as repetições, aliterações e marcadores conversacionais que caracterizam a oralidade;

- Textualização – é o trabalho de transformação do texto transcrito na etapa anterior em um texto linear e fluido, em que as eventuais perguntas da pesquisadora são incorporadas à narrativa do colaborador;

- Transcrição – corresponde à etapa central da produção documental em história oral, na medida em que visa assegurar a comunicação dos sentidos da narrativa, imprimindo ao texto as marcas singulares de cada colaborador. Isso garante que não restem dúvidas ao leitor quanto ao sentido do que o colaborador quis informar;

- Conferência – Esta é a etapa final do trabalho com a entrevista, momento em que a pesquisadora retorna aos colaboradores com o texto transcrito, apresentando-o para conferência, correções, complementos ou ratificação, bem como para obter autorização para uso. Em caso de dúvidas e trechos inaudíveis, o texto transcrito será enviado para correções prévias antes de se passar para a etapa de textualização e transcrição, assegurando assim a clareza das informações.

2.1 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Os documentos, tanto os coletados quanto os produzidos no âmbito da pesquisa, foram lidos e fichados em editor eletrônico de texto e organizados por tipo, em duas séries: (1) Documentos da sociedade civil (acervos escolares e histórias de vida); e (2) Documentos do Estado (leis e decretos).

As análises dos dados serão procedidas com fulcro no próprio Método Histórico (Rüsen, 2007; 2015), em que é realizada a leitura das fontes evidenciando as mudanças temporais que as atravessam e, dialeticamente, suas implicações para o tempo em que foram produzidas e para o tempo de desenvolvimento da pesquisa. Isso é feito à luz das questões formuladas em relação às fontes. Nessa perspectiva, as interpretações realizadas são predominantemente de perfil narrativo, visto que se expressam sob a modalidade de discurso historiográfico. Este visa promover “uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual” (Rüsen, 2015, p. 52).

Por conseguinte, o esforço analítico buscou considerar a singularidade do objeto estudado em seu contexto próprio e em suas conexões mais amplas, com vistas não apenas

para promover o conhecimento a respeito do passado, mas também sobre os eventuais efeitos que exerce sobre o presente.

2.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

Como se trata de uma pesquisa de natureza aplicada, realizada no âmbito de um programa de mestrado profissional, o desenvolvimento de um produto educacional é obrigatório. Mais do que isso, é uma forma de ampliar a comunicação da pesquisa e contribuir para a resolução dos problemas emergentes nas análises. No caso em tela, um dos problemas mais que nos chamou a atenção e que emergiu tanto na pesquisa quanto em minha prática profissional enquanto Coordenadora de Integração Escola-Empresa no IFRO – *Campus Ji-Paraná*, foi a falta de conhecimento da sociedade sobre o que é o IFRO e dos serviços que ele oferece. Portanto, optou-se por produzir uma série de quatro vídeos curtos, visando ampliar o conhecimento social acerca da instituição e difundi-los por meio das redes sociais oficiais do *campus* e da própria pesquisadora, bem como encaminhá-los por e-mail às empresas locais, de modo a estimular a formalização de novos convênios para estágio.

Quanto ao desenvolvimento do produto educacional (vídeos curtos de divulgação da história do IFRO e de seus cursos), estes foram gravados em telefone celular, utilizando câmeras de boa resolução, e editados no *software Adobe Premiere*. Os vídeos produzidos versaram sobre os seguintes aspectos: História do *Campus Ji-Paraná* e os cursos oferecidos pelo *Campus Ji-Paraná* (vídeo 1); Atividades de extensão viabilizadas pelo *campus* (vídeo 2); Atividades de pesquisa ofertadas pelo *campus* (vídeo 3); Apresentação dos espaços do *campus* e modalidades de cursos oferecidos (vídeo 4). Os vídeos produzidos foram hospedados no canal do IFRO – *Campus Ji-Paraná* no *Youtube*, especificamente, nos seguintes endereços de acesso:

Vídeo 1: https://youtu.be/GJ0BvV_ZpB8

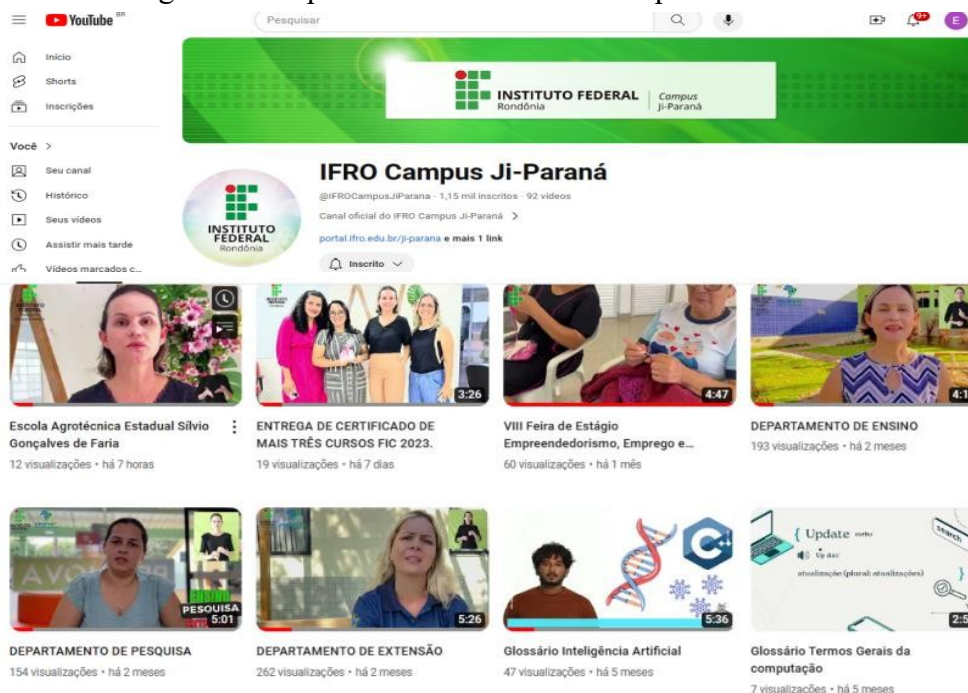
Vídeo 2: https://www.youtube.com/watch?v=o_70bsa0czs

Vídeo 3: <https://www.youtube.com/watch?v=z9O1Tk2-IQA>

Vídeo 4: https://www.youtube.com/watch?v=3I_t7dTA_lw

Todos eles foram divulgados nas redes sociais da proponente, em aplicativos de mensagens de texto e correio eletrônico, juntamente com um formulário de avaliação e a orientação para que os expectadores deixem seus comentários.

Figura 1 – Captura de tela dos vídeos disponibilizados



Fonte: Edeli Diogo de Oliveira (2023).

Para a produção dos vídeos, contou-se com o apoio de um profissional especializado. Antes de realizar o *upload* dos vídeos, eles foram avaliados previamente enquanto protótipos. A avaliação foi conduzida pela professora orientadora da pesquisa, por colegas servidores do *Campus* Ji-Paraná e por um profissional da área do audiovisual. Nessas avaliações preliminares, foram considerados os aspectos (1) Clareza das informações, (2) Relevância das informações e (3) Qualidade do material, conforme ficha de avaliação disponibilizada no Apêndice 3. O resultado das avaliações foi utilizado para guiar os ajustes necessários.

Após os ajustes realizados e a aprovação da Diretora Geral do *campus*, os produtos finalizados foram disponibilizados ao público, juntamente com um formulário eletrônico no qual foram coletadas as avaliações do público em geral. Para fins de avaliação da recepção do produto educacional, considerou-se também quantidade de curtidas e os comentários registrados no canal do *campus*, na plataforma YouTube.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para situar o objeto de estudo em relação ao estado da arte, procedeu-se a um levantamento nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses e no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em ambas as plataformas, utilizou-se como descritor o termo “Educação Profissional em Ji-Paraná” e aplicou-se um filtro temporal delimitado ao período 2018 a 2022 nas áreas de conhecimento Ciências Humanas e Multidisciplinar.

Não foi identificado nenhum trabalho específico que tenha abordado a história da EPT no município de Ji-Paraná, indicando que esta é ainda uma história a ser escrita. Por outro lado, foram localizados dois trabalhos relevantes para compreender as dinâmicas contemporâneas do IFRO, notadamente no *Campus Ji-Paraná*: as dissertações de mestrado de Cenci (2019) e de Andrade (2019).

Cenci (2019) analisou a dinâmica entre a idealização dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e a realidade concreta da inserção profissional de 138 alunos egressos do IFRO – *Campus Ji-Paraná*. O estudo de Cenci teve caráter bibliográfico, documental e de campo, apoiando-se no método do materialismo histórico-dialético. O autor concluiu que a proposta de criação dos Institutos Federais e do Ensino Médio Integrado é transformadora, uma vez que visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, oferecendo uma formação integral aos estudantes. Todavia, a análise das diretrizes institucionais e dos planos dos cursos revelou elementos que se aproximam de uma visão de adaptação dos trabalhadores à sociabilidade que marca a forma capitalista de produção e consumo.

Os limites percebidos por Cenci (2009) são aqueles que Ramos (2014) já havia apontado como necessários de superação. Para a autora, a construção de um projeto de educação profissional contra-hegemônico exige esforços concatenados em várias direções: criar uma nova compreensão sobre o papel da educação profissional, diferente da que predominou até então; dar destaque a essa modalidade educacional na esfera nacional, tornando-a elemento de mediação no processo de construção de conhecimento científico-tecnológico e de formação humana dos trabalhadores, na perspectiva de tornar esses trabalhos dirigentes; fortalecer os setores públicos comprometidos com a produção nacional e com a capacidade de trabalho qualificado dos cidadãos brasileiros; consolidar valores ético-políticos não individualistas e não corporativos (Ramos, 2014).

Andrade (2019), por sua vez, avaliou o Conselho de Classe no IFRO – *Campus Ji-Paraná*, evidenciando a dimensão formativa dessa instância de democracia escolar. Para

a autora, o Conselho de Classe, fundamentado nos processos de avaliação, autoavaliação e reflexão, pode contribuir para a formação continuada de docentes da EPT nos seguintes aspectos: promover a integração de saberes, a atualização didático-pedagógica e o diagnóstico de suas necessidades formativas.

Após a revisão de literatura, procedemos à pesquisa documental, por meio da qual buscamos consolidar o corpus documental deste estudo. O Quadro 1 (disposto nos Apêndices) elenca as principais fontes consultadas, assim como as fontes produzidas por esta pesquisa por meio do trabalho de constituição de narrativas de história oral de vida.

Com base nos documentos analisados, foi possível compreender que a Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria foi uma das primeiras instituições especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia. Sua criação se deu por meio do Decreto n.º 1.224, de 19 de fevereiro de 1981, estando, em seu primeiro triênio, sob a gestão da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Figura 2 – Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria



Fonte: Arquivo pessoal de Juscelino Gomes de Miranda (1987).

A figura 2 revela parte da estrutura da antiga Escola – o bloco de dormitórios. O estreito corredor em seu entorno funcionava como varanda, e nele eram instalados varais para que os estudantes pudessem secar suas roupas. As vigas horizontais, em madeira, serviam como banco – era o local onde os estudantes se sentavam, ao final do dia de estudo, para se socializar. Depreende-se, com base na imagem que as instalações eram frágeis, pequenas, carentes de mobiliário, mas acolhedoras. Com base nos relatos apresentados nos Apêndices, os estudantes guardam memórias afetivas do lugar e do tempo da escola.

Figura 3 – Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria



Fonte: Arquivo pessoal de Juscelino Gomes de Miranda (1987).

Na figura 3 podemos observar um estudante em atividade na área de produção vegetal. O cultivo de frutas e vegetais, e a criação de pequenos animais cumpriam tanto função pedagógica como nutricional, visto que boa parte da alimentação por eles consumida provinha dessas atividades. A esse respeito, é bastante ilustrativa a entrevista de Olímpio, que nos disse: “No colégio a gente tinha de trabalhar a horta para ter o alimento: a fruta do café da

manhã, o legume do almoço, da janta. Era bom comer a comida que a gente mesmo produzia”.

As imagens nos permitem pensar sobre como era o cotidiano dos alunos na escola, as fragilidades de sua estrutura e os desafios enfrentados por alunos professores e gestores...

A criação da Escola Agrotécnica Estadual Silvío Gonçalves de Faria aconteceu em um período em que Rondônia era ainda Território Federal (sua transformação em Estado só ocorreu no mês de dezembro de 1981). Naquele contexto, houve um elevado fluxo migratório para o território, e a maioria dos migrantes se ocupava da agricultura. A criação de uma escola voltada para a formação para o trabalho agrícola e agropecuário alinhava-se, assim, às demandas socioeconômicas daquela época.

A partir de 10 de fevereiro de 1984, por meio do Decreto n.º 1.884, a escola agrotécnica ganhou status de Escola Estadual, passando a ser administrada pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. Pouco se sabe sobre o período em que funcionou como Escola Municipal, todavia, seu processo de estadualização foi generosamente registrado pelo jornal “O Periódico – Educação”, publicação da Secretaria Estadual de Educação em Rondônia.

A edição n.º 007 do referido jornal, ao reportar a conversão da unidade educacional em Escola Estadual, retomou, ainda que de forma breve, informações históricas relevantes. Informou que o primeiro Diretor da unidade foi o Engenheiro Agrônomo Francisco José de Melo, que permaneceu no cargo até sua transformação em Escola Estadual. Posteriormente, assumiu a diretoria o também Engenheiro Agrônomo Erismar Moreira da Silva. Ainda segundo o jornal, a Escola em referência tinha como finalidade precípua:

Proporcionar a seus educandos, uma formação técnica, em nível de 2º Grau, para que pudessem atuar como agentes de mudanças no meio rural, dentro dos melhores princípios de compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem as comunidades e, sobretudo, voltada para uma consciência ampla da realidade de Rondônia (O Periódico, 1984, Edição n.º 007, p. 3).

O contexto histórico de criação e estadualização da Escola corresponde ao dos anos finais da Ditadura Civil-Militar, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Rondônia, naquele período, ocupava uma posição estratégica na geopolítica nacional, que considerava a Região Amazônica como um todo um vazio demográfico e área de vastas fronteiras, vulnerável, portanto, aos interesses estrangeiros. Por outro lado, extensão considerável de terras agricultáveis era vista como solução para parte significativa dos problemas enfrentados no Sul e Sudeste, resultantes do êxodo rural decorrente da modernização agrícola e da elevação do preço do solo, tornando-o inacessível aos camponeses pobres. Naquele contexto, Rondônia figurava nas propagandas estatais como o “novo Eldorado”, como a terra da promessa, onde trabalhadores rurais e urbanos das demais regiões do Brasil poderiam se fixar, produzir e

desfrutar de uma vida de bonança.

Era o período de expansão da fronteira agrícola do Brasil, marcado pelos desafios da colonização e da inclusão produtiva de milhares de migrantes que chegavam diariamente a Rondônia em busca de terra e de uma vida melhor. Essa expansão, todavia, se fez alheia à sustentabilidade ambiental e ao respeito aos povos e comunidades tradicionais que aqui estavam radicados antes da chegada dos migrantes.

No contexto da formação do Estado de Rondônia, a distribuição de terras e o assentamento das pessoas eram os primeiros dos desafios, seguido pela produção de alimentos para o abastecimento local e para o comércio. Nesse sentido, a produção agrícola e a produção animal logo despontaram como elementos de preocupação pedagógica; era preciso construir escolas e ofertar cursos profissionalizantes com vistas a formar recursos humanos para o trabalho na lavoura, nas agroindústrias e com os rebanhos.

A Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria tinha claro seu compromisso

com o desenvolvimento regional, a partir da formação de técnicos agropecuários e técnicos florestais, e de sua transposição para a administração estadual, e isso revela sua vinculação com a política agrícola em desenvolvimento no Estado.

Quanto ao perfil do egresso, a Escola buscava formar profissionais capazes de:

- Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;
- Atuar em atividades de extensão, associativismo e apoio a pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica;
- Elaborar orçamento relativo às atividades agropecuárias, dentro da esfera de sua competência;
- Desenvolver tarefas ligadas ao detalhamento de programas de trabalho, observando as normas técnicas e de segurança no meio rural;
- Executar e fiscalizar procedimentos relativos ao preparo do solo, até a colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
- Prestar toda assistência no meio rural, de modo que sirva como importante elemento de ligação entre o homem do campo e o técnico de nível superior (O Periódico, 1984, Edição n.º 007, p. 3).

Essas informações acerca do perfil do egresso disponibilizadas pelo jornal O Periódico são relevantes para compreender que tipo de profissional a instituição desejava formar, quais atribuições a cultura da época conferia aos jovens profissionais e, ainda, deixam subentendido que as experiências pedagógicas por ela proporcionadas estavam alinhadas ao desenvolvimento desses saberes e competências profissionais. Em uma entrevista realizada com o Senhor Uziel Bemvindo, egresso da referida escola, temos acesso ao seguinte relato:

Se havia ali conteúdos programáticos que o professor sabia que não ia dar tempo de contextualizar em sala de aula, ele formava grupos e orientava o desenvolvimento de projetos, que simulavam as várias etapas de desenvolvimento daquela experiência. Por exemplo, em Avicultura, o professor pediu que fizéssemos um projeto como se fossemos, de fato, implantar uma unidade de avicultura. Então você ia lá e elaborava o projeto, como se você fosse, de fato, implantar, fazia uma planilha com as despesas, calculava todos os custos para construir o galpão, para adquirir os insumos, todo o custo de produção. Enfim, tudo o que seria necessário para você executar aquele projeto (Uziel Bemvindo. Entrevista concedida a Edeli de Oliveira, 2022).

Por outro lado, o mesmo entrevistado – assim como outros, destacou que as atividades de pesquisa e extensão eram bastante precárias, pois havia poucos recursos para desenvolver ações nesses campos. O colaborador Sandro Marcos de Castro Araújo informou em sua entrevista que:

Visitas técnicas eram raríssimas, raríssimas. Se eu fosse falar para vocês, ao longo dos três anos de curso não me lembro de mais do que duas ou três. E elas eram feitas muito mais pela iniciativa pessoal de alguns docentes, que tinham essa coisa mesmo de: “Não, vamos fazer!”. E daí a gente também se empenhava muito, subia em cima de um caminhão e tal, mas era muito precário. Não havia laboratórios adequados. A biblioteca era muito limitada (Sandro Marcos de Castro Araújo. Entrevista

concedida a Edeli de Oliveira, 2022).

Entende-se, desse modo, que o perfil de profissional que a instituição desejava formar era ambicioso, mas que as condições de desenvolvimento dos processos pedagógicos eram bastante limitadas pela falta de recursos materiais.

Essa carência de recursos era sentida, sobretudo, pelos estudantes, que, por serem residentes, estavam distantes de suas famílias e da comunidade de apoio. Foram frequentes os relatos, nas entrevistas realizadas, de um período em que houve carência de alimentos na escola, o que fez com que os estudantes se organizassem em um movimento de caráter reivindicatório, cercando o Palácio do Governo em Porto Velho, além de levar a uma posterior intervenção da força policial na escola. Uziel Bemvindo relatou que em dado período, o café da manhã servido na escola era composto apenas por café com leite e biscoito *cream cracker*. Ele, assim como Sandro Marcos de Araújo, fez referência à escassez de alimentos e a um queijo em lata, proveniente da Holanda ou da Ucrânia², que era servido aos alunos. Já Juscelino Gomes de Miranda, por sua vez, tem memórias diferentes acerca da alimentação escolar:

Nos finais de semana, muitos de meus colegas retornavam para suas casas. Eu geralmente ficava na escola, para trabalhar, fazia o serviço deles, cobria a escala deles, e assim eu ganhava um dinheirinho para tomar um picolé no final de semana. Eles iam para casa e eu ficava, mas aquilo para mim era tudo! Foi num desses fins de semana que conheci um tal de um bife, chamado ‘bife à milanesa’. Ah, o bife à milanesa que serviam para nós no dia de domingo! Na minha casa daria para a família inteira comer. Somos seis pessoas, éramos seis: quatro filhos e mais o pai e a mãe. Aquele bife daria para todo mundo comer, seria um banquete, e eu o comia sozinho. De onde eu vinha, eu achava aquela comida ótima! E tinha uma televisão na escola! Na minha casa não tinha televisão, não tinha nem energia elétrica, eu morava na zona rural. Então, essa questão da alimentação é assim: quem tinha um poder aquisitivo um pouquinho melhor, reclamava que a comida era ruim, que a comida era a mesma, que só tinha um pão com manteiga de manhã, mas para mim, que vinha de família muito humilde, aquilo tudo era muito bom (Juscelino Gomes de Miranda. Entrevista concedida a Edeli de Oliveira, 2022).

Para além da questão do paladar, a documentação analisada indica a insuficiência de investimentos na escola e a dificuldade em sua manutenção, seja pelo poder municipal, seja pelo poder estadual. Essa dificuldade exigia da instituição que utilizasse da mão-de-obra estudantil para realizar boa parte dos trabalhos de produção de alimentos e de manutenção da infraestrutura escolar. Olímpio traz em sua narrativa as memórias de seu tempo de estudante:

Estudei em regime de internato, e nesse regime você tinha que trabalhar: era um tipo de troca favores. Você tinha que trabalhar para comer, se não trabalhasse, não tinha a comida. Era uma instituição de disciplina rígida: tinha horário de acordar, horário de almoçar, horário de assistir TV e hora de diversão. A gente acordava às cinco

² A procedência do queijo não pode ser comprovada. Em tom de brincadeira, os entrevistados se referiram a ele como “queijo de Chernobyl”, pelo carregamento ter chegado próximo ao desastre atômico ocorrido em Chernobyl.

horas da manhã (Olimpio Ferreira Junior. Entrevista concedida a Edeli de Oliveira, 2022).

A experiência de trabalho durante seu processo de formação, quando ainda era criança e adolescente (hoje considerada ilegal), se conforma com a realidade dura que teve de enfrentar desde a infância como Pessoa com Deficiência (PcD) proveniente de família de poucos recursos: “Sempre tive de trabalhar para sobreviver”. E o trabalho figura como elemento de satisfação, uma vez que na escola, os frutos desse trabalho eram partilhados entre todos: “No colégio, a gente tinha de trabalhar na horta para ter o alimento: a fruta do café da manhã, o legume do almoço, da janta. Era bom comer a comida que a gente mesmo produzia”, diz Olímpio.

No que se refere aos currículos ofertados na escola, além das atividades agrícolas teóricas e práticas, os alunos estudavam avicultura, suinocultura, apicultura e ranicultura – esta última introduzida em 1984, como forma de contribuir com o desenvolvimento do setor primário do Estado de Rondônia. Para justificar a introdução da ranicultura, o Jornal “O Periódico – Educação” argumentou que, apesar de as rãs serem “anfíbios abjetos”, sua criação era viável em razão do baixo custo e dos benefícios econômicos que apresentava, notadamente o valor nutritivo de sua carne, a possibilidade de aproveitamento de sua pele e a função de predadoras de insetos que elas exercem, contribuía para a proteção das culturas agrícolas. Apesar do esforço, o consumo de rã não foi bem aceito pela sociedade rondoniense.

O compromisso da escola em contribuir com o desenvolvimento do Estado de Rondônia perpassou todo o período em que esteve em funcionamento, e as estratégias para essa contribuição foram diversas, incluindo a celebração de convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Planejamento e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Esse convênio tinha como objeto a implantação de uma estação meteorológica na unidade escolar, com a finalidade de “monitorar os parâmetros meteorológicos e formar um banco de dados, com as demais estações no Estado, objetivando subsidiar o planejamento agrícola e ambiental do município e região” (Correio Popular, 1997, Ano VII, n.º 467, p. 5). Ainda segundo a matéria jornalística, o convênio possibilitaria a melhoria do ensino técnico, o desenvolvimento de pesquisas e estudos em agrometeorologia e a consolidação de conhecimentos regionais sobre a precipitação pluviométrica, radiação solar, efeitos da exposição do solo e plantas aos raios solares e dos efeitos do microclima regional (Correio Popular, 1997, Ano VII, n.º 467, p. 5).

Na interpretação do egresso Juscelino Gomes de Miranda, o ensino ofertado era rigoroso e alinhava-se a uma concepção pedagógica tradicional:

O ensino era muito puxado em relação às aulas que eu leciono hoje. Quando eu vejo meus alunos reclamando de dificuldade, conto para eles a história de uma escola de internato, onde nós tínhamos que estudar oito horas por dia, das oito ao meio-dia e das 14h às 18h. O sistema ainda era aquele de decorar. O professor passava a prova ainda com base em questionário. Alguns professores colocavam a prova valendo dez pontos, não tinha trabalho, não tinha ponto de caderno, ou seja, era uma prova com dez questões, cada questão valendo um ponto. A média para passar era sete e se reprovasse não ficava na escola. E então você ficava “sob tortura” o tempo inteiro, porque tinha de passar. E essa questão de morar longe dos pais... Eu, de família pobre, muito pobre, não cheguei a passar fome, mas, por exemplo, para eu sair de Nova Brasilândia de ônibus para Ji-Paraná meu pai tinha de trabalhar dois ou três dias na diária em algum lugar, porque trabalhava na roça. Para quem mora na zona rural, se não tem colheita, não tem dinheiro. Então, o que tinha de fazer? Tinha que roçar pasto, é o serviço que mais tem na roça, nos meses de janeiro e fevereiro. Então, meu pai tinha que trabalhar na terra dos outros para conseguir dinheiro para comprar uma passagem de ônibus de Nova Brasilândia para Ji-Paraná (Juscelino Gomes de Miranda. Entrevista concedida a Edeli de Oliveira, 2022).

O egresso Geferson avaliou sua passagem pela Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria como relevante para a sua formação:

[...] na escola em que eu fazia o Ensino Médio, chegou uma propaganda da Escola Agrícola de Ji-Paraná. Naquela época, acho que eram poucas as escolas agrícolas ou de família agrícola que tinha o ensino médio técnico, e ensino superior era ainda algo muito raro em Rondônia. Ji-Paraná era uma das poucas cidades que oferecia ensino técnico, nessa escola, a Escola Estadual Silvio Gonçalves de Faria. E aí eu fiz o seletivo para aquela escola em 1985, no final de 1985, e ingressei na escola em 1986. Lá cursei de 1986 a 1989, se não me engano. Éramos a terceira turma. E essa escola foi muito importante na formação profissional, não só minha, como dos colegas. A gente tem um grupo até hoje que é um grupo de WhatsApp, dos colegas de escola, dos ex-alunos, e nesse grupo todos falam da importância da formação que aquela escola nos proporcionou naquele período. A escola, por ser do Estado, na época não dispunha de muito recurso, mas era uma escola que tinha o necessário para os alunos daquela época. Minha turma também não era tão grande. Éramos inicialmente 42 alunos, acredito que menos de 30 concluíram, e a maioria seguiu carreira e verticalizou a formação na área (Geferson Rodrigues Leal. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2022).

Diante da baixa quantidade de oportunidades formativas existentes em Rondônia na década de 1980, o curso Técnico em Agropecuária oferecido em Ji-Paraná pela Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria era bastante procurado por jovens de todo o Estado, em especial de Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste. A escola funcionava em regime de externato, semi-internato e internato – regime que abrangia a maior parte dos estudantes. Quanto à condição econômica dos estudantes, embora não se tenha localizado dados quantitativos, estima-se que a maior parte fosse constituída de estudantes de baixa renda, os quais só conseguiam permanecer na escola graças aos subsídios públicos, como a hospedagem e alimentação fornecidas pela escola.

A Escola prestou relevante papel social na inclusão educacional de estudantes hipossuficientes, filhos de agricultores e de trabalhadores urbanos de Ji-Paraná e municípios adjacentes. Sua continuidade, contudo, foi posta em risco diversas vezes, em

função da falta de investimentos públicos, sendo que o ponto mais crítico se deu em 1999, no governo de José Bianco, que decidiu fechá-la. Matéria publicada no Jornal Correio Popular, de 14 dezembro 1999, demonstra a consternação de servidores e estudantes diante da ação do Estado:

A Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria, não atenderá a comunidade no ano que vem, segundo informou a direção da escola. O fechamento do estabelecimento para reforma já está determinado, mas houve a confirmação que a escola será desativada e seus funcionários serão colocados à disposição. A determinação da desativação da escola foi emitida pela Delegacia Regional de Ensino, que informou que estão estudando dois projetos para a utilização da escola. O primeiro seria a implantação de um centro profissionalizante que deverá ser construído no local. O outro projeto é a doação da escola à Universidade Federal de Rondônia no ano de 2001, para a implantação de cursos superiores através de 6 parcerias com o Governo do estado na área agrícola, como Engenharia Florestal, Engenharia de Alimentos, Zootecnia, Veterinária e Agronomia. Este último projeto está sendo discutido entre a Reitoria da Universidade e o Governo do estado José Bianco, que pretende através disso implantar a Universidade estadual. Apesar destes projetos para a escola, os professores e alunos não gostaram da decisão devido a importância da escola na formação de profissionais na área agrícola. Além disso, os alunos querem saber o que vai ser feito do patrimônio da escola que conta com 24 cabeças de gado, sendo 9 matrizes, um reprodutor suíno, e alguns benefícios como trator, curral, estação meteorológica experimental e plantações de milho, arroz e abóbora. Os alunos também estão preocupados com a oferta de cursos na área agrícola, alegando que a escola atende diretamente aos filhos de produtores rurais de Ji-Paraná e ainda de outros municípios da região (Correio Popular, 1997, Ano VII, n.º 467, p. 5).

De fato, a escola foi fechada e, sua história, progressivamente apagada, restando apenas na memória de egressos e antigos funcionários, e nos poucos documentos escritos que restaram.

Para a egressa Irany Fernandes Pereira, a escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria cumpriu seu papel na sociedade:

Lamento que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria tenha sido extinta, porque ela cumpria um papel social de grande relevância, um papel de inclusão e de formação profissional e humana muito importante, porque por lá passavam muitas pessoas que não tinham perspectivas, não tinham recursos, não tinham condições de ter um futuro. E isso numa época em que Rondônia ainda era um Estado muito jovem e Ji-Paraná era uma cidade ainda em formação (Irany Fernandes Pereira. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2023).

No que diz respeito à sua documentação, segundo Antônio Anicete de Lima, que atuou em seus quadros e atualmente é professor aposentado do IFRO, as caixas de documentos foram colocadas em uma caçamba e levados para Porto Velho, o que demonstra a falta de zelo com a história institucional. Somente em 2007, quando se discutia a implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia, é que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria voltou a ocupar espaço no debate público: no ano de 2007, houve uma visita às instalações da Escola Silvio Gonçalves de Faria para avaliar sua estrutura física, com vistas à implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia, que seria alocada nas mesmas instalações da que lhe antecedeu.

No mesmo ano (2007), houve a realização de uma reunião com a sociedade, bancada

federal, prefeitos municipais, vereadores, secretários municipais e estaduais, empresários e representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, para tratar da definição de eixos programáticos da Escola Técnica Federal de Rondônia.

As discussões sobre a implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia (que contaria com uma sede em Porto Velho e três unidades descentralizadas no interior do Estado, em Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena) foram atravessadas pela proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Jorge Cavalcante, um dos entrevistados nesta pesquisa, esteve presente na transição da Escola Técnica Federal de Rondônia (ETFRO) para o Instituto Federal de Rondônia, tendo colaborado de maneira significativa para a construção dessa nova instituição. Segundo monografia que apresentou junto ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Instituto Federal do Paraná, as origens do IFRO estão na Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, a partir da criação da Escola Técnica Federal de Porto Velho (que nunca saiu do papel), e na Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007, que transformou a Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia (Cavalcante, 2010). Ainda segundo o autor:

Em 9 de junho de 2008, através da Portaria n.º 707 do MEC, a então Unidade de Ensino Descentralizada de Ji-Paraná da ETFRO recebeu autorização de funcionamento. Em 2 de março de 2009, o *Campus* Ji-Paraná entrou em efetivo funcionamento, ministrando os Cursos Técnicos integrados em Florestas e em Informática e os cursos técnicos subsequentes em Florestas, Móveis e Informática, ofertando à sociedade rondoniense 280 vagas (Cavalcante, 2010, p. 12).

Com base na entrevista realizada com Jorge Cavalcante, depreende-se que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, extinta em 2000, foi rebatizada posteriormente como Centro Estadual de Educação Silvio Gonçalves de Faria. Nesse ínterim em que o abandono tomou conta das instalações da instituição, parte das terras da escola foi ocupada por famílias que construíram suas residências no local:

Aí houve loteamento, a escola teve sua área diminuída, se não me engano fizeram loteamento lá. Dessa forma, a área da escola ficou pequena e se transformou no centro estadual, que posteriormente veio a ser doado para a União (Jorge Cavalcante. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2022).

Ainda em 2008, foi realizado concurso público para provimento dos cargos para a Unidade de Ensino de Ji-Paraná por meio de prova escrita, prova de títulos e de desempenho didático. Em seguida, houve a realização do Exame de Seleção dos alunos para os cursos

técnicos integrados e subsequentes. As obras de reforma e ampliação do *Campus Ji-Paraná* tiveram início em 2009, concomitantemente ao ano letivo (Cepex/IFRO, 2018).

Os investimentos públicos anteriormente realizados na Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria, sobretudo no que diz respeito à sua infraestrutura, ainda que esparsos e aquém das necessidades de professores e alunos, foram decisivos para que fosse incorporada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, nova institucionalidade criada em 2008 por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008). Essa lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

De acordo com o Artigo 2º do referido instrumento normativo, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008). A criação dos IFs correlaciona-se a um movimento de reposicionamento da EPT enquanto modalidade capaz de contribuir para a formação de recursos humanos indispensáveis às novas perspectivas de desenvolvimento nacional. Trata-se de nova institucionalidade direcionada a promover:

[...] formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo (Pacheco, 2015, p. 14).

Nesse sentido, a EPT proposta pelos IFs se diferencia da formação geral ao transformar o conhecimento científico em força produtiva acionada pela classe trabalhadora. Esse conhecimento é traduzido em técnicas e procedimentos a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos, que possibilita à classe trabalhadora atuar de forma autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (Ramos, 2014).

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional que tem por finalidade primeira preparar para o exercício de profissões, favorecendo a inserção de seus egressos no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Por muito tempo desprestigiada e organizada de modo a promover formação meramente instrumental aos filhos das classes menos abastadas, atualmente, a EPT tem sido alvo de novas políticas públicas, como a criação

dos IFs, desempenhando um papel relevante na mediação entre Estado e Sociedade. Essa perspectiva busca universalizar a educação pública com qualidade e empoderar a classe que vive do trabalho. Desde 2003, nota-se na sociedade brasileira um esforço de reflexão sobre o papel da EPT, resultando em reformas no intuito de reprogramá-la, esforço esse que culminou na criação dos IFs.

A EPT ofertada nos IFs se diferencia daquela ofertada por instituições privadas e do Sistema S, uma vez que opera com o trabalho como princípio educativo (Saviani, 1989; 2007). Nessa perspectiva, busca-se superar o entendimento que considera o trabalho estritamente em seu valor econômico, como uma mercadoria pelo trabalhador nas relações capitalistas de produção. Isso implica em problematizar o sentido histórico, ontológico e pedagógico do trabalho, entendendo-o como um elemento de realização humana, de expressão de capacidade criativa, de satisfação de necessidades, de organização das sociedades humanas e de educação.

Nessa concepção de EPT, apregoada pelo IFRO, não se trata mais de educar para o trabalho por meio de uma formação instrumental e técnica, nem de educar pelo trabalho, mas de empenhar-se em ofertar uma formação humana integral, omnilateral, que permita ao estudante compreender os fundamentos das ciências e das técnicas e integrar reflexão e ação, trabalho e pensamento crítico. Para tanto, um passo fundamental nesse processo é superar a dualidade entre trabalho material (concreto) e trabalho intelectual (abstrato), implicando, no limite, em superar os preconceitos em torno do trabalho e da própria EPT, comprometendo-se com uma educação que forneça ao educando as ferramentas para pensar sobre si, sobre o mundo e sobre seu lugar nele. Essa educação é necessariamente capaz de levar à conscientização, sendo dialógica e emancipadora (Freire, 1997).

Na EPT ofertada pelos IFS, a integração entre os componentes práticos e os componentes propedêuticos ocupa papel central, e a sobreposição do segundo em relação ao primeiro é desmistificada. Ambos são considerados necessários e relevantes, reconhecendo que toda produção humana é simultaneamente material e simbólica. Desse modo, não cabe hierarquização entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, mas a compreensão de que somente no modo de produção capitalista a subsunção real do trabalho ao capital se realiza (Marx, 1978).

O IFRO – *Campus* Ji-Paraná continua ocupando as mesmas instalações da antiga Escola Agrotécnica Estadual Silvío Gonçalves de Faria. Até 2012, ainda eram utilizados alguns equipamentos da antiga escola, como computadores, nobreak, aparelhos de ar-condicionado, armários, entre outros. As caixas d'água foram trocadas em 2014 e 2015; até

então, estavam em uso as caixas d'água originais da Escola Agrícola. Ainda hoje são usados racks de equipamentos de rede de dados, na CGTI, provenientes da antiga escola, e os banheiros conservam suas estruturas originais.

Do ponto de vista educacional, a concepção pedagógica predominante no *campus* é ambígua. Enquanto o núcleo comum dos projetos pedagógicos dos cursos propõe uma formação emancipadora e crítica, o núcleo técnico tende a uma perspectiva mais instrumental e de ajustamento às demandas do mundo do trabalho. O ideal seria promover uma formação omnilateral que levasse os estudantes a um comportamento crítico em relação ao mundo do trabalho. Embora se fale em uma educação crítica, prevalecem no IFRO, assim como em outras instituições, elementos que apontam para a subsunção do processo educativo aos ditames dos organismos multilaterais, que vêm se impondo como única via para os países em desenvolvimento.

No que se refere aos desafios enfrentados pelas instituições estudadas, apresenta-se, no Quadro 1, uma síntese dos principais desafios identificados com base na documentação analisada:

Quadro 1 – Desafios enfrentados pela Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria e pelo Instituto Federal de Rondônia em seu primeiro ano de criação.

Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria	Instituto Federal de Rondônia – <i>Campus</i> Ji-Paraná
Financiamento público	Adequação aos termos e metas impostos pelo Governo Federal
Manutenção da infraestrutura de ensino	Compreensão dos arranjos produtivos locais
Manutenção de equipamentos agrícolas	Conquista de confiança da comunidade
Assistência estudantil	Construção de sua identidade institucional
Falta de orçamento próprio	Financiamento público
Desafios na aquisição e fornecimento de alimentação escolar	Manutenção de sua infraestrutura
Autonomia e Gestão democrática	Regulamentações dos processos internos
Insuficiência de recursos para pesquisa e extensão	Ampliação dos espaços pedagógicos e administrativos
Estar à mercê dos interesses políticos locais e estaduais	Fixação de recursos humanos, sobretudo nos primeiros anos do <i>campus</i>
	A permanência de docentes na instituição no primeiro ano de sua execução

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria teve sua trajetória

atravessada por desafios de ordem orçamentária, impactando nas condições de manutenção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos processos pedagógicos, como laboratórios, unidades produtivas e biblioteca, bem como em sua autonomia de gestão e políticas de assistência estudantil, notadamente na alimentação escolar.

Outro desafio enfrentado pela escola envolveu interferências externas, especialmente de políticos, que limitaram suas possibilidades de gestão democrática e, não raro, resultaram em conflitos entre a gestão e o corpo docente e discente.

O IFRO, por sua vez, teve como um de seus principais desafios no ano de sua implantação o atendimento às metas definidas pelo Ministério da Educação (MEC). Isso incluiu alcançar o percentual de matrículas exigido em cada nível de ensino, realizar concursos públicos, formar o quadro de recursos humanos e aprimorar o índice de qualificação de docentes e técnicos. A instituição também teve que lidar com a necessidade de reformas e ampliação de seus espaços pedagógicos e administrativos, além de compreender as demandas sociais e os arranjos produtivos locais. A falta de autonomia financeira, uma vez que nos primórdios a instituição teve seu orçamento gerido pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), foi outro desafio enfrentado nos primeiros anos. Sobre esse período, Renata e Vonivaldo recordam:

Ao iniciar o trabalho no *campus*, comecei a ver como era o fluxo de trabalho: a unidade de Ji-Paraná não tinha orçamento, a gente não tinha conta no sistema, a gente não tinha nada, era tudo feito dentro da Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) do IFAM, e era muito dificultoso (Renata Jeremias Rocha. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2023).

Ainda não tinha aquela estrutura que realmente se desejava para uma escola técnica, faltava muita coisa, tudo estava por ser construído: a infraestrutura, os espaços pedagógicos e administrativos, a regulamentação, o regimento, os projetos pedagógicos dos cursos. Me uni ao Jorge e à Renata: a Renata, na área administrativa, e o Jorge, como Diretor Geral, para colaborar no trabalho de implantação do *campus*. Aos poucos, os demais colegas que também passaram no concurso foram chamados, foram tomando posse e a equipe foi montada. O professor Jorge Cavalcante foi organizando as equipes e distribuindo os servidores nas funções, conforme seus perfis e experiências profissionais: um na área de extensão, um na área da pesquisa, arte, os pedagogos na coordenação da área de ensino, os administradores no departamento de planejamento e administração. Começamos o trabalho e, então, a partir dali, o Jorge começou a criar condições para as regulamentações, porque ainda não tinha nada regulamentado para a área de Ji-Paraná e, mesmo em nível institucional, os regimentos internos e o estatuto do IFRO ainda estavam para ser construídos. Trabalhamos intensamente para formular esses documentos, organizar os setores e definir a identidade da instituição (Vonivaldo Gonçalves Leão. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2023).

Outro aspecto desafiador foi o pouco tempo disponível para compreender os arranjos produtivos locais e planejar cursos adequados a eles ou capazes de induzir um desenvolvimento socioeconômico sustentável. O estudo desses arranjos foi conduzido pelo professor Jorge Cavalcante e pelo senhor Naim, que também participaram de reuniões e

audiências públicas para a definição dos cursos.

Em face dos impasses enfrentados nos primeiros anos e das dificuldades em consolidar seu quadro de recursos humanos, com muitos dos servidores aprovados nos concursos públicos pedindo exoneração ou remoção para outros Estados. Isso tornava desafiador conquistar a confiança da sociedade, pois a procura pelos cursos era baixa e, em alguns casos, o número de vagas ofertadas não era preenchido. Ao lado do desafio da matrícula, também estava o da evasão, uma vez que muitos dos alunos matriculados desistiam, por não compreenderem a dinâmica dos cursos ou terem dúvidas sobre os benefícios e alcances da EPT.

Imerso nesses desafios, o IFRO – *Campus Ji-Paraná* encontra-se, ainda, no processo de elaboração de sua identidade. Esse processo é complexo, contínuo, relacional e pautado em negociações (Hall, 2006), forjado no jogo entre as determinações externas e as crenças e escolhas que seus servidores efetuam e expressam. Considerando, ainda, as dinâmicas internas de construção de estratégias identitárias, os indivíduos operam escolhas em um repertório delimitado de representações, crenças, ritos e heranças, no contexto de um registro memorial (Ribeiro; Barbosa, 2007, p. 103).

A identidade de uma instituição transcende sua imagem, sua logomarca, sua “identidade visual”, e até mesmo as clássicas fórmulas de “missão”, “visão” e “valores”, embora com elas se relacione. Essa modalidade de identidade se refere ao que a instituição é, como se percebe, como quer ser reconhecida e como é vista e reconhecida pela sociedade. É produto da interação de si com o outro externo (a sociedade) e com o outro interno (o conjunto de servidores), e passível de negociação, ajustes e mudanças. Assim como toda identidade, a identidade institucional requer memória como seiva revitalizadora. Nesse sentido, construir uma identidade institucional quando não há um passado vivido, uma memória coletiva, um conjunto de experiências compartilhadas e relações de fraternidade que unem os servidores e dão sentido ao trabalho, construir uma identidade institucional é bastante desafiador.

Com base na entrevista realizada com Jhordano Malacarne:

No ano de 2009 o trabalho foi focado na estruturação da infraestrutura do *campus*, laboratórios, salas administrativas, rede lógica. Se não me engano, o *campus* só tinha aqueles dois blocos da frente, não tinha aquele terceiro bloco lá atrás. Aquele bloco já foi uma obra de expansão, para comportar salas de aula. E paralelamente a esse trabalho de organização da infraestrutura do *Campus Ji-Paraná*, a gente estava trabalhando na visão de expansão do Instituto, então, a minha atuação se dava no *Campus Ji-Paraná*, mas também fora dele, nas novas unidades em formação (Jhordano Malacarne. Entrevista concedida a Edeli Diogo de Oliveira, 2022).

Em face da ausência desse passado vivido e desse repertório de experiências, o IFRO

poderia ter explorado outras fontes de memória que servissem de base para pensar seu presente e projetar seu futuro. Por exemplo, poderia ter mergulhado na história da Escola Agrotécnica Estadual Silvío Gonçalves de Faria e poderia ter promovido um diálogo com a sociedade local, para identificar as avaliações que ela faz das experiências anteriores de EPT ofertadas, suas expectativas e compreensões acerca da educação. No entanto, isso não ocorreu.

Ao que parece, o IFRO segue na contramão do movimento contemporâneo de multiplicação da memória, que busca evitar a amnésia e edifica lugares de memória para tentar reter o que, inevitavelmente, mudará (Ricoeur, 2007; Nora, 1993). São poucas as ações de aproximação e diálogo com a sociedade, poucas as ações de estímulo à pesquisa em história da educação e poucas as iniciativas de salvaguarda das fontes históricas e de comemorações. A instituição, talvez por estar sobrecarregada com outras demandas, parece estar se esquecendo do valor do passado e dos benefícios de seu resgate. Nesse sentido, é pertinente retomar o entendimento de que:

O passado é convocado ao presente para possibilitar a criação de novas sociabilidades, ao mesmo tempo em que se distingue de um presente intenso, através de uma nostalgia a ser preservada em lugares e momentos próprios: lugares da museificação e momentos da celebração. O passado, convocado para intensificar o presente, passa a ser elemento de identificação para todos que participam do mesmo gesto comemorativo e instaura-se como prenúncio do futuro. Conhecer a história, ainda que esta história particular construída no presente, significa inscrever-se naquele território, participando dessa instauração (Ribeiro; Barbosa, 2007, p. 110).

Para constituir sua identidade, é preciso que o IFRO se abra ao passado e estabeleça um diálogo com a comunidade interna e externa, promovendo reflexões sistemáticas sobre seu propósito e a posição que ocupa no território rondoniense e amazônico.

Nesse contexto, a definição de uma política eficiente de gerenciamento da expressão organizacional é considerada urgente, estabelecendo uma estratégia eficaz de comunicação com a sociedade, um sistema semiótico. Isso visa esclarecer sobre os serviços e oportunidades oferecidos pela instituição, bem como sobre seu caráter público. Segundo Silva e Albino, esse desafio se estende a todos os IFs, pois a Lei n.º 11.892/2008 operou transformações de nomenclatura e aglutinação de instituições que não são de fácil compreensão para a sociedade externa:

Essa recente mudança na denominação da Rede Federal de ensino técnico provocou, de um lado, a unificação nominal de várias instituições, mas por outro, o desconhecimento das modalidades de ensino prestadas (até então, eram pouquíssimas as instituições que ofereciam cursos superiores nas mesmas unidades em que são oferecidas a educação média e técnica). Podendo-se dizer “recém-criadas”, tais instituições de ensino se apresentam na sociedade como novidade, e perderam sua “figura tradicional” devido a essa mudança. Por conta disso, algumas pessoas ainda possuem dúvidas tanto com relação aos serviços prestados por essas

organizações (que foram ampliados paralelamente à sua mudança), quanto de seu cunho público. A situação agrava quando se trata de pessoas que possuem menos acesso à informação – a intitulação “federal” costuma não as remeterem a um serviço público (gratuito) (Silva; Albino, 2013, p. 118).

Não menos relevante é o diálogo interno, entre gestão e servidores, para definir projetos capazes de engajar ambos, contribuindo assim para a consolidação da imagem da instituição e para a clareza de seus propósitos e modos de proceder. Longe de sermos especialistas na área, mas buscando colaborar para o fortalecimento da identidade institucional do IFRO, desenvolvemos um produto educacional audiovisual de perfil educativo, intitulado: “Pode chegar! Vídeos educativos de divulgação do IFRO – *Campus Ji-Paraná*”. Nesse material apresentamos uma série de quatro vídeos curtos (todos com menos de seis minutos de duração), fornecendo informações sobre a referida unidade educacional e os serviços que ela oferta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da educação pública ofertada em Rondônia, merece destaque a Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria, criada em 1981 e desativada 2000, dando lugar à Escola Federal de Rondônia – unidade Ji-Paraná (que nem chegou a abrir turmas) e ao Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Ji-Paraná.

A Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria, apesar dos percalços pelos quais passou – mudanças de esfera administrativa, agenciamentos políticos, precariedade de financiamento, disputas de interesse entre projetos antagônicos –, prestou relevante contribuição educacional ao Território Federal de Rondônia e ao Estado de Rondônia. Ela formou profissionais que hoje atuam nas mais diversas áreas, mantendo-se em contato e compartilhando memórias e experiências do tempo de escola. Conhecer o passado dessa instituição e refletir sobre as experiências que ela possibilitou é um exercício que consideramos capaz de contribuir com o IFRO em seu processo de elaboração de sua própria identidade.

Posicionado no mesmo espaço, mas em outro tempo, o IFRO – *Campus* Ji-Paraná enfrenta desafios semelhantes aos que a Escola Agrotécnica enfrentou, além de desafios exclusivos, característicos do contexto político e econômico em que está inserido. Assim como a antiga escola Agrotécnica, o IFRO também tem sua proposta pedagógica direcionada a atender aos interesses econômicos prescritos pelo Estado, que é agente do capitalismo. Dosar as contribuições ao desenvolvimento econômico sem perder de vista seu compromisso com uma educação libertadora, para além do capital, como diria Mészáros (2006), foi um desafio que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria enfrentou e que o IFRO enfrenta hoje.

No que diz respeito à concepção de EPT das duas instituições, os dados sugerem que a Escola Agrotécnica Estadual Silvio Gonçalves de Faria apresentava um perfil mais tecnicista, focado em formar pessoas para contribuir de modo direto e pontual com as demandas econômicas do Estado, no meio rural. Não se pode afirmar, contudo, que a formação por ela oferecida tenha sido meramente instrumental e de qualidade ruim, pois a posição ocupada pelos egressos entrevistados denota que tiveram acesso a uma formação técnica, mas também a uma formação humanizadora, que lhes permitiu prosseguir nos estudos e se posicionar de modo crítico e ético no mundo do trabalho.

No IFRO, a EPT é compreendida como formação para o trabalho, sendo que o trabalho é entendido para além de seu sentido econômico. Sua proposta formativa tem como

horizonte a formação omnilateral, integrando ciência e técnica, reflexão e ação, trabalho manual e trabalho intelectual. Essa abordagem subsidia os estudantes tanto para o exercício profissional quanto para o exercício da cidadania. Contudo, as inflexões neoliberais sobre a educação, em geral, e na EPT, em particular, representam um obstáculo a essa formação omnilateral pretendida. Observa-se uma redução dos componentes curriculares que centralizam as reflexões críticas, enquanto discursos em favor de um ensino por competências se proliferam, trazendo de volta a precarização da formação ofertada aos estudantes que optaram pela EPT.

Estudar a história da educação em suas diversas escalas é uma necessidade, para que tenhamos mais clareza quanto aos elementos de ruptura e de continuidade herdados do passado.

Por fim, recomenda-se aos pesquisadores que desejem explorar esse tema o esforço de registrar entrevistas com ex-servidores da Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria. Embora tenhamos empreendido esse esforço, não obtivemos êxito, de modo que foi preciso nos limitar ao diálogo com egressos daquela instituição e com servidores e ex-servidores do IFRO que, em alguma medida, acompanharam o processo de extinção daquela instituição escolar e sua transformação em Escola Técnica e em Instituto Federal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Josefa Aparecida Pereira. **Conselho de classe:** Possibilidades de atuação na formação de Docentes da EPTNM do IFRO – *Campus Ji-Paraná*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) 178 fls. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: Manaus: 2019.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História, epistemologia Marxista e pesquisa**, 2009, p.492.
- BORBA, Eduardo de Carvalho. **Memória institucional comunicada:** Um Olhar Sobre as Universidades Comunitárias. Dissertação (Mestrado), 235 fls. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de pós-graduação em comunicação social, Porto Alegre: 2019.
- BRASIL. República Federativa. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília: Presidência da República, 1997.
- BRASIL. República Federativa. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Brasília: Presidência da República, 2004.
- BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília: Congresso Nacional, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEED, 2008.
- CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em história oral. **Neho-História: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral**, São Paulo, n. 1, p.71-79, nov.1999.
- CALDAS, Alberto Lins. **Cápsula narrativa em história oral**. *Oralidades*: revista de história oral. Ano-3, n.º 6 – Dez/2009, p. 49 -76.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto: 2001.
- CAVALCANTE, Jorge Luis dos Santos. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:** percursos e percalços na implantação do *Campus Ji-Paraná*. Monografia, 34 fls. Instituto Federal do Paraná: Curso de Especialização em Gestão Pública. Curitiba: IFPR, 2010.
- CENCI, Juliano Viliam. **A formação para o desemprego:** Uma Análise dos Cursos Integrados no Instituto Federal de Ji Paraná - RO. Dissertação (Mestrado em Educação), 200 f. Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2019.
- CEPEX/IFRO. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO**. Resolução n.º 6/2018. Disponível https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/ji-Paraná/Documentos/PPC_Engenharia_Florestal_JIPA.pdf Acesso em 30 jun. 2022.
- CORREIO POPULAR, **Colégio Agrícola de Ji-Paraná vai fechar às portas:** Edição n.º 467, Ano VII, p. 5. 1997(nimpi.ifro.edu.br/documents/3001/previsualizar)

COSTA, Icléia Thiessem Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese (Doutorado), 169 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Curso de Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu daSilva e Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Ji-Paraná**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/panorama>. Acesso em: 8 nov. 2023a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em 10 nov. 2023.

Ji-PARANÁ. Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 1.224**, de 19 de fevereiro de 1981.

KUENZER, Acácia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.** vol. 27, n. 96 200, p. 877-910.

LE GOFF, Jacques. **História** – Volume I. Lisboa: Edições 70, 2000a. LE GOFF, Jacques. **Memória** – Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000b.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. **Projeto História**, 10, 1993, 7-28.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares**: balançocrítico. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 22 mai, 2023.

O PERIÓDICO. **Edição n.º 007, Ano 2**. Porto Velho, 20 de fevereiro de 1984.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, 2(3), 3-15,1989.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, 5(10), 200-212, 1992.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federaldo Paraná, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, vol. 28, n. 47, p.99-114, 2007.

RICCOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RONDÔNIA, Governo do Estado. **Decreto n.º 1.884, de 10 de fevereiro de 1984**. Porto Velho: Secretaria Estadual de Educação, 1984.

RONDÔNIA, Governo do Estado. **Decreto n.º 1.224, de 19 de fevereiro de 1981**. Porto Velho: Secretaria Estadual de Educação, 1984.

RONDÔNIA, Governo do Estado. **Lei n.º 11.534, de 25 de Outubro de 2007**. Porto Velho: Secretaria Estadual de Educação, 2007.

RONDÔNIA. Coordenadoria Regional de Ensino. **Ofício n.º 005/2021-SIE/CRE/SEDUC /JIPA**, de 19 de maio de 2021.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANFELICE, José Luís. “História das Instituições Escolares”. *In*: Nascimento, M. I. M.[*et.al*] (orgs.). **Instituições escolares no Brasil; conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores associados, 2007.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos**. Campo, n. 25, jan./jun. 2008, p. 11-17.

SANTOS, Ademir Valdir. VECHIA, Ariclê. As Escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação (2001-2018). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, n. 19, 2019, p.2-26.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Lucas Moreira; ALBINO, Andréia Aparecida. **A rede federal de ensino técnico e tecnológico e seu relacionamento com públicos-alvo**: algumas questões de identidade institucional. **Holos**, vol. 4, 2013, pp. 117-134

APÊNDICE 1: Fontes consultadas e produzidas

FONTE	ORIGEM
Decreto n.º 1.224, de 19 de fevereiro de 1981	Prefeitura municipal de Ji-Paraná
Decreto n.º 1.884, de 10 de fevereiro de 1984	Governo do Estado de Rondônia
Decreto n.º 2.208 de 17 de Abril de 1997	Governo Federal
Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004	Governo Federal
Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008	Governo Federal
Lei n.º 11.534, de 25 de Outubro de 2007	Governo Federal
Lei n.º 11.892, de 29 de Dezembro de 2008	Governo Federal
Jornal O Periódico – Educação	Secretaria de Estado da Educação de Rondônia
Jornal Correio Popular	Jornal Correio Popular
Monografia “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia: percursos e percalços na implantação do <i>Campus</i> Ji-Paraná”	Jorge Luis dos Santos Cavalcante
Entrevista com Sandro Marcos Castro de Araújo	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Uziel Bemvindo	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Juscelino Gomes de Miranda	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Geferson Rodrigues Leal	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Olímpio Ferreira Júnior	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia

FONTE	ORIGEM
Entrevista com Jackson Bezerra Nunes	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Renata Jeremias Rocha	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Vonivaldo Gonçalves Leão	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Jorge Luiz dos Santos Cavalcante	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Irany Fernandes Pereira	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia
Entrevista com Jhordano Malacarne Bravim	Projeto Educação Profissional e Tecnológica em Ji-Paraná/RO: da escola agrotécnica ao Instituto Federal de Rondônia

APÊNDICE 2: Histórias de Vida

Irany Fernandes Pereira

Olá, Edeli. É um prazer estar participando dessa entrevista, para mim é um orgulho. Eu sou filha nata aqui de Rondônia, meu pai era paraibano, minha mãe rondoniense e a nossa família é bem grande aqui na região, no estado, né?

Eu, na realidade, estudei sempre em escolas públicas. Nasci aqui em Porto Velho e quando completei um ano, nos mudamos para Ji-Paraná. Quando eu estava terminando o oitavo ano, meu cunhado Barriga, Sidney Barriga – agradeço muito a ele – deu a ideia para a minha mãe, para eu estudar na Escola Agrícola, porque eu não tinha perspectiva nenhuma.

Hoje é fácil as pessoas irem para a faculdade e fazer um curso, no nosso período não era tão fácil assim. Eu não tinha perspectiva do que fazer, mas por orientação de meu cunhado, fui para a Escola Silvio Gonçalves de Faria cursar o ensino médio. Era uma Escola Agrotécnica. E estudar naquela escola foi um marco na minha vida, foi uma realização, porque naquele período eu não tinha perspectiva de estudar, de fazer cursos. Hoje, a facilidade é maior. Eu tinha muita vontade de fazer faculdade, mas naquele tempo não era tão fácil como hoje. Então, assim, a Escola Agrícola abriu portas, e foi muito bom, sobretudo porque eu era uma pessoa muito tímida, calada, não sabia conversar e, nesse sentido, a escola também me ajudou em minha socialização.

Depois que terminei a Escola Agrícola, fiquei cinco anos sem trabalhar. Só em 1993 entrei na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater). Trabalho, de certa forma, na área em que estudei, na área técnica, sou extensionista social rural, então trabalho acompanhando e orientando tecnicamente os trabalhadores rurais da região.

Lamento que a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria tenha sido extinta, porque ela cumpria um papel social de grande relevância, um papel de inclusão e de formação profissional e humana muito importante, porque por lá passavam muitas pessoas que não tinham perspectivas, não tinham recursos, não tinham condições de ter um futuro. E isso, numa época em que Rondônia ainda era um estado muito jovem e Ji-Paraná era uma cidade ainda em formação.

Para você ter uma ideia, não havia transporte escolar. Eu andava três quilômetros para ir e três para voltar, não era fácil. Meus colegas também enfrentavam muitas dificuldades, então, acho que por compartilharmos esse tipo de experiência, desenvolvemos vínculos

fraternos muito fortes, nos sentíamos como uma grande família. E esse vínculo permanece, mesmo após todos esses anos. Nós temos um grupo, a gente conversa bastante, relembra histórias e a gente agradece a escola Silvio Gonçalves de Faria, porque nos deu a oportunidade de ter um curso técnico gratuito, né?

Aprendi muita coisa com meus professores. Alguns daqueles professores já se foram, outros continuam, e até hoje a gente conversa. São professores maravilhosos! O que eles me ensinaram vai muito além da parte técnica, pois foi um aprendizado de vida, foi muito bom! E eu não sei o que teria sido de mim, quais teriam sido os meus caminhos se eu não tivesse passado por aquela escola, pelas experiências que ela me proporcionou. Talvez eu tivesse cursado o ensino médio em outra escola, estivesse em outro trabalho, mas estudar na escola técnica para mim, Irany, foi maravilhoso!

A Escola me deu uma compreensão de mundo, um lugar na sociedade, um trabalho, uma identidade. Foi uma das melhores coisas que aconteceu na minha vida e, veja só, esse ano vou fazer 30 anos de Emater. São trinta anos trabalhando na área da extensão rural! Meu lamento pelo fechamento da escola é que se ela não tivesse sido extinta, teria atendido muito mais pessoas que como eu, que não tinham condições de pagar um curso técnico. Se não tivesse passado por esse processo de desmonte, haveria mais pessoas falando igual a mim. Então, foi uma perda muito grande quando ela foi extinta. Tentaram colocar no lugar um Centro Estadual de Educação Profissional, mas acho que não deu muito certo. Hoje a facilidade é maior, há outras opções de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive gratuitas e de boa qualidade, mas naquela época era mais difícil.

Estudar naquela escola foi gratificante para mim, abracei-a como a uma família, porqueera assim: lá nós éramos uma família. A minha família biológica me deu muito apoio para estudar, mas a minha família agrícola me deu muito mais! Ah, como me emociono quando falo da Escola Agrícola. Toda vez que falo da Escola Agrícola sinto uma emoção profunda, porque lá conheci pessoas que me ajudaram na minha transformação. Eu era muito retraída e me fizeram mudar. Hoje tenho o meu trabalho devido ao ensino que recebi. Não sei o que estaria fazendo da minha vida. Tudo para mim foi aprendizado e inovação: primeiro emprego, primeira habilitação, primeiro contato com a família rural, primeiro contato com a agricultura, na prática! Porque no curso, nas aulas teóricas, a gente tem uma visão, mas quando a gente vai a campo, conversa com as pessoas, prepara o solo, prepara os cultivos, acompanha a produção, essa visão se amplia.

O meu trabalho hoje é mais na parte social. Eu dou orientação sobre o “MEU INSS”, cadastro da nota do produtor rural no *site* da Secretaria de Estado de Finanças do Estado de

Rondônia (SEFIN) e outros assuntos de interesse da família rural. Com esse tempo de vivência, fui aprendendo, porque não nasci na área rural. Eu morava no centro de Ji-Paraná, minha mãe mora lá até hoje, então não tinha muito conhecimento. Eu fui aprendendo nesse meu trabalho, fui desenvolvendo esse aprendizado no meu dia a dia e foi muito bom. Esse trabalho fez com que eu sustentasse meus filhos, e hoje já tenho netos e netas. Tento passar para eles a importância do estudo e a importância de fazerem o que gostam, porque você tem que gostar do que faz. Tem coisa melhor do que você trabalhar no que você gosta? Você faz com prazer né? E é assim. No meu trabalho pude colocar em prática o que aprendi na escola e, ao longo do tempo, ao longo de meu desenvolvimento profissional, fui aprendendo outras coisas que eu não tinha nem conhecimento.

Voltando ao tempo de escola, o aprendizado foi muito bom. E realmente sinto saudade dos meus colegas da época. Vivemos três anos juntos, o dia todo envolvidos nas atividades da escola, e ainda assim encontrávamos tempo para brincadeiras: era guerra de charque, era guerra de comida. Mas era uma brincadeira bem legal, entendeu?

A gente passou um pouquinho de aperreio, mas foi muito bom, muito bom mesmo. Diretores, professores, graças a Deus, para mim, sempre foram pessoas muito legais, muito compreensivas, entendeu? Só tenho a agradecer a Deus. E hoje fico pensando no que iria fazer da minha vida com 15 anos. Você sabe que com 15 anos você não tem perspectivas, não tem um direcionamento: quero ser isso, quero ser aquilo... Tem mais, éramos uma família grande, éramos seis filhos. Somos cinco irmãs e um irmão. Minha mãe hoje é professora federal aposentada. Então, ela sempre deu muita força para nós estudarmos. Hoje sou formada em Serviço Social, fiz dois anos de Engenharia Florestal, mas não me dei bem, aí me formei em Serviço Social. Estou com 53 anos, que fiz agora, recentemente.

Estou feliz com a minha vida, graças a Deus. Agradeço a Deus todo dia, porque quantas pessoas, às vezes, saem da escola sem perspectiva nenhuma, né? Amo meu trabalho e quando saio para o campo agradeço, porque não é a mesma coisa todo dia, cada dia é diferente e encontramos alguns prós e contras. Cada dia uma notícia diferente, uma novidade, e converso com os agricultores. Às vezes você conhece um agricultor que não quer te ouvir, isso é normal, mas às vezes você chega na casa que a mulher tá tão deprimida, querendo conversar, e Deus é tão bom que ele sempre leva a gente nesse momento, então a gente ouve, conversa, vê o que pode fazer e orienta em algumas coisas. É muito gratificante o meu trabalho. A Escola Agrícola abriu para mim a oportunidade de ter o melhor trabalho do mundo. Por quê? Porque eu saio para campo, converso, vejo pessoas diferentes. Tem problemas, sim. Todos nós temos. Mas me sinto muito feliz, porque quando chego às

comunidades rurais sou bem recepcionada e em alguns locais sou tratada como se fosse da família. Isso é gratificante para mim. E quando a gente consegue implantar uma ação transformadora, que a pessoa consegue receber um recurso extra, como auxílio-maternidade, consegue ampliar a renda ou consegue uma aposentadoria, é muito gratificante! Eu fico super feliz. É um trabalho, não é gratuito, porque nós recebemos nosso salário para fazer isso, mas é gratuito para a pessoa beneficiada, que teria que pagar o advogado, entendeu? A escola técnica me proporcionou não só um emprego, mas um trabalho que tem sentido, que tem valor social. Sou grata por isso e por isso fico emocionada de contar minhas experiências.

Na minha época na escola agrotécnica, as meninas eram minoria: éramos nove meninas e acho que 92 ou 93 homens. A gente passou por muito assédio, constrangimento, perrengues e tal... Coisas que não deveriam existir, mas que existiam e existem em sociedades machistas, como é a nossa, mas conseguimos nos sair bem. Os meninos eram muito machistas, desconfiavam de nossa capacidade, mas a gente passou de boa, foi tranquilo. E tinha muita bagunça, muita pegadinha, eles jogavam a gente dentro da água, em um poço fundo, com água suja. Tinha muita pegadinha, muita bagunça. Só que, ao mesmo tempo, era uma brincadeira saudável, diferente de hoje, em que qualquer coisinha vira briga. Naquele tempo a gente tinha nossos probleminhas, às vezes nos desentendíamos, mas logo chegávamos a um consenso, superávamos com tranquilidade.

Uma coisa que me lembro é que eles colocavam apelido em todo mundo. Nunca fui chamada pelo apelido, mas todo mundo tinha seu apelido. Tem pessoas que até hoje continuam sendo chamadas pelo apelido. Também me lembro que a gente só andava em grupo, mesmo quando saíamos da escola, para nos divertir. Nunca saíamos sozinhos. A maioria do pessoal andava em grupo, para evitar problemas, e a maioria do pessoal era de fora: de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, de vários locais. Era uma época em que havia brigas de gangues em Ji-Paraná, por isso só andávamos em grupo. Já havia violência urbana, mas não era nada comparado com os dias de hoje. Uma rixa, qualquer coisinha, já virava briga. A gente conheceu muita gente, muitos colegas que, por causa de brigas, fizeram só um ano de curso e foram embora, se formaram em outro curso.

Eu morava no centro da cidade, saía da escola e ia treinar voleibol. Treinava das 22h à meia-noite e das 5h às 6h30 da manhã. Aí, às 6h30, tomava um banho e caminhava para a escola. Chegava lá às 7h30, tomava café, passava o dia todo e à tardezinha voltava caminhando.

Um dos maiores problemas da época em que fui aluna era a comida, pois a alimentação era precária. O recurso era pouco para manter a alimentação e a escola em si.

Mas no tempo em que fui aluna, não houve greve, não me lembro de greve. Mas havia uma tensão no ar por conta da alimentação e teve um período que a gente passou meio que aperreado, mas foraisso, tudo tranquilo. Os professores eram pessoas maravilhosas!

Nós tínhamos o salão de reuniões e as salas de aulas. Não tínhamos quadra esportiva para fazer educação física, não tinha um local específico. A gente fazia as aulas de educação física ao ar livre, o espaço em si era bem grande, entendeu? Tinha uma quadra de esportes lá, mas era muito velha, sem condições de uso. Nas aulas de educação física, nosso professor nos incentivava a participar dos campeonatos de futebol, handebol, corrida... Tinha também o concurso de canto e a festa junina. Era muito legal quando tinha jogos, os colegas torciam bastante. Então, essa era a nossa diversão.

Tinha um rio que ficava lá perto, que era outra diversão. O dono da propriedade deixava o pessoal se banhar, só pedia que não fizesse muita bagunça e que os meninos não mexessem com as filhas dele, porque sabe como é a moçada... O pessoal é meio bagunceiro. Eu não ia muito, porque não ficava no alojamento, não era interna da Escola. Ao final da aula, ia para minha casa. Mas os meninos que vinham do interior e tinham que ficar na escola direto, acabavam buscando algum lazer para o final de semana, então eles iam tomar banho de rio ou iam para *shows*. Eu fui poucas vezes.

Na minha época, não havia meninas internas. As que eram de outras cidades alugaram um apartamento fora da escola, porque a primeira turma mista, que teve meninas internas, deu muito problema. Homens e mulheres morando no mesmo local era muita bagunça. Sou da turma de 1985 e, naquela época, já não havia mulheres residentes. Elas tinham que se juntar e pagar o aluguel de uma casa na cidade. No meu caso, como eu tinha família na cidade, passava o dia na escola e à noite já voltava para o apartamento onde eu morava com minha família, no município.

Em meu tempo de aluna, não me recordo de visitas técnicas, mas me recordo que tivemos cursos complementares, oferecidos pela própria Emater e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Então, eu fiz vários cursos, como de tratorista, capação, motosserra. Durante o ano a gente fazia esses cursos. Tinham períodos em que a Emater oferecia um mês de cursos, então cada semana eram cursos diferentes e tivemos a oportunidade de participar desses cursos.

Eu gostava muito da parte agrícola mesmo, era o que mais gostava. Mas eu tinha um professor de matemática e física que era um excelente professor e eu também gostava dessas matérias, porque ele sabia explicar muito bem. Gostava também da parte técnica mesmo, a parte de culturas, a parte de plantio, que eu não tinha conhecimento e para mim foi novidade.

Foi a parte que eu mais gostei, porque fazíamos as práticas. A parte de animais não era muito o meu forte. Eu fazia porque era obrigada, pois gostava mais da parte de cultivo.

Na parte pedagógica, os recursos eram limitados. As aulas ainda eram no quadro negro, os professores passavam trabalhos para gente apresentar na sala de aula para os colegas. Hoje está mais evoluído, há várias fontes de pesquisa disponíveis na internet, mas, na nossa época, tínhamos que consultar os livros, revistas e jornais para poder fazer o trabalho, tinha que ler e pesquisar mesmo. A parte pedagógica, em si, sinceramente, era muito boa. Hoje, devido à facilidade da internet e das redes sociais, às vezes você perde a essência de como fazer um trabalho escolar. Tem alunos, hoje, que não sabem pesquisar, que não sabem fazer uma redação, não sabem selecionar um livro específico, ler, procurar a resposta do que ele quer. Eles buscam as respostas prontas na internet, copiam e colam, muitas vezes sem nem ler, sem nem entender o conteúdo. Minha formação foi diferente e tive um aprendizado muito bom, tanto na escola, quanto em casa, pelo fato de minha mãe ser professora. Ela nos forçava a procurar, a entender o assunto, a procurar respostas.

Hoje, a molecada já pergunta no celular. Não estou denegrindo as redes sociais, a parte tecnológica, mas acredito que os alunos de hoje perdem muito, por não terem a mesma disposição de ler livros, de pesquisar em livros. Eles não querem ler, não querem construir as respostas com base nas informações dos livros, querem as respostas já prontas. Então, se perde muito com isso, é o que penso. Antes você tinha que desenhar, pintar, escrever, hoje você vai ao computador, imprime, faz um trabalho de qualquer jeito. Hoje a molecada faz tudo pelo celular, internet, e assim vai...

Minha escolha pela Escola Agrícola foi direcionada por orientação de adultos, em especial do meu cunhado, que falou com a minha mãe sobre a escola, porque ele já estava no último ano. Ele disse para minha mãe: “Ela não tem perspectiva, manda ela para Escola Agrícola, porque aí ela já sai com diploma reconhecido. Ela pode arrumar qualquer trabalho, pode trabalhar em empresa particular, empresa do governo”, e assim a minha mãe fez. Hoje ela já está aposentada.

Os trabalhos têm que ser feitos com excelência, tem que ler, tem que ver o que você está escrevendo. Minha letra não é boa, não. Mas, em compensação, minha mãe me ensinou a pesquisar. Ela cobrava muito essa parte de respostas e fazia a gente procurar as respostas. Minha mãe sempre prezou muito pela nossa educação. Ela se formou na primeira turma da faculdade a distância, acho que foi no ano de 1984. Foi a primeira turma que se formou em pedagogia em Rondônia, num curso à distância, ofertado em período de férias. Então, ela cobrava muito da gente, assim como meu pai, que era um paraibano muito determinado. Nós

gostávamos muito de estudar e sabíamos que tínhamos de tentar uma coisa melhor para a gente.

A escola foi desativada, acho que duas turmas depois da minha, não tenho certeza. Foi bem rápido e a gente sentiu muito. Vou falar a verdade para você: chorei muito quando isso ocorreu, porque foi um legado que se perdeu. É muito ruim passar lá em frente. Tá certo que está funcionando outra escola lá, né? Mas não é a mesma coisa. Alguns anos depois que a escola Silvio Gonçalves de Faria foi fechada, em seu prédio passou a funcionar alguns cursos da UNIR.

Da minha família, só eu e meu cunhado tivemos o privilégio de estudar lá. Os meus irmãos estavam trabalhando, minha irmã era jogadora de handebol, era goleira de handebol e meu irmão jogava vôlei. Eles trabalhavam em outro departamento. Uma trabalhava na parte devenda de veículos. Uma das minhas irmãs sempre gostou dessa parte da educação física, sempre estava no meio. Meus dois irmãos mais novos eram crianças ainda: 11, 12 anos, aí optaram por outro rumo. A mais nova está na área da saúde. Meu irmão fez processamento de dados na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e hoje ele está em outro ramo. E minha irmã continua na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A minha outra irmã está aposentada e eu estou aguardando minha aposentadoria. Minha irmã caçula e eu nós envolvíamos muito com a parte de esporte, e gostávamos de participar dos Jogos Escolares de Rondônia (JOER). Eu jogava vôlei, era levantadora de vôlei, e minha irmã era goleira de handebol e jogava vôlei comigo também. E até hoje ela joga handebol, já fomos campeãs e tal. Nós éramos muito envolvidas com os esportes, mas hoje não faço mais isso.

Essa minha relação com o esporte começou antes mesmo de eu entrar na escola agrotécnica. Eu era do time de vôlei de Ji-Paraná e viajava para participar de campeonatos, representando o município. Na escola agrotécnica, eu participava mais do futebol e de corridas de longa distância. Eu e uma colega minha éramos boas no fôlego, então fomos convidadas para participar de uma corrida de 50 km. Nosso professor de educação física nos incentivava bastante. Agora, os agricolinos eram bons mesmo no futebol e no handebol. Eles participavam todo ano do campeonato de futebol que acontecia no Gerivaldão. Aí a briga era feia, era grito em cima de grito. Ai, ai... era muito bom! Tinha o Campeonato Rádio Alvorada... Todo mundo queria participar e era muito legal, muito bom mesmo! A gente aproveitava muito, não tinha briga, tinha disputa, competição, mas de maneira saudável. A gente xingava, gritava, depois acabava o jogo e estava tudo bem também. Não é como hoje, que tem violência dentro e fora dos campos e das quadras, que tem briga de torcida e situações graves. Era muito gostoso, era um momento de desestressar. Até porque os alunos

que ficavam internos não podiam estar todo final de semana indo pra casa, então a folga deles, o lazer deles eram nesses momentos de futebol, de banho de rio, de discoteca. E acho que se não fosse isso, teria muita gente com depressão.

O que o colégio deixou de mais marcante foi a minha autoestima. Hoje tenho coragem de falar, de levantar a cabeça e falar que trabalho e que com o meu trabalho eu consegui fazer coisas relevantes para outras pessoas, sobretudo pessoas necessitadas, que vivem na roça e não tiveram as mesmas oportunidades que tive. Não estou dizendo que as outras profissões não são importantes. Todas as profissões são importantes, mas para mim, Irany Fernandes, a profissão que desenvolvo graças ao curso técnico agropecuário foi o que mais me deixou feliz e me permitiu passar por todos os desafios que passei. Eu consegui passar por tudo e hoje estou onde estou: em uma posição confortável, realizada, aguardando a aposentadoria. Para mim, a escola foi primordial para a minha autoestima, para eu desenvolver confiança e otimismo. Fora Deus, claro, e o apoio da minha família, que também foi muito importante em toda a minha trajetória. Meu cunhado também, que me deu essa força.

Acredito que quando você tem seu trabalho, seu emprego, não tem coisa melhor, porque você consegue sustentar sua família. A gente reclama do salário, isso é normal para nós, seres humanos. Mas e aí? Se você não tivesse nem salário? Só tenho que agradecer a Deus.

Quando saí da escola, lembro até hoje, fui para Guajará-Mirim, fiquei lá por um ano. Retornei para Ji-Paraná e depois fui para Porto Velho. Após cinco anos é que consegui esse trabalho em que atuo até hoje. Eu estava com 23 anos, não estava trabalhando até então, mas aí, graças a Deus, teve um homem que entrou em contato com minha mãe e falou assim: “Estamos contratando Técnicos Agropecuários”. Ela me falou isso era meio-dia. Peguei meus documentos e fui para a Emater, a pé mesmo, no sol quente. Fui contratada.

Penso que tudo ocorreu no momento certo e só tenho que agradecer. Vejo pessoas, às vezes, reclamando do trabalho, do salário... Claro, temos o direito de lutar por condições melhores, mas a gente tem que colocar os pingos nos is. Há muita gente desempregada, muita gente sem salário, pessoas com a família inteira vivendo com um salário mínimo. Então a gente só tem que agradecer mesmo. Se eu tivesse desistido no último ano agrícola, não sei onde estaria hoje, mas fui persistente, continuei e terminei. Então, assim, se eu não tivesse o certificado do agrícola, tivesse desistido, eu não estaria hoje na Emater. E nós, que somos mulheres, a gente passa por muitos desafios, constrangimentos, muita coisa. Mas a gente está aqui hoje, firme e forte.

A persistência faz parte da vida, é importante persistir, para depois não ficar

reclamando das coisas que perdeu, das oportunidades que não vieram. Eu não posso reclamar. Só tenho que agradecer muito a Deus pelo trabalho que tenho. Amo meu trabalho, passo por lugares maravilhosos, conheci pessoas especiais também. A gente não agrada todo mundo, né? Mas, no geral, minha experiência profissional foi muito boa e sou feliz, porque não vivo a mesmice todo dia. Um dia vou ali, em outro dia vou para outro lugar, converso com várias pessoas, conheço outras pessoas.

Lembrei agora do dia de minha formatura na Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria. A nossa formatura foi na esquina da escola, onde tinha uma igreja. Teve uma missa, depois fizemos um encerramento simples. Na formatura da primeira turma, lembro que houve um almoço para as famílias e a gente foi, fomos convidados na época. Aí a gente foi para um local que tinha um banho, mas no nosso caso, foi na igreja. Fizemos a missa e a entrega dos certificados, só. Mesmo assim, foi especial.

Quero agradecer a Deus, agradecer a você pela oportunidade de contar minha história e relembrar de um tempo tão gratificante, do qual sinto tanta saudade. Para mim, assim, foi surreal a gente falar sobre essas experiências que vivi, porque não tinha expectativa de fazer isso, sou uma filha numa família de seis pessoas irmãos. A situação é bem complicada, com família grande, então sou grata por me dar essa oportunidade de falar da gratidão que eu tenho a Deus e à escola, por terem me permitido estar onde estou. Ah, e quero dizer que se você precisar de alguma coisa minha, da parte pessoal ou de trabalho, estou aqui para ajudar. Também quero agradecer, de antemão, as pessoas, que em algum momento da vida vão assistir ou ler essa entrevista. Muito obrigada, mesmo! Fico muito feliz pelo reconhecimento.

Olímpio Ferreira Júnior

Vim de uma família muito pobre. Tinha dias que a gente não tinha nada para comer em casa. Nós éramos nove irmãos, mas dois faleceram quando ainda éramos crianças: umam menina e um menino. Recentemente perdi outro irmão, em razão da Covid-19.

Na minha infância, a gente morava em Guajará-Mirim, no interior, no sítio, e me lembro que tinha dias que a gente não tinha nada para comer.

Minha mãe trabalhava muito para tentar nos dar um sustento digno. Ela capinava quintal, fazia todo o tipo de serviço, e graças ao trabalho dela tínhamos arroz com feijão e, às vezes, alguma mistura.

Até meus 15 anos de idade eu nunca tinha saído de casa, não conhecia outra vida se não aquela que levava junto à minha mãe e meus irmãos. E nem sabia que existia colégio agrícola, porque em Guajará-Mirim não tinha esse tipo de educação, a Educação Profissional. Mas com 15 anos fui para o colégio agrícola, eu e meu irmão, que tinha 14 anos. Chegamos lá, era uma coisa diferente, nós conhecemos outra família, porque lá éramos como uma família.

Nós éramos 110 alunos e éramos como irmãos, um ajudava o outro. Aquele que estava com dificuldade, você o ajudava, e assim nós nos formamos. Entrei lá em 1986 e saí em 1989, numa época em que o colégio estava em crise, em que se falava que estava para encerrar as atividades. Tanto que depois da minha turma teve só mais duas, eu acho. Que eu me lembre, só mais duas turmas depois da minha. O fechamento da Escola Agrícola foi um prejuízo para a sociedade, porque ia muita gente para estudar lá, gente de vários lugares: do Paraná, São Paulo, Rio Branco. Vinha muita gente de fora para estudar lá.

Estudei em regime de internato e nesse regime você tinha que trabalhar: era um tipo de troca de favores. Você tinha que trabalhar para comer. Se não trabalhasse, não tinha comida. Era uma instituição de disciplina rígida: tinha horário de acordar, horário de almoço, horário de assistir TV e horário de diversão. A gente acordava às 5h da manhã, arrumava a cama e já ia tomar banho. Tinha que estar na fila para tomar café às 6h. Os horários eram todos marcados: tínhamos dez minutos para tomar café, dez minutos para almoçar e dez minutos para jantar. Se passasse de dez minutos, você já não comia mais. E tinha que chegar na hora certa de almoçar: era meio-dia, se você chegasse 12h30, você já não almoçava mais. Então a gente ia pegando disciplina e, ao se mostrar disciplinado, ganhava o respeito dos colegas e dos professores.

Havia conflitos, mas nós nos chamávamos de “irmão”, nos tratávamos como irmãos,

nunca brigávamos dentro da escola. Quando se chegava lá no colégio agrícola para se apresentar, a gente já sabia que ia ficar três anos no colégio, em regime de internato, então estava claro que precisaríamos buscar uma boa convivência.

Apesar disso, havia muita brincadeira. Cada um de nós tínhamos um apelido, igual no quartel. Você tem o sobrenome que você usa, e no colégio agrícola a gente não usava o nosso próprio nome, mas tinha um nome de guerra. Lá dentro cada um tinha um nome de guerra, e eu aprendi muita coisa lá. Foi muito interessante, mas não foi fácil.

Eu era menor de idade, um menino de 15 anos ainda, e sofri muito, especialmente nos primeiros dias. Passei as duas primeiras semanas chorando. Foi um impacto muito grande ficar longe de minha família, trabalhar, estudar. A gente estudava até à noite, porque tinha que fazer provas, às vezes era quatro, cinco provas num dia, e nesses dias a gente nem dormia, estudava a noite toda, tomava pó de guaraná para driblar o sono, para conseguir estudar e ir bem nas provas. Terminando as provas, tinha que ir para a horta ou cuidar dos animais – havia uma escala de tarefas a serem cumpridas.

Outro ponto agravante, para nós que éramos do interior, Guajará-Mirim, Porto Velho, Vilhena, Colorado, é que a gente não ia para casa no final do ano. Nós permanecíamos na escola tomando conta das coisas, porque era muito longe, principalmente Guajará-Mirim. Não tinha estrada boa, não tinha asfalto, era tudo lama. Passava-se de três a quatro dias na estrada para chegar em Guajará-Mirim. Então eu cheguei a passar dois anos sem ver minha mãe e quando pude ir para casa foi uma alegria muito grande.

Foi um pouco sofrido para mim. Na verdade, foi sofrido para todos nós. Mas hoje eu agradeço por ter passado esses três anos de internato, porque aprendi a dar valor a mim mesmo e às outras pessoas, aprendi que precisamos uns dos outros e que não podemos passar por cima das pessoas. O certo é que hoje eu vejo e consagro: estudei, trabalhei e venci!

Com a formação de técnico agrícola, trabalhei no Instituto de Terras de Rondônia, depois eu trabalhei no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Ouro Preto do Oeste, então voltei para Guajará-Mirim, fiz o Magistério, dei aula por 14 anos e também fui chefe do setor de ensino. Depois de 14 anos, não gostei mais de lecionar. Pedi minha exoneração e demissão e vim para Porto Velho, onde trabalhei no supermercado Irmãos Gonçalves. Fiquei seis meses lá, cansei e fiz o concurso para prefeitura, para o cargo de agente comunitário de saúde, passei cinco anos trabalhando como agente comunitário de saúde e, atualmente, estou trabalhando no Ministério Público do Estado.

Uma coisa que aprendi na vida, como estava falando, é não passar por cima dos outros, só subir de cargo pelos próprios esforços. Eu nunca gostei dessa coisa de entregar o

seu próprio companheiro de trabalho, né? E usando a linguagem popular, nunca gostei de puxar saco de chefe para pegar um cargo melhor, isso aí eu não faço. Nunca fiz. E até já ofereceram bons cargos para mim, mas não pego, porque não gosto de ficar bajulando chefe. Eu faço o meu serviço, entro na hora certa e saio na hora certa. E foi o colégio que me ensinou tudo isso, que me ensinou a ser uma pessoa decente e honesta, me ensinou a não querer ser mais do que os outros.

Quando cheguei aqui em Porto Velho, dormíamos em quatro pessoas em um quarto. Eu engoli muita coisa para conseguir ganhar uma vida decente e diferente, porque no interior você não tem nada para fazer. Graças a Deus ele abriu meus olhos e vim para Porto Velho.

Em 2005, eu virei atleta paraolímpico de alto rendimento e aí conheci as cidades, as capitais dos estados do Brasil, também viajei para fora do país, conheci muitas cidades fora do Brasil. Sou atleta paraolímpico e recebo um patrocínio da Caixa Econômica para o alto rendimento. Hoje estou vivendo, vamos dizer assim, com dignidade. Estou sobrevivendo e, se comparado a antigamente, ao tempo de minha infância, estou muito bem!

Sempre tive de trabalhar para sobreviver. No colégio a gente tinha de trabalhar a horta para ter o alimento: a fruta do café da manhã, o legume do almoço, da janta. Era bom comer a comida que a gente mesmo produzia.

Vestimenta a escola não fornecia, então a gente tinha que comprar, e como minha mãe não tinha condição financeira para mandar... Eu me lembro que às vezes mandava cinco cruzeiros, acho que a moeda da época era o cruzeiro, não me lembro. Isso foi no ano de 1986. Quando ela conseguia, ela enviava cinco cruzeiros: dois para mim e dois para meu irmão, para gente comprar sabonete, pasta de dente, papel higiênico e roupa, quando a gente conseguia economizar.

Em 1987, com apenas 16 anos, comecei a trabalhar como segurança no Clube Vera Cruz, de Ji-Paraná. Eu fazia a segurança de vários eventos. Nós nos oferecíamos para ser segurança, para termos uma renda a mais, né? Mas a minha renda no final do mês era cinco cruzeiros, que era dividido para mim e meu irmão.

Um dos episódios que nunca me esqueci foi a greve de estudantes do estado de Rondônia. Saiu até nos jornais e acho que até hoje o Juscelino tem esses jornais. Foi a primeira greve de estudantes do estado. O Diretor da Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, na época, era o Senhor Honorato, acho que era esse o nome do Diretor. E a greve ocorreu, porque começou a faltar alimento na escola. Isso porque o Governo do Estado deixou de repassar verba para comprar os alimentos para o café da manhã, almoço e jantar. Eu tinha ido a Guajará-Mirim visitar a minha mãe, quando retornei, para o café da manhã, havia seis

bolachas, café e chá mate. Depois foi diminuindo para quatro bolachas, três bolachas, e depois começou a faltar as bolachas e o café. Não tínhamos chá e almoço, não tinha mais nada. Então resolvemos sair do refeitório e fomos para frente da diretoria reivindicar os nossos direitos, e ficamos lá, parados, em protesto. O Diretor era muito carrasco, botou uma colega de castigo, o nome dela era Rosinha, era o nome de guerra dela. Ela e um outro colega que não lembro o nome foram punidos, eles colocaram eles para capinar. Nós ficamos chateados e começamos a fazer a greve. Pegamos todo mundo e fomos lá para o Dois de Abril, perto da Seduc, ficamos parados lá em frente. Fizemos isso vários dias, e também fomos pedir dinheiro nos semáforos. Nossa greve durou uns 30 dias, ficamos uns 30 dias sem estudar, até que houve uma intervenção estadual e solucionaram o problema do internato.

Nossa greve foi muito noticiada. Teve uma grande repercussão, inclusive em nível nacional. Foi um momento de unidade, ficamos unidos e enquanto não teve uma solução por parte do Governo do Estado, enquanto não resolveu, não voltamos para a sala de aula. Não foi fácil fazer 30 dias de greve, mas conseguimos nosso objetivo e as coisas melhoraram muito depois dessa greve. Não só o financiamento público melhorou, como também melhorou a relação da escola com as empresas, porque aí a escola ficou mais conhecida. Antes, as empresas não investiam no colégio. Às vezes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) faziam algumas prestações de serviço para nos ajudar, por exemplo, com o gado bovino ou suíno: nos ajudavam a fazer a castração dos animais, a fazer a marcação de gado. Na parte da horta, nos ensinavam a usar fertilizante.

Muitas das vezes nós éramos mal vistos pela sociedade de Ji-Paraná, éramos tratados como marginais, por sermos menores de idade e não termos família perto. Havia, sim, preconceito, e cabe destacar que esse preconceito não era só contra nós, rapazes, mas contra as moças também, pois não havia só rapazes estudando lá. Na minha época, havia 15 mulheres que também estudavam lá.

Mas eu estava dizendo sobre o apoio que recebíamos para castrar os animais. Aprendemos a fazer esse trabalho e, com isso, a gente prestava serviço e ganhava um troco. Lembro que havia uma fazenda de uma empresa muito grande no estado de Rondônia, essa fazenda ficava em São Miguel do Guaporé. Nossa turma ia para lá castrar e vacinar o gado da fazenda. Na época, eles tinham umas vinte mil cabeças de gado. Também havia gado selvagem e gado domesticado, que entrava na mata, se refugiava, e o pessoal da fazenda não conseguia pegar esse gado. Nós íamos atrás desse gado para fazer castração e também prestávamos serviço na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e na Emater

das cidades de Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici e Jaru, ajudando em algumas coisas na área da agropecuária.

Em termos de técnica pedagógica, era muito bom! Lembro das disciplinas de Zootecnia, Agricultura... Nos anos dois e três tinha Topografia 1, 2 e 3, tinha Biologia, Química, Matemática, Português. No primeiro ano era assim: nós tínhamos vinte e uma matérias. No primeiro ano, nós éramos chamados de “bagaço”, porque a gente era novato.

No segundo ano já diminuía um pouco o número de disciplinas, caía para 18, e no terceiro ano ficavam mais ou menos 15 disciplinas. Tínhamos muitos professores bons! Lembro de Anicete, que era professor de agricultura, ele era, vamos dizer, um pouco carrasco, mas no bom sentido. Era exigente, rigoroso, mas gostava de ensinar e nos dava boas oportunidades. Ele dizia que a gente tinha que estudar para mais tarde ser alguém.

Recordo do professor Pacheco. Acho que ele está em Porto Velho agora. Ele dava aula de Zootecnia. E também havia uma professora chamada Rosane, que dava aula de Moral Cívica, a professora Rosa Beatriz, que dava aula de Biologia e Química, a professora Maria das Graças. Todos eram bons professores nessa época. Não vou dizer que hoje em dia não há bons professores, claro que há, mas na nossa época, eles eram escolhidos a dedo, eram diferenciados. Aqueles professores eram especialmente bons, porque além de ensinarem, eles supriam um pouco a função materna e paterna, porque a gente era deixado lá três anos, longe da família, então eles eram as nossas referências, e tudo de melhor que a gente tinha, a gente aprendia ali. Um colega nosso era chamado de “sossego da mamãe”, porque ele era o menor da turma, tinha 13 anos. Às vezes ele chorava e os professores davam assistência a ele, consolavam, diziam que ele estava lá para aprender, para ser alguém na vida no futuro.

Hoje o ensino melhorou muito em vista de antigamente, hoje os nossos alunos têm muita facilidade, tudo é bem mais fácil que antigamente. Como eu e meu irmão, a gente ficava no colégio nos finais do ano, eu participei de duas formaturas e conheci todos os amigos que passaram por lá em 1986, 1987 e 1988. Participei da formatura de muitos e em 1989 foi a minha, a formatura nossa turma, que foi a penúltima.

Para as famílias, quando o filho passava pela formatura, era muito bom. A mãe ficava muito orgulhosa, porque agora ele tinha uma formação técnica, teria um trabalho e também ajudaria em casa, pois muitos dos nossos irmãos do colégio agrícola eram da zona rural e depois que se formavam iam para o sítio dos pais para aplicar aquela técnica que tinha aprendido na escola.

Os vínculos que desenvolvemos eram tão fortes, que a amizade se manteve mesmo depois de todos esses anos. A nossa amizade ficou tão intensa, que temos um grupo no

WhatsApp, mantemos contato diário. Esse grupo foi criado antes de começar a pandemia e nós já fizemos nosso encontro de 30 anos de colégio, o encontro da nossa turma e foi aqui em Candeias do Jamari. Nossos irmãos vieram de todos os cantos do Brasil: veio pessoal do Paraná e de São Paulo, os que estão morando lá, veio colegas de vários pontos do Estado de Rondônia, e de vários estados do Brasil. Nosso ponto de encontro foi Candeias do Jamari.

Em 2019, nós estávamos nos organizando para fazer outro encontro, em 2020, mas começou essa pandemia e, infelizmente, meu irmão faleceu de Covid-19. Ele foi o único de nossa turma que teve a infelicidade de não resistir à doença.

Mantenho contato com meus colegas de turma. Tenho um colega de turma que está em São Paulo, o Marcelo Typekit. Ele é instrutor de segurança na Gol, em São Paulo. Tem o Cientista, no Paraná, que é médico, o Cláudio. Tem outro no Paraná, também que é Agrônomo, ele dá assistência nas empresas lá. Aqui em Porto Velho eu tenho contato com vários, em Guajará-Mirim também, e em outros lugares aqui do estado. Até indico o José Ribamar para participar da sua entrevista, depois eu passo o contato dele para você.

A Escola Agrícola deixou para mim muita coisa marcante. Uma delas foi a união de todos os alunos. Lá a gente era uma turma muito unida, unida em tudo, e até hoje, onde nos encontramos, conversamos e gostamos de lembrar os velhos tempos. Lá fizemos muitas amizades, todo mundo virou irmão, né, porque éramos igual a uma família. Quando um aprontava, ninguém dedurava o outro, e as professoras eram como mães para nós. Nossa cumplicidade era uma coisa muito boa, porque se você fizesse uma delação, não ia prejudicar só o colega, ia prejudicar toda a turma, a turma toda ia ser castigada do mesmo jeito. Então, ninguém entregava o outro, cada um ficava na sua. Isso foi uma coisa muito importante na nossa vida, além do respeito uns pelos outros. Eu vou procurar aqui na minha agenda, se encontrar o contato de uma colega eu vou te passar, o nome dela é Marilene, se eu encontrar vou te enviar.

Eu aprendi muita coisa boa no colégio. Sinto falta dessa união que hoje não se tem mais. Tínhamos hora para tudo: hora para levantar, todo mundo na hora certa, hora para ir para quadra, jogar e fazer exercício físico, hora para jantar, todo mundo ia jantar junto. Tudo tinha horário para começar e horário para terminar. Tudo acabava na hora certa. Tenho saudade daquele tempo, porque, apesar das dificuldades, apesar das lutas pelas quais passávamos, foi um tempo muito bom.

Com isso, esse companheirismo, nós nos tornamos uma grande família, sempre estávamos juntos. Construimos esse elo familiar. E até hoje temos essa grande amizade. E quando digo que alguns professores eram muito rigorosos, hoje os entendo, eles eram daquele

modo, porque queriam nos ensinar como seria a vida aqui fora, e ainda temos contato com alguns deles. Tínhamos um professor, o nome dele era Brás, ele sabia toda a extensão do país e do mundo, ou qualquer país. Se você perguntasse a extensão de qualquer país, ele sabia te dizer, e dizia ainda as fronteiras e o tamanho da população. De vez em quando, a gente conversava com ele esse tipo de assunto. Ele era, vamos dizer assim, uma espécie de “general”, que cuidava da gente. Se alguém fizesse alguma coisa errada, ele chamava para conversar e dava aquela pequena punição. Mas todo mundo gostava muito dele, ele era um cara duro, mas todo mundo gostava das aulas dele.

Quero agradecer a você, por ter me convidado a participar de sua pesquisa de mestrado, e me permitir voltar no tempo e relembrar lembranças maravilhosas do meu tempo de colégio agrícola. Isso é muito gratificante. Muito obrigado!

Sandro Marcos Castro de Araújo

Agradeço a oportunidade de compartilhar um pouco da minha trajetória pessoal e acadêmica. E eu acho que seria interessante começar a minha narrativa a partir do ponto em que cheguei a Rondônia, e lembro exatamente o dia em que isso aconteceu! Cheguei a Rondônia no dia 13 de dezembro de 1986 e, por uma coincidência, a Xênia estava já presente nesse primeiro dia.

Eu morava em Curitiba anteriormente e tinha terminado a sétima série – que na época era o sexto ano. Cursei o sexto ano em Curitiba e o sétimo ano cursei em Espigão do Oeste. Lá havia uma escola chamada Sete de Setembro, que depois, no local onde ela ficava, fizeram uma praça muito bonita, e não sei para onde aquela escola foi levada. Sei que ela foi posta em algum outro espaço público, né? Não tenho muitas lembranças da sétima série ali, em Espigão do Oeste, mas penso que foi um ano relativamente tranquilo. Como quase toda criança nessa faixa etária, eu ainda não tinha grandes preocupações, nem muitas expectativas e muito menos metas, vamos dizer assim. Ou, ainda, não tinha expectativas de trajetória pessoal ou acadêmica.

Depois, a oitava série eu fiz já na cidade de Pimenta Bueno, que fica ao lado de Espigão do Oeste. Estudei em uma escola chamada Marechal Cordeiro de Faria e foi um ano muito, muito bom! Um ano em que construí grandes amizades, amizades que eu trago até hoje. Então, se a gente for pensar esse processo, de 1986 para 2022, são décadas, né? E eu sempre acho isso uma coisa muito relevante na minha trajetória de vida: a permanência dos vínculos com meus amigos. Sempre brinco com os meus alunos aqui e digo: “Hoje a gente tem muitos colegas, mas, amigos, a gente conta nos dedos da mão”. Tenho amigos de longos tempos, de uma trajetória muito bonita, amigos que fizeram a oitava série comigo, um deles é chamado Jefferson e o outro é o Uziel. E eu não sei qual dos dois, mas um deles, quando nós estávamos já no final do ano letivo, falou da existência de uma escola agrotécnica que ficava no município de Ji-Paraná. Eu nunca tinha ouvido falar nisso. Não sabia que existia essa escola e nem sabia que existia a profissão de Técnico em Agropecuária. Não conhecia a instituição e, mais pela amizade – confesso a vocês duas –, que por interesse na área, fiz o processo seletivo, que era uma espécie de um mini-vestibular. Então, a gente ia até Ji-Paraná fazer uma prova de conhecimentos gerais e, uma vez aprovados, a gente, no ano seguinte, iniciava esse curso técnico.

E também havia uma outra situação, que é a educação em Rondônia, na época. Uma educação muito precária. Imagino que continue sendo e, lamentavelmente, esse é um

problema nacional. Na época, em Rondônia, o estudante que terminasse o Ensino Fundamental nessas pequenas cidades, como Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, não tinha muitas opções: ou iria fazer aquilo que eles chamavam de magistério ou o que eles chamavam de científico, que penso que era o Ensino Médio que a gente oferece hoje.

Então, em 1987, aprovado no processo seletivo, iniciei então um curso de Técnico em Agropecuária na Escola Silvio Gonçalves de Faria, que hoje é um *Campus* do IFRO, e foi muito interessante isso. Eu trabalho no Instituto Federal do Paraná. Xênia também está no Instituto Federal de Rondônia e, na época, era uma escola estadual. Então ela tinha vínculo com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e depois se tornou escola técnica federal, uma coisa meio excêntrica. Eu não sei explicar muito bem isso, porque era uma escola federal, mas ela era, vamos dizer assim, tutelada pela organização estadual, quando surgem os Institutos Federais no Brasil. Ou imagine, então, que ela acaba sendo assimilada e se transformando num *Campus* do Instituto Federal de Rondônia.

Fui aluno dessa instituição de 1987 a 1989. Minha formatura foi no dia 14 de dezembro de 1989 e foi uma das experiências mais lindas da minha vida até hoje!

Digo para vocês que aprendi muito! Aprendi muito intelectualmente, profissionalmente, mas também do ponto de vista do amadurecimento pessoal. Era uma escola masculina, de internato, então nós convivíamos ali durante três anos e a média era de 90 a 100 estudantes nas três séries: no primeiro, segundo e terceiro ano. Ali eu aprendi de tudo, e eu acho que foi muito bacana.

Me recordo que já no primeiro dia em que cheguei na escola, nós, os calouros, éramos chamados de “bagaços”, “meus bagaços”, e o primeiro ritual era a gente ser levado para tirar todos os cabelos da cabeça. Na época eu tinha bastante. Então eles raspavam a cabeça de todos os alunos. E aquilo ali era um, vamos dizer assim, um ritual de iniciação. Para algumas pessoas, era extremamente penoso. No meu caso, levei como algo tranquilo e superei sem grandes problemas. Não seria um grande drama existencial.

Enfim, foram três anos muito ricos. Lembro, por exemplo, que dentro das diversas áreas que estudávamos Agronomia, Veterinária e Zootecnia. Uma que sempre me chamou muito a atenção e que continua muito presente na minha vida, foi a Apicultura, o trabalho com as abelhas. Isso foi uma das grandes paixões que esse momento da minha vida acadêmica me trouxe. E quando eu já estava para terminar esse curso, eu até tentei na época, junto com alguns amigos, procurar algum tipo de emprego como Técnico em Agropecuária, mas naquela época nós não conseguimos essa colocação profissional. E também confesso para vocês que eu não me via atuando na área, nessa área específica. Eu tinha até uma pretensão de fazer

medicina veterinária, mas em Rondônia não me recordo se na época já existia esse curso. Talvez existisse em Porto Velho, mas creio que não. Então acabei saindo de Rondônia e vindo morar em Florianópolis, Santa Catarina. E por que esse lugar específico? Porque o meu irmão mais velho e os meus primos já estavam estudando em Florianópolis e, por uma questão de logística – e também porque é bom ter essa presença familiar, que colabora muito –, eu vim fazer faculdade aqui no Sul.

Ocorre que com 18, 19 anos e naquele contexto histórico em que vivíamos, eu me sentia muito perdido. Não sabia exatamente o que eu queria estudar, e havia toda uma pressão: eu tinha que decidir naquele momento. Era como se fosse a única chance da sua existência, algo bem diferente do que temos hoje. Hoje eu sempre digo: “Olha, você pode fazer esse curso mesmo que você não goste. Você tem a vida toda para fazer quantos cursos você quiser”, mas naquela época havia uma espécie de pressão social, não da minha família – nunca me senti pressionado pelos meus pais, em absoluto. Mas havia sim uma pressão social: você tinha que decidir, tinha que fazer algo urgentemente! E minha primeira experiência em vestibular na Universidade Federal de Santa Catarina foi deprimente, porque na época eles usavam o sistema de aprovação e as questões eram um somatório, então elas eram muito mais difíceis. Você sabia às vezes duas, três, mas se errava uma, você já dançava. E você não podia zerar em nenhuma disciplina, em nenhuma prova, senão você já estava automaticamente desligado. E é claro que eu zerei! Zerei na prova de Inglês. E por que me lembro disso? Porque na Escola Agrícola em Rondônia a gente teve uma formação muito deficitária em algumas áreas, como Inglês, Química e Física. Eu me recordo que quando eu comecei a fazer cursinhos aqui no Sul, os professores estavam falando de coisas que para eles e para os demais alunos eram básicas, mas que eu nunca tinha ouvido sequer uma única vez. Então isso me gerava certa angústia, porque você corre o risco de achar que a questão é somente sua e, na verdade, não é uma questão apenas do indivíduo, mas de todo um contexto, de um sistema educacional que é precário e que é mais precário ainda em algumas áreas. De maneira, então, que minha primeira experiência em vestibulares foi uma experiência profundamente negativa, mas pedagógica. A gente aprende muito também com essas vicissitudes da vida.

No ano seguinte comecei a fazer cursinho e a trabalhar em escritório de contabilidade. E confesso para vocês que esse foi um período muito difícil, porque eu estava fazendo coisas que não me traziam nenhum tipo de prazer. Até que um dia eu recebi uma carta! É isso mesmo! Vocês que são mais jovens podem estranhar isso, mas era uma carta, e não dê risada, Edeli. Segure aí! Quando conto isso para os meus alunos eles falam: “Professor, mas o senhor

é quase um dinossauro!”. Essa carta que recebi era de um amigo, de um amigo que tinha feito a escola agrotécnica comigo. E esse sujeito me convidava para conhecer uma comunidade aqui no Paraná, no norte do Paraná, numa cidade chamada Cornélio Procópio. E olha que coisa de louco! Uma comunidade religiosa: um seminário! Onde as pessoas queriam ser padres.

Como eu estava meio chateado, triste com os rumos que a minha vida estava seguindo naquele momento, decidi pegar um período de férias no trabalho e conhecer esse lugar. Fui. Cheguei lá e achei que aquilo era um lugar de pessoas muito estranhas e que eu com certeza não me encaixaria naquele estilo de vida. Detalhe: eu nunca imaginei na minha vida que um dia a questão da vocação religiosa se apresentaria para mim, mas isso aconteceu por volta de julho de 1990 e em novembro de 1992 eu decidi abandonar o trabalho e entrar na vida religiosa.

Tornei-me seminarista de uma congregação religiosa chamada Padres Palotinos. São chamados palotinos, porque o fundador da ordem era um italiano chamado Vicente Pallotti. Inclusive os palotinos atuam no sul de Rondônia. Ali, na cidade de Colorado do Oeste, eles estão presentes.

E aí eu fiquei um ano recluso. A gente chama esse ano de noviciado. É um período em que você realiza uma série de estudos para ponderar se você tem ou não vocação, se você deseja ou não seguir aquele caminho. Em 1993 cheguei em Curitiba e fiz vestibular, seguindo o caminho da formação da vida religiosa. Iniciei a graduação em Filosofia, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, aqui em Curitiba. Estudei Filosofia de 1993 a 1995 e graças a algumas estratégias de somatória de estudos e aproveitamento de disciplinas, saí graduado em Filosofia e também habilitado em Sociologia e História, que são áreas nas quais trabalhei posteriormente.

Em 1996, recebi um prêmio da PUC, que era uma bolsa de pós-graduação *lato sensu*, uma especialização, que na época era uma coisa relevante. Eu queria fazer uma pós-graduação em Filosofia, mas não houve a abertura da turma do curso que eu havia escolhido e, para não perder essa bolsa, porque essa era uma condição, acabei fazendo um curso que na época eu pensava que não tinha nada com a Filosofia, que era o curso de Informática na Educação. Mas antes disso, ainda em 1995, assim que me formei, comecei a buscar oportunidades de trabalho como professor, aqui no Paraná. Era uma época de precariedade no que diz respeito a concursos, não tinha concurso praticamente. Então, a maioria das pessoas era contratada em condições assim: terríveis! Professores substitutos, temporários. Não sei como é aí Rondônia. Aqui no Paraná até hoje existe essa figura e é uma figura que é

explorada pelo poder estadual, com salários mais baixos, sem quase nenhuma condição de trabalho, nenhuma garantia, nenhum direito, enfim, uma mão de obra docente assim tipificada como de segunda categoria.

Foi nesse contexto que tive minha primeira experiência em sala de aula, e isso para mim é muito importante e muito significativo na minha vida, porque até então nunca imaginei que viria a ser um professor. Primeiro, porque realmente não estava no plano da minha trajetória pessoal e, segundo, porque, parece-me ainda hoje, depois de 26 anos, que não se encaixa muito na minha personalidade, porque sou uma pessoa muito tímida, e você estar na frente de uma turma pressupõe ter que enfrentar esse lado. Mas eu sempre brinco. Parece que quando entro na sala de aula, incorporo alguma entidade, porque me transformo, perco a timidez. E se existe uma coisa que eu amo na minha vida é ser docente. Para mim, não há outra possibilidade que não a de ser educador. Me perdoem, eu estou com um resfriado, então vou ficar tossindo de vez em quando. Mas já fiz o exame. Não é Covid. Vocês não vão ser contaminadas, tá bom?

Então eu comecei a trabalhar numa escola estadual chamada Paulo Leminski. É uma escola muito interessante, porque o Paulo Leminski é uma personalidade da cultura aqui de Curitiba, um grande poeta e um grande dramaturgo. Uma pessoa muito importante dentro do ambiente cultural aqui do Paraná e essa escola recebeu o nome dele como uma homenagem. Minhas primeiras aulas foram de História e História do Brasil, com a quinta série. Havia uns capetinhas. Nossa, como era difícil! E foi ali que eu aprendi a ser professor, com aquele público. E acho que quem consegue trabalhar com crianças, consegue trabalhar com qualquer faixa etária, com qualquer nível escolar.

Aliás, um dos meus grandes sonhos, que acho que eu não vou conseguir realizar nesta vida, seria trabalhar com alfabetização. Eu acho que aquele que consegue alfabetizar um outro ser humano é um ser iluminado, divino! E percebo que há uma inversão na estrutura, na hierarquia do processo educativo do cidadão brasileiro: a importância que a gente dá ao pedagogo, que é a base de todo o restante do processo educacional, é muita baixa. Como esse povo é desvalorizado! Como esse momento da educação é desvalorizado pelas políticas públicas!

Logo na sequência, recebi a oportunidade dentro dessa escola de lecionar Filosofia da Educação, que foi muito bacana, porque se aproximava mais da minha área central de formação para o magistério. Essa disciplina eu ministrei para uma turma só de meninas jovens, que estavam fazendo o curso de magistério. Então foi um ano muito bom, muito rico. Eu aprendi muito. Foi um ano em que eu me descobri também como docente, um ano de

muitos estudos. E recorro que mais ou menos aí – estou falando de 1995, 1996, surgiu um concurso numa escola aqui de Curitiba, que na época era a Escola Federal de referência, era o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), que depois se transformou na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Todo mundo queria estudar no Cefet e todo mundo, claro, queria trabalhar no Cefet. Então, ser professor de uma escola como essa, era uma oportunidade espetacular, muito rica, uma oportunidade de você crescer profissionalmente e assim por diante. Então abriu o concurso na área de Filosofia e eu tinha aí, nesse contexto, 24, 25 anos, era muito jovem. Só tinha feito essa especialização em Informática na Educação, não tinha muita experiência, não tinha tempo de trabalho, não tinha publicação. Toda aquela coisa que a gente sabe que conta quando você avalia esses processos de concurso. Mas eu pensei: “Vou fazer a título de experiência, vou ver como é o nível dessa prova. Quem sabe na próxima vez eu vou estar mais preparando”. Fiz essa prova sem muitas expectativas, mas dentro do conjunto de pessoas que fizeram a prova, fui selecionado para o segundo momento, que era a prova da aula, uma prova didática, em que você dá uma aula para uma banca. E me recorro muito bem que o tema que eu tinha que trabalhar, Xênia, olha que loucura: era “Liberalismo e Socialismo na sociedade brasileira de 1996”. Preparei o material, claro, gente, com toda a insegurança.

Entrei numa sala e era uma sala de desenho técnico. Aquelas pranchetas enormes, era uma sala que sumia, e havia três caras no meio, com aquela autoridade de quem vai avaliar o outro ser humano. Um simples ser humano que quer ser professor ali daquela instituição. E eu sei que eu tinha 30 minutos de limite de aula e ali, pelo oitavo minuto, fiz um discurso que mudou a minha existência. Sem querer, eu disse algo mais ou menos assim: “Os partidos políticos brasileiros, naquela época, não tinham identidade. Nenhum deles, nem os que eram chamados de esquerda, muito menos os que eram de direita”. Falei porque, de fato, era o que eu acreditava. Vocês não imaginam ver uma briga, uma briga entre os meus avaliadores, porque tinha um que era de extrema-esquerda e tinha um que era de extrema-direita. Ou seja, essa coisa da polarização já vem do século passado. Então a relação não vai mudar tão cedo. Eles começaram a brigar entre eles. E eu pensei: “Cara, que merda que eu fiz? O que eu falei aqui?”. Eu pensei: “Ferrou, negão!”. Daí, depois que eles se acalmaram, o terceiro, que era o presidente da comissão, ficou processando: “Muito obrigado pela sua aula”. Aí, gente, eu não tinha dado aula, eu tinha... Saí daquela sala pensando: “Que que eu fiz?” Tchou, fui embora.

Mas como bom brasileiro, que mantém a esperança e etc., eu pensei: “No dia que sair o resultado, eu vou lá ver no edital”. E assim eu fiz, e para minha surpresa, eu tinha sido

aprovado!Tinha ficado na primeira colocação. Não sei por qual razão. Talvez porque consegui fazê-los brigar, né?

E olha que legal, disso aí veio um grande dilema ético na minha vida. Foi um dos primeiros grandes dilemas éticos que tive, porque isso era mais ou menos outubro e eu tinha que assumir as aulas no Cefet imediatamente. E para poder assumir as aulas imediatamente,eu tinha que abandonar as aulas do Colégio Paulo Leminski, o colégio estadual onde eu trabalhava, teria de abandonar os meus alunos. E isso era outubro, já era mais ou menos o final de ano acadêmico e eu criei esse constrangimento moral para mim. Eu pensei: “Cara, eu não posso fazer isso”. Então eu tinha, de um lado, a grande chance da minha vida, outro, eu tinha esse dilema moral.

Confesso que sofri, mas decidi abrir mão do concurso. Eu achei que não seria ético deixar meus alunos naquele momento, mesmo sendo professor substituto, mesmo sabendo que em dezembro eu ia ficar sem emprego. Achei que terminar o ano letivo com meus alunos seria o mais adequado a ser feito naquelas circunstâncias. E fiz. Pois bem, depois disso vieram muitos demônios. Um tipo de arrependimento. Será que eu agi bem? Mas veja como são as coisas: em 1997 eu estava em um shopping center aqui de Curitiba e escutei alguém me chamando: “Sandro!”. Quando eu me virei para olhar, era aquele cara que tinha sido presidente da comissão do concurso. Ele também era o chefe do departamento de Estudos Sociais do antigo Cefet e, por uma grande coincidência, ele disse: “É o seguinte, tenho uma professora de sociologia que pediu aposentadoria, então nós temos lá 40 horas. O seu concurso está válido ainda e você não assumiu a sua vaga. Quem assumiu foi o segundo colocado. Mas se você tiver interesse, essas aulas podem ser suas”. Veja como a vida dá voltas! Então, em fevereiro de 1997, entrei no Cefet, sem um dilema moral, e foi uma coisa bacana.

Tempos depois, me tornei mais próximo desse professor que foi presidente da banca do concurso, estávamos tomando um café, e ele disse: “Porra, Sandro, uma das coisas que me fizeram não esquecer do seu nome foi aquilo que você falou para mim”, porque quando fui dizer que eu não poderia tomar posse, eu argumentei que não poderia fazer com outros aquilo que com certeza eu não gostaria que fizessem comigo. E essa frase para ele foi decisiva para ele não se esquecer de mim. E no andar do shopping center a vida apresenta essa possibilidade. Então, querida, nós... Eu acho que estou falando demais, chame a fala aí, continue. Eu avisei que falo demais e isso é uma moda na minha família.

Daí, então, comecei a trabalhar no Cefet, com cursos técnicos variados, e também com Ensino Superior, nas engenharias. Eu me sentia uma ilha, pois vinha da área de Ciências

Humanas e estava dentro de um espaço que, naquela época, era tecnicista ao extremo, coisa que em alguns Institutos Federais já está acontecendo também, lamentavelmente.

Além do trabalho no Cefet, eu trabalhava também numa outra escola particular daqui de Curitiba, chamada Stella Maris. Trabalhava com crianças de quinta a oitava série. A ressalva: não havia nono ano ainda. E aí foi um período muito bacana, porque mesmo sem ser um conhecedor de Paulo Freire na época, comecei a desenvolver aquilo que é uma das bases das teorias de Freire, que é pensar a educação para além de uma dimensão meramente cognitiva, mas que passa pelo afeto, e o afeto é decisivo. E com as crianças a gente consegue perceber essa relação dialógica e também uma relação de reciprocidade muito bonita. Ali fui me definindo, definindo aquilo que eu julgo ser o essencial da minha prática docente. A minha prática docente até hoje é marcada por esses anos em que descobri que o carinho, que o afeto, que a atenção, que a empatia são decisivas no processo de ensino-aprendizagem.

E passei a usar isso também na educação dos adultos, mas claro, numa perspectiva diferente. Então, a minha relação com os meus alunos sempre foi, pelo menos para mim, uma relação de humanidade, de uma humanização profunda, de compreensão da alteridade e de empatia. Eu amo fazer isso do jeito que eu faço, com todos os limites, evidentemente, da minha prática.

Em 2002 decidi dar continuidade à minha vida acadêmica. Sempre defendendo a tese – e aceito quem pensa diferente – de que é muito arriscado essa coisa de você terminar uma graduação e já ir partindo imediatamente para uma pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Penso que as pessoas precisam viver um pouco aquilo que elas escutam no mundo acadêmico. Elas precisam ir para a sala de aula, conhecer pessoas, abraçar pessoas, porque senão elas chegam à escola com muitas idealizações, com muitas teorias, e acabam se esquecendo do mais importante, que é o ser humano que está ali, muitas vezes nu, cru... As teorias não vão alcançar essas pessoas se não houver outras dimensões, afetivas e éticas, que chamem a atenção desses estudantes.

E daí, como eu trabalhava só basicamente com engenheiros, falei: “Sim, eu não vou fazer mestrado em Filosofia”. Fazer mestrado em filosofia, para mim, seria muito mais conveniente, mas optei por fazer um mestrado interdisciplinar na área de tecnologia: tecnologia e trabalho. Com esse mestrado, consegui relacionar o tema com uma discussão sobre filosofia da tecnologia, que nos anos 2000, aqui no Brasil, estava começando a aparecer. Tinha um pessoal muito bacana estudando isso na Universidade Federal de Santa Catarina e, com isso, passei a me interessar muito pelas discussões de gênero, sobretudo, e perceber como, historicamente, socialmente, esses processos de alienação da produção,

difusão, apropriação do conhecimento persistem. Então, minha dissertação de mestrado abordou mulheres que eram voluntárias de uma entidade chamada Pastoral da Criança, associada à Igreja Católica, naquela produção de uma multimistura, uma farinha que elas produzem e que era muito usada para nutrição. Ali que começo a perceber primeiro, que ali existe ciência, existe tecnologia, ainda que seja uma compreensão de ciência e tecnologia um tanto quanto distante da academia, porque a academia, além de se limitar a pensar alguns tipos de conhecimento hierarquicamente defasados, e alguns até desnecessários, o que eu estava pesquisando era um conhecimento de uma tecnologia de mulheres. Aí você pega essas duas dimensões: um conhecimento tácito, que é desvalorizado e, além disso, conhecimento de mulheres. Então, a minha dissertação de mestrado vai nesse sentido. E foi uma experiência maravilhosa, porque desde esse período, desde 2002, comecei a fazer parte de grupos de pesquisa que trabalham tecnologia e gênero, gênero e suas interseccionalidades.

Também tive uma experiência profissional na PUC do Paraná, que foi também uma coisa muito bacana, porque eu tinha estudado lá. É legal você voltar para o local em que você estudou, agora com uma outra perspectiva: como professor. E na PUC trabalhei em vários cursos, muito variados, inclusive no próprio curso de Filosofia, mas principalmente na área do Direito. Fiquei praticamente 12 anos lecionando para os meninos e meninas que pretendiam ser advogados e advogadas. Só que eu acho que eu pulei uma parte muito importante. Lembrei agora, porque meu pensamento não é tão organizado assim.

Fiquei no seminário, em vida religiosa, até julho de 1995, antes de terminar Filosofia. Eu digo sempre que uma sábia decisão minha foi ter entrado na vida religiosa, a quem eu devo muito, a quem eu só tenho a agradecer, em todos os aspectos. E outra decisão sábia foi ter saído no momento em que saí, ao perceber que eu não estava sendo feliz naquele caminho. Para mim, felicidade é sempre condição *sine qua non*. Se você não é feliz fazendo alguma coisa, procure fazer outra, que te traga felicidade. Essa noção de felicidade é uma visão simplista, mas uma felicidade enquanto realização existencial mesmo. Ela é muito importante. Então eu saí da vida religiosa, só para vocês entenderem, e continuo morando aqui em Curitiba, morando com amigos, repúblicas e assim por diante.

De 2004 a 2007 lecionei na PUC e em 2007 fui demitido. Houve uma situação muito complicada na minha vida, uma questão mesmo, vinculada a assédio moral, mas enfim. Foi uma experiência que também me permitiu muito amadurecimento pessoal e profissional. E para mim, era inconcebível que dentro de um curso de filosofia as pessoas agissem de uma forma totalmente individualista e injusta. Enfim, essa questão ética pra mim sempre é uma questão muito significativa, impactante e eu não sei se consigo, mas desejo sempre ser fiel à

minha consciência. Sempre gosto de dizer para os meus alunos uma ideia de um filósofo que eu gosto muito, chamado Kant. O Kant diz que o único tribunal perante o qual você nunca poderá se ausentar é o tribunal da sua consciência. Então, para mim, isso é muito importante.

Depois disso, comecei a trabalhar numa faculdade de Filosofia e Teologia chamada Faculdade Vicentina, que é mantida pelos vicentinos, que é uma congregação religiosa. E ali foi muito bacana, porque comecei a trabalhar somente com pessoas da área de Humanas. Trabalhei várias disciplinas e aprendi muito. Depois eu fui trabalhar numa faculdade chamada Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), a instituição de cursos das áreas administrativas mais antigas do Paraná. Então, tive muita sorte também de conhecer muita gente bacana, muita gente inteligente, sempre com pessoas de áreas diferentes.

Após essas experiências profissionais, fui fazer o meu doutorado, e ele é muito significativo para mim pelo seguinte motivo: eu não quis fazer um doutorado qualquer, estudar algo assim, aleatório. Nessa época, minha mãe começou a desenvolver uma doença chamada Alzheimer e eu queria entender o que era essa doença, até porque a minha avó, que também é avó da Xênia, morreu de Alzheimer. O nosso bisavô teve Alzheimer e provavelmente é uma sequência, mas na nossa família quase ninguém sabia sobre essa doença, ou sabia muito pouco. Eu não sabia praticamente nada. E comecei a conviver com essa doença, uma doença neurodegenerativa, sem cura, sem diagnóstico preciso, sem perspectiva alguma. Comecei a ver a pessoa que eu mais amava morrer naquele processo. E comecei a ler muito sobre o tema, e a interagir com outras pessoas que tinham familiares com Alzheimer.

Os estudos e esses contatos me fizeram perceber que o cuidado, o cuidado com essas pessoas, é fornecido por mulheres. Basicamente, 99% das pessoas que cuidam de outras pessoas são mulheres parentes, ou outras mulheres, ou redes sociais femininas. Daí, então, que fui fazer o doutorado aqui na Universidade Federal do Paraná, no programa de Sociologia, e desenvolvi uma tese com as mulheres cuidadoras de pessoas portadoras da doença neurodegenerativa de Alzheimer. Terminei em 2016 e foi um trabalho maravilhoso e muito difícil, porque tudo aquilo que eu via na teoria eu estava vendo acontecer na cama onde minha mãe estava.

Não me esqueço do dia da banca de defesa de minha tese. Nós chamamos grandes autoridades na área, dentre elas uma pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Não vou lembrar o nome dela agora. Ela era a autoridade no tema de Alzheimer e gênero. E quando ela começou a falar dela no dia da banca, deu até um frio na espinha. Ela começou assim: “Seu trabalho foi muito difícil para nós... A cada página que eu lia, eu

chorava mais e mais, porque o meu pai morreu de Alzheimer e tudo aquilo que você escreveu eu vi”, e eu nunca imaginei isso. A gente convida alguém para uma banca, mas não tem esse conhecimento da história tão profunda da pessoa. E ela foi muito bacana, porque disse que quando estava lendo o meu trabalho, percebeu profundidade na análise científica, rigor metodológico, mas também conseguiu ver a minha emoção no texto e, para mim, isso é muito importante, porque não escrevo para a academia. Escrevo para o ser humano e o ser humano é dirigido, muitas vezes, primeiramente pelos estados emocionais.

Fazer esse doutorado me ajudou muito a entender e a viver essa situação dentro de casa. A minha mãe faleceu em função dessa doença em maio do ano passado, depois de ter vivido por mais de 20 anos essa experiência. O caso dela é totalmente atípico, tanto na precocidade quanto na longevidade – muito em função dos cuidados que ela recebeu. E aqui sempre tenho que fazer uma menção a uma figura que é a figura do cuidador principal, que, no caso, foi o meu pai. Meu pai foi um homem com todos os limites culturais que ele tinha. Foi alguém que testemunhou o amor na prática. Nem sempre gosto de lembrar disso. Ele também já é falecido, mas eu sempre acho que sou um homem de muita sorte, de muita, muita sorte! Porque tive duas pessoas espetaculares, independente de nossa relação de pai e mãe. Na minha trajetória pessoal, eles continuam de alguma maneira.

E em 2011 fiz concurso para entrar aqui no Instituto Federal do Paraná (IFPR), numa cidade que fica a 15 km de Curitiba, chamada Campo Largo. Fiz concurso na área de História, fui aprovado e estou aqui há dez anos. Hoje trabalho muito mais com Filosofia, a interesse da instituição, porque nós temos outros professores de História e não tínhamos de Filosofia. E aqui trabalho com cursos de Ensino Médio Integrado, cursos Técnicos Subsequentes, cursos de Ensino Superior. Aqui a gente desenvolve uma série de pesquisas e de projetos de extensão, sobretudo com a rede do magistério público da cidade de Campo Largo. É muito bacana esse trabalho e estou vivendo essa década de IFPR.

Não sei quando que você entrou no IF, em Rondônia, e como vê todos esses dilemas da carreira do servidor público federal, com todos esses problemas advindos de políticas públicas, porque a não atuação também é uma opção da política pública e eu acho um equívoco dizer que não existem políticas públicas. Existem, sim, só que elas são direcionadas, não no sentido da emancipação do cidadão, não no sentido da valorização da educação. Ainda assim, sou muito feliz com o que faço, muito feliz. E não consigo me ver fazendo outra coisa com os meus alunos. Eles conseguem perceber isso mesmo. Eles falam: “Olha só, a gente gosta de muitos professores, e todos são muito bons. Mas existem aqueles que a gente vê que são apaixonados pelo que fazem”. E, de fato, eu acho que a paixão é um desses elementos que

a gente precisa ter para fazer algo bem e ser feliz. Agora vocês podem perguntar o que vocês quiserem, porque eu sei que falo muito rápido.

Estávamos falando sobre ensino, pesquisa e extensão. Na época em que fui aluno da Escola Agrotécnica em Ji-Paraná, esse tripé ainda não havia. O que havia era o ensino – com toda a precariedade de um estado muito pouco desenvolvido, de uma escola que estava no meio de uma cidade, meio que na periferia, meio que à margem da cidade. Então, a gente tinha ali essa mistura do chamado núcleo comum, as disciplinas do núcleo comum, com as disciplinas da área técnica. Era uma precariedade enorme. Às vezes, faltavam professores. Às vezes, por exemplo, você não tinha materiais. Para você ter uma ideia, em 1988, nós tivemos que fazer aquilo que é chamado de o primeiro movimento grevista de estudantes do Estado de Rondônia. A gente saiu de Ji-Paraná e foi até Porto Velho e nós cercamos o Palácio do Governador, que na época era um homem chamado Jerônimo Santana. E por que a gente fez isso? Porque a gente vivia no sistema de internato e a gente não tinha comida. O estado, por causa da burocracia, das licitações, deixou faltar comida. E eu me lembro, por exemplo, que o nosso café da manhã era uma espécie de um café com leite e bolachas *cream cracker*, além de doações de um queijo que tinha vindo da Dinamarca. A gente brincava que era o queijo de Chernobyl, porque tinha acontecido o acidente de Chernobyl naquela época. A gente só tinha aquilo para comer.

Diante da carência de alimentos, a gente ia para a floresta da escola, vamos dizer assim, e ali a gente colhia banana e frutas, e a gente nem sabia o que era, e comia essas coisas assim. Na maior parte, eram alunos de famílias muito, muito humildes, muito pobres, que não tinham nem como voltar para as suas casas. A gente, quando voltava para casa, voltava em cima de caminhões, de carona. Quantas vezes eu fiz isso! Então era muito precário. Visitas técnicas eram raríssimas, raríssimas, não me lembro de mais do que duas ou três. E elas eram feitas muito mais pela iniciativa pessoal de alguns docentes, que tinham essa coisa mesmo de: “Não, vamos fazer!”. E daí a gente também se empenhava muito: subia em cima de um caminhão e tal, mas era muito precário. Não havia laboratórios apropriados, a biblioteca era muito limitada. Na verdade, para você ter uma ideia, chegou um momento, nesse ápice da crise, que nós tivemos que ir para Porto Velho, que houve uma intervenção do Governo de Rondônia na escola e nós fomos tratados como se fôssemos delinquentes. O Diretor da escola foi retirado e exonerado e um capitão da Polícia Militar assumiu a direção. Olha que coisa louca! O que está acontecendo hoje foi imposto a nós.

Se não me engano, isso aconteceu em 1988 ou início de 1989 e foi uma época terrível, porque nós éramos jovens, e era um contexto cultural, social... A gente participava muito de

movimentos sociais. Eu era muito ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT). A gente fazia romarias, participava muito de grupos de jovens da Igreja Católica. Então, havia um senso político maior, e a gente, evidentemente, reagiu. Então, a Polícia Militar foi para dentro da escola e ninguém olhava para isso. Nenhuma autoridade, nem vereadores, nem deputados, era duro! Era a normalização da violência contra jovens, porque todos nós tínhamos essa faixa etária de 16, 17 anos de idade.

Havia professores muito bem intencionados, sem dúvida alguma. Me lembro de vários deles que foram muito marcantes na minha vida pessoal. Eu poderia destacar, por exemplo, um alemão chamado Ilo Thiesen. Ele era professor de Matemática – Matemática e Física. Esse homem era brilhante e ele era um educador, um apaixonado. Havia também um professor de Agronomia, chamado Antônio Anicete: espetacular! Eu acho que você deve ter ouvido falar nesse Anicete. Ele trabalhava muito com essa visão da perspectiva de uma ética da complexidade, de uma agroecologia, de uma bioética. Um cara muito bom! Ele era bem jovem. Mas, assim, foram anos difíceis, muito difíceis, de passarmos fome, de passarmos fome comunitariamente e sermos abandonados pelo Estado. As famílias nem sabiam o que acontecia com a gente. Eu me lembro que o padre da comunidade chegava a recolher cestas básicas para a gente poder comer na escola e, à parte disso, a gente tinha que se virar. Eu, por exemplo, como gostava muito de trabalhar com abelhas, nos finais de semana ia prestar trabalho em sítios e chácaras, eu ia mexer com abelhas. E ali eu ganhava um pouco de dinheiro, que era o dinheiro que eu usava, por exemplo, para fazer o lazer de todo jovem num sábado à noite: que significava tomar um sorvete, comprar um doce, alguma coisa assim. Mas, por outro lado, não tenho nenhuma dúvida de que essas dificuldades forjaram, imagino que em muitos daqueles que estavam lá, certas características, certas virtudes, certas práticas de resistência e que são coisas que nunca vão desaparecer das nossas mentes. E hoje, como educador, tento sempre dizer assim: “Vou fazer o contrário daquilo que eu via como terrível, como algo que não poderia jamais sequer ser imaginado, quanto mais praticado”.

Mas então era isso: a situação financeira da escola era precária e, com isso, todas as atividades nela ofertadas ficavam prejudicadas. A gente não tinha como fazer práticas de ensino fora, não tinha como fazer extensão para a comunidade, porque a gente não tinha nem feijão para comer. Como é que a gente ia fazer pesquisa? A gente tinha um mini-tractor na escola, mas quando ele quebrava, ele ficava seis meses inoperante. No primeiro ano do curso, a gente tinha uma parte da formação, que era olericultura. Então a gente trabalhava com os canteiros e a gente tinha que irrigar com mangueiras totalmente furadas. Então você ia amarrando um pedaço e depois furava o outro.

Lembro que eu participei de um estudo, que era o desenvolvimento de uma espécie de tomate mais resistente à questão climática de Rondônia e sem a necessidade da utilização de muitos pesticidas. Mas era tudo assim: o professor que financiava e a gente via que tinha gente jovem e a gente tinha o desejo de aprender. Não tinha muito ainda a consciência do que era a pesquisa, nunca foi nos ensinado isso. Eu estou falando de pesquisa e extensão, porque hoje sei o que é isso, mas na época eu não sabia o que era isso. O que nós tínhamos mesmo eram aulas, das 8h até às 12h, no período da tarde as aulas práticas e, à noite, excepcionalmente, você fazia mais uma ou outra aula. Era isso que acontecia. Mas foi um período muito bacana do ponto de vista pessoal. Guardo até hoje essas lembranças e essas amizades, porque quando a gente... É interessante esse processo, o sofrimento também une as pessoas, sabe? A história nos une, nos faz solidários e intensifica também as nossas memórias. Quando saí da Escola Agrícola, nunca imaginei que seria professor, muito menos professor de Filosofia. Vou contar uma anedota, sem contar os nomes. Nós tivemos Filosofia ou algo parecido com Filosofia no segundo ano. E olha que coisa de louco! Começaram a acontecer no bairro furtos de cabos telefônicos, então a escola ficava sem telefone, a igreja ficava sem o telefone. Quando a polícia chegou até os responsáveis, adivinha quem era o líder da quadrilha que furtava os cabos? O professor de Filosofia! Nós nunca vamos esquecer disso, porque a gente não sabia o que era Filosofia, e a gente acabou tendo referência ainda negativa. Então, não imaginava que seria professor naquela época.

Eu imaginava que poderia vir a ser um médico veterinário, essa coisa toda. E por que isso também não aconteceu? Porque não havia medicina veterinária em Florianópolis, no *Campus* da Universidade Federal de Florianópolis, também não havia Agronomia. Eu queria ser médico veterinário. Mas não havia, então, a opção seria ir para uma outra cidade de Santa Catarina, no centro, chamada Lages, mas eu não tinha condições econômicas de fazer isso. E também não contei para vocês isso, mas quando terminei a escola agrotécnica, depois de ter procurado emprego e não ter conseguido nada, eu tinha dois caminhos: vir para o Sul, que é o que acabou acontecendo, ou ter ido para a Bolívia, que era o caminho que muita gente fazia para fazer medicina, e muitos amigos foram. Alguns até concluíram o curso, mas eu, como já tinha o irmão e os primos aqui, e também essa questão afetiva, optei por vir para cá.

Ainda assim digo para você que muito do que eu enxergo em mim hoje vem da escola agrotécnica. Essa coisa de você viver intensamente com as pessoas, dormir no mesmo quarto, comer no mesmo refeitório, tudo isso, para mim, foi marcante. Também um dos exemplos negativos: eu me lembro que na escola tinha muita gente, muitos jovens que se envolviam com a violência, com o consumo de drogas. Na época se consumia muito álcool e maconha. E

eu, no meio de tudo isso, sempre consegui me manter ao, mesmo tempo, alguém sociável, que vivia com aquelas pessoas, mas dentro da minha autonomia. Muitos dos meus grandes amigos são desse contexto. Se eu disser então para você que o que mais me marcou, o que dou mais valor na minha vida, são essas amizades. Acho que a escola agrotécnica me permitiu crescer como pessoa, me permitiu encontrar pessoas maravilhosas e também me divertir um pouco.

Quando chegava no terceiro ano, você era a turma veterana. Então a gente começou a juntar dinheiro para a formatura, porque ninguém tinha dinheiro. Então a gente trabalhava de segurança. Lembro que uma vez, a gente fez a segurança de um grupo musical, considerado como de “meninos bonitinhos”, as meninas ficavam loucas por eles, um grupo chamado Dominó. Era um grupo antigo, e a gente foi fazer a segurança desses caras. Eu com uns 60 quilos, magrelo, né? Se alguém viesse pra cima, eu saia correndo. Mas a gente estava lá, e no final da noite a gente recebia um valor que a gente juntava numa espécie de uma caixinha comunitária para financiar a festa de formatura. E nesse show do Dominó, lembro que houve uma briga, uma chuva de pedras, alguns dos meus amigos levaram pedradas na cabeça, mas eu consegui escapar.

Quando tinha a Exposição Agropecuária de Ji-Paraná, que era uma exposição bem famosa, uma das maiores de Rondônia, vinham aqueles cantores, artistas famosos. Uma vez veio a tal da Angélica. Eu lembro que ela só cantava uma música, cantava não, ela miava uma música, que é aquela: “Vou de táxi”, né? Mas ela era uma moça bonita, e tinha todo aquele lance da televisão. Então a gente foi fazer a bilheteria do show dela, e deu tanta gente, mas tanta gente nessa festa, que os coordenadores, os organizadores do evento se perderam.

Era tanta gente, tanto dinheiro que entrava, que a gente começou a vender duas, três vezes o mesmo bilhete. Hoje sei que isso é crime, mas na época eu entendia como uma coisa de moleque. Nós, alunos da agrotécnica, ficávamos na portaria recolhendo ingressos e vendendo ingressos. A gente vendia três, quatro vezes o mesmo ingresso e daí, é claro, o dinheiro a gente pegava.

Teve um colega meu, não lembro o nome dele agora, mas lembro o apelido: Caveirinha. Lá todo mundo tinha um apelido. Ele era o Caveirinha, e saiu com tanto dinheiro, que deu para comprar uma moto, uma moto! De tanto dinheiro! Eu também consegui um pouco de dinheiro e comprei um perfume do Boticário. Vocês vão dar risada, mas era o meu sonho ter o perfume chamado Stiletto, que na época era um outro perfume. Graças a essa ação nada ética consegui comprar um Stiletto e foi muito bacana.

Me lembro que a gente, quando terminou o show, que era num parque de exposição

muito longe da escola, a gente tinha que alugar táxi para voltar para a escola, e como a gente estava com muito dinheiro, a gente combinou de irmos em táxis separados. Coisas de menino... Fizemos uma frota de táxi e chegamos lá na escola. Então, essa é uma das histórias bacanas.

Também às vezes que a gente brigava, porque sempre tem uma rivalidade na cidade onde tem uma escola agrícola. Então, os meninos, os alunos das outras escolas, sempre viam os agricolinos como os inimigos que tinham que ser exterminados. Então era muito comum muitas brigas. “É briga, briga, briga!”.

Eu nunca fui de brigar, porque não tinha porte físico para tanto. Preferia usar a minha mente para sobreviver, mas posso contar sobre essas brigas, e várias vezes a Polícia Militar apareceu. Olha que coisa de louco! A polícia invadiu o *campus*, a área da escola, e eu me lembro que nós ficávamos todos escondidos dentro dos alojamentos, com a porta bem fechada e tudo apagado. E a polícia chegava com os revólveres e batia a coronha na porta: “E agora, seus moleques, vou matar vocês!”. Olha que coisa de louco! E a gente, com 16 anos, tudo quietinho ali dentro. Quando os policiais saíam da escola, a gente saía e gritava: “Filho da puta!”. Aquela coisa toda, coisa de moleque, né? Então foram experiências assim.

Nossa, nossa! São tantas experiências que eu ficaria o dia inteiro contando para vocês aqui! Por exemplo, sexta-feira à noite... A escola ficava próxima de um rio, o Rio Machado, ali em Ji-Paraná. E toda sexta-feira à noite a gente ficava de olho, porque tinha um comerciante, um baiano, negro, que era da Umbanda. Então, toda sexta-feira, ele pegava uma garrafa de pinga e descia para o rio, com as velas, fazer as oferendas dele, e a gente já montava acampamento para monitorar. Seu baiano desceu? Seu baiano subiu? Vamos. Quando ele se afastava, a gente pegava as oferendas dele, sobretudo a pinga, colocava aquela pinga num balde, colocava limão, bastante açúcar e água para poder render. E aquilo dali era a nossa caipirinha de sexta-feira à noite. Como é que a gente chama? *Happy hour*? E ali nós ficávamos tomando aquela caipirinha e escutando Raul Seixas, Zé Ramalho, Belchior. Então, como é que alguém vai sair de anos tão maravilhosos como estes sem ser impactado? Eu agradeço à vida por ter me dado essa experiência!

Tive essa experiência como aluno da Educação Profissional e Tecnológica e, agora, como docente da Educação Profissional e Tecnológica, percebo que em alguns aspectos tivemos algumas melhorias, por exemplo, mais recursos, mais infraestrutura, conseguimos desenvolver mais pesquisas e estudos.

Mas uma coisa que me preocupa muito e que tenho verificado e também dialogado com outros colegas de outros Institutos, que é o risco constante da volta de uma prática

pedagógica tecnicista. E parece que as Ciências Humanas continuam ainda tendo que ocupar o seu espaço, defender, legitimar o seu espaço. Então, isso, para mim, é uma coisa preocupante. Mas do ponto de vista, por exemplo, da criação dos Institutos Federais, acho que é uma coisa fantástica, talvez uma das maiores conquistas e realizações de políticas públicas educacionais. Uma pena que houve essa descontinuidade no sentido de que... Não sei aí em Rondônia, mas aqui, por exemplo, nós estamos num *campus* que completou dez anos e nós não temos uma quadra esportiva para os alunos fazerem aulas de educação física. E não temos por quê? Porque não há vontade política de fazer investimento público nisso.

Outro ponto positivo também que vejo é que nós temos professores muito bem formados. Acho que a gente ainda tem muito a avançar no sentido de desenvolver práticas e tecnologias de fato interdisciplinares. Acho que essa visão da educação, numa perspectiva holística, ainda é muito mais ideal do que uma prática. Outro problema reside no fato de que muitas vezes os nossos discentes vêm fazer esses cursos técnicos ou mesmo cursos superiores na área das engenharias, porque eles não têm outra opção. Então eles nem sabem do que se trata o curso. Campo Largo é uma cidade em que a única instituição pública federal é a nossa. Então é a única opção que a pessoa tem. Faltam mais oportunidades, mais esclarecimento, essa comunicação entre a instituição e a comunidade é muito deficitária aqui no Paraná. Acho que não existe esse... Estamos ainda com o discurso do ensino, da pesquisa e da extensão, mas a extensão é praticamente inexistente. Nós estamos discutindo, para vocês terem uma ideia, neste momento, a curricularização, a ação da extensão dos cursos.

E também há uma morosidade burocrática muito grande e nós temos aquilo que lamentavelmente move muitas instituições no Brasil, que são os direcionamentos políticos, em detrimento daquilo que deveria ser a base de uma instituição escolar, que são as questões pedagógicas. Eu estava numa reunião agora mesmo discutindo isso, gente. Isso aqui tem que ser discutido, porque essa é a dimensão central da escola. Não que eu acredite que a dimensão pedagógica esteja desvencilhada das demais. Obviamente que não, mas é a essência do trabalho educativo. Então, vivemos num mundo de desafios enormes. Nossa carreira está, sim, precarizada, temos uma defasagem de docentes e técnicos, não temos um setor de apoio pedagógico aqui na escola. Nesse instante temos apenas dois pedagogos, que não dão conta das demandas, e a gente, lamentavelmente, num primeiro momento, num cenário de curto prazo, não vê mudanças significativas. Ou seja, daqueles anos lá atrás, dos anos 1980, 1990 para cá, a gente está vivendo essa coisa dos altos e baixos, mais baixos, ao que parece. E a gente vive um momento terrível enquanto sociedade brasileira, porque não me parece que educação seja algo prioritário nesse tipo de organização política que temos.

Mas quero agradecer a vocês. Vocês me permitiram voltar na estrada da memória e agradeço muito. E quero parabenizar você, Edeli, por estar estudando essa temática. Desejo que você tenha bastante garra. Você está muito bem acompanhada pela professora Xênia, minha prima querida. Depois, um dia, eu posso te contar as malvadezas que eu fazia com a Xênia quando éramos crianças. Mas assim, é... A Xênia, pra mim, é uma pessoa singular na seriedade com que ela leva a existência dela, para além da questão de uma grande educadora. E se vocês precisarem de alguma complementação, na medida em que vocês também avaliarem que aquilo que eu acabei de falar possa vir a contribuir, estarei à disposição. É um prazer. Eu acho que nós, pesquisadores, precisamos conversar muito mais antes desse documento. É um outro pedido que eu faço. Eu quero ler a sua pesquisa ao final, tá bom? E te conhecer pessoalmente, Edeli.

Ah! Vocês também podem entrevistar o Uziel Bemvindo, que estudou comigo e agora é servidor do IFRO – *Campus* Ariquemes. E o professor Anicete também, que também é servidor do IFRO e está em Ariquemes agora.

Geferson Rodrigues Leal

Vou iniciar contando o meu interesse pela Escola Agrícola. Sou filho de servidor de escola agrícola. Minha família tem tradição em escola agrícola e eu fiz, ainda no Espírito Santo, a Escola de Iniciação Agrícola, que era de primeira a quarta série. E aí, então, minha família vai para Rondônia, para Pimenta Bueno, e na escola em que eu fazia o Ensino Médio chegou uma propaganda da Escola Agrícola de Ji-Paraná.

Até então acho que havia poucas escolas agrícolas e escolas família agrícola que ofertavam o Ensino Médio com grau técnico. A Escola Silvio Gonçalves de Faria, em Ji-Paraná, era uma das poucas que oferecia o Ensino Médio profissionalizante na área de técnico agrícola, e aí fiz o processo seletivo para aquela escola. Era 1985, final de 1985, ingressei naquela escola no ano seguinte, e lá cursei o curso Técnico em Agropecuária, de 1986 a 1989. Minha turma era, se não me engano, a terceira turma na gestão da escola.

A escola Silvio Gonçalves de Faria foi muito importante na formação profissional, não só minha, como de meus colegas. A gente tem um grupo até hoje, que é um grupo de WhatsApp, dos colegas de escola, dos ex-alunos e todos falam da importância da formação da escola naquele período. A escola, por ser do Estado, na época não dispunha de muito recurso, mas era uma escola que tinha o necessário para os alunos daquela época. Minha turma também não era tão grande, éramos, inicialmente, 42 alunos, concluímos em 20 e poucos alunos. A maioria seguiu carreira de técnico e fez formações na área. Por influência, levei outros colegas, levei parentes para estudar na escola e, anos depois, ela se tornou um *Campus* do Instituto Federal de Rondônia. Hoje, com uma importância ainda maior e ofertando não só cursos de nível médio, mas também cursos de nível superior.

E assim como eu, que venho de um histórico de escola agrícola, meu irmão se formou na ISAR, uma escola federal de Colatina, e lá também se formaram primos meus. Meu pai e meu avô foram servidores daquela escola, que era uma colônia distante da cidade. A gente morava na vila da escola e estudamos inicialmente lá. E aí, mudando para Rondônia, eu dei seguimento em outra escola, mas também de importância. E desde então tenho atuado sempre na mesma área.

Quando me formei, trabalhei no comércio agropecuário por vários anos, até que em 2009 fiz o concurso do Instituto de Defesa Sanitária e Agrosilvopastoril de Rondônia (IDARON). Era o segundo concurso que o IDARON fez naquela época. Ele fez um concurso em 2002 e o outro em 2009. Nesse concurso de 2009 ingressei eu e vários outros ex-alunos da escola, inclusive o Olímpio, a pessoa que passou meu contato. Fui colega de escola dele e do

finado irmão dele, Valdir, que também era servidor do IDARON, e também foi meu colega de escola. Nós todos seguimos basicamente o mesmo ramo.

A gente ouviu outros relatos, de outros ex-alunos da escola, e vem uma saudade do nosso tempo de estudante, das lutas que vivemos lá, e vem o reconhecimento da importância daquela escola na carreira profissional. A importância que as escolas agrícolas desempenharam em nossas vidas.

Na minha atividade de educação sanitária na área agrícola a gente faz palestras nas escolas agrícolas e vê até o entusiasmo de novos alunos em saber da história que as escolas agrícolas tiveram no passado. Penso que essa é uma experiência educacional e formativa que merece ser mais valorizada no escopo das políticas públicas.

A importância daquela escola para o Estado de Rondônia é até difícil de mensurar. Aquela escola era centralizada, estava no meio do estado e ela tinha alunos de praticamente todas as cidades do estado. Eu morava em Pimenta Bueno, nós éramos três ou quatro de Pimenta Bueno, mas também tinha alunos de Colorado, Guajará-Mirim, Porto Velho, tinha mais alunos de fora de Ji-Paraná do que de dentro do próprio município. E até as empresas, os órgãos de assistência técnica e os órgãos da área, eles iam lá na escola na época, para procurar alunos. Alguns até com qualidades especiais, que já saíram de lá contratados pelas empresas. Então, eu falo que a Escola Agrícola, para mim, foi uma honra, e vejo que ela foi muito importante para o Estado de Rondônia, porque de lá saíram bons técnicos agrícolas, saíram bons políticos, saíram bons educadores, saíram outros profissionais que fizeram outras formações depois daquela formação inicial.

Os primeiros diretores e formadores da SEMAGRE, que é hoje IDARON, foram todos alunos ou ex-alunos de escola agrícola. Ela não só é importante para nós, profissionais, que passamos por lá, mas também para o Estado. O Estado usou e usa muito conhecimento que é transmitido nas escolas agrícolas.

Me recordo um pouco do aspecto pedagógico. Inicialmente, no primeiro período do primeiro ano, a gente tinha aula praticamente todo o dia, durante o dia todo. As atividades iniciavam às 6h30 da manhã, com café da manhã, e às 7h30, 7h15 já iniciava com as primeiras aulas. Geralmente tínhamos pela parte da manhã as aulas teóricas e algumas na parte da tarde, e depois as aulas práticas, e à noite ainda tínhamos duas horas de estudo obrigatório inicial. No primeiro ano, nos primeiros períodos, a gente focava mais na agricultura, uma agricultura inicial, a agricultura básica, de alimentação e hortaliças. E aí, conforme iam avançando os estudos no segundo ano, a gente começava a entrar mais na parte zootécnica e, por final, as criações de pequeno, médio e grande portes, bovinocultura,

suinocultura e assim por diante.

As escolas não dão conhecimento aprofundado em nenhuma dessas áreas. Hoje já existem outras escolas em Ji-Paraná, na época era só a escola agropecuária. A gente via agricultura e pecuária, hoje já existe uma divisão, existem escolas agrícolas, especializadas em agricultura, existem escolas de zootecnia, e esses conhecimentos já são ofertados separadamente, por instituições especializadas. Na nossa época, víamos um pouco de tudo. E era maçante mesmo! Era aula, aula de manhã, à tarde, e uma parte da noite, e ainda tínhamos atividades nos finais de semana. Mas era prazeroso, nós fazíamos sem nenhum cansaço.

A escola fornecia alojamento para aqueles que necessitavam ficar na escola: alunos que eram de cidades próximas, como Jaru e Ouro Preto, ficavam durante a semana na escola e, às vezes, no final de semana, iam para casa, pela proximidade. Mas existiam também algumas atividades aos finais de semana. Como tínhamos animais e plantações, eles não podiam ser abandonados. Os animais precisavam comer, as plantações precisavam de cuidado constante, de modo que quem não podia ir para suas casas nos finais de semana deveria ficar responsável por esses cuidados.

Eu sempre ficava nos finais de semana. A gente chamava de plantões. Uma parte da turma ficava responsável por cuidar desses animais em finais de semana, feriados e em período de férias. Nós usávamos o período de férias para fazer os outros treinamentos, e os estágios, que eram necessários, ser feitos. Então, a escola pegava muitos alunos de baixa renda, que era o meu caso, e alunos que não tinham condições, porque eram filhos de produtores. Não tinha recursos para todo o final de semana irmos para casa e voltar. Então ficávamos na escola praticamente todo aquele período de meio do ano.

Nas férias de final de ano é que a gente ia para casa, ou quando tinha um feriado prolongado, e quando não estávamos de plantões no final de semana, então íamos para casa. Mas, a grosso modo, a gente ficava interno lá mesmo.

A gente enfrentou alguns períodos lá de “vacas magras”. A escola regrava os alimentos. Teve até períodos em que ela dispensou os alunos para casa, porque não tinha recursos na escola. E só não foi pior, porque a gente conseguia produzir muita coisa dentro da escola, produzíamos o básico da alimentação. A gente conseguiu produzir arroz, feijão, milho e proteínas: porco, galinha e até mesmo gado. O leite da escola era produzido lá, e os alunos tinham uma cooperativa que era administrada por nós mesmos.

O excedente do dia a dia, que não podia ser armazenado, tipo hortaliças, ovos e até mesmo a galinha, nós vendíamos na feira, nós tínhamos uma banquinha na feira, onde comercializávamos o excedente – o que não era utilizado na alimentação da escola. Com a

venda do excedente, a gente conseguia comprar aquilo que era de emergência e que faltava, como café e pão. O pão era um entregador quem levava.

Inclusive teve uma época que a gente recebeu como merenda escolar, e ficou famoso na escola, um queijo estrangeiro, que ficou conhecido como queijo de Chernobyl, porque a doação desse queijo chegou bem na época que teve aquele acidente nuclear. Era uma época que estava faltando recursos para a alimentação na escola, a comida estava muito racionada, mas a gente ficava com medo de comer aquele queijo. Era um queijo diferente, divino! E vinha numa latinha, uma embalagem diferente. E teve um acidente nuclear na época, lá em 1987, se não me engano, e aí a gente ficava com medo de comer, mas era o que tinha. Comemos bolachas por muito tempo. Como o pão era pago mensalmente e era a padaria que fornecia, e como a escola não tinha dinheiro para pagar a padaria, aí vinha um lote de bolacha. Ficavam meses lá, vencidas, e era o alimento que tinha. Mas a gente estava tão empolgado com a educação, que às vezes passava despercebido.

Mas faltou, sim, por muitas vezes faltou alimentação na escola, faltava material, faltava recurso. Nós tínhamos um trator na escola, e esse trator, que fazia todo serviço pesado, passava a maior parte do tempo parado por falta de combustível. O estado tinha que disponibilizava verba, mas dificilmente tinha esse dinheiro.

Como o dinheiro era escasso, a gente fazia vendas na feira, e como incentivo por esse nosso trabalho, a escola deixava a gente destinar uma parte desse recurso das vendas para fazer a festa de formatura da turma. Como a gente não tinha recurso e os pais não tinham dinheiro para nos ajudar a custear a festa, tínhamos uma porcentagem das vendas da cooperativa para fazer a festa de formatura, e também para comprar alguma coisa que estivesse faltando na escola, como sabonete e creme dental, mas a nossa grande expectativa era juntar dinheiro para a festa de formatura dos alunos.

O quadro de professores na escola era bom, sempre tivemos bons professores, mas eles tinham que se desdobrar. Por exemplo, teve período que o professor foi o nosso Diretor, era o professor de Zootecnia. Ele tinha que conciliar o trabalho administrativo com o trabalho docente, e ministrava não só Zootecnia, mas também outras matérias, não me recordo quais.

Às vezes os professores eram transferidos, e até chegar um outro, o professor tinha que fazer praticamente tudo, a não ser a área técnica. A área técnica sempre teve um professor disponível: um agrônomo, um veterinário ou um zootecnista. Esses faziam toda a área técnica, agora, as matérias do núcleo propedêutico eram um desafio, os professores tinham que se desdobrar, porque não havia professores suficientes. Além disso, a carga horária lá era pesada, então os professores do estado não queriam muito ir para lá, sempre faltou professor.

A escola tinha um micro-ônibus, era um ônibus pequeno. Fizemos algumas visitas em fazendas da região. Visitamos, na época, um confinamento de gado. Era o início, mas a gente visitou produtores que tinham alguma atividade diferenciada, fazendas em destaque. Na época, não fizemos mais pelo mesmo motivo que eu falei anteriormente: falta de recursos. Nós tínhamos um ônibus, mas às vezes o ônibus não podia ir longe, porque não tinha combustível, ou então, se saísse, impactava o transporte de professores, porque o mesmo ônibus que a gente usava para fazer as visitas técnicas, fazia também o transporte dos professores. Então, às vezes, se saíssemos, o professor ficava a pé ou então não tinha combustível para buscar o professor no outro dia. Imagino que tenhamos sido privados de algumas visitas técnicas e atividades de extensão por causa da limitação de recursos.

Depois teve um período de greve dos professores. Os alunos deram apoio aos professores, por acharem que a causa deles era justa. Todos os alunos aderiram. Se não me engano, foi no ano de 1987. No meu segundo ano de formação teve essa greve. Nós, estudantes, e alguns professores aderiram. Outros não. Tivemos o apoio daqueles que aderiram à greve e, com isso, deixamos de frequentar a sala de aula para que a escola parasse. A gente juntou nessa greve outras demandas que a escola tinha, esse foi o único período que passei por uma greve.

A comunidade externa não tinha acesso à escola. Hoje trabalho com educação sanitária, e vejo que a escola poderia ter sido mais útil nessa parte. Não me recordo de fazer nenhum trabalho em prol da comunidade ali na redondeza. A relação da escola com a comunidade era distante e, raramente, alguns produtores que tinham filhos lá na escola, sabendo da nossa necessidade, levavam frutas e verduras. Muitos tinham produção em excesso em suas propriedades, mas raramente colaboravam com as ações da escola.

O trator... E era um funcionário que pilotava... Teve um período em que o motorista do ônibus, que tinha habilidade e habilitação, andou fazendo algumas atividades com trator, mas não me recordo qual foi o ano. O Senac e o Senar treinaram alguns alunos e, então, a partir daí, os alunos começaram a fazer o serviço. Com isso, o trator passou a ser usado pelos próprios alunos. Eu mesmo fiz alguns serviços e trabalhei com trator praticamente quase todo o terceiro ano. E eu devia ter 16 ou 17 anos, como todos os outros alunos da Escola Agrícola. Tínhamos o certificado de Mecanização Agrícola, que é para a operação de máquinas e tratores agrícolas. Era uma disciplina e todos os alunos saíam já com certificado de mecanização. De operador de trator e mecanização agrícola.

Dentre as disciplinas do núcleo comum, estudávamos Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, também tínhamos uma parte de Inglês, Geografia e História, Matemática, Física,

Química, Biologia, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso e Psicologia, Filosofia e Estudos Regionais. Na parte técnica: Agricultura, Zootecnia, Desenho e Topografia, Administração e Economia Rural, Irrigação e Drenagem, Construção e Instalações Rural, Cooperativismo, Extensão Rural e Mecanização Agrícola, era um total de 1.100 horas de aulas, mais 360 horas de estágio supervisionado e 2.100 horas de formação especial.

Lembro que fiz parte de meu estágio na Fazenda Bokken, em Pimenta Bueno, que era de um tio de um colega de escola. Ele tinha um confinamento. Hoje essa fazenda ainda está em atividade, fazem melhoramento genético, venda de touros matriz, mas continua praticamente com a mesma atividade desde aquela época. Sou amigo dos proprietários lá, ainda mantenho contato com eles. E o administrador da fazenda hoje é professor de nível universitário e é veterinário.

A escola deixou muita coisa marcante na minha vida, como a minha esposa fala. O trote era uma brincadeira, um ensino, e isso a gente carrega para a vida inteira. A formação profissional que recebi na Escola Silvio Gonçalves de Faria me colocou diante de valores que eu tenho até hoje. Hoje já tenho outras graduações, mas trabalho e atuo como técnico, ainda pratico o que aprendi lá. Outra coisa que trago comigo é o companheirismo que desenvolvi na escola e as amizades que lá construí. A gente tem um grupo de ex-alunos, e quatro anos atrás a gente fez a reunião com alguns deles. É uma amizade que levamos para a vida inteira. Nós convivemos três anos lá, uma convivência intensa mesmo. Ainda aprendemos muito lá, não só no que se refere aos aspectos técnicos e profissionalizantes, mas no que se refere ao amadurecimento psicológico também. Saí de casa com 15 anos, ainda jovem, fui para uma cidade diferente, com pessoas diferentes. Quem passa por isso aprende a socializar, aprende a se virar, muitas vezes em meio às dificuldades, e ainda tem o aprendizado profissional.

Nesse grupo tem um de cada turma e a gente sabe de outras turmas que se formaram antes ou depois de nós, que também mantêm contato por grupos de WhatsApp. Penso que se hoje houvesse uma convocação dos ex-alunos da escola que estão em Rondônia, mesmo alguns que estão em outros estados, iriam praticamente todos, porque todos têm muito apreço por aquela escola.

Acho que consegui contar uma parte da minha história para você. Você comentou que fez a entrevista com o Sandro, que hoje mora fora do estado. Ele também foi da minha turma, e hoje eu tenho um outro colega que é servidor do IFRO de Ariquemes, o Uziel. O professor Juscelino também foi para a área da Educação. Desde quando saiu da Escola

Agrícola, ele é professor na cidade de Rolim de Moura, aqui, próximo de mim. Ele, inclusive, é quem mais tem registros da escola. Ele tem um histórico em fotos bem bacana, e seria um personagem bem acessível para vocês entrevistarem. E tem outro colega de Porto Velho, que é jornalista, Ivanildo, não sei se você pegou o contato dele. Ele é jornalista em Porto Velho, ele tem muita coisa, ele fez até um documentário sobre a escola. Talvez esse documentário sirva de ajuda para você. Para mim foi um prazer contar um pouco da minha história.

Vonivaldo Gonçalves Leão

Primeiro, devo dizer que eu sou paranaense. Nasci no Paraná, onde fiz o curso de Engenharia Química, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Logo que concluí o curso, recebi uma proposta de trabalho em Rondônia. Parte da minha família já residia em Rondônia e eu tinha feito estágio na fábrica de refrigerantes da Coca-Cola. Recebi essa proposta em 1989, e a aceitei.

Passei um bom período gerenciando a parte industrial da empresa Cacoal Refrigerantes SA, unidade franqueada da Coca-Cola Indústria Ltda. Fui gerente industrial por quase seis anos. Na época, recebi outras propostas, de outras empresas da área de bebidas quentes, mas a proposta da Coca-Cola foi melhor e, então, comecei a trabalhar na área da engenharia, e também fora da Coca-Cola, em paralelo, na área da educação. Depois a fábrica acabou fechando e continuei trabalhando com educação. O trabalho educacional faz parte da minha trajetória profissional desde que me formei Engenheiro Químico.

Desse modo, quando me formei e fui para Rondônia, trabalhei como professor auxiliar, contratado para dar aula na área de Química na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com o apoio da prefeitura municipal de Cacoal, porque havia um convênio existente entre a prefeitura e a UNIR, que estava iniciando os cursos no *Campus* Cacoal. Então, dei aula de química, cálculo, estatística, e também na área ambiental. Ministrei várias disciplinas, desde 1989, no Ensino Superior, sempre conciliando com o trabalho de Engenheiro Químico.

Também dei muita aula nas escolas da Fundação Bradesco. Fui Diretor da Escola Objetivo, em Cacoal, por quase três anos. Fui Diretor Administrativo e Financeiro, por quase três anos, nessa escola também. E também trabalhei no Ensino Médio, ou seja, trabalhei sempre como engenheiro, prestando serviços na área de Engenharia Química nas unidades industriais da região, sobretudo em Cacoal, Rolim de Moura e Ji-Paraná, e dando aulas no Ensino Médio e no Ensino Superior.

Então, em todo esse tempo, nunca me afastei da educação. Nunca saí da educação e, desde quando me formei, sempre me vi ligado à educação, por isso, me vi também na responsabilidade de me aperfeiçoar nessa área, mesmo porque a Fundação Bradesco e a própria UNIR exigiram que eu obtivesse formação em nível de licenciatura, porque a Engenharia Química é muito específica e ela não habilita para que possamos lecionar, ela não comporta as disciplinas pedagógicas. Então me vi assim, nessa responsabilidade de ampliar minha formação para poder atuar melhor como professor, e isso também era uma exigência das instituições onde trabalhava.

Acabei fazendo licenciatura em Química, Física e Matemática, na própria UNIR. Desse modo, sou Engenheiro Químico e sou licenciado em Química, Física e Matemática também. E minha vida profissional seguiu nesse paralelo, entre a engenharia e a docência.

Em 2004, fui contratado como professor da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED) e fiquei quase seis anos como professor universitário daquela instituição. Nela, eu dava aula de todas as disciplinas na área da Química e Bioquímica e também algumas outras disciplinas relacionadas à Matemática. Implantamos ali as licenciaturas em Química, Física e Matemática. Tomei a frente dessa implantação. Conseguimos implantar os três cursos. Fiquei um bom período ali com as licenciaturas e foi então que resolvi fazer mestrado. Aproveitei a minha estadia na FACIMED para fazer o mestrado pela UNB, em Brasília. Eu acabei me puxando para a área de Ciências da Saúde, mesmo porque as disciplinas que eu estava lecionando na FACIMED estavam na área da saúde, nos cursos de Farmácia, Odontologia e Fisioterapia. Eu também ministrava muitas aulas de bioquímica, então optei por fazer o mestrado na área de Ciências da Saúde. Sou mestre nessa área.

Passados alguns anos, soube que seria aberta uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Ji-Paraná e que haveria concurso. Foi quando resolvi fazer o concurso. Então, de 1989 a 2009, trabalhei na iniciativa privada, com alguns contratos temporários no Serviço Público Federal, na Universidade Federal de Rondônia, mas quando abriu uma vaga para Ji-Paraná, fui fazer o concurso.

O concurso foi bastante concorrido, só tinha uma vaga para Química e eu passei em segundo lugar. Eu lembro que passei nesse lugar, mas por um erro de contagem: eles deixaram de contar o meu tempo de trabalho. Entrei com recurso, com dados da minha carteira de trabalho. Jorge Cavalcante era o Diretor na época da implantação. Ele, a Renata e a Mércia faziam parte da equipe de implantação do IFRO, junto com o Reitor, Senhor Raimundo Jimenez, e mais um pessoal de Manaus, porque o IFRO ainda estava ligado à unidade de Manaus. Então, a unidade de Ji-Paraná estava sob o comando do pessoal de Manaus ainda. Eu entrei com o recurso e eles reconheceram o erro de cálculo, deferiram o meu pedido e acabei subindo para a primeira posição. Isso foi em 2009. Então entrei ali com um desafio muito grande, porque a implantação do Instituto já estava sendo um desafio grande na região.

Ainda não tinha aquela estrutura que realmente se desejava para uma escola técnica, faltava muita coisa, tudo estava por ser construído: a infraestrutura, os espaços pedagógicos e administrativos, a regulamentação, o regimento, os projetos pedagógicos dos cursos. Me uni ao Jorge e à Renata: a Renata na área administrativa e o Jorge como Diretor Geral

para colaborar no trabalho de implantação do *campus*. Aos poucos, os demais colegas que também passaram no concurso foram chamados, foram tomando posse e a equipe foi montada. O Jorge já pegou alguns membros da nossa equipe e foi colocando em algumas coordenações e chefias de departamento. Também tinha a Maria Helena, que foi convidada a participar, não me lembro se ela veio de Colorado do Oeste, não me lembro de onde, mas ela estava como Diretora Acadêmica.

O professor Jorge Cavalcante foi organizando as equipes e distribuindo os servidores nas funções, conforme seus perfis e experiências profissionais: um na área de extensão, um na área da pesquisa, arte, os pedagogos na coordenação da área de ensino, os administradores no departamento de planejamento e administração... Começamos o trabalho e, então, a partir dali, o Jorge começou a criar condições para as regulamentações, porque ainda não tinha nada regulamentado para a área de Ji-Paraná e mesmo em nível institucional, os regimentos internos e o estatuto do IFRO ainda estavam para ser construídos. Trabalhamos intensamente para formular esses documentos, organizar os setores e definir a identidade da instituição. Também tivemos de estudar muito e refletir com muito cuidado sobre cada ação, porque nós entramos em uma instituição que estava se formando e nós não conhecíamos a instituição. Imaginem o nosso desafio! Não conhecíamos quase nada sobre o histórico da EPT no Brasil, não entendíamos direito a proposta da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), não havia regulamentos e indicadores e muitos de nós vínhamos da iniciativa privada, sabíamos muito pouco da área pública, não tínhamos nenhum estudo disso, então tínhamos que estudar tudo isso, saber como funcionava para poder criar as normas e regulamentações, definir os fluxos e rotina de cada setor, organizar os processos pedagógicos. Foi muito trabalho! E o Jorge conduziu muito bem esses trabalhos, selecionou bem as pessoas.

Acontece que o Instituto estava crescendo muito e de maneira muito rápida! A Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste passou a ser parte do Instituto e novas unidades também precisavam ser criadas praticamente ao mesmo tempo: o *Campus* Vilhena e o *Campus* Porto Velho, e já se falava em transformar a antiga Escola da Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) no *Campus* Ariquemes.

Diante de todas essas demandas, e considerando a experiência do professor Jorge Cavalcante, que já tinha uma longa experiência com EPT e tinha sido Diretor de uma escola técnica em Colatina, no Espírito Santo, o Reitor da época, professor Jimenez, achou melhor levar o Jorge para Porto Velho, como Pró-Reitor de Administração. Preferiu levar o Jorge para dar apoio a ele, em nível de Reitoria, em razão do conhecimento que o Jorge Cavalcante

tinha na área de administração. E decidi nomear um novo Diretor para o *Campus* Ji-Paraná. A Mércia foi uma pessoa que também trabalhou muito nessa época, nas comissões, no planejamento das unidades e tal... Nesse contexto o Reitor me chamou: “Você já foi Diretor de escola e você já foi gerente, já gerenciou várias pessoas. Pela sua experiência desde 89, preferimos você”.

O Reitor me selecionou então entre os membros da equipe que haviam tomado posse em Ji-Paraná. Foi uma decisão dele não trazer um Diretor de fora. Ele disse: “Vamos escolher alguém da equipe que tenha essa capacidade e que tenha experiência em gestão”. De fato, eu tive muita experiência em gestão e fiquei feliz por ter sido escolhido como Diretor, em função do meu currículo, mas foi muito desafiador, porque a experiência que tive como gestor industrial e como Diretor de escola particular estavam muito distantes dos desafios que eu encontraria. Eu sabia que gerenciar um *Campus* do IFRO, em implantação, não seria a mesmocoisa que gerenciar uma fábrica ou gerenciar uma escola de Ensino Médio. Sabia do desafio que enfrentaria. Decidi pedir um tempo para pensar, mas não tive muito tempo, porque os processos eram urgentes. Resolvi aceitar o desafio. O Jimenez me deu total apoio, e a Mércia também.

Então assumi, e os desafios foram grandes, porque nós não tínhamos uma estrutura como deveria ser. Por exemplo, nós não tínhamos ginásio de esporte, não tínhamos ainda os laboratórios construídos para a área da Química, Biologia, Física. Nós tínhamos o curso na área de Florestas, mas não tínhamos laboratório, tínhamos apenas dois laboratórios, que eram da antiga escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria: um laboratório de solos e um de água apenas. E esses laboratórios eram pequenos. E necessitaríamos de mais laboratórios, porque tínhamos o curso Técnico em Química. Aí nós necessitaríamos também laboratórios de informática, porque tínhamos o curso Técnico em Informática. Para o curso Técnico em Florestas, era preciso laboratórios para o reflorestamento. Além do mais, tinha os cursos subsequentes também, um na área de floresta e um na área de móveis. Esse último era um grande desafio, porque não tínhamos professor na área de móveis. Nesse caso, tínhamos o “laboratório”, tínhamos todos os equipamentos a mão, um galpão enorme, cheio de equipamentos para trabalharmos na produção de móveis, mas não conseguíamos contratar professores.

Não tínhamos professores para os cursos técnicos subsequentes implantados, mas a oferta desses cursos tinha que acontecer, pois foi um acordo com o Governo do Estado, porque na escola anterior já havia esses cursos. Houve um acordo assinado pelo Jimenez com a antiga escola, por meio do Instituto Federal do Amazonas. Havia, portanto, o compromisso

de que a gente desse prosseguimento nestes cursos. Então, assumi a direção do *Campus Ji-Paraná* do IFRO com esse desafio e falei assim: “Olha, sem professor não tem como ofertar esses cursos, temos que abrir uma contratação”. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul tinha curso Técnico em Móveis e tinha excelentes professores na área, e o Instituto Federal de Minas Gerais também, mas não conseguimos fixar recursos humanos nessa área, só conseguimos trazer um professor para terminar esse curso e tivemos de encerrar o curso Técnico em Móveis. Não abrimos mais vagas. Terminamos o curso que estava em processo, formamos a turma e encerramos o curso técnico subsequente em Móveis e também o subsequente em Florestas, em razão de falta de laboratórios e de pessoal técnico. Mesmo que você colocasse em concurso, você não tinha quem quisesse vir para Rondônia trabalhar como professor na área, você abria vaga e não conseguia. Então resolvemos fazer isso.

De igual modo, a falta de ginásio de esportes, a falta de estrutura, de estrutura e até nas salas de aula, acabou limitando nossa capacidade de oferta de vagas e de abertura de novos cursos, mas com o tempo, conseguimos liberação de recursos e conseguimos construir a quadra poliesportiva, com bastante dificuldade. Ficamos muito em cima do pessoal de Manaus, porque a quadra foi construída com recurso de Manaus, não do Instituto Federal de Rondônia. Enfrentamos muitas dificuldades em relação a essa obra, por conta dos prazos que não eram cumpridos, dos aditivos requeridos pela empresa.

Para contornar a dificuldade da falta desses espaços para as aulas de Educação Física, fiz alguns convênios com outras escolas que tinham quadra, e conseguimos que escolas como a Gonçalves Dias, por exemplo, nos apoiasse. Com isso, conseguimos suprir parcialmente a necessidade de alunos e professores, até que nossa quadra ficasse pronta. Os alunos reivindicavam de maneira muito contundente espaço adequado para a prática da Educação Física, os professores de Educação Física também exigiam um espaço para que pudessem trabalhar, e a oferta da disciplina de Educação Física era uma exigência legal. Então a gente tinha que suprir essa necessidade.

Com o crescimento do número de alunos e com os recursos que foram chegando, conseguimos construir um prédio, um bloco de salas com sete laboratórios, isso com recurso já do Instituto Federal de Rondônia, não mais sob a gestão do IFAM, e também conseguimos construir um prédio para salas de aula, mas um prédio com 6 a 8 salas de aula e mais sete laboratórios, para a gente poder estruturar a área da Química, e atender também a dois laboratórios para o curso de Florestas. Essas ações demandaram muito trabalho, porque não é só construir o espaço físico. Tornar esses espaços viáveis implica também em fazer as aquisições e contratações. Brigamos muito por emendas parlamentares, conseguimos algumas

para equipar os laboratórios de Física e de Química. Conseguimos montar os laboratórios para suprir a necessidade do Ensino Médio e, com isso, iniciamos os esforços para a implantação da Licenciatura em Química, já que já havia os laboratórios básicos.

Implantamos, na época, a Licenciatura em Química, já com os laboratórios em funcionamento. Em 2012, 2013... Acho que foi isso, já começamos o curso de licenciatura com os laboratórios montados. Então ficamos satisfeitos com isso, porque conseguimos deixar uma estrutura de suporte tanto para os cursos técnicos de Ensino Médio Integrado de Química, Informática e Florestas, como para a licenciatura, e um suporte para a prática desportiva e para eventos, porque a quadra também era usada para os eventos da escola. Mas foi um desafio muito grande conseguir recursos para essas obras, porque tínhamos de recorrer aos parlamentares, pedir emenda parlamentar, porque o orçamento do próprio IFRO e os repasses do MEC não eram suficientes, ou a liberação demorava muito.

Muitas coisas conseguimos com o próprio MEC. Assim que o MEC liberava o financeiro, a gente fazia as licitações. A Renata é muito boa administradora, é uma excelente profissional na área administrativa! Então, junto com ela, conseguimos executar muitas obras e muitas aquisições para o *campus*. Isso tudo com apoio do Jackson Nunes, que inclusive trabalhava conosco nas liberações de recursos, para que pudéssemos desenvolver essas ações em favor do *campus*. Então, em termos de estrutura, foi dessa forma que nós fomos levando e, em 2012, já estávamos com essa estrutura básica edificada. Claro que pretendíamos fazer bem mais, inclusive tínhamos a intenção de construir um prédio para o setor administrativo, entre outras coisas, mas os recursos, à época, não tornaram essa ação possível. Também havia a demanda de montar um restaurante. Todos esses investimentos foram planejados e, aos poucos, vêm sendo executados.

Esses foram os desafios que enfrentamos em termos de estrutura física, mas também havia outros desafios, sobretudo no que diz respeito à contratação de servidores e gestão de pessoas. Nossa equipe rapidamente se mostrou limitada para dar conta de tanto trabalho, porque, na medida em que os cursos avançavam – primeiro ano do Ensino Médio, segundo ano, terceiro ano – o número de disciplinas que tínhamos de ministrar também aumentava, e o mesmo ocorria em relação ao nosso trabalho na licenciatura. Então, surgiu a necessidade de contratação de professores para determinadas áreas, a necessidade de contratação de pedagogos, e também a necessidade de contratação na área administrativa, porque o volume de trabalho foi aumentando. Abrimos vagas de concurso, buscando atender a todas as necessidades mais urgentes, mas havia uma briga intensa entre os diretores de *campus*, porque nós não tínhamos todos os códigos de vagas liberados pelo MEC. Às vezes o MEC

liberava uma vaga, entrávamos numa briga com os outros *campi*: Vilhena, Ariquemes, Porto Velho, Colorado, para ver quem ficaria com aquela vaga. É fato que todos precisavam, mas como não havia para todos, precisamos argumentar de forma veemente.

Havia reuniões periódicas, e nessas reuniões tínhamos que defender e justificar nossas necessidades para conquistar aquela vaga. Tínhamos que defender porque o *campus* necessitava daquela vaga. Fico contente, porque hoje entendo que Jimenez soube muito bem distribuir as vagas para todos os *campi*. Ele soube administrar muito bem essa questão de vagas e todos os *campi* ficaram bem supridos na época. Claro que depois esses *campi* cresceram, novos cursos foram criados e a demanda por vagas conseqüentemente aumentou, e devem ter acontecido mais concursos. Mas na época foi muito bem distribuído e apesar disso houve briga. Falo briga, porque você trazer uma vaga para o *campus* não era fácil, porque estávamos diante de um recurso escasso e todos os *campi* tinham problemas e necessidades legítimas, mas tínhamos que apresentar nossas necessidades como prioridade, justificar porque nosso *campus* estava precisando. Então, essa conversa entre diretores, muitas vezes, se tornava uma discussão acalorada. Às vezes havia consenso e um ou outro cedia, mas na maioria das vezes, era uma disputa acirrada.

Códigos de vaga para adequação das equipes foi um grande desafio no período em que estive Diretor, e nesse período houve o desafio da abertura do *Campus* Avançado de Cacoal, que ficou sob responsabilidade do *Campus* Ji-Paraná. O Jimenez conversou comigo e perguntou: “Você quer assumir a implantação de Cacoal como *campus* avançado? Você tem que pensar muito, porque você vai envolver professores seus também, porque às vezes será preciso que alguns se desloquem para lá para dar aula”. Sabendo disso e entendendo a importância de colaborar para que o município de Cacoal também tivesse um *Campus* do IFRO, me reuni com o pessoal – na época, o Diretor Acadêmico, a Renata e eu, e aceitamos o desafio de implantar o *Campus* Cacoal, aproveitando a estrutura de uma escola agrícola municipal chamada Escola Auta Raupp, estrutura essa que passou para o Instituto Federal de Rondônia.

Nosso *Campus* em Ji-Paraná era um *campus* de perfil industrial, e a unidade que iríamos implantar no município de Cacoal deveria ser um *campus* de perfil agrícola, com vistas a aproveitar os espaços e equipamentos que já existiam. Então esse foi mais um desafio que enfrentamos.

Nós abrimos concurso, mas não conseguimos toda a equipe, então eu tinha que balancear as aulas, para que alguns professores pudessem ministrar as aulas tanto em Ji-Paraná quanto em Cacoal, até que o *Campus* Cacoal deixasse de ser um *campus* avançado

para se tornar *campus*, propriamente dito. Isso foi um processo gradativo, e nós apoiamos todo esse processo, até que o MEC entendeu que ele poderia caminhar com as próprias pernas. O de Jarú também. Nós iniciamos o trabalho de planejamento e implantação do *Campus Jarú*, que depois recebeu a contribuição de Ariquemes e Porto Velho, mas nós demos o pontapé inicial para começar Jarú também. Então veja, fiquei na direção do *Campus Ji-Paraná* até 2014, e nesse período colaboramos não só com o desenvolvimento de nossa unidade, mas também de outras duas unidades do IFRO.

Existe uma Lei Federal que diz que após a criação de um *campus* há um prazo de cinco anos para fazer a primeira eleição. Penso que deve ser assim mesmo, porque você tem professores entrando, equipe administrativa se consolidando, tudo sendo adequado. Então é normal que o primeiro Diretor seja nomeado, mas que os próximos sejam democraticamente eleitos. Esperamos esse tempo definido por lei e quando chegamos próximo ao quinto ano, abrimos o processo eleitoral. Naquela época, Jimenez já não era mais o reitor, já estávamos sob a administração do Écio Duarte. Me lembro que conversei muito com o professor Fernando, que era o Coordenador de Extensão. Conversei com ele para ele se candidatar. Eu não queria ser mais Diretor, já tinha me dedicado por cinco anos à gestão do *campus* e resolvi não entrar nessa disputa, que foi em julho de 2014. Não entrei nessa disputa e o lancei como candidato. Disse a ele: “Você vai ganhar essa eleição, porque você mostrou sua capacidade na instituição”. Tivemos dois candidatos, e ele acabou ganhando como Diretor e assumiu essa nova função.

Antes disso, quando eu era Diretor, trabalhamos juntos, criamos comissões, trabalhamos muito para organizar o regimento interno e o regimento geral do IFRO, também trabalhamos pedindo apoio à cidade de Ji-Paraná. Fizemos muita extensão, e a pesquisa também se fortaleceu bastante. No campo da extensão, trouxemos o projeto Mulheres Mil, que era um projeto muito interessante, de inclusão social e produtiva de mulheres. Nós iniciamos esse projeto logo em 2010 e conseguimos trazer mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades para dentro do IFRO, para fazer cursos, aprender uma profissão e aprender coisas que lhes auxiliaram a obter trabalho e renda própria. Nós conseguimos muita coisa boa com essas mulheres. Trabalhamos por quase dois anos com o projeto Mulheres Mil. Recebemos a visita de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), dos Estados Unidos, para nos acompanharem, porque éramos um caso de sucesso. Esse pessoal veio e viu o nosso trabalho com a comunidade, gostou do nosso trabalho, e dessa visita resultou um termo de convênio entre o IFRO e o MIT, no qual se estudou iniciar trabalhos de extensão social na área de produção moveleira. Nessa época nós

tínhamos o curso de Móveis ainda em andamento.

Fizemos alguns projetos de extensão envolvendo a comunidade na área da produção moveleira e outros projetos de extensão, também enfatizando a área da educação. Tudo isso foi feito com muitos desafios, porque tinha um sindicato sendo construído, um sindicato bastante atuante, muito exigente. Um sindicato querendo respostas, e nós ainda nos estruturando, com um monte de coisas para organizar, montando estatutos e enfrentando alguns períodos de greve. Nem tudo dependia da administração local, não conseguíamos atender a todas as demandas sindicais, porque ainda não tínhamos regulamentos para elas, por exemplo, ainda não tínhamos regulamentados os afastamentos para cursar mestrado e doutorado, a lei ainda não permitia afastamentos de servidores que estivessem em estágio probatório. Havia questões que não dependiam somente da administração local, mas alguns não entendiam e lutavam para ter liberação para poder cursar mestrado e doutorado.

Demorou um pouco para construirmos regulamentos e instrumentais para oportunizar esses afastamentos para capacitações, e nesse tempo tivemos de lidar com um sindicato forte, exigindo muito de nós. Assim, foi muito intenso esse trabalho para poder regulamentar o mais rápido possível as políticas que permitissem o acesso a esses direitos – que entendíamos ser direitos, nunca discordamos disso, mas que dependiam de todo um processo de organização interna, para não faltar professor, para não prejudicar o andamento dos cursos. E não foi tão rápido, porque era uma instituição sendo construída, com várias demandas sendo ajustadas ao mesmo tempo.

Apesar de todos os desafios que enfrentamos, somos uma escola que deu certo, uma escola que cresceu muito e está crescendo até hoje. Uma escola localizada numa cidade de grande importância no Estado de Rondônia.

Trabalhamos buscando a cooperação com os arranjos produtivos locais. Fizemos convênios com o comércio, a indústria e mesmo com outras instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Fizemos bastantes trabalhos em conjunto com eles, buscando contribuir com os laboratórios que tínhamos e utilizando dos recursos que eles dispunham lá. Desde cedo, entendemos a necessidade de buscar parcerias para a alocação dos alunos formados no mercado de trabalho, então fizemos convênios para estágio e, antes da abertura dos cursos, tínhamos que fazer todo o estudo de mercado, para poder inseri-lo da melhor forma possível. Então tínhamos todo esse trabalho de equipe, uma equipe muito boa, que fazia esse trabalho, e na medida em que os novos servidores iam ingressando, também íamos encaixando eles nesses trabalhos, bem como abrindo novas frentes de trabalho. O período que fiquei no *Campus* Ji-Paraná foi um período de muita aprendizagem para mim e

um período muito bom de trabalho.

Fico satisfeito, porque o *Campus* de Ji-Paraná cresceu muito, e os outros também cresceram muito, com o empenho que tiveram. Mas fiquei especialmente contente com a nossa gestão ali, em razão das pessoas que eu tinha na equipe. Pessoas excelentes em todas as áreas: Administração, Informática, Ensino. Nós tínhamos um pessoal com muita competência, profissionais muito responsáveis, muito comprometidos, e isso favoreceu o crescimento da escola. E é isso, eu acho que a história é um pouco disso, não sei se ajudei vocês, mas Ji-Paraná está de parabéns, porque a equipe conseguiu construir a escola que temos ali hoje, conseguiu dar a base para as outras ações e para os outros cursos que foram implantados. E, com certeza, futuramente haverá a implantação de mais estruturas.

Então é isso o que eu tinha para dizer desse histórico nosso e da escola, de minha passagem pelo Instituto Federal de Rondônia. Tenho muita satisfação de falar isso, porque as pessoas com quem trabalhei, tanto no *campus* quanto na Reitoria, deram total apoio ao *campus*. Todos foram muito prestativos.

Tivemos uma equipe de apoio muito boa. Se não tivesse essa equipe de apoio, ficaríamos com mais dificuldade. Mas o apoio que eles deram a todos os *campi* e aos diretores foi incrível! O desafio foi grande. Foi um desafio muito grande por causa da implantação. Não é fácil implantar uma escola. Sentimos isso um pouco mais quando fomos implantar o *Campus* Avançado de Cacoal, porque iria começar do zero. Não foi fácil, e muitas vezes me coloquei no lugar da equipe que estava na Reitoria, ponderei sobre os desafios que eles também estavam enfrentando. Pelo que vivi e pelo que entendi do trabalho da Reitoria, percebo que não foi fácil implantar o IFRO, mas vencemos o desafio! Graças a Deus, a gente conseguiu colocar os dois *campi* para caminhar: tanto o *Campus* de Ji-Paraná, como o de Cacoal. Essa é a história que eu tenho. Não é uma história tão completa, tão precisa, porque já faz muito tempo, já não me lembro de muitas coisas, mas é isso que minha memória me trouxe de maneira mais vívida.

Lembro ainda que na época tivemos vários professores de outros estados, professores do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, professores que vieram de longe, que trouxeram suas famílias, e alguns não se adaptaram à região. Muitos pediam redistribuição, ou até mesmo exoneração logo depois da posse. Hoje é mais fácil a redistribuição. Hoje você pede uma redistribuição, você comprova que precisa ser redistribuído para poder estar junto de sua família, fazer tratamento de saúde, etc. Você consegue até fazer uma redistribuição por acordos entre institutos, mas na fase de implantação nós tínhamos isso regulamentado, e esse foi um dos desafios que enfrentamos com o sindicato, porque tinha professores que estavam

querendo voltar para sua terra. Ao passar o estágio probatório, eles já queriam retornar, mas como nós não tínhamos uma regulamentação, eles não conseguiam. Mesmo que fizessem a solicitação, ela era negada pela Reitoria, porque não havia ainda uma regulamentação interna.

Então, no meu caso, não senti muito essa dificuldade, porque os processos iam para a Reitoria e era ela quem dava a resposta, era a Reitoria quem decidia sobre isso. Me respaldei nisso. Mas, claro, como Diretor, eu representava a instituição, e muitas pessoas não gostavam do parecer emitido pela Reitoria e vinham reclamar comigo. Sempre dei as respostas por escrito, fundamentadas nas decisões da Diretoria de Gestão de Pessoas e, em relação ao regimento, sempre falava a eles nas nossas reuniões que ainda não poderíamos redistribuir, porque o MEC não autorizava, e realmente o MEC não autorizava a redistribuição na época. Então eu não tive grandes dificuldades relacionais, porque eu dizia: “Se você quer, você pode fazer o pedido, mas eles não vão aprovar, porque essa temática ainda não está regulamentada”. A minha resposta negativa causava um pouco de insatisfação e eu não aprecio a pessoa ficar chateada comigo, sempre achei que a redistribuição é um direito do servidor, sempre tive a boa vontade de colaborar para que a pessoa fosse redistribuída, mas tínhamos essa dificuldade, e era difícil convencer a pessoa de que aquele não era o momento, e que o MEC não autorizava. Até o final de 2014 vivemos esse impasse.

No que se refere à recepção do *campus* pela sociedade de Ji-Paraná, olha, foi uma recepção muito boa! Inclusive as notícias que chegaram até mim, antes mesmo de eu fazer o concurso, quando eu estava em Cacoal, eram notícias muito boas, muito otimistas: “Nós teremos um Instituto Federal de Educação, teremos um *campus* aqui na nossa região e vai ter muita coisa boa!”. Então a recepção foi muito boa, e assim que tomei posse, assim que cheguei a Ji-Paraná, percebi a relação que o Jorge tinha com a prefeitura, com as escolas e faculdades, com o próprio comércio. Então houve uma receptividade muito grande, muito boa da cidade. As indústrias e o comércio da região ficaram animados e a prefeitura até doou veículo para uso do Instituto, através de um convênio. Forneceu um apoio logístico muito grande para o Instituto. Eu, como passei pela direção, percebi um apoio muito grande, e esse apoio foi fundamental para superarmos as dificuldades que nós tínhamos com laboratório, com a parte da prática desportiva. Então posso dizer que a cidade recebeu muito bem o Instituto.

No que se refere à nossa recepção aos alunos, foi uma alegria recebê-los, mas também foi um tanto desafiador. Nós percebemos que os primeiros alunos que entraram ainda não tinham noção do que era uma escola técnica, não compreendiam direito o propósito e a

dinâmica dos cursos. Eram alunos diversificados, alunos que tinham boas condições financeiras, alunos que não tinham e estavam em situação de risco. Então foi feita uma pré-seleção. Abrimos as vagas e foram se matriculando. Tínhamos alunos diversificados, de várias áreas, de vários municípios do estado, de vários níveis socioeconômicos. Alguns com níveis de conhecimento muito bons e alguns com muitas dificuldades. O que mais se destacou nesse primeiro momento foi a percepção de que esses primeiros alunos não tinham uma noção clara do curso e da EPT. Percebemos isso com o passar do tempo, e com os próprios professores lidando com os alunos. Então começamos a criar comissões para divulgar os cursos e divulgar o IFRO. Eu mesmo, como professor, fiz várias visitas para mostrar aos alunos o que era realmente um curso técnico, onde eles poderiam atuar e cheguei mesmo a organizar visitas técnicas para esses alunos, para fora do estado. Fizemos uma visita técnica no Inmetro e outras, na parte de Florestas, para conscientizar os alunos de que realmente eles estavam fazendo um curso técnico para a vida profissional deles. Também atuamos com informações para a comunidade, cursos de extensão, visitas técnicas e professores visitando as escolas para divulgar os processos seletivos.

Mas no que se refere aos nossos primeiros alunos, acredito que eles levaram uns dois anos para compreender o que é a EPT. Eles levaram do primeiro até o segundo ano como se fosse um Ensino Médio normal. Depois, com os outros alunos que entraram, já foi um pouco diferente. Eles já conheciam um pouco o nosso trabalho e o que fizemos na cidade, os resultados que já tínhamos, com os alunos que já se formaram, já foram conhecendo e foi aumentando a vontade de estudar no Instituto. Começou a aumentar a concorrência de estudantes do Instituto Federal, inclusive com a concorrência de alunos das cidades vizinhas, como Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici. Começou a aumentar a procura.

Em relação aos professores, a Mércia trabalhou muito bem a formação deles. Constantemente, ela trazia pessoas para dar palestras e treinamentos, e essas formações que ela organizou foram muito relevantes, porque eu, por exemplo, entrei e não conhecia nada de Escola Técnica, e muito menos de Educação Profissional e Tecnológica. Tinha uma vaga noção da proposta da Rede, mas não sabia com profundidade. Então tivemos que fazer realmente esses treinamentos. A Mércia trabalhou muito isso com toda a equipe de Ji-Paraná e do Instituto como um todo. Ela foi trazendo pessoas para dentro da Reitoria, pessoas do MEC vindo até nós. E o MEC também desenvolveu cursos em Brasília e tivemos a oportunidade de irmos até lá, como diretores, e participarmos de um curso intensivo, para depois repassarmos aos próprios professores os aprendizados que tivemos.

Em geral, os servidores, quando entraram, não tinham uma noção da proposta

pedagógica da Rede, eram professores oriundos de escolas estaduais, de outras escolas e faculdades. Vinham de outro modelo de educação, assim como eu, que de 1989 a 2009, vivi em outro modelo, tanto no Ensino Médio como no Ensino Superior. Aí, de repente, ingressei em uma nova instituição, com um modelo profissionalizante totalmente diferente, então tive que realmente estudar, compreender a proposta para que pudesse fazer um bom trabalho. O resultado foi muito bom, porque nós conseguimos fazer um bom trabalho.

Na implantação dos *campi*, Ji-Paraná foi o primeiro, depois Colorado e, depois, Porto Velho. Porto Velho entrou com uma unidade, ou foi somente a Reitoria? Não me lembro bem como foi, mas o *Campus* Colorado foi incrementado. Era uma Escola Agrícola, que acabou sendo incorporada ao IFRO, à semelhança de Ji-Paraná, que também tinha sido Escola Agrícola, depois houve a construção do *Campus* Vilhena e do *Campus* Ariquemes.

Tivemos também o *Campus* Avançado de Cacoal, que depois passou a ser *campus*, e Jaru também. Começamos a trabalhar com Jaru, não cheguei a pegar a formalização, mas conseguimos terreno lá na época, com a prefeitura, depois acabei não pegando o andamento disso, mas Jaru já estava sendo trabalhado e depois eu sei que houve a construção de um *Campus* em Guajará-Mirim, e outras unidades, em outras cidades também, além dos polos em EAD também. Essa foi mais ou menos a ordem das implantações. Esse trabalho se iniciou na época do Jimenez, depois seguiu com Écio e os demais Reitores.

A forma da escolha dos cursos de Técnico em Florestas e Móveis foi basicamente uma continuidade. E o subsequente parece que foi um acordo feito com a antiga escola, para que se mantivesse ou se fizessem cursos em áreas afins. Como era ali era uma escola técnica agrícola, os antigos gestores nos pediram que mantivéssemos “a escola acesa”, como eles mesmos diziam na época. Então, o curso Técnico em Florestas e o curso Técnico em Móveis foram inicialmente mantidos em razão desse acordo. O curso de Técnico em Florestas era o mais próximo do que nós teríamos condições de ofertar, já que não éramos uma unidade agrícola, diferentemente dos *Campi* Colorado do Oeste e Ariquemes.

Não poderíamos ser uma Escola Agrícola, porque estávamos dentro do perímetro urbano do município e não tínhamos espaço suficiente para implantar os setores de produção animal e vegetal. “A Escola Agrícola tem que ter um campo enorme, como Ariquemes tem, como Colorado tem, como Cacoal tem. Então aqui não posso trazer um curso de técnico agrícola” – estas foram palavras do Jimenez. Eu teria que fazer um trabalho intenso de convênios com vários outros órgãos para conseguir esses espaços e esses recursos, e isso seria uma dificuldade adicional. Então ele trouxe o curso de Florestas mesmo, e mesmo sendo um curso técnico, você também depende de área para trabalhar, mas pela estrutura do curso,

ele se mostrou viável.

O entendimento pela abertura desse curso se deu em nível de Reitoria, antes mesmo de eu assumir a direção do *Campus* Ji-Paraná. O entendimento entre Manaus, Jimenez e a Reitoria de Rondônia para trazer ali para o centro de Rondônia. Recebemos o curso Técnico em Florestas, em Móveis, em Química e em Informática, não porque tivéssemos em Ji-Paraná indústrias nessas áreas, precisando de mão de obra qualificada, mas justamente pela falta de profissionais nessas áreas. No caso de Química, o Conselho Regional de Química tinha passado a informação para ele acerca da carência de profissionais da área. Na época, quando fiquei sabendo do concurso, nós só tínhamos cinco profissionais de química atuando em Rondônia. E Engenheiro Químico, havia somente três atuando na área, os outros estavam atuando na área de educação, porque faltavam professores nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas.

Havia poucos profissionais e até havia indústrias precisando. Então era uma dificuldade até para o Conselho de Química fiscalizar. O Conselho de Química não fiscalizava, porque não tinha profissionais suficientes para suprir a demanda. Entre Ji-Paraná, Cacoal e Rolim de Moura, por exemplo, havia mais de 60 indústrias que precisavam de Técnico em Química, que exigiam um Técnico em Química, mas não havia profissionais para atender essa demanda.

Então, essa foi a informação que foi passada para ele antes de mim, que fiquei sabendo e entendi a lógica de centralizar em Ji-Paraná esses cursos, em função disso: da falta de profissional na região. Acho que foi uma decisão acertada. Por exemplo, meu filho fez o curso Técnico em Química no Instituto Federal e hoje ele atua em quatro empresas como Técnico em Química. Está trabalhando em Ji-Paraná, Ouro Preto e Cacoal. Assim como ele, tem outros trabalhando. Outros foram para Porto Velho e estão atuando lá. Então a gente vê ali uma gama enorme de oportunidades, ainda que o Conselho de Química não esteja com o nível ideal de fiscalização. Há muitas oportunidades para Técnicos em Química na região.

Essa história eu me interessei, porque era a minha área e eu perguntei o porquê desse curso. E no caso da Licenciatura em Química, a justificativa se deu em razão da falta de professores na área. Não tinha professor de Química, então você tinha um professor que era formado em Biologia dando aula de Química e até mesmo professor com uma formação muito distante tendo de dar aula de Química, de Matemática. A intenção, com a abertura desses cursos, era realmente suprir essa necessidade da região.

Recentemente, o *Campus* Calama abriu o curso de Engenharia Química, e isso é muito bom, o estado está crescendo muito e muitas indústrias vêm para Rondônia, então a

necessidade de profissionais nessa área aumenta. Eu tenho colegas que são Engenheiros Químicos, muitos já aposentados, então, há poucos profissionais na região. É o que eu falei para vocês, se realmente o Conselho de Química fizesse a fiscalização em todas as áreas da química em Rondônia, nós não teríamos profissionais suficientes para atender a demanda.

Você poderia colocar 40 vagas todo semestre, que não ia suprir a necessidade que tem o estado. Olha que na minha época... Estou falando isso com base nas experiências que vivi em Rondônia na década passada, imagine hoje, com o crescimento que o estado teve.

Hoje a Engenharia Química envolve muitas áreas, tangencia muitas áreas: Engenhariade Produção, Engenharia de Nutrição, Nutrição, engenharia disso e daquilo. Então, o Gerente de Alimentos foi tirado da Engenharia Química, hoje um Engenheiro Químico supre tudo isso na indústria. Então talvez esse curso precise de um pouco mais de divulgação, mas é um curso muito bom, e há uma procura muito grande por ele, porque há realmente uma demanda muito grande por esses profissionais. Vejo nos noticiários a procura por esses profissionais em razão de várias indústrias que foram implantadas aí. Então você tem laticínio, você tem frigorífico, você tem várias indústrias na área de produção de biodiesel, de produtos de limpeza, até empresas que atuam na área de piscinas estão exigindo Técnico em Química agora, então a procura é maior, e isso acaba instigando também o pessoal, né? Não que nos outros não tenha essa demanda, mas em Rondônia, como é um estado novo e como essas indústrias estão em formação, há essa demanda considerável na área de Química, na área de Informática.

Não sei nada de Informática aí, mas a procura deve ser grande também, porque em função da criação de indústrias, acaba também absorvendo esses profissionais. Eu acho que essas são duas áreas que vão ao encontro das necessidades de Rondônia. Eu acho que o curso Técnico em Química em Porto Velho deve ter resultado bom também e que o Curso de Engenharia Química também terá um bom efeito, é só questão de marketing, de divulgação, porque nos demais estados é um curso muito procurado.

Conheço pessoas que saem do estado para fazer Engenharia Química em Mato Grosso. Procuram fora. Tem muita gente procurando esse curso e é bom que ele seja ofertado nos Institutos que já oferecem curso Técnico em Química, porque aí é uma oportunidade para os alunos desses cursos verticalizarem seus estudos. Nossa, eu queria muito que o curso de Engenharia Química tivesse sido aberto em Ji-Paraná, fiz esse pedido ao Jimenez na época. Cadê os egressos? Talvez, se houve melhora no processo de divulgação do curso de Engenharia Química ofertado em Porto Velho, os egressos do curso Técnico em Química de Ji-Paraná, e mesmo os de Porto Velho, procurem fazer esse curso. Eles nem estão sabendo. Se

meu filho tivesse ficado sabendo, ele teria comentado comigo. Então talvez seja bom melhorar a estratégia de divulgação com os próprios egressos, e com os próprios alunos que estão se formando nos cursos Técnicos em Química.

Foi um prazer, um prazer enorme ajudá-la em sua pesquisa, Edeli. Muito tempo se passou, é muita coisa para lembrar, para organizar, mas foi um prazer enorme participar dessa entrevista, e o que vocês necessitarem de mais informações, podem me falar. Podem entrar em contato. A gente está aí, à disposição. É um prazer enorme te ajudar com essa pesquisa e ajudar a instituição também no sentido de melhorar seu acervo de informações sobre a história institucional. Parabéns pelo trabalho que você está fazendo. É um ótimo tema, um excelente tema! Muito bom resgatar essa parte histórica do *campus*. É muita coisa que a gente viveu, se a gente fosse falar tudo, ia ficar um bom tempo aqui, lembrando das dificuldades, lembrando das coisas que a gente conquistou, mas é isso o principal que eu tinha a dizer. Qualquer coisa, pode fazer contato depois. Estamos à disposição.

Renata Jeremias Rocha

Meu nome é Renata Jeremias Rocha, tenho 49 anos, faço 50 agora em maio, se Deus permitir. A minha história no serviço público é bem curiosa, bem interessante. Eu fazia o curso de Magistério em 1994 e teve o último concurso nacional antes do novo governo, que era o Fernando Henrique Cardoso, estava bem naquela época de transição da Unidade Real de Valor (URV) para o Real. Então teve um concurso nacional e eu não imaginava que era para um órgão público federal, nem ao menos sabia o que era uma Escola Agrotécnica Federal, mas estudei, fiz o concurso e fui aprovada. Sou oriunda, portanto, de um concurso que realizei para uma Escola Agrotécnica Federal.

E lembro-me bem como fiquei sabendo desse concurso: eu estava na sala de aula e uma professora de História – o nome dela era Claudete – lembro até hoje, chegou perto de mim e disse: “Renata, está tendo inscrição para um concurso federal, e tem vaga aqui para Colatina (Espírito Santo), para Escola Agrotécnica Federal, você não quer fazer?”. Eu era recém-casada e tinha 19, para 20 anos. Respondi: “Ah, professora! Não tenho condições de fazer, de pagar a inscrição”, e ela disse: “Olha, vamos, fazer o seguinte: vou dar de presente para você o valor da inscrição e mais um valor para você comprar algumas coisas para você estudar”. Ela me deu o valor, que na época era como 50 URVs, era muito dinheiro! Se não me engano, o salário mínimo era 70 URVs, acho que era isso. Então paguei a inscrição, deixei o restante guardado, para o caso de eu precisar fazer alguma outra coisa em relação ao concurso, fui à biblioteca e peguei os livros todos para estudar. Estudei bastante, passei em segundo lugar, errando apenas uma questão da área técnica. A prova era composta por questões de Português e Conhecimentos Específicos. Acertei todas as questões de Português e errei uma questão da área técnica, mas ela tinha um peso maior. Fiz o concurso e não fui lá ver resultado, porque naquela época não era tão fácil assim, não tinha internet para você entrar e ver gabarito, essas coisas.

Passado um tempo, eu estava ainda no magistério, mas estava fazendo um curso de um programa do Governo Federal, que era o Salto para o Futuro, que a gente tinha as aulas por satélite para poder dar aula para adultos. Nisso, uma professora chegou até mim: “Renata Jeremias Moura?”. “Sim”, respondi. Ela disse: “Você sabia que você passou no concurso da agrotécnica e o seu nome está no Diário Oficial e no jornal? Você tem até o dia tal para entrar em contato com a escola, para saber o que você faz para ser nomeada, para tomar posse”. Aí lembrei do dinheiro que eu tinha guardado, peguei, comprei uma passagem e fui lá na escola agrotécnica, que ficava a 18 quilômetros da cidade. Me informei de tudo o que eu precisava

fazer, fiz os exames, juntei toda documentação e tomei posse no dia 18 janeiro de 1995. Aí começou a minha vida pública.

No dia 19 de janeiro, já entrei em exercício e fiquei na Escola Agrotécnica de Colatina de 1995 a 2000. Em 1998, tive a minha filha, dois anos depois me divorciei. Quando foi em 2003, conheci meu atual marido, começamos um novo relacionamento e em 2006 fui redistribuída da escola agrotécnica para o Cefet – *Campus Serra*. Fiquei dois anos no *Campus Serra*, aí começou a conversa sobre a instalação dos Institutos Federais no país. Já era certo que os Cefets entrariam na base dos Institutos Federais e ficou a cargo das escolas agrotécnicas decidirem se iriam ou não aderir ao novo modelo de educação profissional e tecnológica federal. E se elas decidissem entrar, teriam alguns privilégios. Mas essa conversa sobre essa nova forma de educação tecnológica já tinha começado muito antes.

Em 2008, quando foi criado os Institutos Federais, o professor Jorge Cavalcante, que é de Guajará-Mirim e já estava no Espírito Santo havia vários anos, na escola agrotécnica também, foi redistribuído. A família dele estava em Vila Velha e ele estava há um bom tempo querendo voltar para Vila Velha, porque ele ficava naquela: passava a semana em Colatina e nos finais de semana ia para casa. Ele conseguiu ser redistribuído, por coincidência, também para o *Campus Serra*, e nesse mesmo período ocorreu um episódio em que foram demitidos o Diretor Geral, o Diretor de Planejamento e o Diretor de Orçamento e precisavam de um Diretor Interventor, *pró-tempore*, e o Jorge foi escolhido.

Naquela época, ele viaja muito a Brasília, prestava contas de tudo o que acontecia no *Campus Serra*. Em Brasília, ele ficou conhecido do Getúlio, que, se não me engano, na época, era o secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) ou exercia algum outro cargo de certa relevância na SETEC. Então, pelo fato de ele conhecer Getúlio e de saberem que ele era natural de Rondônia, que conhecia Rondônia, começaram aquelas tratativas. O Diretor soube que ele era de Rondônia e falou assim: “Jorge, agora, com os novos Institutos, o IFAM ficou encarregado de instalar o Instituto Federal de Rondônia, e eles estão precisando de uma pessoa de confiança lá para trabalhar com o professor Jimenez”.

Raimundo Vicente Jimenez tinha sido Reitor do IFAM e coube a ele a incumbência de implantar o IFRO. Nesse processo inicial, ele estava precisando de uma pessoa para ajudá-lo a implantar uma unidade em Ji-Paraná, que já estava com autorização para funcionamento. Aí, o professor Jorge Cavalcante e o professor Jimenez conversaram, se entenderam, e o professor Jorge aceitou o convite para implantar a UNED Ji-Paraná, que, no processo, veio a se tornar o *Campus Ji-Paraná* do Instituto Federal de Rondônia. Para a implantação dessa unidade, ele precisava trazer algumas pessoas, porque ele não daria conta sozinho. Então ele convidou uma

professora do Cefet, já aposentada, que veio para trabalhar na área de ensino, convidou o Jordano, que hoje está em Porto Velho e veio para assumir a área de serviços gerais e TI, e convidou a mim, porque eu tinha experiência na área de administração e, principalmente, na área de licitações.

Como era um *campus* em processo de implantação, havia muitas contratações a fazer, e aí eu aceitei. Cheguei aqui em Ji-Paraná no dia 16 de dezembro de 2008. Era umas duas horas da tarde, vim sozinha, a princípio. Minha família veio depois. No dia 16 mesmo já fui para o IFRO – *campus* de Ji-Paraná e comecei a trabalhar. A estrutura era basicamente a mesma que tem hoje, e ainda havia muitos resquícios da antiga Escola Agrícola, que funcionou por anos nas mesmas instalações.

Ao iniciar o trabalho no *campus*, comecei a ver como era o fluxo de trabalho: a unidade de Ji-Paraná não tinha orçamento, a gente não tinha conta no sistema, a gente não tinha nada, era tudo feito dentro da Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) do IFAM, e era muito dificultoso. E qual foi a estratégia? E nisso entra também a confiança no servidor que está trabalhando. Eu nunca na vida tinha visto o Reitor do IFAM, nem o Coordenador de Finanças de lá, mas entrei em contato com eles e falei assim: “Olha, da forma como está, nós não vamos conseguir fazer as aquisições a tempo, porque é burocrático e eu não tenho como ficar mandando processo por malote e recebendo processo por malote, porque nisso vai dias, e dezembro está aí! Estamos no finalzinho de dezembro e se não realizarmos as aquisições esse ano, só no ano que vem, e não sei se o recurso vai continuar. Então vamos fazer assim: me coloquem dentro da UASG do IFAM, me ponham lá, e vamos criar um fluxo de a gente mandar a documentação por e-mail ou por fax. Assino daqui e vocês assinam aí e nos devolvem. Eu tiro cópia e coloco no processo. Pronto, simples assim!”. E assim foi feito, na base da confiança. Então, Ji-Paraná foi implantado dessa forma, na base da confiança, porque eles não me conheciam nem eu os conhecia. Fizemos os processos e avançamos nas aquisições de bens e serviços necessários para o funcionamento do *campus*.

Em fevereiro de 2009, teve a nomeação e a posse dos servidores concursados. Entre os daquela época que ainda estão aqui, tem os que trabalham diretamente com a Diretoria de Planejamento e Administração (DPLAD) e os professores. Vou citar os que trabalham diretamente comigo ali na DPLAD: Alamir, Rosivane, Edina, Geovana e Maurício. Tem mais servidores, alguns eu lembro que fizeram concurso, mas foram para outras unidades depois de 2009, mas do concurso de 2009, que ficaram em Ji-Paraná, são esses que citei.

Então, quando cheguei ao IFRO, já estava em implantação. Em relação à sociedade local, me lembro que foi feito todo um estudo na região, mas foi tudo anterior à minha

chegada. Esse estudo contemplou características do município e de seu entorno, e os cursos demandados pela sociedade, que eram os cursos de Móveis, Florestas e Informática. Eram esses três cursos, e cada um seria implantado numa modalidade: Subsequente, Integrado, essas coisas. Tudo isso veio antes, com base em pesquisa de demanda, mas acho que à época não se tinha ainda ideia do que era um Instituto Federal ou do que era um Cefet na vida de uma cidade, acho que eles não tinham essa noção da importância que era ter um Instituto Federal na cidade. Então, era tudo muito novo, a forma de admissão, essas coisas e tudo o mais, mas lembro que era bem concorrido.

Foi bem concorrido, bem concorrido, mesmo. E a gente trabalhava demais! Trabalhamos muito para implantar esse *campus* do zero, praticamente, porque não tinha nada, os fluxos não estavam definidos, os regulamentos não estavam definidos, não tinha rotina de nada. Nós criamos a nossa própria rotina.

E, assim, era engraçado observar, eles tinham muita curiosidade, sabiam que era um Instituto Federal, e acho que junto com a curiosidade veio a confiança, porque, assim: uma Escola Federal, grátis, é uma estrutura que não se encontra na cidade e, de repente, ter essa estrutura ao alcance do seu filho é algo visto como muito positivo. Então, embora a sociedade não soubesse ainda com clareza o que era um Instituto Federal, havia muita curiosidade, muita expectativa, sobretudo em relação aos cursos subsequentes, como o de Móveis e o de Florestas, que eram uma oportunidade para quem já tinha o Ensino Médio. Não era uma faculdade, né? Não era um nível superior, era um curso técnico, mas também não era um curso técnico no modelo que o Senai e Senac ofertavam. Então, eles tinham essa curiosidade e, na curiosidade, vinham buscar o Instituto Federal, vinham buscar o *campus*.

Em relação ao repasse financeiro, era muito melhor no início da implantação, porque estava em implantação, estávamos no auge do governo do PT, e tinha recursos. Tinha recursos tanto para você adquirir o que precisasse para fazer as obras e tudo o mais, quanto tinha financeiro para pagar essas aquisições, essas obras. A gente recebia financeiro duas vezes por semana. Informava no sistema na segunda e terça-feira, e já recebia na quarta. Se você informava no sistema na sexta e segunda-feira, recebia na terça-feira; se informava para o sistema quarta-feira, recebia na quinta-feira, era dessa forma. Então, duas vezes por semana, a gente tinha a liberação do financeiro. Desse modo, se um fornecedor prestasse um serviço, entregasse a nota fiscal hoje, e hoje fosse dia de apropriar, na mesma semana ele já recebia o pagamento dele.

Depois do segundo governo Dilma, por ali, as coisas ficaram um pouco mais difíceis. Aí passou a ter financeiro a cada 15 dias, depois uma vez por mês e, às vezes, você não tinha

o financeiro total, era parcial, e continua assim até hoje. A questão do financeiro até a liberação, até a aprovação do orçamento, quando aprovam o dispêndio do ano, quando fazem a programação financeira do ano, o financeiro é um pouco difícil e é bem demorado, principalmente quando a gente tem recurso de emenda parlamentar. Nesses casos, leva meses para o fornecedor receber, mas depois que aprova a programação financeira anual, esse repasse, no caso de emendas parlamentares, passa a ser uma vez no mês. Pelo menos no que se refere ao financeiro para as despesas do orçamento *campus*, uma vez por mês está garantido, sim. Todo o início de mês vem, mas quando se trata de financeiro de emenda parlamentar, pode demorar mais, e aí a gente atrasa o pagamento do fornecedor.

Penso que o IFRO tem três grandes desafios atualmente: repasse financeiro, orçamento e gestão de pessoas. O principal desafio na gestão do IFRO hoje, além do financeiro, penso que seja o orçamento. Mas esse é um problema que não cabe ao Reitor resolver sozinho, porque, infelizmente, não depende dele aprovar. O orçamento não é ilimitado, depende de aprovarem aquilo que você submete no conjunto das demandas de toda a Rede Federal. Então, é uma coisa que escapa do controle do IFRO. Mas dentro das coisas que estão sob o controle do IFRO, vejo que o principal desafio é a questão da gestão de pessoas, a gestão das competências, das habilidades, sabe? Fazer o servidor se sentir parte da instituição, se sentir importante para a instituição.

Quando falo na gestão de pessoas, não estou me referindo ao que já é feito, aos processos rotineiros de seleção, admissão e folha de pagamento. Me refiro à gestão dos talentos, das habilidades dos servidores, a você ter maturidade profissional para conversar, discutir os desafios do trabalho e propor soluções sem brigar por conta dos problemas que há no *campus*, que há na instituição. Me refiro a gerenciar essa diversidade de perspectivas de modo a promover o bem comum. Por quê? Porque o IFRO é a nossa casa. Tem servidor que vai passar mais de 30 anos da vida dele dentro do IFRO. Se ele não passar em outro concurso público, no mínimo 30 anos da vida dele ele passará na instituição, então precisamos construir um ambiente maduro, um ambiente salutar, um ambiente profissional, para a gente discutir os caminhos que a gente quer dar para o nosso Instituto.

E o *Campus* de Ji-Paraná é importante nesse processo e tem muito a contribuir. Ele está inserido nesses novos caminhos. Cabe ainda destacar que é um *campus* localizado em uma cidade importante do estado de Rondônia. A cidade de Ji-Paraná tem potencial, promissora, uma cidade de oportunidades. Eu, que sou de fora, que estou aqui desde 2008, costumo dizer que Ji-Paraná me encantou, me conquistou. Sou apaixonada por essa cidade, porque é uma cidade limpa, organizada, uma cidade belíssima, belíssima! E agora tem um

Instituto Federal. Então, se a gente juntar as pontas: as potencialidades da cidade com as potencialidades do IFRO, com as oportunidades que ele pode gerar para essa cidade, nós vamos deslanchar tanto o Instituto Federal quanto a cidade de Ji-Paraná.

A cidade de Ji-Paraná tem demanda para a construção civil e tem demanda para a saúde. Então, por que o IFRO – *Campus* de Ji-Paraná não se alinha a essas demandas e traz também cursos para essas áreas? Esses cursos vão abranger não só Ji-Paraná, mas também os municípios vizinhos: Presidente Médici, Ouro Preto, sabe? As cidadezinhas mais próximas, que os filhos podem vir pra cá, podem vir estudar no *campus*, aprender novas formas de pensar e de fazer, e depois voltar para a sua cidade e aplicar o que aprendeu na sua cidade. Por que não?

Agradeço por ter tido a oportunidade de contar um pouco da minha história, tanto do início de minha carreira como servidora pública, como de servidora do IFRO.

Uziel Bemvindo

Vou falar um pouco sobre como se deu minha experiência de aluno nesse contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Meus pais chegaram a Rondônia em 1986 e se estabeleceram no município de Pimenta Bueno. No ano de 1986, começamos o último período, que foi a oitava série, e lá conheci dois colegas, dois amigos, na verdade: o Sandro Marcos Castro de Araújo, que hoje é doutor em Sociologia e professor no Instituto Federal do Paraná, e o Rodrigues Leal, que trabalha no município e no Estado. No momento está prestando serviço no IDARON.

Eu já tinha em mente que quando chegasse a Rondônia, procuraria uma instituição de Educação Profissional para estudar. Desse modo, o consenso se deu em 1986, quando concluímos o Ensino Fundamental, que era a oitava série, e nos submetemos a um teste seletivo e fomos estudar em Ji-Paraná, na Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, uma escola que era gerida pelo Governo do Estado. Esses meus dois amigos e eu nos submetemos ao processo seletivo dessa escola, que funcionava em regime de internato. Posso afirmar que, para a gente que estudou lá, o tipo de ensino que recebemos foi um ensino para a vida. A gente conseguiu ter um disciplinamento coletivo e de contexto de experiência: familiar, experiência de ensino é até mesmo um sonho. A Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria nos deu um projeto de futuro. Então, sem dúvida, essa escola foi de fundamental importância, principalmente por ela ter aquele sistema de residência.

A minha condição, principalmente naquela época, era não vou dizer que era 100% vulnerável, mas a situação financeira não estava muito legal. E se não tivesse aquele sistema de residência e a alimentação gratuita, provavelmente eu não conseguiria estudar lá. Então, isso foi um dos fatores que contribuiu de forma significativa para que a gente pudesse permanecer no curso.

O ensino técnico de lá era voltado para o setor agropecuário, no caso, o curso que fizemos era o curso Técnico em Agropecuária. Então, formava um perfil de profissional aproveitado bastante na nossa estrutura. Rondônia era e permanece um Estado eminentemente agrícola e, na época, o Estado precisava muito desse tipo de profissional. Até hoje esse profissional é bem requisitado, seja em concursos públicos, seja através de iniciativa privada. Que eu tenha conhecimento, tanto quem entrou para a iniciativa privada se deu bem, como os que ingressaram no serviço público.

Mas o que aprendemos não contribuiu apenas para nosso desenvolvimento profissional, contribuiu, de forma significativa, para a vida. Para a vida, como um todo. Quem

passa por esse tipo de ensino, principalmente quem convive no sistema de residência, aprende a se sensibilizar um pouco mais, a ter mais empatia pelos colegas e a refletir de maneira mais cuidadosa sobre suas ações e consequências, e sobre seu trabalho, sua profissão.

O curso tinha duração de três anos, então a gente ingressou no ano de 1987 e a conclusão se deu em 1989. Era o período de transição para a democracia, de reconstrução do Estado brasileiro, e um período bem complicado em termos de concurso público. Diante disso, desenvolvi algumas atividades voluntárias na escola do Ensino Básico Abaitará, que é um Instituto Estadual de Educação Profissional. Iniciei minha vida profissional ali, como professor voluntário. Em 1995 houve o primeiro concurso público no estado de Rondônia para implantar a Escola Agrotécnica Federal em Rondônia, e esse concurso selecionou profissionais variados. E, de lá para cá, a gente continua aqui na instituição até hoje. Entrei como Técnico em Agropecuária.

Em 2010, fixei residência em Ariquemes, com o objetivo de fazer o curso de Engenharia de Alimentos. Concluí o curso de Engenharia de Alimentos e pouco depois fiz uma especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho. Então, minha experiência de vida está muito relacionada à Educação Profissional e Tecnológica: primeiro, fui aluno da Escola Silvio Gonçalves de Faria e, depois, servidor da Escola Agrotécnica de Rondônia – atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O mantenedor da Escola Silvio Gonçalves de Faria era o Governo do Estado, havia um gerenciamento próximo da Seduc, mas havia momentos em que o governo tinha um pouco de dificuldade de honrar seus compromissos. Faltavam insumos para as aulas e até mesmo alimentos para os alunos. Eu lembro que num período a gente estava em dificuldade, né? Não me recordo se teve alguém que naquele momento tenha feito alguma intervenção. Mas, assim, quando a gente se sentiu prejudicado, a gente foi da escola para a rua fazer reivindicações. Teve uma audiência, o Governador não estava naquele momento, mas estava o vice: o Orestes Muniz. Então ele recebeu a gente, apresentamos as nossas reivindicações e, a partir daquela audiência, até concluir o curso, a gente não teve mais problema com a alimentação. Foi tranquilo.

A gente se mobilizou, obviamente, foi tipo uma greve, mas ela não durou muito tempo. A gente fez a greve com o objetivo de resolver o problema. Fomos até Porto Velho, para resolver o problema e, enquanto o Governador não recebeu a gente, não voltamos a estudar. Isso foi logo no primeiro ano, se eu não estiver equivocado. No meu tempo, só teve greve de estudante, não me lembro de greve de servidor.

Os professores eram estaduais, tanto os do núcleo comum como do técnico. Existia

todo um planejamento, uma carga horária para as disciplinas. Não lembro especificamente a quantidade de horas de cada disciplina, mas eram distribuídas de forma igualitária, tanto disciplinas do núcleo comum, como as do ensino técnico. Não estudávamos só a parte técnica, também estudávamos as disciplinas de linguagem e humanidades, e me lembro que os professores ficavam bem à vontade para ministrar diante do contexto que eles achavam interessante. Por exemplo, hoje vai ser só teoria, então hoje seria só teoria. Aí programavam: amanhã vai ser só prática – e aí já íamos preparados para aulas práticas, visitas técnicas. O professor dizia: “A nossa atividade vai ser lá...”, então a gente programava o dia para ficar numa fazenda, por exemplo. O professor tinha essa liberdade de gerir o seu conteúdo, de administrar sua disciplina, conforme entendia que seria interessante contribuir com o conhecimento dos alunos. Claro que essa autonomia docente contrastava, muitas vezes, com a limitação de recursos oferecidos pela escola, mas havia certa liberdade docente.

A escola tinha algumas unidades internas, e essas unidades, esses espaços pedagógicos, eram explorados conforme a série escolar. Os alunos do primeiro ano tinham aulas no setor de olericultura, que era a horta; no segundo ano, faziam as práticas no setor de suinocultura; no terceiro ano, o foco era a bovinocultura.

Éramos provocados em cada contexto, conforme as especificidades e os estilos de ensinar de cada professor. Alguns professores apresentavam os conteúdos na forma de projeto, e nós aprendíamos muito com isso. Então você ia lá e elaborava o projeto, como se você fosse, de fato, implantar aquele conteúdo. Se era um projeto de avicultura, por exemplo, a gente elaborava o projeto, prevendo todas as atividades relativas a essa cultura: calculávamos os materiais que seriam necessários para construir um galpão, simulávamos um galpão, os custos de produção, avaliávamos os riscos, projetávamos os resultados, como se de fato fôssemos implantar aquela unidade. Essas experiências contextualizadas ajudavam bastante, porque éramos provocados a buscar informações, a pesquisar e a refletir sobre essas informações. Naquela época, a realidade de Rondônia ainda estava longe da era da informatização, então pesquisávamos em livros e em relatórios técnicos. Hoje avalio que, na parte prática, a gente ficou um pouquinho prejudicado, mas os professores eram excelentes dentro de sala.

Eu gostava muito da professora Maria José. Ela também foi professora do *Campus* Colorado do Oeste, acho que deve estar aposentada. Ela também foi professora da Escola Silvío Gonçalves de Faria. Ainda me recordo dos meus professores. Um deles, o doutor Paulo, veterinário, mora em Ji-Paraná. Esses dias estava conversando com ele. Ele é atuante pela Secretaria de Agricultura.

Quando a gente entrou, existia um professor chamado Alejandro. Ele era um espanhol, muito bom Diretor. Depois tiveram outros diretores. Mas a gente finalizou com um professor chamado Edson, que, se não me engano, era ali de Ouro Preto. Todos os professores eram prestativos.

Estudar na Escola Agrícola era uma vontade própria. Quem estudava lá, estava, porque queria e estava disposto a enfrentar os desafios. Logicamente, tive a influência de meu pai. Meu pai falava desse sistema de escola, então, não vou dizer que a influência dele não tenha contribuído. Contribuiu bastante, mas a vontade foi mais nossa mesmo, de querer vir, do que dos próprios pais. E nós víamos o curso como possibilidade de conseguirmos uma colocação profissional, porque estávamos em um estado agrícola, com muita demanda para o setor agropecuário.

Me formei Técnico Agropecuário em 1989, depois trabalhei como colaborador voluntário, em um projeto inicial que o juiz da cidade de Pimenta Bueno implantou, chamado Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que colocava os presos para trabalhar, sob a tutoria de um profissional. Um colega da Secretaria de Agricultura foi participar desse projeto, eu tinha contato com ele e ele falou: “Vamos desenvolver o projeto aqui. Se você quiser, como voluntário, venha, mas não tem recurso, não tem nada”. Falei: “Tranquilo! Serve para ganhar experiência, conhecimento”. A partir desse contato, a gente foi lá desenvolver essa atividade. Nessa atividade, o juiz iniciou com a construção de um viveiro de mudas para a produção de mudas de castanha do Pará. Então, essa foi minha primeira experiência profissional, uma experiência de voluntariado.

Minha próxima experiência foi com a contratação na Abaitará. A escola ia parar, agora acho que o governo assumiu, mas ela era um sistema misto, uma escola comunitária, na verdade. Quem ajuda? Todo mundo que quiser ajudar: município, Governo Federal, iniciativa privada, quem quiser ajudar. Era uma escola comunitária. E fiquei lá de 1993 a 1995, até passar no concurso de Colorado do Oeste. Fiquei na Escola Agrotécnica de Colorado antes de ir para Ariquemes. Fiquei lá de 1995 até 2010. Pedi a remoção, devido à graduação de Engenharia de Alimentos, porque essa graduação era ofertada pela Universidade Federal de Rondônia, em Ariquemes.

Como sempre, a gente acredita na instituição. Sei que o momento é bem turbulento e isso afeta o ensino público do país. Mas como bom servidor, não posso perder esperança. Precisamos acreditar. Sempre tento contribuir naquilo que está ao meu alcance, colaborar com os demais servidores, com alguma ação que a sociedade possa tomar parte dela.

Aqui no nosso país, a gente não tem uma cultura de fazer um planejamento de longo

prazo. É apenas planejamento de governo, e a Educação é muito penalizada com isso. Sempre há cortes, sempre há redução de investimentos e tentativas de privatizar o ensino. Não sei se foi no primeiro ou no segundo governo do Fernando Henrique Cardoso que teve três cortes, entendeu? A ideia sempre foi privatizar o ensino. Quando houve a mudança de governo de 2002, ele entendeu que deveria haver uma injeção de ânimo nessas instituições e voltou a trabalhar para que isso ocorresse, mas logo vieram novas medidas de precarização. Entendeu a lógica? Quando você vai acompanhando, você percebe um retrocesso. Esse retrocesso é evidente na Educação e na Ciência. Penso que se tivéssemos uma cultura de planejamento de longo prazo, e independente do governo, o sistema iria funcionar. O problema é esse: falta de planejamento. E quem perde é a sociedade, os alunos, que às vezes nem conseguem ter essa releitura, né? Infelizmente a sociedade paga por isso.

Como instituição, depois que nos tornamos Instituto Federal, logicamente, a gente cresceu muito, mas, a meu ver, tem muita coisa que poderíamos fazer e não estamos fazendo. Vários servidores deixaram sua contribuição, mas a gente tem muita coisa ainda para contribuir com a sociedade. Algumas dessas coisas dependem da gente, dependem do esforço do servidor, outras não, outras requerem políticas públicas e esforço institucional.

Quando foi para implantar os Institutos Federais, tivemos um amplo debate, como nas reuniões de colegiado que temos hoje. Uns eram favoráveis, outros eram contrários, e eu, em particular, achava que seria de grande relevância. E hoje vejo que estava certo, que foi uma boa decisão, se não, a própria professora não estaria falando comigo, não estaria fazendo essa pesquisa. Vejo que o IFRO trouxe uma contribuição fundamental para dentro do estado, por meio da melhoria da educação, da pesquisa, da extensão e da formação técnica. Acredito até que se a gente não tivesse decidido pela institucionalização, ela iria ocorrer da mesma forma, porque era um projeto de governo. Apenas a gente ia ficar excluído do processo, mas isso ia acontecer de uma forma ou de outra, é governo, entendeu? Existia interesse.

O pessoal estava bem preparado, conseguiu dar um *up* legal na instituição que estava se reinventando. Talvez leve um tempo para retomarmos o projeto inicial e estruturar uma boa unidade da instrução. Mas esse governo é momentâneo, vai passar. Precisamos sempre estar preparados e ter uma estratégia definida. Estratégia é momento, momentos: você está preparado? Se você está, consegue. Se você não está preparado, você perde, entendeu? Se a unidade estiver bem preparada, consegue captar recursos, consegue manter as atividades com qualidade, mas isso depende não só dos gestores, depende dos servidores em fazer.

Ao comparar o IFRO com as institucionalidades que o antecederam em Rondônia, vejo-o como mera releitura institucional. Com mais cursos superiores, logicamente, tem

mais alunos. Lembro que era assim, em média, uns 300 e poucos alunos em Colorado do Oeste. O montante todo eu não sei, eu tinha aqui, porque eu estava escrevendo um projeto. Você terá 12 mil alunos? Se encontrar, eu falo.

Temos cerca de 12 mil alunos, incluindo ensino, pesquisa e extensão, é muita gente atingida. Obviamente, quando você compara nossa situação com as experiências anteriores, percebe que ampliamos muito nossa escala de atuação e, hoje, somos uma instituição relevante em nosso Estado, somos reconhecidos por nosso papel social, mas tem a situação do país, os bloqueios orçamentários, o avanço do autoritarismo, a crise da pandemia. Talvez a gente possa, de repente, se reencontrar nesse contexto. Que tal? As coisas são dinâmicas, tudo muda muito. Por exemplo, até estava conversando aqui... Vou fugir um pouquinho do que você pretende, mas estava conversando. Engenharia é um curso de grande relevância, é muito dinâmico, a gente tem que estar... Tem que estar, às vezes, muito à frente. Às vezes a gente está atrasado e não consegue transferir para a sociedade entender como deveria.

A principal diferença do IFRO é que tanto a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, assim como a Escola Estadual, estavam voltadas para o ensino e o Ensino Médio Profissionalizante, certo? A partir da institucionalização, a Educação Superior e a Pós-Graduação ganharam uma nova força em Rondônia, a oferta se ampliou bastante, com cursos de qualidade. Contudo, existe uma complexidade de execução dentro dos Institutos, que os difere da realidade da universidade, em que o professor tem quatro aulas e o restante do tempo é para fazer pesquisa, extensão. Às vezes oito, não sei, mas não passa disso.

Eu vejo assim: alguns professores, inclusive, eu estava conversando com um professor lá de Colorado do Oeste, ele está com oito disciplinas, como é que você faz um negócio desses? Como é que você ministra oito disciplinas diferentes, com conteúdos diferentes e ainda tem que desenvolver extensão e pesquisa? Não vai sair nada. O cara não tem tempo para se dedicar. Às vezes, até o profissional é competente, faz o máximo que consegue fazer, mas não tem as condições ideais para se dedicar nem a uma coisa, nem a outra. A principal diferença é essa, entendeu? Obviamente, com a institucionalização, o pessoal trouxe o nível superior para dentro da instituição e, juntamente com as ações extensionistas, um pouco de pesquisa. Só que em pesquisa, a gente está engatinhando ainda. Na verdade, para falar de outras instituições, a própria Embrapa, como centro de referência de pesquisa, tem dificuldade em fazer pesquisa, porque às vezes faltam planos. É muito complexo isso.

Uma coisa bem interessante que eu não falei, dos tempos antigos: a assistência estudantil. Isso daí não existia não, tá? Na nossa época, tinha pouco recurso. Quisesse ir para a escola, tinha que ficar lá do lado da rodovia, esperando caminhão dar carona para a gente ir

estudar. Transporte escolar não existia, não. A parte que realmente é assistência estudantil não existia, como existe hoje no IFRO, só havia os recursos do local mesmo, nenhuma ajuda de custo, nem mesmo para compra de materiais. Então, avançamos em vários aspectos, em outros, estamos reproduzindo o que já era feito e isso não exatamente por uma escolha nossa, mas pelas condições estruturais que herdamos do passado e pelas limitações impostas pelo atual governo.

Jackson Bezerra Nunes

Bom, sou o professor Jackson, sou pernambucano e a minha história aqui em Rondônia se iniciou no ano de 1990, quando participei de um concurso, lá em Recife, para o Governo do Estado de Rondônia, e fui aprovado em sétimo lugar. Saiu no jornal da cidade que eu iria atuar em Cacoal. Com isso, desloquei-me de Pernambuco para Rondônia. Eu não sabia onde ficava Rondônia, mas meu pai, que era topógrafo, já tinha medido a BR até Vilhena. E ele me falou assim: “Você sabe para onde você vai?”. Eu falei: “Não sei e não quero saber, para eu não desistir”. Ele sabia, porque já tinha vindo aqui.

Quando vim para Rondônia, tinha 21 anos de idade e tinha acabado de me formar. Me formei com 20 anos. Terminei a formatura, fiz 21, já fiz o concurso, passei e vim embora. Chegando a Porto Velho... Por ironia do destino, peguei um avião que rodou por muitas paragens: então saí de Recife e fiz escala em Maceió, Aracaju, Bahia, Brasília e Cuiabá; fui para o Acre, Rio Branco, para depois chegar a Porto Velho. Saí às 6h de Recife e cheguei a Porto Velho às 18h. Chegando aqui, dirigi-me diretamente para a rodoviária, porque eu já sabia que ia para Cacoal. Peguei um ônibus com destino a Cacoal. Desci, chegando lá, não tinha feito nenhum contato anteriormente. Então descii na rodoviária às 3h e esperei clarear o dia. E, aí, perguntei: “Gente, eu sou de fora e preciso saber onde é que fica alguma coisa de professor aqui, porque eu fiz um concurso e eu vim para me apresentar”. Aí, alguém me disse: “Olha, tem um negócio de professor nessa rua, lá na frente. Você vai direto, vai achar um negócio lá na parede não sei o quê de professor, beleza?”. Aí eu fui. Era uma associação de professores. Então, chegando lá, já encontrei outros que vieram também e aí fomos para a Representação de Ensino (REN), e ali começou a minha jornada em Cacoal. Trabalhei por dois anos no Governo do Estado, de 90 até 92. O estado pagava muito bem, mas depois começou a pagar mal, e resolvi pedir demissão. Nesse meio tempo, eu já tinha sido convidado, em 1991, para dar aula na Fundação Bradesco. Então eu estava dando aulas na Fundação Bradesco à noite e, de dia, no estado. Pedi exoneração do estado, fiz o concurso da Prefeitura de Cacoal, passei em primeiro lugar e assumi. Então fiquei trabalhando na prefeitura e na Fundação Bradesco. Em 1994, abriu um concurso para a Escola Agrotécnica Federal de Colorado Oeste e um grupo de pessoas comentou que seria então a primeira escola federal que iria ter em Rondônia. “Vamos fazer o concurso?”. Falei: “Vamos!”. Então nós fomos fazer o concurso. Em 1994, lá em Colorado do Oeste, fiz a parte escrita, estava concorrendo com 30 pessoas.

Eu só tinha graduação e pós-graduação. Quando vi a lista dos inscritos, com mestres e

doutores, pensei: “Vai ser difícil concorrer com esse pessoal”, mas entreguei na mão de Deus, e fui fazer minha prova. Na prova escrita, fiquei em terceiro lugar, aí fui fazer a prova prática em Cuiabá, na Agrotécnica da Serra de São Vicente. Então, cheguei lá, preparei minha aula, dei minha aula e, para surpresa nossa, após a aula, fiquei em primeiro lugar no concurso. Isso em 1994. A escola teve o seu primeiro ano de funcionamento em 1995. Mas aí tinha uma professora que veio de Manaus e assumiu as primeiras turmas, eu só fui contratado em janeiro de 1996. A escola já estava com um ano de funcionamento quando fui nomeado.

Entrando na escola, uma coisa que me chamou muito a atenção foi que tinha uma supervisora que hoje não está mais entre nós, mas era uma pessoa muito boa. Ela sempre conversava com os professores. Ela queria saber da minha família, quem era meu pai, quem era minha mãe, e eu conversei com ela. Disse que minha mãe era empregada doméstica, meu pai era topógrafo. Acabou a conversa, no dia seguinte fui chamado no gabinete pelo Diretor Geral, que era o Francisco Valdivino Gonçalves. E eu achei estranha essa chamada repentina ao gabinete, né? Aí ele falou assim: “Eu soube que seu pai era agrimensor e você ajudava ele, então você vai pegar as aulas de topografia”. Eu me assustei, né? Sou professor de Matemática, mas como eu nunca resistia a um desafio, decidi que iria assumir as aulas de topografia por um ano. Eu dei aula no segundo ano de topografia, porque eu tinha toda prática, né? Trabalhei com meu pai desde os 12 anos, e a escola estava iniciando e ainda não tinha gente contratada. E eu falei: “Não, tranquilo, sem problemas!”. Atuei como professor de matemática e de topografia, e fiquei na Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste de 1996 até quando, em 2008, apareceu a lei de criação dos Institutos Federais.

Em 2008, quando estava ainda na minuta da lei, começou a funcionar a UNED de Ji-Paraná, que hoje é o *Campus* Ji-Paraná. Naquela época, Ji-Paraná era uma Agrotécnica do Estado que estava desativada e foi doada para o Governo Federal. Ji-Paraná era uma UNED, uma unidade descentralizada da Escola Técnica de Rondônia. A nossa história começa em 1993, quando foram criadas a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste, a Escola Agrotécnica de Rolim de Moura e a Escola Técnica de Porto Velho, que depois virou Escola Técnica de Rondônia, todas foram criadas, na lei, em 1993. Dessas três, só foi construída a Escola Agrotécnica Federal de Colorado. Ela foi construída e funcionou até 2008.

Ji-Paraná começou a funcionar, mas como UNED da Escola Técnica, ainda não era *campus* do Instituto, virou *campus* do Instituto após a aprovação da lei, em dezembro, assim como Vilhena. Eram unidades da Escola Técnica, e é tanto que se a gente pegar a lei de criação, o nosso Instituto Federal, ele foi criado com a junção de duas escolas apenas, que era a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste e a Escola Técnica daqui de Porto Velho, juntou-

se as duas. Então Ji-Paraná e Vilhena eram unidades descentralizadas, tanto que quando Ji-Paraná começou a funcionar, a gente utilizava a Gestão da Escola Técnica Federal (ETF), que tinha sua unidade gestora. A gente começou a funcionar em uma unidade só a partir de 2010. A partir de 2010, porque até 2009 elas eram unidades separadas e quem ficou responsável por essa implantação foi o então Cefet de Manaus, que depois virou IFAM. Mas quando começou, era o Cefet o responsável, inclusive os nossos primeiros pagamentos, em 2009, eram feitos pelo Cefet Amazonas. A ETF foi extinta e nós passamos a receber pelo Cefet. Em janeiro de 2010, foi quando nós fizemos a nossa primeira folha de pagamento pelo Instituto Federal de Rondônia. Trabalhamos o ano 2009 inteiro sendo subordinados a Manaus e, a partir de janeiro de 2010, então, nós começamos a funcionar com a nossa Unidade Gestora 158148, que era o Instituto Federal de Rondônia.

Tanto que naquele período, a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste, que era uma autarquia, deixou de ser autarquia, virou *campus*, mas a sua autonomia administrativa, em 2009, ainda era por Colorado. Eles continuaram executando como autarquia em Colorado do Oeste e, a partir de 2010, é que juntou tudo como Instituto Federal. O interessante é que naquele período, quando começou essa implantação, muitas coisas aconteceram paralelamente, porque, enquanto a lei trazia a especificação desses futuros *campi*, a coisa foi acontecendo: a CEPLAC foi uma doação que virou o *Campus Ariquemes*; depois, no início ainda de 2009, eu fiz várias reuniões com a Prefeitura de Cacoal, porque já tinha a intenção de federalizar a Escola Auta Raupp, e então a Escola Auta Raupp foi federalizada. E até a gente completar o primeiro ano, já estava encaminhado o *Campus Avançado de Cacoal*, que, no início, ficou vinculado ao *Campus Ji-Paraná*, era uma UNED do *Campus Ji-Paraná*. Era o núcleo avançado do *Campus Ji-Paraná*.

Ji-Paraná era responsável pela Administração e pela Coordenação Pedagógica do *Campus Avançado Cacoal* e, desde então, o Instituto veio só abrindo novos *campi*. Ainda em 2009, onde funciona o *Campus Porto Velho Zona Norte*, funcionava o Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia (CETENE). O CETENE era uma instituição que foi bancada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e, na época, nós tínhamos ali duas salas alugadas, uma em que funcionava o Gabinete e a outra que funcionava tudo: as Prós-Reitorias, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Engenharia. Tudo funcionava numa sala só, e como o Instituto começou a crescer, depois do primeiro concurso, a gente sentiu necessidade de ampliar, de aumentar o número de salas, alugar mais salas ali dentro do CETENE.

Enquanto se trabalhava o projeto de alugar essas salas, aconteceu que o CETENE

também foi federalizado e sua estrutura toda passou para o IFRO. Então, quando ele foi federalizado, nele foi implantado o *Campus* Porto Velho Zona Norte. O *Campus* Porto Velho Calama já tinha um terreno. Então a gente lançou a Pedra Fundamental e esse *campus* também foi criado. Mas como não tinha ainda prédio próprio, ficou funcionando no mesmo prédio do *Campus* Zona Norte, onde era o CETENE. Em 2009, recebi o convite para trabalhar na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que estava responsável pela implantação dessas unidades. Então, vim para Porto Velho.

Em 2009, assumi a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, na qual fiquei até 2013. Então, nesse período, de 2009 a 2013, a gente participou da implantação de Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, Ariquemes, Zona Norte e começamos a implantação de Guajará-Mirim até as primeiras reuniões com a Prefeitura de Jaru.

Em 2013, saí da Pró-Reitoria e não acompanhei mais a implantação dos novos *campi*. Depois do *Campus* Jaru, só veio agora o de São Miguel. Então, isso é o que compõe hoje a estrutura do Instituto Federal de Rondônia.

Me sinto muito feliz e muito satisfeito em poder participar do projeto e de ter participado desta instituição da qual a gente faz parte desde o seu início. Tenho trabalhado nessa instituição com o maior prazer, com o maior carinho. É uma instituição que eu amo muito e vou me aposentar nela por gostar tanto dela!

Então, assim, fiquei lá na Reitoria até 2013 e vim para o *Campus* Calama. Minha família já estava aqui em Porto Velho. Eu era de Colorado e pedi remoção para Porto Velho, para ficar junto da minha família. Em 2016, recebi um convite para trabalhar com o Pronatec Institucional e daí foi quando voltei para a Reitoria e fui convidado para assumir a Diretoria de Orçamento e Finanças, na qual fiquei até a minha saída, agora. E com a saída da Pró-Reitora Jéssica da Pró-Reitoria de Administração, assumi essa Pró-Reitoria, mas foi uma experiência curta: assumi em fevereiro e fiquei até o mês de setembro.

Eu vim para Rondônia solteiríssimo. Quando cheguei em Cacoal, em junho de 1990, na primeira semana, já vi aquela que ia ser minha futura esposa. A vi na Representação de Ensino. Bati o olho e já a convidei para a gente fazer um lanche. E a partir dali, até hoje, são 32 anos de casamento. Foi assim: amor à primeira vista! E a gente está aí até hoje. Temos três filhos e dois netos. Então, eu me casei aqui em Rondônia, mas veja que história curiosa: ela é lá de Pernambuco. Nasceu na Bahia, foi registrada em Pernambuco e na época que eu morei em Recife, ela também morava em Recife. A gente pegava o mesmo ônibus para o centro da cidade, mas nunca me lembro de ter visto essa alma caridosa. Só vim encontrá-la aqui em Rondônia.

Olha, com relação à recepção da sociedade ao projeto do IFRO, foi uma recepção muito boa. Cheguei a participar de um evento na Câmara Municipal de Ji-Paraná. Porque cada vez que vai abrir um *campus*, a gente faz aquela pesquisa primeiro, para conhecer os arranjos produtivos locais, para saber quais os cursos vão ser propostos à comunidade. A comunidade opina nessa questão. E daí é feita uma audiência pública, para mostrar para a sociedade que está dando início à implantação de uma unidade ali. E a audiência que tive o prazer de participar, na Câmara Municipal, foi um evento muito bom, muito receptivo. A comunidade realmente acreditou no projeto. Inclusive uma das coisas que, digamos assim, a sociedade de Ji-Paraná reivindicou, foi que tivesse o curso de Móveis, porque já tinha toda uma infraestrutura, já tinha todo o maquinário. Então a escola de Ji-Paraná foi entregue para o IFRO, de “porteira fechada”: o prédio com equipamentos, com mesa, computadores lacrados, fechados, na caixa, que estavam lá há mais de ano e a gente nem sabia se iam funcionar quando abrissemos. Felizmente, funcionaram.

Para a implantação da UNED Ji-Paraná, de que depois se tornou um *Campus* do IFRO, vieram profissionais do Espírito Santo: o professor Jorge Cavalcante; a Renata, que está lá até hoje e é Diretora de Administração; Jhordano, da Informática, que atualmente é professor no *Campus* Zona Norte; e também uma Diretora de Ensino lá do Espírito Santo, que retornou para lá. Então, ela era da primeira leva, veio junto para esta implantação. E, na época, eu estava como Diretor de Administração do *Campus* Colorado, e ainda fiquei indo para Ji-Paraná, dando suporte no sistema e essas coisas.

Trabalhamos juntos com o pessoal da implantação do IFRO – *Campus* Ji-Paraná e, de modo paralelo e simultâneo, estávamos dando início à composição da Reitoria. Na época, as quatro Pró-Reitorias foram implantadas em Porto Velho: a Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, a Pró-Reitoria de Extensão e a de Desenvolvimento Institucional. Os Pró-Reitores, a Diretora de Gestão de Pessoas e o Diretor de Tecnologia da Informação foram nomeados a partir de agosto de 2009. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional foi a primeira a ser constituída e, depois, as outras foram criadas. O Jhordano, que trabalhou na transição da Escola Técnica Federal de Rondônia para o IFRO, na área de Tecnologia da Informação em Ji-Paraná, também veio para a Reitoria. Deixou Ji-Paraná e veio para Porto Velho para fazer a implantação da Diretoria de TI, até porque tinha que ser interligada essa parte da informática em todos os *campi*, criar os e-mails institucionais, etc. A presidenta Dilma Rousseff abriu o Gmail personalizado para as instituições, que é esse com extensão “.edu.br,” uma coisa que foi criada dentro do Gmail para as Instituições Federais que estavam sendo implantadas, no caso, os Institutos Federais no país inteiro.

Em relação aos cursos, foi feita aquela pesquisa de demanda que era feita em todos os *campi*. Uma pesquisa com a comunidade: associações civis, empresários, lojistas, para definir o direcionamento do que a comunidade precisava. Mas, na realidade, o que aconteceu é que pegamos o que já tinha sido predefinido pelo próprio Governo do Estado, por conta da questão dos equipamentos. Um dos cursos foi o de Móveis, porque a estrutura que herdamos da antiga Escola Técnica de Rondônia era composta por uma marcenaria. Não sei, acho que hoje não está mais funcionando, acho que esse curso se encerrou, mas, no início, foi ofertado. Os outros cursos previstos para o *Campus Ji-Paraná* foram Florestas e Informática, e para isso houve concurso público. Os primeiros professores concursados foram para essas áreas, de Florestas, de Móveis, para poder haver a implantação desses cursos; e professores da área de Informática, porque Informática foi entendido como uma demanda social de todo o Estado de Rondônia. É pertinente a todas as unidades, e é um curso que até hoje está funcionando no *Campus Ji-Paraná*.

Em seguida, veio o curso de Química, tanto em nível médio, quanto em nível de Licenciatura. A abertura desses cursos se deu após pesquisa de demanda, marcando a diferença entre o perfil dos *campi* rurais e o dos *campi* urbanos, de perfil industrial. A princípio, o IFRO planejou seus *campi* com esses dois perfis: os agropecuários, como Coloradado Oeste, Cacoal e Ariquemes, e os de natureza industrial, que são esses nas cidades de Vilhena, Ji-Paraná e Porto Velho. Cacoal nasceu como *Campus Avançado* de Ji-Paraná, utilizando a estrutura de uma antiga Escola Família Agrícola que já funcionava com cursos na parte agropecuária.

O *Campus Ji-Paraná*, nessa época, já era fechado, murado. Lembro que a gente chegou se hospedar nessa escola quando era do governo, em 1990. No segundo semestre de 1990, teve um simpósio estadual e essa escola serviu de alojamento. Foi um evento do Governo do Estado, realizado no estádio Vera Cruz. Ali, perto da rodoviária, tem o Clube Vera Cruz. Então foi feito ali. Foram três dias de simpósio e nós ficamos hospedados nessa escola, que era conhecida como Escola Agrícola de Ji-Paraná. A gente ficou hospedado nessas salas de aulas, em colchões no chão.

Aquela parte lá que está mais abaixo, foi construída depois, assim como o ginásio. Não existia ginásio. E na casinha que ali permanece funcionava a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). Inclusive foi uma briga enorme para conseguir integrar aquela estrutura ao IFRO. Depois da loja de conveniência, tem aquelas duas casinhas lá. Uma delas era a SEDAM e deu trabalho para tirar eles dali, mas, graças a Deus, eles saíram. Então, hoje é tudo do *Campus* de Ji-Paraná.

Com relação aos principais desafios de implantação do Instituto Federal de Rondônia, destaco que havia toda uma legislação a cumprir quando da implantação. Logo na implantação, veio uma coisa chamada Termo de Acordos e Metas, que foi proposto pelo MEC para todas as instituições. E o nosso desafio era cumprir esse termo de acordos e metas, até para que houvesse liberação de mais vagas, tanto para docentes quanto para técnicos. Então a gente tinha que cumprir, fazer a projeção de matrículas desses alunos e ofertar esses cursos de qualidade para a comunidade. O nosso maior desafio era atender a essas metas, a esses quantitativos e, para surpresa nossa, conseguimos bons resultados, porque a procura por nossos cursos era elevada, não havia muita oferta de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia.

O pessoal só conhecia a Escola Agrotécnica de Colorado, que em Colorado a gente recebia estudantes de todo o estado de Rondônia, do Norte do Mato Grosso e até aqui, de Extrema e do Acre. A gente recebia alunos de toda essa região. E com a implantação dessas outras unidades, isso favoreceu a sociedade, por haver ampliação e diversificação da oferta.

No caso de Ji-Paraná, a principal procura foi feita por alunos da própria cidade, pois como não havia alojamento, não vinham muitos alunos de fora. Só as unidades que ofertam residência podiam receber esses alunos de fora. Então, quem queria estudar em Ji-Paraná, era quem morava lá ou alguém que tinha parente ou que os pais podiam bancar na cidade, num hotel, alugar uma casa, alguma coisa desse tipo. A clientela de Ji-Paraná era predominantemente do próprio município, eventualmente de municípios próximos, como Ouro Preto, Jaru e Alvorada do Oeste. Eles se deslocavam para lá para estudar. Os alunos de Ouro Preto iam e voltavam todos os dias, inclusive havia servidores também, que moravam em Ouro Preto e trabalhavam em Ji-Paraná.

Então, nosso grande desafio era esse: cumprir o acordo do Termo de Metas que foi proposto. Esse desafio, em certa medida, ainda permanece. Agora mesmo nós tivemos um levantamento na Matriz Orçamentária 2023, que foi feita em julho. E, para nossa surpresa, a gente acabou não atingindo os pré-requisitos legais que a legislação pede na implantação, que é a oferta de 50% das vagas para cursos técnicos, 20% para as licenciaturas e 10% para os cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nós chegamos a 48% nos cursos técnicos, a 12% nas licenciaturas e a 0,3% no EJA, que foi o mais preocupante. Então, ainda continua sendo um desafio para gente conseguir atingir esses níveis. Não conseguimos por pouco, porque o MEC vê o Instituto, ele não vê *campus*. Tem *campus* que alcançou a meta, que ultrapassou os percentuais estabelecidos, mas em virtude daqueles que não alcançaram, a média do Instituto ficou abaixo do esperado.

E quanto à questão do repasse financeiro, da situação que a gente vivencia atualmente de três anos para cá, era definido pelo número de matrículas. Então, era colocado numa matriz, em Brasília, o número de alunos matriculados. O aluno tinha um peso. Ah, e o peso desse aluno dependia de ser integral ou residente. Se fosse residente, tinha um peso maior. Ah, e a outra coisa também era os tipos de cursos, porque cada curso tinha uma matriz em que existia um percentual, porque tem aqueles cursos que você realmente gasta mais, então você requer equipamentos mais caros, você requer manutenção mais rotineira e acaba deixando o curso num valor mais alto. Então era feito dessa forma e era estipulado um valor para cada *campus*, mas, de uns três anos para cá, o que aconteceu? Essa matriz, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), chamada Matriz CONIF, deixou de ser praticada, tanto que a gente já não recebe mais os limites por *campus*, a gente recebe o limite por instituto.

Quando recebemos os créditos orçamentários e fomos organizar uma matriz própria, considerando o percentual de alunos por unidade e o perfil dos cursos, percebemos que o orçamento liberado não foi suficiente para rodar essa matriz, então foi lançado no sistema o mesmo valor do ano anterior. Quer dizer, não foi levado em consideração o crescimento de alunos em determinados *campi*, mais do que outros. Isso permanece como um desafio interno e um problema de entendimento de Brasília, porque simplesmente pegar o mesmo valor de 2022, cortar 9% e enviar para cobrir todas as despesas de 2023 está claro que é insuficiente. A gente já vai começar 2023 com um prejuízo, que é uma redução de 9%. A princípio, porque depois eles podem suplementar esse orçamento de alguma forma, mas não é garantido. A gente fica à mercê do Congresso, e esse recurso pode vir ou não, não há garantia.

Minha trajetória profissional tem se dado, então, no campo da educação, como professor e como gestor. No que se refere à minha trajetória acadêmica, aconteceu assim: eu nasci numa cidade chamada Garanhuns, que fica a 220 km de Recife. Na época, quando terminei o 2º Grau, queria fazer o curso de engenharia, Engenharia Civil. Queria ser engenheiro, só que na minha cidade não havia esse curso, só tinha em Recife. E como eu tinha 15 anos na época, ainda ia fazer 16, eu teria que me deslocar para Recife para poder estudar, mas isso era inviável, porque eu não tinha família lá, não sabia ainda que havia Casa do Estudante e que eu poderia ficar lá. Além disso, na época, minha família passava por uma situação financeira delicada. Éramos sete filhos. Minha mãe era dona de casa, meu pai, nessa época, já não estava mais trabalhando como funcionário do Estado, tinha pedido exoneração e começou a trabalhar por conta própria. Estávamos passando por uma fase um pouco difícil e eu não me sentia à vontade para ir para a capital. Não queria dar despesa para os meus pais,

não queria ser bancado por eles, e ainda tinha o fato de que eu era menor de idade e não teria como trabalhar e estudar. Eu tinha apenas 15 anos quando terminei o 2º Grau, então, procurei pelos cursos que tinha na minha cidade e que mais se aproximavam do que eu queria. Vi que eu havia o curso de Matemática, então fiz o vestibular para matemática e cursei matemática. Terminando, fiz o concurso aqui para Rondônia e já comecei a trabalhar. Não deu nem tempo de fazer outra graduação, porque eu terminei em dezembro, em fevereiro fiz o concurso e em junho eu já estava aqui empregado, no Governo do Estado. Foi rápido.

Quando cheguei, comecei a trabalhar na escola Clodoaldo Nunes de Almeida, como professor de Matemática, mas quando faltava professor de outras áreas, eu assumia as disciplinas. Dei aula de Física, dei aula de Programas de Saúde. Quando foi para eu entrar na Fundação Bradesco, entrei para dar aula de Química, porque eles não tinham professor de Química. Passei um ano ensinando Química e só no segundo ano é que peguei a disciplina de Matemática. Também dei aula de Mecanografia na Fundação Bradesco, de Técnicas Comerciais, de várias coisas.

Em 1995, fui fazer a minha primeira pós-graduação, apesar de que o Estado de Rondônia não tinha um plano de carreira para os professores. Fazer ou não pós-graduação não aumentava em nada o salário, mas como eu já previa, já tinha feito concurso para Escola Técnica Federal de Colorado do Oeste, sabia que a especialização seria aproveitada. Então, em 1995, fiz a minha primeira especialização, em Matemática, lá em São Paulo, em Amparo, na Faculdade Plínio Augusto do Amaral. Logo em seguida, ingressei na Escola Agrotécnica.

Depois que eu já estava na Agrotécnica, gerei um projeto chamado PROEP, de 2 milhões de Reais. Isso foi de 1998 para 1999. Era um projeto que envolvia aquisição de bens de semoventes (bovinos, búfalos e equinos), que estão lá até hoje, que a gente comprou na época que eu era responsável pela execução. Construímos 20 laboratórios, herbário, orquidário, Centro de Promoção de Educação Ambiental, uma biblioteca nova, porque não tínhamos um viveiro de animais silvestres. Tudo isso foi construído no âmbito do PROEP.

Dentro desse programa, tinha um item que era a capacitação dos docentes. Então, com base no valor disponível, fiz um pacote com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e contratamos 22 pós-graduações para a equipe de professores da Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste. Os cursos de formação contratados envolviam tanto o pessoal da parte técnica, os engenheiros, como o pessoal do núcleo comum, os professores de História, Geografia, Matemática, Português. Então, basicamente todos os professores que estavam lá naquela época foram beneficiados com uma pós-graduação e nessa pós-graduação, foi aí que eu também me incluí, e fiz uma especialização em Gestão Agroindustrial.

Desde 1998, comecei a trabalhar paralelamente com a gestão. Trabalhei em diversos setores dentro do *campus*: no Almojarifado, no Setor de Patrimônio, na Cooperativa, na Biblioteca, na Coordenação de Finanças, na Direção de Administração, na Direção de Ensino e fui Diretor Geral substituto. Passei por todos os setores que havia e também colaborei bastante no setor de Informática, quando a gente começou a montar a primeira rede lógica. Teve um professor de Informática que disse: “Vamos montar a rede!”. E eu disse: “Bora!”. Eu não sabia nada da área de Informática, era só curioso. Mexia com meus computadores em casa, abria e fechava, formatava, mas fui trabalhar com ele, dando suporte, e criamos a primeira rede interna, interligando os setores. Aí falei para Diretora, era da Ione na época, eu falei: “Ione, estou trabalhando junto com o Gilson nesse projeto. O que você acha de eu pegar uma especialização em Informática lá em Lavras?”. Ela concordou e viabilizou que eu fizesse. Então eu também tenho essa especialização, mas essa não fiz pelo projeto, fiz pela escola.

Depois disso, conforme as necessidades dos cursos em que eu trabalhava, fiz alguns outros cursos de aperfeiçoamento: Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Comecei a fazer curso de legislação, lá no Interlegis, do Senado. Eu fiz o Interlegis 1, 2 e 3, Lei Orçamentária e Fiscal. Com isso, também comecei a trabalhar com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o nosso sistema de orçamento financeiro. Comecei a trabalhar com ele em 2008 e trabalho até hoje. Com isso, comecei a desenvolver essa habilidade da administração. Quando o Ribamar ganhou, eu era assessor dele na Direção, e permaneci. Ele me chamou e disse que eu seria o Coordenador de Finanças. Então, toda a parte de planejamento e execução orçamentária e financeira aprendi desde lá, de Colorado.

Antes de entrar para a docência e para essas atividades administrativas que relatei, quando era adolescente, eu trabalhava com meu pai de manhã e estudava à tarde. Comecei a fazer o colegial à tarde, inclusive, cheguei a trabalhar na Prefeitura. Quando eu tinha 16 anos, assinaram minha carteira, mas quando viram que eu era menor de idade, cancelaram a assinatura da minha carteira. Aí eu fiquei trabalhando por nota de empenho, porque eu era menor e não poderia ser contratado pela Prefeitura.

Fiz o 2º Grau, o colegial, no Colégio Diocesano, e quando cheguei ao segundo ano, decidi que também faria Contabilidade. Então, eu trabalhava de manhã, fazia o colegial à tarde e comecei a fazer o curso técnico de Contabilidade à noite. Aí terminei o colegial, entrei na universidade, no curso de Matemática. Não pude cursar Contabilidade por causa do choque de horário, ambos eram à noite. No primeiro semestre da faculdade ainda tentei conciliar, fiz os dois. O que eu fazia: três dias da semana eu ia para a faculdade e em dois dias

eu ia para o curso técnico de contabilidade. Na outra semana invertia os dias e consegui levar um semestre dessa forma. Depois tive uma professora, irmã Eliane, uma mestra, ela me chamou e disse: “Jackson, eu acho que você tem que focar só na faculdade”. Eu falei: “Ah, mas a Contabilidade é técnica, permite arrumar emprego mais rápido”. Ela disse: “Não! É bom você focar só na faculdade”. Aí eu tive que desistir da Contabilidade, porque os dois eram no mesmo período.

Inclusive, essa minha professora me chamou de professor, porque na sala de aula eu dava aula para os meus colegas. Nós tínhamos um grupo de estudos e eu aprendia melhor quando dava aula para meus colegas. Irmã Eliane foi a minha inspiração dentro da Matemática, foi minha grande mestra. E eu sempre fui assim, Xênia e Edeli: desde a época de estudante sou o tipo de pessoa que enquanto não resolvo o problema, não sossego! E sempre consegui conciliar bem as minhas atividades. Quando eu estava no quarto ano, já perto de me formar, fui trabalhar nove horas por dia, na Coca-Cola. Trabalhava das 7h às 18h, saía direto para faculdade, não dava tempo de passar em casa.

Quando chegava em casa, pegava uma bacia com a água fria, botava os pés dentro da água fria para não dormir, porque eu ainda tinha que fazer as atividades da faculdade, estudar para não acumular. Meus sábados e domingos eu passava estudando. A gente tinha grupos de estudos. Em cada final de semana a gente ia para casa de um e ali a gente ficava o dia inteiro estudando. Então foi um ano totalmente dedicado aos estudos e, aí, aos 20 anos, consegui me formar professor de Matemática.

Que seja só um parêntese: quando me envolvi muito com as atividades administrativas, em Colorado do Oeste, e depois já aqui, na Reitoria do IFRO, acabei parando o estudo, já não fazia muitos cursos. O máximo que conseguia fazer eram aqueles cursos de 20 horas, 16 horas, 40 horas. Parei! Até que chegou o ano de 2012 e me veio a oportunidade de concorrer ao mestrado na UFRRJ. Fui aprovado, e o interessante é que quando entrei, eu estava ainda com Pró-Reitor. E aí eu falei: “Sim, eu vou, porque não sei quando terei outra oportunidade”. Eu já tinha tentado no Mato Grosso, junto com a Auzeni, minha esposa. Ela passou e eu, não. Depois, acabei descobrindo que eles nem corrigiram minha prova, porque não tinham ninguém na área do projeto que eu propus. Eu tinha acabado de fazer o aperfeiçoamento em segurança alimentar e nutricional e lá não tinha ninguém dessa área, então não fui classificado, mas foi tranquilo, porque eu tinha outros desafios, outras coisas para fazer. Me senti feliz por ela ter sido aprovada, foi como se ela tivesse feito por mim.

Quero destacar que mesmo quando estive em funções administrativas em Colorado do Oeste, nunca deixei de ser professor, nunca deixei de estar com os alunos. Nunca fui de ficar

em gabinete. Mesmo quando eu estive como Diretor substituto, como Diretor de Administração ou de Ensino. Eu andava nas unidades de produção com os alunos e demais professores, sempre vendo, participando, então aprendi muita coisa e o projeto que eu apresentei ao mestrado na realidade era para desenvolver um vermicomposto. Eu tive auxílio de um professor da área técnica, que disse: “Olhe, vamos fazer o seguinte: eu faço a parte de um projeto de experimento e você vai trabalhar a partir da análise desses experimentos”. Concordei, mas no desenrolar do curso, fui fazendo as disciplinas, conversei com meu orientador e ele achou que não seria o ideal, aí eu falei: “Posso mudar de orientador?”. “Pode!”. Aí fui ser orientado por uma professora que é da Educação Física, doutora em avaliação institucional. E coincidiu de, na época, eu estar na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, fazendo a implantação da Comissão Permanente de Avaliação do IFRO, a CPA. Eu já estava praticamente com o edital pronto para fazer a eleição dos membros da CPA, e aí eu conversei com ela, mostrei o que estava fazendo, e ela propôs estudarmos a implantação da CPA, porque a avaliação institucional é um tema muito abrangente. Então pesquisei a implantação das CPA nos Institutos Federais da Região Norte. Sete institutos. Minha pesquisa foi em cima disso.

Com minha participação na implantação do IFRO, na transição da Escola Técnica para o Instituto, descobri coisas assim... Que eu digo: “Gente! Como é que a gente faz as leis e a gente não cumpre?”. Porque a lei estava clara, dizia claramente como tinha que ser, quantos membros teriam que ter e cada Instituto fez de um jeito. O Instituto que mais chegou perto de cumprir o que está na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi o Instituto Federal de Rondônia. Por incrível que pareça, um instituto novo, que estava começando, tinha só dois anos de implantação.

A gente foi quem mais chegou próximo de atender à legislação do SINAES e eu fiquei muito feliz, porque era minha Pró-Reitoria que estava trabalhando sobre isso, então, isso pra mim foi espetacular. E ainda hoje guardo na memória o que a doutora que esteve em minha banca disse. Ela fez uma consideração escrita e me entregou por escrito. Quando li a consideração dela, elogiando e dizendo que realmente era uma coisa que era pouco pesquisada e que ela gostou demais, fiquei muito agradecido, muito satisfeito.

Após concluir o mestrado, não fui direto para o doutorado. Eu já estava recebendo como doutor, já tinha o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Pensei: “Não vou fazer doutorado, não preciso fazer doutorado”. Depois pensei: “Não, vou fazer doutorado, sim. Vou encarar esse desafio, quero me aposentar como professor titular”. E para ser titular, você tem que ter o doutorado, né? Aí, em 2020, participei da seleção, fui selecionado e estou

fazendo o doutorado. Eu estou no segundo ano de doutorado em Educação Escolar, pela Universidade Federal de Rondônia. Já terminei todos os créditos, agora vai ser só focar na pesquisa e escrever a tese. Estou pesquisando a questão dos contingenciamentos orçamentários e seus impactos na formação de professores.

Eu vim de família pobre, não nego isso. E o que a gente quer é uma instituição democrática, acessível, que atenda aos anseios da comunidade. Não queremos uma instituição para a elite. A elite pode estar aqui? Pode. Portas abertas! Não é proibido. Mas o nosso maior foco, o nosso maior objetivo, é atender justamente aqueles que não têm condições de pagar por uma educação de qualidade. Queremos chegar na população mais vulnerável, trazê-los para cá, mostrar nossa estrutura, pois não é por ele ser vulnerável que vai ter que estudar numa escolinha de madeira, caindo aos pedaços. Não, ele pode estudar em um prédio bonito, de cimento, de concreto armado, com televisão, com internet, com laboratórios, com tudo que o ser humano tem direito. Então, pensando nisso é que a gente se desdobra e faz tudo o que for preciso.

O maior desafio que a gente tem hoje, a meu ver, no âmbito do IFRO, é a necessidade de uma reforma administrativa. A gente está há mais de oito anos com uma gestão que, ultimamente, se politizou muito. A gente precisa de uma gestão mais técnica para o momento. Há muitas coisas inacabadas que precisamos concluir, que precisamos arrumar, não adianta iniciar novas obras e deixar de lado o que já foi começado e não ter condições de realizar manutenção. Então eu acho que a gente precisa de uma gestão técnica.

Lógico que a política é fundamental, ela perpassa tudo, nós somos uma instituição que depende, em parte, da política: das políticas públicas, do Estado, dos parlamentares. Nós dependemos desse pessoal aí, mas, internamente, temos que buscar um caminho mais justo de distribuição de recursos, pautado em análises técnicas. Algumas questões precisam ser mais bem trabalhadas, mais bem organizadas.

Bom, Ji-Paraná é um *campus* que se sobressai. Está localizado no meio do Estado, a região é bem estratégica, a comunidade que Ji-Paraná atende é uma comunidade até populosa, né? Então, a contribuição do *campus* para essa região aí ela é fantástica. Ela tem muito ainda a explorar e tem muito ainda a atender. Eu acho que o que a gente já atendeu aí ainda tá pouco. Eu acho que tem condições de atender mais ainda.

Só tenho a agradecer, eu acho que é um projeto bonito, um projeto que vai ser muito bom para a instituição. Se eu puder contribuir mais, eu estou aqui à disposição, porque, às vezes, no pouco tempo que a gente tem, acaba que a gente faz um resumão, né? E muitas vezes esquece alguns entremeios, alguns detalhes que ficam aí, pelo meio, mas se precisar de

alguma informação mais detalhada, estou à disposição.

Então, o que eu tentei fazer aqui foi um resumo, já que você queria uma história, então eu acabei te resumindo em alguns minutos uma história de vida. Procurei dar enfoque aos pontos principais, mas se a gente for sentar para discutir sobre o Instituto, há muito mais coisas. Tem áreas aí que a gente nem tocou, que poderiam ajudar também nessa pesquisa, porque, como te falei, passei por muitos setores. Então, acabei tendo uma visão de Patrimônio, de Almoxarifado, de assessoria da Direção, Direção de Ensino, Direção de Administração, Coordenação de Finanças, até em Cooperativa eu já trabalhei. Com isso, constituí uma visão do todo, então estou à disposição para o que precisar. Estou muito feliz, muito agradecido, por participar desse projeto e me coloco à disposição de vocês.

Jorge Luiz dos Santos Cavalcante

Gostaria de ressaltar o que representou e o que representa ainda hoje, para a minha carreira, ter colaborado para a implantação do Instituto Federal de Rondônia. Essa foi uma experiência de grande aprendizado pessoal e profissional, e não me esqueço dela! Mesmo aposentado e, enquanto pessoa, cidadão, servidor público e filho das belas e pujantes terras de Rondônia. Eu sou desta bela terra, desta pujante terra. Nasci lá no município de Guajará-Mirim, às margens do Rio Mamoré, na divisa com a Bolívia. Nasci lá, cresci, saí aos 14 anos de idade, em 1968, e quando eu falo do aprendizado foi o que aquela oportunidade me propiciou.

Agora, quase 15 anos depois de ter retornado a Rondônia para uma missão específica: a de implantação da Escola Técnica Federal de Porto Velho e do IFRO, sou chamado para contribuir na dissertação de mestrado da Edeli. Devo esclarecer que faço isso com muito carinho, dedicação e respeito, esperando que você tenha êxito na sua pesquisa. Você e sua orientadora, que está aí para dar as devidas orientações.

Então eu digo que Rondônia é o meu torrão, meu berço e, com modéstia, tive o privilégio de ter contribuído na implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia.

Fiz amigos, deixei amigos, fiz algumas... não digo inimizades, mas algumas diferenças de trabalho, pelo modo de pensar e agir. Sou uma pessoa de bastante temperamento. Não digo forte, mas bastante decidido. Gosto de assumir as responsabilidades, corro atrás, cumpro e assumo as responsabilidades a mim delegadas e penso que, de certa forma, consegui cumprir as tarefas para as quais fui designado, sem ter feito corpo mole, má vontade, me omitido ou ter feito de qualquer jeito.

É bem verdade que passamos por provações, opiniões divergentes, pontos de vista diferentes – o que é normal. Eram essas coisas que eu queria ressaltar aqui. No fim, acho que isso não vai fazer parte do seu trabalho, mas preciso dizer, para vocês tomarem conhecimento e entenderem as cobranças da época. Pela função e responsabilidade, eu era muito cobrado e, por vezes, me sentia meio que emparedado. E às vezes as cobranças nos levavam a esquentar a cabeça, a cometer equívocos, erros, às vezes destratar um colega, mas sempre que isso ocorreu, procurei me desculpar, porque minhas cobranças e postura, por vezes lida como rigorosa, era em função das necessidades e desafios daquele momento e do estresse daquele momento.

Fomos para Rondônia para trabalhar na implantação da então Escola Técnica Federal de Porto Velho. Tenho uma curiosidade. Eu estive aí e até hoje me pergunto. Mas tem coisas

que é melhor a gente deixar quieto.

A Escola Técnica Federal de Porto Velho foi criada em 1993, por meio da Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, a mesma lei que criou a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura e outras escolas Brasília afora foram criadas pela mesma lei. A de Colorado do Oeste entrou em funcionamento e as de Rolim de Moura e Porto Velho nunca saíram do papel.

Em 2007, a Escola Técnica Federal de Porto Velho passou a ser Escola Técnica Federal de Rondônia, porque, com a nova lei (Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007), as escolas recebiam o nome do Estado onde se localizavam e, depois de implantada a sede na capital, eram criadas as chamadas unidades descentralizadas, conhecidas pela sigla UNED. Só depois que a Escola Técnica foi transformada em Escola Técnica Federal de Rondônia é que ela foi, de fato, implantada e, graças a Deus, nós tivemos o privilégio de dar a nossa contribuição para isso.

Então, eu gostaria de compartilhar um pouco do que me recordo sobre os aspectos pedagógicos que inicialmente foram trabalhados, considerando diversos eixos temáticos, desde as instalações, materiais e equipamentos, partindo para a relação de curso e a missão institucional da Escola Técnica Federal de Rondônia, em consonância com o setor produtivo local. Porque isso era muito importante, principalmente na fundamentação e definição dos cursos.

Os cursos precisavam e precisam até hoje estar em consonância com os arranjos produtivos locais, senão não tem finalidade de ter aqueles cursos, porque os jovens e os adultos se formam e não terão condições de trabalhar na área. Desse modo, planejamos a oferta dos primeiros cursos em consonância com o setor produtivo. Cuidamos da organização didático-pedagógica, da consolidação e formação em serviço do corpo docente e administrativo – formação inicial e continuada, da avaliação, monitoramento da evasão, da reprovação e da coisa pela qual sou mais apaixonado, que é o estágio.

O estágio é a interligação da vida acadêmica com o mundo do trabalho, com o setor produtivo, e sem o estágio não haveria *feedback*. O jovem chega muito “cru” no mercado de trabalho, vamos dizer assim, e o estágio propicia a ele essa possibilidade de conhecer, de se inserir e quando, de fato, for desempenhar suas atividades, estar familiarizado com o ambiente profissional. O jovem que tem a oportunidade de passar por uma experiência de estágio profissional, vai estar mais bem centrado no mercado.

Enfrentamos muitas dificuldades para implantar a Escola Técnica Federal de Rondônia, que em 2008 se tornou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Rondônia. Vou falar agora de como era o financiamento, não só do *Campus Ji-Paraná*, mas de como era o financiamento de toda a educação federal naquela oportunidade e nos dias de hoje: esse orçamento é único e exclusivamente da União. Então vejam: o orçamento das instituições federais de ensino, a constituição desse orçamento depende de algumas questões, algumas considerações à legislação em vigor, modelos matemáticos, classificação de gastos e agrupar isso, para definir e organizar um orçamento pensado e elaborado com critérios, senão não vamos a lugar nenhum. O dinheiro, vamos dizer assim, os recursos, eles não chegam numa mala física, eles chegam em diferentes compartimentos. Usando a metáfora da mala: chegam numa mala grande, que são os objetos de despesa – material de expediente, bens de consumo e bens de patrimônio, aquisição de equipamentos e laboratórios, capacitação, não só dos docentes, mas também dos técnicos-administrativos.

Então, é preciso entender essas variantes e entender o que é preciso ser feito para que uma instituição tenha recursos adequados à sua realidade. Isso ocorre na elaboração orçamentária, que é feita previamente. Nesse contexto, a matriz orçamentária deve levar em consideração os critérios que determinam a formação do orçamento e essa matriz orçamentária – cada instituição tem a sua, e essa matriz considerava o quanto as matrículas poderiam impactar no orçamento. Acho que até hoje é dessa forma, porque a base eu acho que não se alterou, a base do orçamento é em relação ao número de matrículas de alunos.

Eu já vinha de uma longa experiência com Educação Profissional, no Estado do Espírito Santo, mas não sabia o que iria encontrar aqui. Fui chamado para ajudar a implantar a Escola Técnica Federal. E aí me vêm algumas recordações e algumas lembranças de como foi a recepção da comunidade com a minha chegada a Ji-Paraná e sobre como a população recebeu a Escola Técnica naquele momento e recebeu a nós, a equipe de implantação.

Quando cheguei a Ji-Paraná, em setembro de 2008, lá estava ele: o saudoso Naim José Aguiar, e nos tornamos muito amigos. Naim estava me aguardando e começamos a trabalhar. Encontramos uma situação difícil: muitas interrogações, muitas desconfianças, porém, muitas esperanças. Esperanças de que a escola, naquela oportunidade, fosse implantada. Vejam: a Escola Técnica Federal de Porto Velho, depois chamada de Escola Técnica Federal de Rondônia, fora criada em 1993. Nós estávamos em 2008 e ela ainda não havia sido implantada! A Escola de Colorado Oeste estava funcionando há bastante tempo e, bem, a Escola de Porto Velho, que estivera engavetada, estava em fase de implantação com a denominação de Escola Técnica Federal de Rondônia, com sede na capital, e teria mais três unidades, três no total. Eram elas as unidades de Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena.

Bom, cheguei a Ji-Paraná em setembro de 2008 e percebi que havia certa desconfiança

por parte da população, mas logo essa desconfiança se transformou em expectativa e alegria! Pelo menos por parte das pessoas que nos procuravam na época para saber da escola e por parte das pessoas com quem conversávamos, nos lugares pelos quais passávamos. E conversamos bastante, porque a imprensa noticiou, foi à escola, nos procurou, querendo saber se, de fato, a escola seria implantada diante daquela demorada espera. Muitas pessoas nos abordaram com o seguinte questionamento: “É verdade que a escola técnica, enfim, vai sair? É verdade, professor?”. E eu, afirmativamente, dizia que era verdade. Encontramos muita gente que acalentava o sonho e a esperança de cursar um curso técnico. O jovem, o adulto e, de maneira geral, os pais dos jovens. Era uma porta gigantesca de oportunidades que seria aberta e que era aguardada ansiosamente já havia mais de uma década e, por esse aspecto, a alegria era enorme.

Afinal, se não estou enganado, Xênia, foram 14 anos de espera, espera grande. Jovens e adultos haviam sido privados da oportunidade de estudarem, de cursarem um curso profissionalizante, de abrir as portas do mercado e de sonhar mais alto, de sonhar, dar novos passos e obter novos conhecimentos. O Centro Estadual de Educação Profissional Silvio Gonçalves Faria, que era a Escola que o Município e o Estado definiram como candidata e através de projetos aprovados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Foi uma chama de esperança para a população de Ji-Paraná e redondezas, porque o Pronatec propiciava às escolas estaduais entrarem no mundo da educação profissional, no ensino técnico, além da Rede Federal de ensino. E o Centro de Educação Silvio Gonçalves Faria, que até o ano 2000 tinha sido uma escola agrotécnica e tinha oferecido alguns cursos técnicos, era a escola candidata, teve seus projetos aprovados e recebeu os recursos financeiros destinados à sua adequação e aquisição de laboratórios e equipamentos.

Então nós encontramos muita coisa comprada por conta dos recursos do Pronatec, dessa aprovação do Centro Estadual de Educação Silvio Gonçalves Faria, essa foi uma chama de esperança enorme, mas a coisa não caminhou. Com a transformação da Escola Técnica Federal de Porto Velho para a Escola Técnica Federal de Rondônia, o município de Ji-Paraná largou na frente com as contrapartidas. O que aconteceu? Acho que era o Bianco o Prefeito de Ji-Paraná, e ele convenceu o Governo do Estado que entre as contrapartidas do município do Estado para a União, seria feita a doação do Centro Estadual Silvio Gonçalves Faria, onde inicialmente funcionou a Escola Agrícola de Ji-Paraná. Mas, por um tempo, essa escola ficou fechada, sua área foi ocupada por famílias que não tinham casa e aí houve loteamento. A escola teve sua área original diminuída, se não me engano fizeram loteamento lá. Dessa

forma, a área da escola ficou pequena e se transformou no Centro Estadual e, posteriormente, veio a ser doado para a União.

Aqui quero fazer algumas considerações que julgo importantes: nós estávamos implantando a Escola Técnica Federal de Porto Velho, que havia sido criada nos termos do Artigo 3º da Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993. Por meio dessa lei foram criadas várias escolas técnicas, inclusive a Escola Técnica de Rolim de Moura e, com a promulgação da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007, a Escola Técnica Federal de Porto Velho passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Rondônia, com sede em Porto Velho, constituindo-se em natureza autárquica, em conformidade com a Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Essa é a lei que perdura até hoje em termos de alguns aspectos da educação profissional.

A sede seria em Porto Velho e haveria três unidades descentralizadas, como há pouco falei: Ariquemes, Vilhena e Ji-Paraná. A partir daí, o projeto deu certo e a implantação da unidade de Ji-Paraná começou em 2008, se configurando em realidade e buscando reverter o prejuízo ocasionado pela não implantação da escola lá atrás. Essa unidade, o *Campus* Ji-Paraná, em dezembro de 2008 se tornou um dos *campi* do Instituto Federal de Rondônia.

Esse *campus* está situado onde funcionou a Escola Agrícola de Ji-Paraná, que depois foi renomeada para Centro Estadual Silvio Faria. Já em 8 de junho de 2008, através da Portaria n.º 707, do MEC, a União concedeu à então unidade descentralizada de Ji-Paraná a autorização para funcionar, e isso veio a ocorrer logo em seguida.

Em 12 de março de 2009, o *Campus* Ji-Paraná entrou em efetivo funcionamento. Naquela época, os cursos ofertados eram curso Técnicos de Ensino Médio Integrados em Florestas e Informática. Também havia os cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio: em Florestas, Móveis e Informática, com 280 vagas iniciais.

Me chamou a atenção – e até hoje eu reflito muito sobre isso: o curso de Móveis e Moveleira. Esse curso era um sonho da cidade de Ji-Paraná, e Ji-Paraná poderia se transformar num grande polo moveleiro para a região.

Inclusive, quando cheguei a Ji-Paraná, encontrei muitos equipamentos já adquiridos com aqueles recursos federais do Pronatec e que faltava só o estado fechar as contas para nós assumirmos. Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei n.º 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi a lei que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ali estava instituída, então, a Rede Federal, como nós a conhecemos hoje.

Em 2009, eis aqui um fato interessante, que foi o que acabou com a desconfiança do povo de Ji-Paraná. Em 2009, o Brasil comemorava o centenário da Rede Federal de Educação

Profissional e Ji-Paraná sediou a exposição em Rondônia, a exposição do Centenário da Educação Profissional e Tecnológica, e a receptividade foi imensa e gigantesca. A exposição foi ponto muito positivo para que as pessoas voltassem a crer, não imaginavam mais que seria um sonho, acreditavam que se transformaria em realidade. Porque nós ficávamos na exposição, todos os dias de manhã, tarde e noite, até às 19h, 20h, e as pessoas nos procuravam para falarmos em que pé estava, de fato, a implantação do *Campus* Ji-Paraná. Me perguntavam: “Vai sair, professor? Vai acontecer?”. Naquela oportunidade tivemos que dar muitos esclarecimentos à imprensa, eram muitos questionamentos, tivemos de dar muitas informações. Quando o Jimenez estava em Ji-Paraná, os questionamentos eram para ele. A escola era notícia todos os dias! Porque não era só Rondônia, era o Brasil inteiro tendo aquela expansão da Rede Federal. Então foi assim: o povo meio que em polvorosa com a implantação da escola técnica, com a implantação do IFRO.

Quero fazer referência ao centenário, em 2009, porque foi em 1909 que o então Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o decreto de criação do que é hoje a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ele está aqui na minha frente, o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Olha só: então, em 2009, comemorava-se o centenário da Rede Federal, porque lá naquela oportunidade foram criadas as escolas de aprendizes e artífices. No total, foram 19 escolas no Brasil. E um detalhe interessante que chamou a minha atenção, nunca esqueço. No decreto assinado pelo presidente Nilo Peçanha, a criação das escolas de aprendizes de artífices, olha que dado interessante, e digo interessante porque eu não imaginava que a causa, a justificativa, fosse essa. As escolas foram criadas para a chamada população mais necessitada. Então, o termo utilizado no decreto é “desassistidos da sorte”, dá pra imaginar esse termo? As escolas de Aprendizes Artífices foram destinadas à população pobre, realmente, e assim começou. Então, ao longo da história nós temos formado um número expressivo de técnicos no Brasil. Por isso aqui eu falo do nível técnico, de quando tudo começou lá atrás. Era aprender a ser artífice, que era o que as escolas tinham na época. A exemplo das escolas agrotécnicas, as escolas de aprendizes e artífices tinham alojamento, o aluno, o “desassistido da sorte”, usando o termo do decreto do presidente Nilo Peçanha, passava o dia na escola e foi um empurrão significativo, importante para aquela população, porque foi o início do que é hoje é a importante e significativa Rede Federal de educação profissional do nosso país.

A questão do repasse financeiro era mais favorável antes do que agora, ou permanece igual, ou pior. Do meu ponto de vista, a minha análise, é que as dificuldades de ontem são semelhantes às de hoje, embora os tempos sejam outros. Mas considerando que trabalhamos

nas instituições federais com os orçamentos próprios delas, imagine o Instituto Federal de Rondônia, que tem o orçamento geral, e dentro desse orçamento do Instituto, tem o orçamento individualizado de cada *campus*. Assim acontece com o orçamento, e essas dificuldades são definidas e resolvidas com o orçamento, então, o que acontece quando a instituição é nova? Como na oportunidade, lá era a Escola Técnica Federal de Rondônia, nós levantávamos todas as necessidades, apresentávamos e o recurso vinha. Por exemplo, em Ji-Paraná, foi necessário reformar as instalações do antigo Centro Estadual Silvio Gonçalves de Faria. Ele era pequeno e inadequado para o que estava sendo implantado, então, além da reforma, foi preciso fazermos a sua ampliação. Então nós tínhamos dois projetos, com duas planilhas orçamentárias, que faziam parte da matriz orçamentária do *Campus Ji-Paraná*. Um projeto e um orçamento para a reforma, e um projeto e um orçamento para a ampliação das instalações existentes, concurso público, aquisição de equipamentos, materiais, insumos e mobiliário. Aliás, esse foi o nosso papel principal naquela oportunidade.

Aconteceu tudo simultaneamente: reforma, ampliação, concurso público e aquisição de bens móveis da unidade de Ji-Paraná. Foi um trabalhão. Tivemos muitas dificuldades, porque o então Reitor, o professor Raimundo Vicente Jimenez, era funcionário do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e eu, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. Fui para Rondônia como assessor do então Reitor.

Imagine, chegamos lá em Ji-Paraná sem conhecer a cidade. Tínhamos que ir até o Prefeito, porque também, nas contrapartidas do município, estava previsto que o município teria que disponibilizar um veículo para nossa locomoção. Sendo assim, onde nós mais íamos era exatamente a Prefeitura. Tivemos muitas dificuldades no início, com essa contrapartida, até conhecermos o sistema de transportes da cidade.

Aqui é só acréscimo, são só curiosidades. Edeli, minha locomoção foi difícil só até eu descobrir o sistema de transporte de Ji-Paraná! Levou alguns dias até eu descobrir que tinha um serviço de moto-táxi e de táxi-lotação. Aí começamos a andar de moto-táxi, depois achei melhor o táxi-lotação. A cidade de Ji-Paraná é cortada de uma ponta a outra, de um extremo ao outro pela Avenida Marechal Rondon. Tanto o moto-táxi quanto o táxi-lotação percorriam – não sei como é hoje – percorriam a avenida de uma ponta a outra. Ji-Paraná tem uma ponte sobre o Rio Machado, que divide a cidade em dois distritos. O 1º Distrito, que é o lado onde fica o Instituto Federal, e o 2º Distrito. O IFRO é vizinho da Universidade Federal de Rondônia, então, o moto-táxi e o táxi-lotação passavam constantemente próximo ao *campus*. Às vezes, tínhamos que ir a outros locais e precisávamos que tanto o moto-táxi quanto o táxi-lotação saíssem daquele trajeto pré-estabelecido. Nessas oportunidades,

tínhamos que ter a concordância dos outros passageiros e pagar uma diferença para sermos atendidos.

Nas vezes que precisamos fazer isso, graças a Deus, contamos com a compreensão de todos com quem eu dividi o veículo de transporte. Mas também contribuí, porque às vezes não éramos nós, era outro passageiro que precisava mudar o itinerário. São as particularidades e as peculiaridades da minha terra, que no final vou falar dela. Então, foram coisas e situações que tivemos que conhecer, aprender e passei a admirar, porque precisamos entender as regiões, as pessoas, seus hábitos e costumes, a realidade de cada lugar.

Qual foi o principal desafio da nossa gestão no Instituto Federal de Rondônia naquele momento? Importante lembrar que todo início é difícil: é o novo sendo elaborado, sendo construído, está sujeito a erros e acertos. É perpassado pelas dúvidas inerentes ao processo, inerentes ao ser novo e estar sendo implantado e, conseqüentemente, não estar conhecido 100%. Embora as expectativas naquela época, com todas as dificuldades, eram as melhores possíveis, porque quando nós nos dispomos a ir, fomos por crer, por acreditar numa coisa que já estava acontecendo, que era palpável e que seria grandiosa. Ela teria um desenvolvimento muito grande, ela seria ampliada. Além das dificuldades que eu falei há pouco, de transporte e de não conhecer a cidade, de nem sempre a Prefeitura disponibilizar o transporte, em algumas oportunidades, tivemos que andar a pé. E com isso, fomos conhecendo pessoas, que nos ajudaram com informações, nos disponibilizaram carona, o que não deixa de ser interessante. Eu dizia nossa: “O brasileiro, o rondoniense, realmente ele é muito, bom!”. Ele partilha as coisas e tudo isso contribuiu para que nós levássemos a cabo o nosso serviço.

Várias foram as dificuldades registradas durante o processo de implantação, desde erros nos projetos detectados em plena execução, que demandavam tempo para as necessárias e importantes correções, dificuldades orçamentárias e financeiras e a falta de servidores concursados na época, bem como, conforme descrevemos a seguir, relacionados às intempéries do tempo.

Aquele ano foi um ano de muita chuva na região. Lembro que na semana em que chegamos a Ji-Paraná teve um vendaval. Uma parte do telhado do *campus* começou a se levantar por conta dos fortes ventos e quem estava lá eram duas pedagogas e um funcionário técnico-administrativo do estado. Não pensamos duas vezes: subimos no telhado, mesmo com aquela ventania toda, para amarrar as telhas. Arrumamos alguns arames lá, porque se uma telha daquelas desprendesse, seria um efeito em cadeia, tipo efeito cascata, levaria todo o telhado do segundo pavilhão do *campus*. O servidor do estado, aquele menino que estava lá conosco, ele era de uma fibra muito grande, não titubeou e nós conseguimos

amarrar as telhas. Assim, evitamos que o telhado fosse arrancado. Depois a chuva passou, a ventania também. No outro dia, fomos ver os estragos. Graças à nossa coragem, à nossa atitude, os estragos não foram muitos. Então, vejam bem: as intempéries e a falta de mão de obra qualificada para as obras de ampliação e reformas, naquela época, dificultaram um pouco o nosso trabalho.

A construção civil estava muito forte em Rondônia, porque estavam sendo construídas duas hidrelétricas no Rio Madeira, então, não tinha disponibilidade de mão de obra. As empresas não encontravam mão de obra com facilidade. Os serviços de ampliação das instalações do *campus* estavam a cargo da construtora Roberto Passarini, de Porto Velho. Já a reforma do *campus*, estava a cargo de uma empresa de Fortaleza/CE, que não recordo o nome.

Acompanhar as obras foi bem trabalhoso e estressante. Muitas cobranças, pouco tempo. Foram duas grandes alegrias: quando você começa e quando você conclui a obra. Porque, no transcorrer, foram muitos imprevistos, vários dissabores, e você tem que estar em cima para ver se o contrato está sendo devidamente cumprido. Acompanhar de perto, para poder conferir, aprovar, assinar e liberar os pagamentos, isso é de uma responsabilidade muito grande.

Baixos salários, atraso dos fornecedores na entrega de determinados materiais, o cimento e o aço, impactaram a obra por alguns dias, dificuldades de entrega desses materiais, erros nos projetos, tanto no projeto arquitetônico quanto no elétrico, tiveram que ser corrigidos, ser refeitos e isso com a obra em andamento. Era preciso cobrar e, ao mesmo tempo, sendo cobrado. Era uma situação bem estressante. Outro grande desafio foi o não preenchimento das vagas no primeiro concurso, no qual o Thiago foi aprovado, Xênia! Eu lembro do Thiago e lembro daquele outro jovem, amigo dele, não recordo o nome. Muitos jovens de Rondônia foram aprovados no primeiro concurso.

Eles foram para Ji-Paraná, trabalharam lá conosco, e depois solicitaram remoção para Porto Velho. Depois da implantação do Instituto, vieram as famosas solicitações de remoção de servidores, e nós tínhamos, em alguns momentos, que ser um tanto quanto ásperos, até porque os servidores tinham que ficar pelo menos um tempo lá. Nós tivemos... Eu tive muitas dificuldades com um professor, um carioca, que foi aprovado no concurso e não queria desempenhar suas atividades em Rondônia. Queria ir embora e eu falei com ele: “É fácil, é só pedir exoneração, que o Instituto vai contratar um substituto na sua vaga”. Nós não poderíamos ficar sem professor. O ano letivo estava em andamento e os alunos não poderiam ficar sem aula por conta da remoção de servidores.

No início, foram muitos pedidos de remoção, as professores não queriam ficar em Ji-

Paraná, e nós tivemos que conter isso, depois, até que as pessoas, graças a Deus, entenderam que se elas fizeram o concurso, foram aprovadas, precisavam assumir suas funções e trabalhar, porque os alunos estavam lá, a instituição estava em pleno funcionamento, não podia parar.

Além da dificuldade em fixar recursos humanos, tivemos falta de profissionais em determinadas áreas. Foi difícil completar o quadro de servidores de que necessitávamos.

Outro desafio foi a dependência administrativa e financeira, já que a implantação do Instituto era de responsabilidade do IFAM, o Cefet do Amazonas, que, pela Lei n.º 11.892/2008, foi transformado em Instituto, tal qual os demais Cefet e as escolas agrotécnicas e técnicas do país. Esse talvez tenha sido o maior percalço que enfrentamos naquele momento. A dependência administrativa do IFAM na implantação do IFRO, aliada à distância geográfica, dificultou a tramitação dos processos de aquisição de materiais, equipamentos e prestação de serviços.

Nós tínhamos que passar e-mail ou telefonar para o professor Jimenez, solicitando que ele fizesse os devidos acompanhamentos e cobranças sobre andamento dos projetos e dos processos de interesse do IFRO. Nós precisávamos ter essa postura, porque eles eram os responsáveis pela implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia e, depois, Instituto Federal de Rondônia. O IFAM também era o responsável pela implantação do Instituto Federal do Acre, então, eles tinham que dar conta das atividades deles e atender as nossas demandas e as do Acre. Então, imaginem aí as cobranças em cima deles: era uma coisa bastante forte!

Embora fossem muitos os desafios, avaliei, na época, o potencial do *Campus Ji-Paraná* a contribuição que ele poderia dar ao interior do estado. E eu não digo só ao interior do estado, porque uma das primeiras coisas que observamos ao chegar em Rondônia foi que estávamos numa cidade importante de Rondônia, uma cidade de médio porte, que, depois da capital, talvez fosse, não tenho esse dado. Mas acho que era a segunda economia do estado e estava ali, próxima a Cacoal, Vilhena, exatamente no eixo de importante rodovia para o estado, para a economia, para tudo. Então, estávamos numa cidade forte, econômica e politicamente falando.

Falando em Estado e Região, notei um potencial enorme, que, se tratado com critério, respeitando a realidade local, reconhecendo as particularidades e as características do município e as características de seu mercado de trabalho, poderia nos dar base para um processo de ensino-aprendizagem muito transformador. Não foi por acaso que o *Campus Ji-Paraná* foi o primeiro *campus* do IFRO a ser implantado: isso ocorreu depois de observarmos

com muita clareza sua localização estratégica e seu potencial. Naquele momento, a economia do município era representada pelas atividades agrícolas, pecuária, indústria de beneficiamento e transformação, atividade extrativista com a madeira, a castanha, a borracha, comércio e prestação de serviços. Imagino que essas bases sofreram mudanças, transformações e que tenham se fortalecido depois de quase 15 anos. E se olharmos a região, tanto micro quanto macro, do município de Ji-Paraná e suas adjacências, nós temos certeza da importância e da influência do município.

Tivemos a curiosidade, nas viagens que fizemos por quase todo o estado de Rondônia, de colher informações quanto à vocação do estado e o principal fator produtivo. Ficamos sabendo que, naquela época, Rondônia tinha o quarto maior rebanho bovino do Brasil. O número de frigoríficos instalados e funcionando chamou a minha atenção. A produção de leite, carne, derivados de leite, embutidos... Pensei comigo, a região é forte e promissora.

Por tudo o que vi, imagino que o município, com certeza, está mais forte do que naquela época. Os municípios vizinhos também davam mostras de pujança. Vocês cortem aí, se eu estiver me alongando muito, é que tem horas em que me empolgo um pouco. Você me perguntou quais eram os principais desafios de implantação do Instituto Federal de Rondônia como um todo e do *Campus* de Ji-Paraná, em particular. E quais os principais desafios que eu vivenciei no processo de implantação.

Os desafios começaram em Ji-Paraná, depois se estenderam, porque nós fomos para Porto Velho assessorar o Reitor. Foi um aprendizado enorme e uma oportunidade que até hoje agradecemos de pés juntos pelo aprendizado. Acho que aprendemos muito, mais do que poderemos ter inspirado e ensinando outras pessoas. É verdade que contribuímos, mas também aprendemos muito, mesmo com os anos de experiência que eu já trazia comigo.

Também tivemos alguns desafios que envolviam questões, vamos dizer assim, questões políticas. Os políticos, deputados, senadores, que queriam saber sobre o andamento dos trabalhos, em que pé estava a implantação do Instituto, questão sobre a chamada dos candidatos aprovados no concurso. Às vezes o candidato não havia sido chamado na primeira oportunidade e procurava um político para questionar e fazer pressão, dizia que tinha sido aprovado e ainda não tinha sido chamado. Alguns candidatos tiveram esse comportamento. Mas tudo foi resolvido a contento, com as devidas explicações e a rotina do preenchimento das vagas do quadro de pessoal.

Na condição de Pró-Reitor de Administração e Planejamento e de Reitor Substituto, tínhamos que prestar os esclarecimentos necessários. Na ausência do Reitor, nós fazíamos esse papel, prestando esclarecimentos à sociedade e à imprensa, muitas vezes compreendidos,

outras não. Então, foram vários os desafios enfrentados naquele contexto de implantação, e imagino que vocês que aí estão ainda enfrentam alguns deles, juntamente com outros, com novos desafios.

Hoje estou aposentado. Moro há 32 anos em Vila Velha, no Espírito Santo, uma cidade bonita, que foi a primeira capital do estado. Inclusive, quem nasce em Vila Velha é chamado de Canela Verde, porque quando os portugueses chegaram aqui, eles desembarcaram na prainha próxima a onde foi erguido o Convento de Nossa Senhora da Penha, construído bem no alto do penhasco, o local mais visitado do estado. Contam que, na época, na prainha, crescia em abundância uma vegetação que deixava as pernas, roupas, botas do pessoal todas verdes. Então, quem nasce em Vila Velha é chamado de Canela Verde. É aqui onde moro. Venham conhecer! Gosto muito daqui, mas tenho saudades de Rondônia. As saudades de Rondônia são muitas!

Ano passado o Ismaelson, que é servidor do IFRO, do *Campus* Guajará-Mirim, fez contato comigo. Ele era bolsista em um mestrado, acho que nesse mesmo mestrado que você faz, Edeli, não sei. A bolsa dele era via Instituto Federal do Espírito Santo. Ele me procurou, precisava abrir uma conta no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). Ele mandou a documentação, a procuração, e eu abri a conta para ele receber os valores referentes à bolsa. Ele falou que está no *Campus* Guajará-Mirim: “Estou na cidade do senhor, professor!”. Eu disse: “Oxente!”.

Deixe-me fazer um esclarecimento. Pela minha vivência e experiência, a minha história na educação profissional envolveu tanto a docência como também experiências administrativas, e se passou, a maior parte, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina. O Espírito Santo tinha a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, em Vitória, e as Escolas Agrotécnicas de Colatina, de Santa Teresa e de Alegre.

No governo Fernando Henrique Cardoso começou a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – os Cefets, onde eram ministrados, além dos cursos técnicos de nível médio, os primeiros cursos tecnológicos de nível superior.

Nós tínhamos muitas dificuldades nas escolas agrotécnicas naquela época para sair para capacitação. Não existia nas Escolas Agrotécnicas a figura do professor substituto, então, cursar mestrado e doutorado não era algo acessível. Estou falando isso para vocês entenderem as dificuldades. Hoje é mais fácil. Mas quando me tornei professor, não havia os mecanismos que temos hoje. Para um colega sair e fazer especialização fora, por exemplo, tínhamos que contar com a colaboração do outro e deixar o trabalho para os alunos fazerem. Eu não fiz

mestrado e nem doutorado. Nunca me empolguei, porque nós não tínhamos essa facilidade. Quando houve a possibilidade da contratação de professor substituto, o sonho de fazer mestrado ou doutorado se tornou realidade para muitos professores, mas não para mim, porque eu já estava para me aposentar.

Hoje as facilidades para a capacitação estão aí. Às vezes trabalham seis meses, um ano, e já há a possibilidade de, se aprovado for, sair para fazer mestrado ou doutorado, sem prejuízo de salário, sem prejuízo de estágio probatório. Nós não tivemos essa oportunidade, isso só surgiu quando já estávamos no final da carreira, mas aí eu não quis mais sair para fazer mestrado ou doutorado. Fiquei só com as especializações: uma em Biologia, pela Universidade Federal de Lavras, uma em Administração e Finanças, que fiz depois, já estando como Diretor da unidade de Ji-Paraná, porque a SETEC elaborou um projeto para capacitar os diretores dos novos *campi* dos Institutos Federais. Até então, os diretores aprendiam no dia a dia, com a rotina administrativa.

E nós tivemos essa oportunidade de vir a Rondônia. Fui agraciado, por assim dizer, porque só tinha o *Campus* Ji-Paraná em fase de implantação. Vilhena e Ariquemes vieram em seguida. Colorado do Oeste já estava implantado desde os anos 1990. Assim, nós fomos os primeiros, obviamente. Então, fizemos essa especialização, que foi fantástica. Para mim, que já tinha certa experiência na administração, essa pós-graduação abriu considerável leque de conhecimentos e, para os jovens, que estavam começando, que não tinham a experiência que os velhos já haviam adquirido, nem se fala! Começou a partir dessa especialização a formação efetiva dos novos dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Essa pós-graduação *lato sensu* foi muito bacana e proveitosa, tanto para os que estavam para se aposentar, como eu, quanto para aqueles que estavam iniciando a carreira. Para mim, foi um presente de final de carreira. Mas quando eu estava aí no IFRO, muita gente imaginava e me perguntava: “Professor, o senhor tem mestrado em quê? Professor, o seu doutorado é em quê?”. E muitos ficavam admirados, outros, decepcionados, quando eu falava que não tinha. Hoje, aposentado, penso que poderia ter feito, mas a oportunidade só surgiu quando eu já estava no fim da minha carreira, e aí já não queria mais. Foi uma coisa que deixou de ser feita.

As dificuldades enfrentadas pelos professores das Escolas Agrotécnicas não eram as mesmas vivenciadas pelos colegas das Escolas Técnicas. Elas eram maiores. Nas Escolas Técnicas, o número de professores era maior, suas instalações eram urbanas e tinha professor substituto. Então havia mais oportunidades. Nas Escolas Agrotécnicas, a realidade era mais

desafiadora, as dificuldades eram grandes, nós estávamos na zona rural.

Minha vida se constituiu entre o campo e a cidade, o trabalho na Escola Agrotécnica de Colatina e o cuidado com a minha família, que residia no perímetro urbano. Minha esposa, minha família, foram muito pacientes comigo. Hoje, minha filha caçula é a mais próxima a mim, ela é do mundo do corpo: é nutricionista e professora de Educação Física, e me coloca para fazer atividade física. E atividade física foi algo que aprendi a apreciar depois que retornei a Rondônia, em 2008. Nesse meu retorno, conheci o mundo das corridas. Parece brincadeira evocês podem duvidar: mas eu faço meia maratona!

Embora tenha passado a maior parte da vida no Estado do Espírito Santo, sou um caboclo de Rondônia! E olha, é um prazer grande falar com vocês. Eu me coloco à disposição não só nesse momento, Edeli. Você e Xênia podem contar comigo. E tenho muita vontade de voltar a Rondônia, rever outros colegas que conheci aí. Tenho que ir a Rondônia, quero ir a Guajará-Mirim!

Deixe-me contar a última proeza: quando vim embora, nós tínhamos conseguido o terreno onde funciona hoje o *Campus* de Guajará-Mirim. O terreno que a Prefeitura queria doar como contrapartida era próximo ao *Campus* da Unir. E quando Jimenez e eu fomos olhar... Ataliba era o Prefeito. Então, nos levou para mostrar o terreno, era período das chuvas, estava tudo verde, aquele campo bonito. Ficamos encantados com a área! Depois, voltei lá no período da seca. A vegetação estava seca, tocaram fogo no terreno, era só buraco, muitos buracos, enormes!

Em outra oportunidade, eu estava em Guajará-Mirim e o Prefeito tinha ido a Porto Velho para, juntamente com o Reitor, irem ao Governador, solicitar caçambas para transporte de terra, com o objetivo de nivelar o terreno, e o Chefe de Gabinete da Prefeitura, que hoje é professor do Instituto, passou no concurso do Instituto Federal do Amazonas, trabalhou em Humaitá e atualmente é professor do *Campus* de Guajará-Mirim, me falou: “Professor, vou lhe falar uma coisa, mas pelo amor de Deus, não fale para o Prefeito: aquele terreno que está sendo doado para o Instituto não está bom, e sei que não está lhe agradando. Vou lhe mostrar um terreno que é digno do Instituto”. E me mostrou o terreno. Eram duas quadras, onde funcionava a Secretaria de Agricultura e acho que o viveiro de mudas do município. “Professor, o terreno é aquele que o senhor vai lá toda vez que vem aqui”. Na hora, peguei o celular e liguei para o professor Jimenez: “Se ainda não entrou no Gabinete do Governador, mude de assunto a ser tratado. Se entrou, corta o assunto, que depois eu explico, porque tem um terreno aqui que é digno do Instituto Federal. Quando eu chegar aí em Porto Velho, falo com você”. Quando retornei, ele falou: “Jorge, me explica! Tivemos que

mudar o assunto com o Governador e o Prefeito não entendeu nada!”. Aí expliquei para ele e disse: “Agora nós precisamos voltar a Guajará-Mirim, fortes e firmes, e mostrar para o Prefeito qual terreno é melhor para o IFRO, até para o nome dele e para a vida política dele, para, no futuro, lembrarem que foi ele quem doou o terreno onde está o *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal”.

O Prefeito organizou uma reunião na Prefeitura para oficializar a doação do terreno que queríamos. A princípio, ele não concordava com a doação. Lembro até hoje do termo que usei ao falar com o Prefeito: “Se o senhor pode dar um filé para o Instituto Federal, o senhor vai dar uma costela ou uma carne de segunda?”. E aí ele ficou sem graça, porque a Diretoria da Associação dos Filhos Ausentes de Guajará-Mirim estava presente. Ele havia convidado o pessoal para ir, e não esperava que eu falasse o que falei. E ali se concretizou a doação do terreno onde está o *Campus* Guajará-Mirim do Instituto. Então eu tenho que ir à minha terra, ver aqueles *campi*, entrar lá e sentir, lembrar das dificuldades. Desculpe-me por ter me alongado, viu? Obrigado.

Jhordano Malacarne Bravim

A minha contribuição para a sua pesquisa tem uma demarcação temporal: quando eu cheguei, a Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria já não existia, já era Escola Técnica Federal de Rondônia. Só vou dar um passo antes, porque, o que acontece? Quando cheguei, eu já era servidor público no antigo Cefet do Espírito Santo e lá eu já tinha um desejo, antes mesmo de ser servidor público. Eu já tinha um desejo de conhecer a Amazônia, de conhecer a região norte do Brasil.

Sou natural do Espírito Santo, já tinha vindo a Rondônia em 2006 ou 2007, conhecia Porto Velho e tinha um interesse pela região norte do Brasil. Não necessariamente Rondônia, mas a região como um todo, porque se ouvia muito falar de Manaus lá, por conta da Zona Franca, as oportunidades de emprego e tal. E nisso eu me tornei servidor público do então Cefet do Espírito Santo, em 2007. E lá tinha um professor que já deve ter aparecido o nome dele na sua pesquisa, que é o professor Jorge Luiz Cavalcante. Ele era um colega, um colega dessa mesma unidade onde eu trabalhava no Espírito Santo e foi convidado pelo então, quando era Reitor, era Diretor Geral... O Raimundo Jimenez. Ele foi convidado para assumir a Direção Geral do *Campus* Ji-Paraná da Escola Técnica Federal de Rondônia. E a gente conversando, ele com um servidor já muito experiente, com esse convite e esse desafio, e eu, ainda muito jovem, em início de carreira, com o meu desejo de conhecer a Amazônia. Foi um fato curioso.

No corredor, indo almoçar no restaurante da unidade em que eu trabalhava, eu brinquei com ele e falei assim: “Poxa! Me leva!”, e ele falou: “Você quer ir mesmo?”. Eu disse que queria e ele disse que ia ver. Então, a decisão de vir para Rondônia ocorreu no trajeto da minha sala de trabalho até o restaurante da unidade. E tudo foi muito rápido: três meses depois eu estava em Ji-Paraná. Cheguei em dezembro de 2008, se eu não me engano, no dia 8 de dezembro de 2008, e já fui direto trabalhar.

Me instalei em Ji-Paraná e já estava trabalhando. Quando eu cheguei, já havia ocorrido o concurso público, então a gente chegou organizando tanto a unidade quanto o processo seletivo para estudantes daquela unidade, porque o *Campus* Ji-Paraná era uma unidade descentralizada da Escola Técnica Federal de Rondônia – dias depois, a Escola Técnica Federal de Rondônia se tornaria Instituto Federal de Rondônia. E nisso também foram chegando outras pessoas para trabalhar. Tem uma colega nossa aí, que também veio do Espírito Santo, que é a Renata, que está aí no *campus* até hoje. E então eu fui e fiquei trabalhando nessa unidade enquanto Escola Técnica Federal de Rondônia e ela era tutelada

pelo Cefet do Amazonas, ela não tinha orçamento próprio, até quem era servidor, era servidor desse Cefet.

Minha função era de técnico de Tecnologia da Informação. Então, eu fui responsável pela implantação da rede de dados, da infraestrutura de tecnologia, enfim... E tudo nessa época era bem precário, eram poucas coisas que se tinha. Fizemos todos os processos para equipar a instituição. Me recordo que o primeiro pregão de contratação de alguma coisa da instituição, que na época já estava se tornando... Já havia se tornado Instituto Federal. O Instituto Federal foi estabelecido em 29 de dezembro de 2008. O primeiro pregão foi de equipamentos de tecnologia, foram computadores, servidores de rede, equipamentos de rede. Renata e eu trabalhamos juntos neste pregão, a gente capitaneou essa atividade.

Como o IFRO era uma instituição em construção, havia vários desafios e vários *campi* estavam sendo implantados. Já havia o terreno para a construção do *Campus* Porto Velho Calama, em Porto Velho, e já existia o terreno para a construção do *Campus* Vilhena, no município de Vilhena. Colorado do Oeste e Ariquemes já vieram com a estrutura de antigas escolas agrotécnicas, já tinham alguns espaços consolidados. Durante esse primeiro ano, participei também do suporte à implantação do Instituto como um todo, então eu viajava muito, mas não vou me estender sobre o trabalho nesses outros *campi*, porque o foco de sua pesquisa é Ji-Paraná, né? Então vou me concentrar mais nesse ano, porque eu já estava quase indo lá para 2009, 2010...

Em Ji-Paraná, ao longo de 2009, chegaram os servidores, todos os professores e técnicos administrativos aprovados no primeiro concurso, e naquela época o *campus* oferecia os cursos de Informática e de Florestas. Não me recordo se havia outros... Mas lembro-me que eram poucos, e eram cursos integrados ao Ensino Médio, então tinha uns professores que eram das disciplinas regulares do Ensino Médio, das disciplinas do núcleo comum, e tinha os professores das disciplinas específicas. Então era um processo de implantação do zero mesmo.

Tive a oportunidade de colaborar no processo de seleção dos estudantes, e nesse processo, tivemos apoio dos servidores que formavam o grupo de Assessoramento da Reitoria, que eram quatro ou cinco pessoas, no máximo. Naquela época, essas pessoas estavam em Ji-Paraná, então a gente fez tudo isso: todo esse trabalho de preparação e acompanhamento para a chegada desses alunos e servidores.

Do ponto de vista da tecnologia, a gente não tinha muitos sistemas, era tudo muito manual. Os registros acadêmicos, por exemplo, eram feitos, basicamente, em planilhas do Excel. Havia a opção de usar um sistema do então Cefet do Amazonas, porém, o *link* de

internet do *campus* era bem ruim, era bem precário, e a gente não conseguia usar com qualidade. Para piorar, o *link* de internet do Cefet Amazonas também não era tão bom, então a gente fazia alguns controles, basicamente manuais.

No ano de 2009, o trabalho foi focado na estruturação da infraestrutura do *campus*, laboratórios, salas administrativas, rede lógica. Se não me engano, o *campus* só tinha aqueles dois blocos da frente, não tinha aquele terceiro bloco lá atrás. Aquele bloco já foi uma obra de expansão, para comportar salas de aula. E, paralelamente a esse trabalho de organização da infraestrutura do *Campus Ji-Paraná*, a gente estava trabalhando na visão de expansão do Instituto, então a minha atuação se dava no *Campus Ji-Paraná*, mas também fora dele, nas novas unidades em formação.

Com as ações de expansão do Instituto, havia a perspectiva de eu ir para Porto Velho, para trabalhar na estruturação da Diretoria de Tecnologia da Informação, e isso veio a acontecer depois. É bem curioso, eu tô indo e voltando no tempo. Minha fala não está tão organizada do ponto de vista cronológico, porque estou falando na medida em que as coisas estão aparecendo na memória.

Quando cheguei aí em Ji-Paraná, a gente falava: “Olha, a gente é a escola técnica e tal”. Dias depois, passamos a dizer: “Olha, a gente é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia”. As pessoas não conheciam o nome Instituto, era algo novo ainda, né? E a gente falava que era do Governo Federal, e sabia que precisaríamos que a sociedade entendesse quem nós éramos, qual era o nosso propósito, e que precisaríamos de apoio da sociedade local, das empresas, da sociedade política. Precisávamos, sobretudo, do apoio de pessoas do local, de Ji-Paraná.

Às vezes, a gente queria apoio, por exemplo, com uma equipe de limpeza. Então tinha que contratar e tinha uma empresa terceirizada que era de Manaus, que contratava as pessoas em Ji-Paraná, e nisso, a gente, de uma forma ou de outra, sempre estava lá falando: “Olha, você tem alguém para indicar para serviços gerais, para segurança, para motorista?”. Então, a gente participava de todos os processos. Não era porque eu era da área de tecnologia que me limitava às ações desse campo. Nós trabalhamos nos diversos processos, estávamos envolvidos em todos os trabalhos. Não que a gente escolhesse quem contratar, mas a gente pedia indicação, porque ninguém sabia quem contratar. E essas contratações de pessoal eram muito difíceis, por falta de pessoas habilitadas. Por exemplo, para ser motorista, precisava ter um curso, mas era difícil encontrar quem atendesse a esse requisito.

Eu não sei desde quando você está em Ji-Paraná, mas quando cheguei lá, a gente pegou uma escola que estava há um tempo parada. Não era uma escola que estava em uso e,

de repente, virou Instituto. Ela estava há um tempo parada e tinha algumas fragilidades de infraestrutura, como na parte elétrica, e também na parte estrutural, de paredes, pintura. Então, a gente precisava fazer alguns ajustes urgentes. Eu participava disso também, então ia conversar, por exemplo, no mercado local: “Olha, eu sou da Escola Técnica Federal de Jiparaná, onde era antiga Agrotécnica Silvío Gonçalves de Faria, a gente precisa de orçamento. Pode ir lá olhar e fazer um orçamento para nós? Pode refazer a parte elétrica de uma parte do *campus*?”. Esse pedido de orçamentos era para compor a licitação que seria feita. E muitas vezes as pessoas nem queriam nos fornecer o orçamento. As pessoas falavam meio assim: “Ah, isso aí não vai para frente não, esse negócio de escola técnica não vai para frente não”.

Não conheço a história pretérita a quando cheguei, mas me parece que havia uma relação desgastada entre a cidade e a instituição. Talvez a promessa de criação de uma escola técnica federal tivesse sido feita há muito tempo e a população, de tanto esperar, estava desacreditada, e por isso dizia que não iria para frente. Nem perdiam tempo em ouvir a gente e dar o orçamento. Mas a gente estava ali, o negócio já estava funcionando, então a gente insistia até conseguir convencer essas pessoas para, por exemplo, fazer um orçamento de qualquer coisa, seja de parte elétrica, seja de construção civil.

Teve um caso específico no qual trabalhei, que foi para a parte de equipamentos. A gente precisava comprar alguns equipamentos pequenos, de tecnologia, e as pessoas simplesmente desacreditaram, e aí passamos por essas dificuldades. Então, o nosso primeiro desafio foi fazer as pessoas compreenderem quem éramos nós, que estávamos representando a instituição, e o segundo foi fazê-las acreditar que essa instituição, de fato, seria implementada ali na cidade.

Por outro lado, agora já falando do lado positivo disso tudo, aquela foi uma experiência muito boa! Trazendo para o ponto de vista pessoal, para mim foi um momento de grande aprendizagem, de amadurecimento profissional, e foi um momento muito bom na questão de relacionamento.

A gente passava por um período de expansão de cargos públicos e de empregos públicos, então muitas pessoas de Rondônia acessaram o Instituto Federal através de concurso público, mas muitas pessoas de fora de Rondônia também. Então, acabava que a gente formava uma rede de relacionamento muito positiva por conta dessa diversidade. Esse é um perfil que o Instituto traz hoje: uma instituição muito diversa, com pessoas de diversas regiões do Brasil. E considero que esse é um fator muito positivo, porque aí a instituição não traz uma identidade muito fechada. E, por outro lado, nós temos muitas pessoas de Rondônia também, o que traz também a identidade local, a valorização da nossa da nossa floresta, a valorização

do nosso povo.

Eu estou há quase 15 anos em Rondônia, já me sinto um rondoniense, e me sinto também ji-paranaense. Para mim, ter contato com a cultura local e com toda essa diversidade, foi muito positivo. E me sinto feliz por ter estado em Ji-Paraná naquele momento e ter colaborado com a implantação daquele *Campus* e com a implantação do IFRO.

Claro que nós tínhamos a escola agrotécnica em Colorado do Oeste, mas ela estava de certa forma, tão distante. Naquela época, a gente não tinha tanta interlocução entre as unidades, então o *Campus* de Ji-Paraná teve uma importância muito grande para a formação da identidade do Instituto, como é hoje. Por outro lado, isso traz desafios também, traz desafios, porque envolve pessoas diferentes, com percepções diferentes, principalmente as que vêm de estados com realidades muito distintas, como eu mesmo, que venho do Espírito Santo, de uma cidade de litoral, com uma vasta população.

Ao chegar a uma cidade pequena, você se sente um pouco perdido, mesmo sendo bem acolhido. Enfim, por mais que tivesse desafios, eu olhei pelo lado positivo e quero destacar as coisas boas dessa experiência: o trabalho foi feito, as pessoas se integraram muito, formou-se um grupo de amizade muito boa, que ajudou a construir, no meu ponto de vista, a identidade não só o do *Campus* Ji-Paraná, mas a identidade do Instituto Federal de Rondônia como um todo. Claro que essa identidade é dinâmica e está em transformação, porque o Instituto é bem grande e está ainda mais diverso. E penso que a valorização dessa diversidade deve ser o ponto de partida de nossos novos projetos.

Infelizmente eu não tenho informações sobre como era antes, sobre como era a antiga escola agrotécnica, para fazer uma comparação direta do que avançamos, do que mantivemos e do retrocedemos. Penso que recuperar essa história seja muito necessário, porque, com certeza, essa escola teve importância, porque a escola lá no Sul, que deu origem ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). O IFRS não surgiu do nada, ele tinha uma história antes, e eles compartilham essa história um tempo desses.

Quando o Jorge me convidou para vir a Ji-Paraná, eu era o Coordenador de TI da unidade onde trabalhava, lá no Espírito Santo. E antes de atuar como servidor público, eu já trabalhava na área de tecnologia há uns quatro ou cinco anos. Comecei sozinho, no setor de TI em Ji-Paraná, mas depois, quando chegou o concurso público, tive ajuda. Nessa implantação nós tivemos dois colegas que chegaram: o Maurício, que está aí até hoje, e o Allan, que hoje é Analista de TI no *Campus* Ariquemes, se não me engano. Então, no setor de TI, nós trabalhamos em três: eu e mais dois servidores.

Na parte de financeiro, para a aquisição de equipamentos de tecnologia, a Renata foi

figura chave. A gente fez essa primeira licitação, o foco foi fazer aquisição para todas as unidades. A gente já entendia que o processo não era rápido, era um processo que começava com o edital de licitação e, até chegar o equipamento, levava alguns meses. A gente fez uma licitação muito grande, né? Eu não sei estimar valores agora, mas deve ter sido algo na faixa de uns 10 milhões de Reais. Com essa licitação, nós fizemos a aquisição de equipamentos parabolicamente todas as unidades do IFRO. Então foi uma contratação grande para a época, e muito do que a gente tem hoje, foi adquirido naquela época.

Hoje fazemos licitação acima de 10 milhões para TI. Acompanhei, não muito de perto, uma licitação mais recentemente, acho que em 2019. Um pouco antes da pandemia. A Reitoria fez um processo de contratação de algo em torno de 12 milhões de Reais, porque o Wi-Fi se expandiu muito tecnologicamente. Isso foi motivado por alguns sistemas, como o que a gente usa hoje, que é o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Hoje percebo que nosso orçamento é menor. Na fase de implantação, havia uma predisposição maior de investimento nas instituições, havia recursos para isso. Ao longo do tempo, esse recurso foi caindo e, hoje, para fazer esses projetos mais robustos, é preciso muito esforço de gestão. Acessar esses recursos não é fácil, então o esforço de gestão passa pelo diálogo com os parlamentares. Hoje dependemos das emendas parlamentares, mas, naquela época, tínhamos um orçamento próprio, que era previsto para implantação, e eram bilhões de Reais para o Brasil inteiro.

Antes, a sustentabilidade dos Institutos Federais me parece que era mais fácil, o acesso ao recurso era mais fácil, por conta de um projeto que estava em implantação em nível nacional e porque havia previsão orçamentária para isso. Hoje existe acesso a esse recurso, mas esse recurso é menor e é um pouco mais trabalhoso acessá-lo e, pelo que tenho observado, a lógica desses investimentos, eles se dão através de pequenos projetos ou grupos de projetos que formam um grupo maior e dependem, em sua grande maioria, de recursos do fundo partidário.

Depois que saí do *Campus* de Ji-Paraná, fui para Porto Velho, trabalhar na Reitoria. A Reitoria tinha duas salas, onde hoje é o *Campus* Porto Velho Zona Norte. Na época, o prédio em que ocupamos essas duas salas era o CETENE, uma instituição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A gente compartilhava o espaço com o CETENE.

Fui para Porto Velho, a convite do Reitor, para assumir a Diretoria de Gestão de TI, e é curioso: como eu disse, cheguei a Ji-Paraná no dia 8 de dezembro de 2008 e, no dia 7 de dezembro de 2009, iniciei os trabalhos na Diretoria de TI do IFRO, em Porto Velho. Eu tenho

essa associação, porque me recordo que fiquei um dia a menos que um ano em Ji-Paraná, saí faltando um dia para completar um ano de estada em Ji-Paraná. Fui para Porto Velho para trabalhar na Diretoria de Gestão de TI, mas ainda era servidor do *Campus* Ji-Paraná. Não mudei de cargo, nem de unidade de lotação, apenas fui cedido para a Reitoria. Do Espírito Santo para Ji-Paraná, vim redistribuído, e de Ji-Paraná para Porto Velho, fui cedido.

Fiquei cedido para a Reitoria até 2013. Nesse tempo, fiz concurso para Analista de TI e fui aprovado, então pedi vacância do cargo em Ji-Paraná. Não compunha mais o quadro de servidores de Ji-Paraná e passei a ser Analista da Reitoria. Em 2013, se eu não me engano, em maio ou junho de 2013, não me lembro exatamente o mês, mas foi algo próximo disso, porque foi também nessa época que eu entrei no mestrado.

O mestrado exigiu bastante de mim e ficou difícil conciliar os estudos com o trabalho na Diretoria de TI. Entendi que eu precisava me dedicar ao mestrado e acabei deixando a Diretoria de TI. E nesse mesmo ano, 2013, me casei. Minha esposa é servidora do Instituto Federal, hoje também lotada no *Campus* Porto Velho Zona Norte. Na época, ela era professora no *Campus* Ariquemes. Ela veio para Porto Velho, mudou para cá em 2014. Em 2015, ela foi convidada para ser Diretora de Ensino do *Campus* de Guajará-Mirim e aí eu fui para lá com ela, por meio do dispositivo de acompanhamento de cônjuge. Fui para apoiá-la na implantação do *Campus* de Guajará-Mirim. Chegamos lá por volta de junho de 2015.

Basicamente, a história da implantação do *Campus* Guajará-Mirim foi muito parecida com a de Ji-Paraná, só que, dessa vez, a gente tinha um pouquinho mais de conhecimento. Mas os trabalhos foram muito semelhantes: a preparação para a entrada dos alunos, a recepção dos servidores, equipar o *campus*. O *campus* tinha um agravante: ele não tinha a liberação dos bombeiros para uso, então a gente só podia usar o andar de baixo, o andar de cima era isolado.

Guajará-Mirim tem suas limitações, está localizado em uma cidade pequena, com pouca estrutura, uma cidade de fronteira. Mas a gente conseguiu equipar o *campus*. Ficou uma boa estrutura e esse *campus* se tornou uma referência em Guajará-Mirim, pela fama, pela sua estrutura, pela relevância dos cursos e pela qualidade dos servidores que estavam chegando. Naquela época, me aproximei mais das questões do ensino, das discussões pedagógicas, e decidi que queria ser professor. Quando abriu o edital de concurso para professor, fiz o concurso e, em 2016, me tornei professor do IFRO. A contratação aconteceu em março de 2016 e aí foi quando se oficializou a minha mudança de Analista de TI para professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – função que exerço até hoje.

Na época, a seleção era feita por *campus*, então concorri para uma vaga no *Campus* Porto Velho Zona Norte, que é onde eu trabalho hoje. Mas como eu estava em acompanhamento de cônjuge, conversamos e eles me cederam, temporariamente, para trabalhar em Guajará-Mirim. Desse modo, fiquei por pouco tempo enquanto professor em Guajará-Mirim e, em outubro ou novembro de 2016, retornei para Porto Velho, e desde então estou atuando no *Campus* Porto Velho, Zona Norte, enquanto docente.

Sou Professor da área de Tecnologia no *Campus* Porto Velho Zona Norte, professor de Informática, porém também tenho trabalhado em cursos da área de gestão, principalmente em pós-graduação, mas também já trabalhei nos cursos superiores nos cursos técnicos. Pelo fato de que a gente oferta dois cursos superiores na área de tecnologia, a minha atuação ficou mais focada nos cursos superiores e nos cursos de pós-graduação.

Estou afastado desde maio de 2022 para cursar o doutorado. Cursei as disciplinas do doutorado junto com as atribuições do trabalho, mas, em maio de 2022, consegui o afastamento, que agora estou na fase de coleta de dados, e minha coleta de dados envolve viagens. Desenvolver isso junto com as responsabilidades do trabalho seria um pouco complicado, né? Então, estou há pouco mais de um ano afastado das minhas atribuições de trabalho para essa capacitação. Apesar disso, não perdi o vínculo com o *campus* e nem com os meus alunos. Hoje à noite, mesmo, estou indo lá para participar de um evento e orientar alunos de TCC, porque eu ainda tenho alguns orientandos. Acabo fazendo algumas coisinhas, mas sem o compromisso diário de estar lá presente todos os dias.

Na fase de implantação do IFRO, a parte pedagógica era bastante limitada, muitos professores não tinham experiência com Educação Profissional e Tecnológica, mas eu não me envolvia nas questões pedagógicas, meu trabalho era voltado a viabilizar que os ambientes de ensino tivessem os recursos necessários para que os professores pudessem dar suas aulas. Eu não me preocupava muito em entender como era o processo de ensino-aprendizagem, como a aprendizagem ocorria. É notório, na minha percepção, que tivemos um aprimoramento muito grande na nossa formação pedagógica e nos nossos processos didáticos. A sala de aula não muda muito, só que a gente tem, como eu falei... A gente tem características de diversos locais. As pessoas trazem experiências de diversos lugares e, por força especialmente da pandemia, a gente teve um processo de aceleração muito forte, não vou dizer do ensino à distância, mas de métodos que nos permitem ir além da sala de aula tradicional, dos quatro cantos da sala de aula. E era curioso que, antes disso, já em 2019, eu e um colega, professor aqui do *Campus* Porto Velho Zona Norte, a gente já buscava desenvolver, por exemplo, metodologias ativas no nosso processo de ensino. E quando chegou a pandemia, isso daí se

reforçou e avançou ainda mais.

Vejo que houve um aprimoramento muito grande, sobretudo nas outras ações do Instituto, que são correlatas, que são associadas ao ensino, como, por exemplo, a pesquisa e a extensão. Se a gente olhar para Ji-Paraná naquela época, em 2008, 2009, a gente desenvolvia basicamente o ensino, né? Mas eu me lembro que recebemos professores doutores que chegavam com vontade também de desenvolver pesquisa. Só que a gente tinha uma necessidade tão grande de estruturar o ensino, que ele se sobrepunha ao outro, ele tomava toda a carga horária docente. E as outras estratégias, que podem fortalecer grandemente o ensino, como a pesquisa e a extensão, ficavam de lado.

Com o tempo, isso foi se equilibrando e a gente começou a desenvolver mais ações de pesquisa e mais ações de extensão com os nossos alunos. Tanto é que hoje nós temos alunos sendo premiados, somos destaques no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e temos alunos já cursando mestrado e doutorado, fazendo pesquisa relevante. Temos projetos que estão sendo feitos em parceria com empresas. Em Ji-Paraná, eu vejo muito claro isso, porque a relação de Ji-Paraná hoje com a cadeia produtiva, seja do agronegócio, seja da indústria, está muito mais próxima. E era algo que antes a gente não via, porque estávamos muito concentrado na sala de aula, vamos dizer assim, estávamos muito focados em formar mão de obra técnica.

Hoje temos um horizonte de formação mais amplo. Não formamos só mão de obra técnica, formamos cidadãos capazes de atuar nos diversos campos da vida social. Estamos formando pessoas que podem sair dali, empreender, podem sair dali e ir para um outro nível de ensino, podem ir para outros estados, outras cidades e, inclusive, também podem trabalhar no próprio Estado de Rondônia e no próprio Instituto Federal de Rondônia. A gente tem tantos egressos que estão adentrando ao IFRO como servidores, então eu vejo uma evolução muito grande, vejo que houve um aprimoramento e isso é muito positivo.

Mas naquele espaço, naquele tempo, lá em 2009, a minha visão era um pouquinho limitada enquanto Diretoria de TI. Minha formação e meu trabalho eram muito técnicos e não conseguia fazer essas leituras que faço hoje. Mas eu buscava, dentro do meu campo de atuação, viabilizar o ensino, instrumentalizar o ensino para a instituição como um todo. Então, eu tinha que ter um contato muito próximo com a Pró-Reitoria de Ensino e, por ter esse contato próximo, vi que foi criada uma estrutura burocrática muito forte – o que é natural. Acredito não só na administração pública, mas em qualquer instituição que se torna muito grande, você acaba tendo que ter processos de controle muito mais burocráticos por força das necessidades que você tem ou das metas que você precisa alcançar. A burocracia excessiva é

um problema, e as hierarquizações entre as carreiras de docente e de técnico-administrativo também são um problema.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que você me apresentou me trouxe à memória essa questão da burocracia, da delimitação, do controle. A gente vai conversando e vai ativando memórias. E agora me lembrei de uma fala muito infeliz de um colega de trabalho, que não me conhecia. Uma fala que ouvi quando me tornei professor, lá em Guajará-Mirim. O *campus* era muito pequenininho. A gente deveria ter algo em torno de dez ou 15 servidores. Lá não tinha tanta gente, então era todo mundo muito próximo. E esse colega professor se aproximou de mim quando retornei da posse, em Porto Velho. Geralmente, quando a gente é empossada em um cargo, as pessoas nos cumprimentam, falam: “Que legal, parabéns! Que bom você agora é docente!”. Mas esse professor disse: “Agora você faz parte da nata!” – assumindo que a carreira docente fosse superior à carreira dos técnicos-administrativos. Eu não gostei do ouvi. Ele não me conhecia, qualquer pessoa que me conhecesse minimamente, que conhecesse um pouco da minha história, saberia que eu jamais aceitaria esse tipo de distinção entre pessoas e carreiras. Todos devem ser valorizados e sou favorável a que todas as carreiras tenham os mesmos benefícios.

Com o tempo a gente vai ficando velho, vai ficando um pouco menos tolerante a essas coisas. Pode dar o nome que quiser, mas eu entendo isso como uma forma de discriminação no ambiente de trabalho. São carreiras distintas, que têm atribuições distintas e que são interdependentes. Uma instituição de ensino não se faz sem professores, como não se faz sem os alunos e não se faz sem os técnicos-administrativos.

Temos como exemplo o assunto mais recente, que foram as eleições de Diretores Gerais e Reitor. No Zona Norte, o Diretor Geral eleito é um técnico, e quando eu conversei com ele, expliquei que não declarei voto e apoio a nenhum candidato, o meu voto foi secreto, como penso que precisa ser. Mas eu disse a ele que entendia os desafios que ele enfrentava e que queria entender as propostas dele, assim como entendi as do outro candidato. Eu disse: “Fala aí, cara! Olha, antes de qualquer coisa, antes de qualquer conversa, quero que você saiba o meu posicionamento. Você pode estar onde quiser nessa instituição, só não pode ser Reitor, por força de lei. Então, se você ouvir qualquer fala discriminatória, se você ouvir que por força do seu cargo você é menos merecedor de concorrer e de se colocar à disposição, não dê ouvido a isso, porque você pode ser o que você quiser”. Então eu acho que todos aqui são iguais e a gente tem que acabar com isso. Tem que acabar com esse pensamento de que um é melhor que o outro. Não é assim que funciona!

A gente luta tanto por uma instituição democrática, a gente luta tanto por uma

instituição com valores inclusivos, com valores que trazem coisas boas para a sociedade, então é paradoxal cultivar esses preconceitos internos. Não tem como a gente cultivar a inclusão, a valorização da diferença, se mantemos atitudes de discriminação dentro da nossa instituição, com os nossos próprios colegas de trabalho. Então é isso, a gente tem que entender todo esse processo, saber que cada um tem o seu valor. Temos que ter maturidade para entender que cada um tem sua função e que se um puder ajudar o outro ali ou assumir funções que outro, porventura, não pode, não há problema nisso.

E olha, vamos pensar numa coisa simples: resultado dos nossos alunos sendo bem qualificados, bem avaliados em Enem. Eu tenho um aluno do qual tenho um orgulho danado! Eu fui orientador de estágio dele no nível médio, em Guajará-Mirim; orientador de TCC na graduação em Porto Velho; orientei ele no mestrado; e hoje ele mora no Canadá. Está se dando super bem, está voando! Era um moleque quando eu conheci, hoje deve ter seus 25 anos. E vamos pensar, esse aluno é o resultado do IFRO, não é resultado meu, só fiz a minha parte orientando ele. Mas se a gente não tivesse um ambiente propício, seria difícil para esse aluno ter chegado onde ele está hoje. Foi fundamental termos sido uma instituição acolhedora e tal. Todo mundo tem sua importância e não tem como a gente desassociar: não adianta a escolater os melhores professores e a melhor estrutura, se o aluno não é bem recebido, não é bem acompanhado em seu processo de formação. Quem garante que ele vai alcançar os resultados que a gente espera?

E esses dias, minha internet aqui deu um problema, fiz um chamado no provedor, aí quem me atendeu no chamado foi uma aluna minha, e quem veio resolver o problema foi um outro aluno meu. Então, assim, veja bem, esses aí já são colegas, já são profissionais que estão no mercado de trabalho, e de uma forma ou de outra, eles estão construindo a vida deles, né? Então, esse é o maior troféu que a gente pode ter. Eu, particularmente, tenho uma visão muito clara sobre isso, sobre o meu trabalho, sobre a missão da instituição, e o que eu puder fazer para que nossos alunos tenham uma boa formação, tenham o acesso às informações que eles precisam e aos conhecimentos necessários, eu farei. É por isso que, por exemplo, mesmo eu estando afastado, estou orientando o TCC. Eu vou ao *campus* sempre que posso, porque é o que a gente é e o objetivo do nosso trabalho é esse.

Eu fui para Curitiba recentemente, para desenvolver algumas questões do doutorado. Fui em maio, se não me engano, eu estava conversando com minha orientadora. Fazer esse doutorado é uma necessidade pessoal, é um interesse pessoal, mas também é uma necessidade profissional. Acho que ninguém faz mestrado e doutorado só porque quer. Você está vendo isso, porque também está fazendo mestrado. É algo puxado, é algo que dá trabalho. Se fosse

fácil, todo mundo teria, mas por que a gente faz isso? Não é só para mim, e não é por dinheiro, não vai aumentar meu salário, porque a gente já tem o RSC, ok? Mas é porque a gente quer proporcionar, na nossa região, um ensino de qualidade a outras pessoas. E quando eu expliquei para minha orientadora que em um rolê em Porto Velho, a gente tem um único mestrado em Administração, e que, ao todo, em todo o Estado, a gente tem uns cinco programas de pós-graduação entre mestrado e doutorado, ela falou assim: “Nossa, mas só isso?”. Quem quer estudar tem que ir para Cuiabá ou para Manaus, que são as capitais mais próximas, porque os programas aqui existentes não contemplam todas as áreas. Aqui só tem programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Geografia e Biologia, em nível de mestrado e doutorado. E em nível exclusivo de mestrado acho que tem História e Letras, aqui em Porto Velho, se não me engano. Aí, para o interior, também devem ter alguns. Então a gente precisa melhorar a nossa formação, para podermos contribuir na formação de nossos alunos em nível de pós-graduação. Mostrar a esses alunos que virão que eles podem ter acesso a um nível de ensino mais elevado, o nível *stricto sensu*.

Gostaria de compartilhar mais uma coisa: minha filha nasceu em 2020, no meio da pandemia, em julho de 2020. Inclusive, daqui a 20 dias, ela faz aniversário. E aí eu fiz a primeira etapa de seleção do doutorado, a gente não sabia que minha esposa estava grávida, e quando saiu o resultado, ela já estava grávida, já devia estar grávida de uns três meses. A gente já sabia que era uma menina, mas ela estava grávida de pouco mais de três meses e aí a gente ficou muito preocupado: será que a gente vai dar conta? Aí veio a pandemia, a gente naquela situação. Ninguém sabia o que era aquele vírus, o que seríamos enquanto sociedade, enquanto planeta, e eu, na correria com o doutorado. Tenho um casal de amigos que tem uma filhinha e eu acompanhei um pouco do desenvolvimento dela, aí essa amiga minha disse: “Jhordano, poxa, você gosta mesmo de criança e tal, fica sempre brincando com a Marjorie”. Marjorie é o nome da filha desses amigos, e a minha filha se chama Luísa. “Você gosta mesmo?”. Eu falei: “Olha, não é só porque eu gosto, é porque eu não tive a oportunidade de acompanhar essa fase da minha própria filha”. Eu perdi essa fase até um ano e meio, quase dois. Para você ter uma ideia, a gente agendou o parto, a cesariana, para uma sexta-feira, porque era um dia que eu não tinha aula, porque na segunda eu já teria aula.

Para alcançarmos esse nível mais elevado de formação, a gente acaba abrindo mão de coisas muito valiosas. Eu sempre estava trabalhando muito e estudando muito e perdi coisas importantes do convívio familiar. Lembro até hoje que só vi a minha filha dar o primeiro passo dela, porque uma professora do doutorado passou mal e cancelou a aula. Ela deu o primeiro passo no horário em que eu estaria em aula. Então, assim, são momentos que

acontecem e que a gente vai abrindo mão quando está sobrecarregado com trabalho e estudo.

Enquanto eu estava tendo aula do doutorado e trabalhando, eu via minha filha durante duas horas por dia, que era exatamente das 10h ao meio-dia. Então, são situações que a gente passa, não é uma reclamação, era algo que eu e minha esposa conversamos e decidimos conjuntamente. Sabíamos desse risco. E a gente precisava fazer alguma coisa para reduzir essa perda de contato e tal. Eu estava trabalhando muito, com aulas nos três turnos, e cursando doutorado, e ainda tinha os projetos, aquela coisa toda. Então foi quando eu pensei: “Preciso, de alguma forma, viabilizar o afastamento, porque senão eu vou perder os quatro primeiros anos da minha filha”. Eu ia praticamente perder, porque não iria conseguir acompanhá-la. Aí, nesse caso, o afastamento para cursar o doutorado está me ajudando muito, não só no que se refere à minha vida familiar, mas em relação à minha vida pessoal mesmo, porque eu já estava adoecendo, dormindo muito pouco, dormindo de madrugada e acordando às 7h. Eu dormia, sei lá, umas quatro horas por noite. Enfim, o afastamento ajuda nisso tudo também.

Quando eu terminei o mestrado, fiz no ano seguinte uma seleção para doutorado para Analista de TI, só que não fui fazer, porque era no Rio Grande do Sul, e como não tinha afastamento, preferi esperar. Mas não é muito bom demorar muito, porque depois fica mais cansativo e mais longo.

Quero dizer a você, Edeli, que sua pesquisa é muito importante, ela vai resgatar uma história que muitos não conhecem. O resgate histórico é algo muito importante para a sociedade como um todo, né? Enquanto brasileiro, de forma geral, a gente esquece um pouquinho do nosso passado, né? Esse exercício de olhar para o passado é muito importante para entendermos algumas coisas que ainda persistem no presente. Por exemplo, se a gente parar para olhar para trás, veremos que temos pouco mais de 150 anos de abolição da escravatura. Nós somos um país que há pouco mais de um século era escravocrata, e a gente se esquece disso. A gente vê muitos atos racistas hoje, a gente ouve muitos discursos de ódio, discursos de discriminação, seja qual for. Discursos e práticas que não fazem sentido, que são inaceitáveis, e que tem essa origem no nosso passado recente.

Quando entramos nessa discussão sobre preconceitos, entramos em um terreno conflituoso. Eu tenho um posicionamento, um posicionamento de valores sobre isso. Recentemente, por exemplo, eu discutia com dois amigos negros que estavam falando sobre homossexualidade. Tudo bem, eles têm os valores deles. Não aceitam o homossexualismo, por motivo religioso ou o que for. Mas eu fiz questão de lembrá-los que há pouco, poucos anos atrás, o casamento entre pessoas pretas e brancas era proibido. Isso era lei há poucos

anos no Brasil. A mulher não votava, não podia jogar futebol. Isso há poucos anos atrás. Ao final da década de 1980, a mulher não podia jogar futebol. Se ela não fosse virgem, poderia ser retirada do casamento. São situações que têm uma origem, seja no machismo, seja na discriminação, seja no racismo. Então, o resgate histórico faz parte e é muito importante. E certamente, ao fazer esse resgate histórico do IFRO e da Escola Agrotécnica, você vai oportunizar uma nova visão para quem for ler. É importante conhecer essa história e colocá-la em discussão novamente, para que a gente não cometa os erros do passado e para que a gente avance com o que deu certo, então é um trabalho muito importante que você está fazendo, parabéns! Obrigado por ter me convidado para participar da sua pesquisa. Tudo de bom! Tchau, tchau. Foi um prazer.

Juscelino Gomes de Miranda

Cheguei à Escola Agrotécnica Capitão Silvio Gonçalves de Faria em 1987. Eu tinha estudado em Escola Agrícola em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, no Centro Educacional de Aquidauana. Fui matriculado lá na escola no mês de fevereiro e, em julho, meu pai se mudou para Rondônia. Parei no mês de agosto. No mês de outubro, vim para Nova Brasilândia. Era uma cidade de mais de 20.000 habitantes e não tinha 2º Grau – hoje, Ensino Médio.

Havia a possibilidade de abrir o 2º Grau em 1987 se tivesse 30 alunos, mas quando chegou o mês de janeiro, tinha apenas três alunos. Diante disso, meu pai me disse que eu teria de sair de Nova Brasilândia para estudar, teria que ir para Ji-Paraná. No mês de dezembro de 1986 fiz um teste seletivo para ver se poderia ser aluno da Escola Agrícola de Ji-Paraná. Se não me falha a memória, foram 70 e tantos fazendo a prova e passaram 25. Eu fui um deles.

Saí de Nova Brasilândia em 1987, para estudar no curso Técnico de Agropecuária da Escola Silvio Gonçalves de Faria. Estudei os três anos do 2º Grau lá, porque o sonho do pai para o filho mais velho era vê-lo se formar Engenheiro Agrônomo e, para isso, o curso Técnico em Agropecuária parecia um bom começo. Quando me formei, em 1989, não havia esse curso em Rondônia. A faculdade de Agronomia mais próxima era em Cuiabá, e fiquei por aqui mesmo. Não sei se resumi muito.

Minha mãe era do Mato Grosso do Sul, meu pai, não. Eles seguiram o roteiro que milhares de brasileiros seguiram. Meu pai nasceu no ano de 1942, no sertão do Pernambuco. Minha mãe nasceu em 1951, na cidade de Remanso, na Bahia, e ainda quando era criança, meus avós maternos migraram para São Paulo. De São Paulo, na década de 1960, se mudaram para Dourados. Minha mãe se criou em Dourados e lá encontrou o meu pai. Lá se conheceram e se casaram. Na década de 1980, naquele fluxo migratório para Rondônia, vieram para cá. Então, sempre digo que a minha família segue do Nordeste para São Paulo, de São Paulo para Mato Grosso, de Mato Grosso para Rondônia e, por aqui, encerra-se o ciclo de migração da família. Eu nasci no município de Dourados, na vila Cruzaltina, no Mato Grosso do Sul, e cheguei aqui com a idade de 15 anos.

Iguaçu é perto de Vila Formosa. Eu nasci na vila Cruzaltina e, quando eu estava com nove meses de idade, meu pai se desentendeu com meu avô, que era o pai dele, e fomos morar de arrendatários em Vila Formosa. Morei em Vila Formosa de bebê até completar os 11 anos de idade. Meu pai mexia com a igreja e ele rodava aquela grande Dourados toda, então eu sei que o Distrito de Iguaçu era perto de Vila Formosa, perto de Douradina, naquela região ali.

Eu estudei na Escola Padre Anchieta, a escola fica na entrada de Vila Formosa. Quem entra, chegando à Vila Formosa, do lado da vila, à direita, tem uma escola chamada Padre Anchieta. Foi onde eu estudei o primeiro, o segundo, o terceiro e quarto ano do curso primário. Já no Ensino Médio, cursei aqui em Rondônia, na Escola Agrotécnica Silvío Gonçalves de Faria.

Estudar na Escola Agrotécnica de Ji-Paraná... Olha, nós éramos assim: o ensino era muito puxado em relação às aulas que eu leciono hoje. Quando vejo meus alunos reclamando de dificuldade assim, eu conto para eles a história de uma escola de internato, onde nós tínhamos que estudar oito horas por dia, das 8h ao meio-dia e das 14h às 18h. O sistema ainda era aquele de decorar.

O professor passava a prova ainda à base de questionário. Alguns professores corrigiam a nossa prova, colocavam a pergunta. Uma prova valendo dez pontos, não tinha trabalho, não tinha caderno, ou seja, era uma prova com dez questões, cada questão valendo um ponto. A média para passar era sete e se reprovasse não ficava na escola. E, então, você ficava sob tortura o tempo inteiro, porque tinha que passar. E essa questão de morar longe dos pais também era um ponto bastante desafiador. Eu, que vinha de família pobre, muito pobre, não cheguei a passar fome, mas, por exemplo, para eu sair de Nova Brasilândia de ônibus para Ji-Paraná, meu pai tinha que trabalhar dois ou três dias na diária em algum lugar, porque trabalhava na roça. Para quem mora na zona rural, não tem... Se não tem colheita, não tem dinheiro. Então, o que tinha de fazer? Tinha que roçar pasto, que é o serviço que mais tem no mês de janeiro e fevereiro, na roça. Meu pai tinha que trabalhar na terra dos outros para conseguir dinheiro para poder comprar uma passagem de ônibus para eu poder sair de Nova Brasilândia e ir para Ji-Paraná.

Eu chegava em Ji-Paraná, na escola, no dia 1º de fevereiro, e só saía no último dia de aula para o recesso. Como não tinha dinheiro, eu não viajava para casa no recesso e feriados, eu ficava direto na escola, o ano todo. Meus amigos que moravam nos municípios do eixo da BR, nos finais de semana e feriados prolongados, iam para a casa dos pais, em Ouro Preto, Jaru, Cacoal, Porto Velho... Eu geralmente ficava para trabalhar na escola, fazendo o serviço deles. Havia uma escala de trabalho, que incluía os sábados e domingos. Eu cobria a eles na escala quando viajavam e, em troca, ganhava um dinheiro para tomar um picolé no final de semana. Eles iam para casa e eu ficava, mas aquilo para mim era tudo! Por que, professoras, num desses fins de semana, eu conheci o chamado bife à milanesa. Ah, o bife à milanesa que serviam para nós no dia de domingo! Na minha casa daria para a família inteira comer. Somos seis pessoas, éramos quatro filhos e mais o pai e a mãe. Aquele bife daria para todo mundo

comer, seria um banquete! E eu comia sozinho. E tinha uma televisão na escola! Na minha casa não tinha televisão, não tinha energia elétrica. Eu morava na zona rural.

Então, essa questão da alimentação é complexa: quem tinha um poder aquisitivo um pouquinho melhor, reclamava que a comida era ruim, que a comida era a mesma, que só tinha um pão com manteiga de manhã. Eu falava: “Vocês reclamam que têm um pão com manteiga de manhã, mas na minha casa não tem isso”. Considerando as minhas referências de mundo, para mim, aquela comida servida na escola era muito boa, quase que um luxo! Então eu fazia de tudo para não reprovar, para o meu pai não me tirar da escola.

Eu vivenciei muito essa questão da escola. A escola era um abrigo, uma segurança para mim, até porque eu tinha uma personalidade introvertida ao extremo, e tinha essa questão do medo. Eu tinha medo de tudo. Tudo o que você imaginar povoava a minha cabeça.

Quando saí da escola, o primeiro emprego que tive... Saí no mês de dezembro da Escola Agrotécnica, e eu estava capinando – continuo falando “carpina” –, estava lá, capinando para plantar feijão, no mês de março, na roça, e meu pai falou assim: “Eu não eduquei um filho com tanto trabalho para ficar na roça trabalhando! Meu filho, eu vou conseguir um emprego para você fazer horta nas escolas”. Eu tinha a idade de 19 anos. Ele disse: “Você vai fazer horta e vai fazer horta para fazer merenda para as crianças”. Meu pai foi na REN/Seduc, e falou que tinha um filho com formação Técnica em Agropecuária e pediu que me contratassem para fazer horta, e não é que conseguiram me contratar como professor classe única? No dia 2 de maio de 1990 eu entrei em uma escola para fazer horta e lá se vão 32 anos de trabalho na área da educação!

Mas voltando no caminho da memória, aos tempos de escola agrotécnica, me lembro que no período de férias ficavam vários alunos, que, como eu, não tinham recurso para se deslocar para suas casas. A escola tinha em média 100 alunos. Era uma média de 30 alunos no primeiro ano, 30 no segundo e 30 no terceiro. Eu não sei precisar quantos ficavam, mas ficava um número considerável.

Eu gostava muito das disciplinas de Agricultura e Zootecnia. Aquela que se destacava, eu não sei dizer, não saberia escolher uma, porque eu gostava das duas, mas se eu fosse escolher hoje, seria a História, a Filosofia, seriam as disciplinas na área de Ciências Humanas. Mas enquanto estava na escola, gostava da área de Agricultura e Zootecnia, porque era onde a gente percebia que iria exigir mais de nós enquanto Técnico em Agropecuária. Então, nos dedicávamos com maior atenção a elas, porque nos preocupávamos com quando estivéssemos em campo: teríamos que reconhecer uma doença na galinha, no gado, identificar através dos sintomas uma doença nos animais ou nas plantas. Então, a gente tentava aprender mais essas

disciplinas técnicas, porque a gente entendia que essa era a essência do Técnico em Agropecuária.

Com relação ao aspecto pedagógico, tenho uma vaga lembrança. Não posso te dizer precisamente como era, não tenho condições de avaliar. Tanto é que não lembro de nenhum Supervisor da nossa época, lembro apenas vagamente de um ou outro Diretor que passou pela escola, mas os professores, esses não tem como a gente esquecer!

Me lembro do professor Ilo Francisco, que era o nosso professor de Física e Matemática. Era um italiano magrinho, alto e ultra exigente! Do jeito dele... Era uma pedagogia tradicional, um método de ensino tradicional e havia muito controle durante a aplicação das provas. Alguns professores achavam que a gente poderia colar, que a gente poderia escrever as respostas nas cadeiras, então eles combinavam com outros professores para trocarmos de sala. E de fato, a gente escrevia na cadeira, escrevia na mesa, colava em qualquer canto, e aí os professores nos trocam de sala. Uma vez ou outra, tinha dois professores na sala de aula no dia da prova.

Nós tínhamos a semana de provas. Eram dez disciplinas, então, a semana de provas era cheia de provas, uma prova de manhã, outra prova tarde, e os dez períodos de aula. Sim, aquilo era um terror! Mas era a metodologia de ensino da época, se você tentar aplicá-la hoje, os alunos vão ficar olhando para você de maneira... Nós não questionávamos, pois havia aquela questão de respeito ao professor. Nós sabíamos as nossas obrigações, sabíamos que tínhamos que estudar, fazer as atividades propostas, mas, ainda assim, de vez em quando, a gente tentava enrolar os professores. Coisas de adolescente.

O método de ensino era tradicional. Era ainda a pedagogia tecnicista, lá da época dos militares, que ainda persistia e chegava até nós, no período democrático. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ainda não existia, só em 1996 é que foi publicada a nova LDB, então, o que ficou em minha lembrança desse período foi: a gente tinha que estudar para passar! Porque nenhum professor ia nos aprovar no conselho de classe, porque não haveria pontos extras, nada seria flexibilizado.

Hoje, nossos alunos ficam nos perguntando... Eles sabem que vamos aprová-los, que muitos deles serão aprovados no conselho de classe, no final do ano. Lá, para nós, nós não sabíamos o que era isso. Então, se queríamos passar, tínhamos que estudar, e muito!

Os principais desafios que enfrentamos na Escola Agrotécnica se referiam às aulas práticas: faltavam as ferramentas, faltavam os insumos, muitas vezes só havia os professores e os alunos, e a boa vontade de ambos. Percebíamos que tinha uma diferença... Que tinha um hiato entre a teoria e a prática. Então, nós fazíamos aula prática com pouquíssimos recursos,

pouquíssimos! Com recursos muito limitados.

Havia uma área considerável para práticas na escola, mas ela não comportava todas as situações pedagógicas que precisávamos, então nós fazíamos visitas técnicas para áreas fora da escola, geralmente sítios e fazendas. Tinha um micro-ônibus nosso lá, rodava-se Ji-Paraná todo visitando fazendas para vermos a questão do gado, a questão da piscicultura. Então, nós aprendemos, aprendemos bastante com as aulas práticas, mais fora da escola do que necessariamente dentro da escola.

No que se refere à alimentação escolar, nós comíamos a mesma merenda que ia para as outras escolas na época, e hoje considero que era uma alimentação deficitária em nutrientes. Muitas vezes essa merenda era adquirida com atraso, faltavam alguns ingredientes, faltavam alguns alimentos. Lembro muito bem que em 1986 teve aquele acidente em que a usina de Chernobyl explodiu, e tinha um danado de um queijo que vinha da Ucrânia. Era um queijo enlatado, que de repente eu até gostava. Mas aí você comer aquilo por meses, por anos, você acabava enjoando. Nós chamávamos aquele queijo de “queijo de Chernobyl”, ironizando a nossa situação de carestia vivenciada na época. Então, essas eram as principais dificuldades que enfrentávamos: poucas tecnologias e insumos para as aulas práticas e certa insegurança alimentar e nutricional experimentada em alguns momentos ao longo do curso.

Talvez se fosse hoje, com a tecnologia que temos atualmente, poderia ser uma grande coisa, poderíamos ter uma produção expressiva de alimentos dentro da própria escola. Mas, para a época, não era o que tínhamos. Mesmo com todas as limitações que enfrentamos à época, conseguimos produzir, dentro das condições que nós tínhamos. Então, não se reclamava tanto assim. Nós produzimos muitos alimentos para nosso sustento como: hortaliças em boa quantidade, mel, porque tínhamos apiário, porcos, porque praticávamos a suinocultura. Eu não sei precisar por quanto tempo, mas a horta da escola abastecia a merenda. Nós produzíamos bastante, tanto que me lembro que certa vez começamos uma cooperativa, só não lembro se foi no segundo, ou se foi no terceiro ano, acho que foi no segundo ano. A gente estudava suinocultura no segundo ano, e chegou a ir para a feira vender. Tínhamos uma produção grande de carne e nós íamos para a feira, sábado de manhã, ou domingo, não me recordo, para vender o excedente de nossa produção. De manhã cedinho eu já estava lá, com os demais agricolinos, indo vender carne de porco. É o que vem à memória.

Não me lembro de a comunidade externa fazer nenhum tipo de participação dentro da escola. Às vezes, final de ano, alguma escola ali por perto: Escola Gonçalves Dias ou Escola Lauro Benno, que eram as escolas vizinhas, nos visitavam. Uma vez ou outra alguém, algum professor ia lá com a gente, levava os alunos para mostrar a escola, para dizer: “Olha, se

vocês quiserem cursar o 2º Grau na Escola Agrotécnica, vocês podem”, mas de inserção e cooperação da comunidade na escola, não lembro.

Com relação aos jogos políticos que estavam por trás, além da gestão da escola, eu não sei dizer muito bem, porque naquela época eu era apolítico – na verdade, eu era muito jovem, não tinha muita clareza política. Mas me lembro que em 1988 nós fizemos uma greve de um mês, para construir a nova escola. Nós fechamos, nós fomos para as ruas de Ji-Paraná protestar, depois arrumamos dinheiro e fomos a Porto Velho protestar em frente à Seduc. Deu até matéria de jornal. Até pouco tempo atrás eu tinha um recorte do antigo jornal Alto Madeira. Os alunos da Escola Agrotécnica fizeram essa greve. Fomos à Seduc e, na época, o secretário de Educação era o Orestes Muniz, e nós levamos para ele uma lista com uns 30 itens que estávamos reivindicando. O primeiro item era a exoneração imediata do Diretor, o segundo, se não me falha a memória, era a construção de uma escola nova, porque no ano de 1989, eu sei que durante o dia era Escola Agrícola e à noite era o primeiro curso da UNIR. Se não me engano foi em 1989, alguma coisa nesse sentido. No ano de 1988, nós fizemos toda essa ação estudantil e o Governador assumiu o compromisso de conversar com os alunos na escola. E ele foi, e aí nós apresentamos as nossas demandas. Me lembro desses dois itens de reivindicação, mas havia mais. A construção de uma nova escola foi um dos pontos que mais me marcou, porque ali era um antigo hospital regional, se não me engano. A escola foi construída na estrutura de um hospital, ouvi dizer que era uma estrutura de um hospital.

Nós também reivindicamos que melhorasse a alimentação e a questão da gestão, porque nós não concordávamos com o método um pouco truculento do Diretor, e pedimos a construção de uma nova escola, e as obras tiveram início no ano seguinte. A escola nova foi inaugurada em 1990, mas a nossa turma saiu em 1989. A turma que entrou em 1990 já entrou na nova escola.

Passados muitos anos, fui lá visitar a antiga Escola Agrícola. Aí já tinha uma divisãolá, já tinha um muro: de um lado era Escola Agrícola, do outro lado já era o terreno da UNIR, onde nós estudamos os três anos, onde a Escola Agrícola funcionou durante toda a década de 1980. Aí passou a ser UNIR. Acho que a escola funcionou até 1997, 1998. Depois passou a ser Cefet, salvo engano.

Eram separados os espaços da Escola Agrícola e o da UNIR. Onde era a escola, tinha a casa de alguns professores e a casa do Diretor. Me vem à memória agora a casa do professor Hugo Alencar Coelho, nosso professor de Engenharia Florestal. Ele foi Vice-Diretor da escola por um tempo.

A escola foi construída entre o refeitório – o que hoje é a estrutura da UNIR, e o nosso dormitório, que ficava lá embaixo. Tinha uma estradinha para quem ia para os banheiros. Eu imagino que deve dar uns 200 metros entre o nosso refeitório e o dormitório. Nesse meio, foi construída a nova estrutura da Escola Agrícola. A escola não era exclusivamente masculina, lembro-me que tinha umas mulheres no curso, mas não na minha turma.

A convivência e as brincadeiras com os colegas, em especial o Sandro Marcos e o Profeta, eram as piores possíveis! Naquela época não existia o termo *bullying*, então você vivia em função de sacanear com o outro. O “Profeta” recebeu esse apelido, porque na nossa turma de 25 alunos, ele era o único evangélico do grupo. O Profeta era o único que pegava uma Bíblia para ir à igreja. Estava assistindo à novela e o profeta falava: “Estou indo para a igreja!”. E ele era o único negro, o único preto. Ele era muito calmo, não se envolvia em confusão. O Sandro, cujo apelido é “o cientista”, também não se envolvia em confusão, mas essa questão do conviver era sempre tirando sarro. E quando chegávamos ao terceiro ano, nós nos denominávamos de TA – Técnico Agropecuário. Nós já nos achávamos profissionais, achávamos que éramos os donos da escola e olhávamos com desprezo para as turmas do segundo e do primeiro ano. Os alunos do primeiro ano eram chamados de “bagaço”, os alunos do segundo ano queriam descontar o que fizeram com eles no primeiro ano e o terceiro ano não deixava. Havia uma espécie de hierarquia entre os alunos, em que os mais velhos se impunham sobre os mais novos, mas tudo na brincadeira.

Quando um segundo ano olhava com cara feia para um terceiro ano, ele percebia que aquele terceiro ano não estava sozinho. Eu era tímido, mas no meio do grupo, eu me tornava forte, porque diziam assim: “Ninguém mexe com o terceiro ano. Mexeu com um, mexeu com todos!”. E a gente chamava os segundos anos de bagaço, porque bagaço era do primeiro ano e eles já não queriam mais ser bagaço. Chamávamos eles assim só para espezinhar, e eles aguardavam ansiosos pela nossa formatura, para ocuparem o nosso lugar de veteranos, de TA. Dentre as nossas brincadeiras, havia a “clavícula”. Se você falasse uma palavra ou expressão errada, um pleonasma ou um neologismo, por exemplo: “Entrei pra dentro”, você levava uma clavícula, que se falasse errado era punido, sentia dor! Se você estivesse num grupo com dez colegas e falasse uma palavra errada, os outros nove vinham e te davam uma clavícula. Quer dizer, então, a clavícula era uma punição por falar errado. Ou você falava certo, ou então você recebia a clavícula.

A penalidade também poderia ser um soco na costela, um murro que faltava quebrar. Por isso estou dizendo assim que as relações não eram muito boas. Você estava em um grupo, você tinha que falar o tempo inteiro corretamente, tanto é que quando eu saí da Escola

Agrícola, que retornei para a casa de meus pais, eu queria corrigir todo mundo. Mas vejam que contradição: meus pais tinham apenas a formação primária, não eram analfabetos, meu pai sabia ler e escrever muito bem, mas a cultura do lugar se expressa em uma linguagem muito simples: “nóis vai, nóis vem, entrei pra dentro, saí pra fora”. E eu demorei a aceitar que aquilo era a forma cultural de os camponeses de baixa escolaridade se expressarem. Eu queria corrigir todo mundo à minha volta, assim como eu era corrigido na escola. Senti um impacto quando terminei a escola e voltei para o sítio. Era como se eu tivesse saído da Escola Agrícola e entrado em outro mundo.

Até no meio dos professores, quando eu escutava alguma palavra errada, dava vontade de chegar lá e dar uma clavícula nele! Mas aí eu me lembrava que não estava mais na Escola Agrícola. Hoje eu interpreto que havia uma competição entre a gente, respaldada pela gestão da Escola Agrotécnica, para nos forçar a aderir à língua padrão, à cultura urbana, técnico-científica, e lá não havia espaço para outras expressões da cultura.

E lá você não poderia dar bobeira! Uma outra brincadeira que nós tínhamos era no dia do aniversário. Tinha uma caixa d'água que ficava no reservatório da escola, ficava em média de uns 50 a 80 metros no caminho de quem ia para a horta. Era uma caixa d'água que devia caber ali milhares de litros. Uma caixa d'água de cinco por cinco, com uns três metros de profundidade. Ela ficava rente com o chão, aí, quando um colega fazia aniversário, num dos momentos do dia de aula, alguém falava assim: “Fulano está fazendo aniversário!”. Aí a gente pegava ele pelos braços e pernas e carregava, cantando parabéns, até chegar na caixa d'água, balançávamos para lá e pra cá e o jogávamos na água. Esse era o nosso presente de aniversário. Às vezes ocorria também de rasgarmos a roupa do colega e fazermos ele sair correndo pelado. Mas a principal brincadeira em dia de aniversário era jogar o aniversariante na caixa d'água.

Uma coisa que a turma escondia a sete chaves era o nome da mãe. Porque tudo quanto é piada que você pensar que não presta iria envolver o nome da mãe. E não adiantava ficar bravo. Muitos tentavam esconder o nome da mãe de tudo o que era jeito, mas alguém acabava descobrindo e logo vinham piadas e brincadeiras e envolvendo o nome daquelas senhoras. Hoje fico pensando: como é que eu pude fazer aquelas coisas, né? Mas, na época, nós não pensávamos muito, tudo era brincadeira, e nós fazíamos isso lá na Escola Agrícola. Coisas que hoje são consideradas politicamente incorretas, e que não permito que meus alunos façam. Tive essa experiência de ensinar horticultura no Governo Estadual, e devo isso à formação que recebi na Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, à preparação que nós tivemos na escola, à questão do estágio, porque tudo o que aprendemos era para trabalhar como produtor rural. Se você não fosse trabalhar com produtor rural, você ia trabalhar em uma loja agropecuária, vendendo *glamour*. E essa era a ideia que alguns colegas tinham: que iam ficar

ricos vendendo produtos em alguma loja de produtos agropecuários.

Então, é claro que o fator escola não estava na mira, não estava nos planos, jamais pensei em lecionar. Uma que eu não me via, jamais, como professor. Eu tinha medo, por ser muito introvertido. Pensava que jamais seria capaz de ficar em pé em frente a uma sala de aula, conversando com alunos. Então, minha trajetória na educação iniciou por força de meu pai, foi fruto daquilo que eu comentei antes: o pai achar que o filho não poderia ficar trabalhando na enxada. Ele conseguiu. Mas eu cheguei na escola sem estar preparado para uma sala de aula.

A primeira vez que entrei em uma sala de aula, como professor, foi no dia 2 de maio. Entrei para dar um oi para os alunos. Tinha 50 alunos de uma quinta série. Eu nunca tinha visto tanto moleque junto! Eles olhando para mim e eu olhando para eles. Eu não tinha didática, não tinha experiência docente alguma, era um rapaz de 19 anos, recém-saído da escola técnica. A minha didática toda era para trabalhar com produtor rural, não com crianças e adolescentes. Tive de aprender.

Até hoje continuo aprendendo a ser professor. Lembro que falávamos *Phaseolus vulgaris*, ao invés de pronunciar “feijão”. Nós achávamos que era chique falar o nome científico. No feijão tinha uma doença causada por um fungo, cujo nome popular era “mela”. Usávamos o nome científico do fungo: *Thanatephorus cucumeris*. Eu tinha aprendido que deveria falar assim. E aí você cai num lugar que tem criança...

A minha função era levar eles lá para a horta. Eu fazia todo o trabalho de canteiro antes, fazia os canteiros, levava os alunos na hora da aula, e eu não tinha tantas aulas assim. No primeiro ano, em 1990, fiquei só com a horta, aí, em 1991 é que me colocaram para dar aulas teóricas mesmo. Para complementar a carga horária, fui lotado com aulas de diversas disciplinas, tais como: Geografia, Ciências, Matemática, História, Educação Religiosa e Técnicas Agrícolas.

Depois me colocaram para trabalhar no sétimo e oitavo ano, com Técnicas Comerciais. Quinta e sexta-feira eram os dias em que eu ministrava Técnicas Agrícolas. E aí eu fui pegando gosto. Fiz o curso de Magistério. Na mesma escola, onde eu trabalhava durante a manhã e à tarde, no turno da noite, era aluno do Curso de Magistério. Eu tinha mais dois irmãos, esses dois irmãos estavam começando a fazer o Magistério, em 1990. Aí eu fui estudar com eles, fiz o curso que era de três anos, me apaixonei pela docência e não saí mais.

Quando chegou o ano de 1998, passei no vestibular de Pedagogia e me mudei aqui

para Rolim de Moura. Conclui Pedagogia em 2002. Faltou professor de Filosofia, e Filosofia era onde eu queria chegar! Eu queria lecionar Filosofia para o Ensino Médio. Comecei a fazer isso em 2003 e faço até hoje, já tem 19 anos. Depois, fiz uma segunda graduação, em Sociologia. Os alunos não gostam, eles odeiam Filosofia e Sociologia. Mas eu adoro! Muitos deles não querem refletir, mas eu fico lá, colocando algumas caraminholas na cabecinha deles.

Com relação à minha conduta e relacionamento com meus alunos, agora nós vivemos no mundo do politicamente correto, então você tem que ter o cuidado de usar as palavras que não ofendam. Hoje não usamos palavras como “gordo” ou “veado”, e como trabalho com Sociologia, tento fazer esse papel de policial as brincadeiras, as brincadeiras que, na Escola Agrícola, não me lembro de ter visto professor corrigindo. Não lembro se houve, se teve ou não, não é do meu conhecimento. Hoje, as brincadeiras que eles fazem são rapidamente reprimidas. Se eu vejo usarem termos preconceituosos ou brincadeiras violentas, imediatamente eu repreendo, eu digo que não é correto fazer. Mas quando os vejo fazendo essas brincadeiras, lembro que fiz muito isso. Na minha época de aluno nós fazíamos pior ainda!

Nosso alojamento ficava em dois blocos. Na década de 2000 eu fui lá, haviam demolido tudo, onde era a parte da piscicultura, onde era a bovinocultura, suinocultura e a parte de horta, virou tudo bairro. Onde era mato, agora é tudo casa.

Tinha dois blocos com vários quartos. Cada quarto abrigava quatro alunos, em duas beliches e era sempre uma confusão muito grande para quem dormia em cima do beliche! A distribuição dos alunos nesses quartos geralmente era combinada. A Direção considerava quem eram os quatro que tinham uma relação de amizade muito próxima, que poderiam conviver. Porque nós estudávamos oito horas por dia, eram oito horas de aula. Nas outras 16 horas do dia, você estava convivendo no quarto ou em outros espaços da escola, de uma forma ou de outra. Para conviver tanto tempo, é preciso ter essa relação de amizade, uma relação de confiança, porque alguns tinham dinheiro, até compravam algum tipo de comida para deixar dentro do quarto, no frigobar.

Cada bloco tinha um banheiro coletivo, com oito ou dez chuveiros. Era muito disputado, porque todos queriam tomar banho primeiro. Tinha o local para lavar roupas, geralmente fazíamos isso no sábado ou domingo. Havia uma disputa muito grande nos finais de semana, para lavarmos as roupas. Nós mesmos lavávamos a nossa roupa. Era muito raro ter alguém que pagava, eu não lembro de alguém que pagasse para lavar roupa, nós mesmos é que fazíamos. No sábado e no domingo você ficava o dia inteiro lavando roupa.

Alguns que tinham uma roupa um pouquinho mais cara, colocavam para secar nas cercas que tinham lá, e ficavam cuidando para outro não roubar, para não sumir a calça. Eu não tinha preocupação, porque a minha roupa era muito simples, então não tinha com o que me preocupar. Deixava lá, só corria para pegar quando estava vindo chuva. Às vezes alguém recolhia e deixava na área.

Nos finais de semana, o tempo era livre, então nós jogávamos bastante. Aprendi a jogar truco, xadrez, dominó. A gente sempre estava jogando e o outro grupo estava na TV, na sala de televisão, assistindo. Uma vez ou outra a escola tinha pebolim e tênis de mesa, e era esse o nosso lazer do fim de semana.

A escola era fechada, tinha uma cerca de arame. E havia um senhor que morava lá com a gente, o nome dele era Braz, e ele era inspetor. Ele tinha um quarto lá e era ele quem cuidava da gente. Se tivesse alguma confusão, ele rapidamente intervinha, se alguém passasse mal e fosse preciso levar para o médico, ele socorria, mas, à parte essa cerca de arame e a figura do inspetor, a escola era totalmente aberta para entrada e saída. Nós saímos no sábado à noite, na sexta-feira à noite, e não tínhamos horário para voltar. Não havia regras rígidas quanto aos passeios do final de semana, nós é que fazíamos as nossas regras. Nós não éramos impedidos de sair, podíamos sair para namorar e fazer de tudo, só não era permitido levar meninas para dentro da escola, né? Mas isso acabava acontecendo. Levavam meninas, levavam meninos! Passando a cerca, já havia uma estrada, que era ponto de encontros. Uma vez ou outra parava um carro chique, e aí ficávamos tentando saber quem era o eleito da vez. O motorista poderia ser uma mulher, como também poderia ser um homem. Muitos estavam a fim do dinheiro, não necessariamente do sexo.

Com relação à contribuição dessa formação profissionalizante para minha formação enquanto pessoa e enquanto profissional, digo que foi fundamental, foi decisiva para a minha identidade. Oh, eu queria que meus filhos pudessem passar por uma experiência como a que passei, porque aquilo foi uma experiência de “desmamar”, de aprender a ser autônomo e responsável, sabe? Mas claro que na época eu sofri bastante, eu achava muito ruim ter de ficar longe da minha mãe. Ficar três anos longe da família, entregue à própria sorte, e ter de aprender a se virar no mundo, sem os cuidados e conselhos maternos, não é fácil. Eu senti muita falta da minha mãe.

Olha só o que aconteceu comigo, amigas! No dia 1º de fevereiro de 1988, cheguei na Escola Agrícola, era o segundo ano de curso, acho que fui um dos primeiros a chegar na escola naquele ano, eu ia trabalhar com animais de médio porte: suinocultura, caprinocultura e ovinocultura. Aí fui para a pocilga. Cheguei lá, tinha um burro selado. Eu queria passear

com o burro, correr para lá e pra cá. Eu tinha chegado naquela tarde na escola. Montei naquele burro e queria fazer o burro correr, mas o danado do burro não queria correr, então decidi pegar uma varinha e bati nele para correr e o burro tem aquela barda! Ele começou a correr, correr, correr e quando parou, parou de uma vez! Caí e quebrei meu ombro. Quebrei o ombro e fui parar no hospital.

O Diretor só me pegou e me levou lá para o hospital. Eu fiquei uma semana no hospital, sozinho! O Diretor disse aos demais alunos que aquilo não poderia mais acontecer, e pronto. Fiquei esquecido, lá no hospital. Ninguém perguntou onde estava o aluno da escola que tinha se quebrado. Eu tinha 16 anos, 17 anos, e fiquei uma semana sozinho no hospital, sem ter como avisar meu pai. Também achei que não era tão grave assim. Aí, depois de uma semana que eu estava internado no hospital de Ji-Paraná, falaram assim: “Olha, a cirurgia tem que ser feita em Porto Velho”. Me colocaram em uma ambulância e cheguei a Porto Velho, num tal Hospital João Paulo II, onde chegava gente quebrada de tudo quanto era canto do Estado de Rondônia. O cara só me deixou lá na porta e falou assim: “Esse é o encaminhamento teu, procure o médico e se vira aí, eu estou voltando para Ji-Paraná”. E fiquei mais uma semana no Hospital João Paulo II para fazer a cirurgia. E você sabe quando é que meu pai foi ficar sabendo disso? Seis meses depois! Em julho, quando eu cheguei em casa, eu falei: “Olha aqui uma fratura!”. E aí que a mamãe ficou sabendo que o filho tinha se quebrado, tinha ficado esperando uma semana, esperando um atendimento que não ocorreu, que foi levado para o outro hospital, na capital do Estado. Então, tive um aprendizado forçado: lá nós tínhamos que nos virar.

Hoje vejo, nessa geração, adultos que se comportam como adolescentes. Vejo uns jovens de 20, 30 anos, que eu falo: “Meu Deus do céu! Não consegue fritar um ovo sozinho”. Porque tem uma mãe, tem alguém, tem uma estrutura que não lhe permitiu sair e aprender a viver. E a Escola Agrícola me proporcionou isso. Diante das dificuldades, tive de aprender a me virar, a dar meus pulos e achar a solução. Hoje vejo hoje meus filhos, vejo meus alunos, com uma falta de criatividade sem tamanho para resolver um problema!

Naquele tempo tinha um programa de televisão, lembra do Profissão Perigo? Ou vocês são jovens para lembrar desse programa? O protagonista era o MacGyver. Do nada, ele fazia, inventava uma solução para os desafios que apareciam. MacGyver era o espírito da Escola Agrícola. Nós tínhamos que inventar coisas. Em nosso tempo livre, sempre estávamos inventando alguma coisa.

Profissão Perigo era uma série e passava não sei se era sábado à tarde ou domingo à tarde. E esse MacGyver, ainda hoje, eu vejo algum meme lembrando dele. Ele é da década de

1980 para 1990, né? Retomei essa personagem para destacar essa questão da flexibilidade, da resiliência, da capacidade de improvisar que quem estudou na Escola Agrícola aprendeu a desenvolver. Hoje, se estamos em uma situação difícil, se temos um problema, já fomos treinados para analisar o ambiente e buscar soluções. Nós não tínhamos outra opção a não ser resolver. Se você chegar junto ao produtor rural, ele vai ter um problema e você é a solução. Então, dê seus pulos! Isso a escola me ensinou. Diante de um problema, ache a solução, tenha uma solução. Se você não sabe, procure quem sabe, mas você terá que saber. Então, essa é a grande contribuição do internato. No internato, meninas – me permitam chamá-las de meninas –, você está jogando com a própria sorte. E tinha o trote, em que as turmas velhas sacaneavam com as turmas mais novas, na frente dos professores.

Se eu tivesse a oportunidade de colocar meus filhos em uma Escola Agrícola, eu colocaria, sim. Tenho dois filhos: a Sophia, que tem nove anos e agora, dia 15 de outubro, diado Professor, completa dez anos; e tenho o Gustavo, que dois dias depois, no dia 17 de outubro, completa 15 anos. Eu daria a eles a mesma experiência que eu tive na Escola Agrícola. Fiquei com uma curiosidade em relação ao termo de consentimento que você me apresentou. Fiquei curioso, para falar assim... Fiquei pensando: será que elas vão fazer perguntas que lembram traumas? Que pode ressuscitar algumas das minhas memórias traumáticas? Que perguntas será que vão fazer? E achei curioso vocês preverem no documento que poderiam oferecer ajuda clínica. Achei bom terem esse cuidado, prever todas as possibilidades, porque vão trabalhar com o ser humano, e o ser humano, como já diziam, nada do que é humano me é estranho. Então, do ser humano pode vir qualquer coisa que você não queira imaginar, tanto de coisa boa quanto de coisa ruim. Eu, da Escola Agrícola, tenho essa memória de alguém que teve a oportunidade de estudar, graças a meu pai.

E para você ver, tenho um irmão que tem dois anos a menos do que eu, e estava certo que ele iria para a Escola Agrícola quando eu retornasse, mas meu pai não o matriculou, e isso desencadeou problemas sérios. Meu pai morreu há quatro anos, e pelo que a minha mãe conta, muitos dos problemas que meu irmão tinha em relação ao meu pai, é por não ter matriculado ele na escola que ele queria.

Aproveitei essa chance que eu tive de estudar, aprendi, mesmo com toda a timidez que eu tinha, vivi os ônus e os bônus de ter passado por aquela experiência. No que se refere ao bônus, me lembro que os rapazes tinham essa questão de arrumar namoradas, e a gente saía nos finais de semana para procurar namorada. Eu participava muito da igreja que ficava ao lado da Escola Agrícola, que é a Paróquia São Sebastião. Tanto é que, às vezes, a gente se

encontrava com as jovens da igreja, tinha vez que a gente ia de 30 a 40 alunos para a igreja, para ver as meninas de lá. Esse era o objetivo. A igreja não era nem tanto o objetivo, era mais essa questão de conviver com as meninas. E fizemos amizade com várias das meninas. Eu não namorei nenhuma, porque eu era muito tímido, tinha medo até de falar “oi” para uma menina, mas meus amigos estavam lá, com várias. Hoje vejo meus alunos de 17, 18 anos, uma moça contando história de namoro, você fica assustado. Mas eu não reclamo dessa época, porque são fases, ou seja, sou muito grato pelo tempo em que estudei.

Um dia desses, sabe quem me localizou na rede social? A secretária da escola! Ela se chama Vilma Caetano. Ela é negra e eu a vi toda paramentada numa roupa afro. Ela me localizou pelo *Facebook*, eu achei aquilo tão interessante. Ela se lembrou de mim, me reconhecer e eu me lembrei dela, porque naquela época não tinha PIX para fazer transferência de dinheiro. Aí meu pai ia ao banco, pegava o dinheiro e transferia na conta dela, ela ia ao banco, retirava o dinheiro e me entregava. Esse dinheiro era o dinheiro da passagem, para eu voltar para casa. E ela era a secretária da escola. E 30 anos depois ela me localizou pelo *Facebook*, e achei incrível ela se lembrar de mim. Pensei: “Uau! Como assim?”.

Até hoje, quando alguém me chama de senhor, ou de “véio”, me remeto aos tempos de escola, porque “véio” era o meu apelido na Escola Agrícola. Na escola, entre os alunos, onome era o apelido. Apelido é nome em espanhol. Na escola, quando alguém falasse assim: “Qual é o seu nome?”, você tinha que falar o seu apelido.

Meu primeiro apelido era Macaxeira. Só que eu achava esse nome muito grande para escrever, porque o agricolino escrevia o nome dele em tudo quanto é canto. Sempre tínhamos um canivete para escrever nosso apelido. E lá deixava escrito: “Véio esteve aqui”. Certo dia eu estava na horta, capinando, era um hábito meu comer mandioca. Pegava a mandioquinha que estava lá, arrancava e comia, crua, daquele jeito mesmo. Os meninos achavam aquilo umacoisa de outro mundo, comer mandioca crua, mas eu fazia. E a turma de Guajará-Mirim, Porto Velho, não chamava de mandioca, eles chamavam de Macaxeira. Aí me colocaram o apelido de Macaxeira, que ficou por muito tempo, só que eu não gostava, porque era um nome muito comprido. Logo meu apelido mudou: eu estava com a calça apertada e a usava um pouco para cima, perto do umbigo, aí alguém falou assim: “Você parece um véio!”. E o apelido pegou. Para um apelido pegar, você tem que achar ruim. Se você não achar ruim, o apelido não pega. Eu passei a ficar incomodado com isso, de me chamarem de “veinho”. Depois passaram a me chamar de “véio” e não é que eu adorei? Porque eram só quatro letras, fácil para escrever em qualquer canto. Às vezes encontro alguém que se lembra desse apelido, e fico surpreso.

Há quatro anos, o Uziel se casou. Eu sempre conversava com ele pelo *Facebook*, uma vez ou outra a gente conversava. Aí ele me convidou para o casamento dele, aí eu falei assim: “Uziel, você tem o contato dos outros? Vamos montar um grupo de WhatsApp?”. Nós temos um grupo de WhatsApp com dez amigos. Dos 25, nós estamos em dez, eu acho que é dez, deixa eu olhar rapidamente, me permita, só para eu confirmar certinho para vocês.

E aí, há meses atrás, o Uziel falou que tinha uma pessoa, alguém da Escola Agrícola, que queria umas fotos, e eu tenho algumas fotos aqui. Nós temos um grupo, nós éramos 25, nosso grupo tem 11 egressos, e eu tenho o contato de mais três. Quer dizer que dos 25 formandos, nós temos o contato de 14 colegas. E eu falei para o Uziel: “Vou fazer o grupo de WhatsApp para ficarmos conversando entre nós”, inclusive, nesse nosso grupo tinha dois irmãos que eram de Guajará-Mirim, o Nikima e o Multigarra.

Das mais de 600.000 pessoas que morreram de Covid, a morte que mais me impactou foi a do meu amigo Walmir. Ele era do IDARON de Porto Velho, era a pessoa com quem mais eu conversava no grupo de WhatsApp. Ele era o mais crítico e o mais esperançoso. Sabe aquele petista convicto? Era ele. Sim, sou petista, mas não faço tanto barulho. Agora, o Walmir fazia muito barulho no grupo, a ponto de provocar os outros, e ele faleceu. Faleceu no dia 21 de dezembro de 2020, naquela primeira leva, aí o grupo ficou reduzido. Agora ficaram só eu mais o Luiz Cláudio, o Sandro, que uma vez ou outra posta alguma coisa, e o Uziel. Ele passou um contato de alguém, disse que era para eu entrar em contato, que queria algumas fotos da época da Escola Agrícola. Aí, quando você entrou em contato, pensei: “Eu acho que é essa professora que o Uziel queria que eu entrasse em contato. Como não entrei, ela entrou em contato comigo”. Tenho vários materiais, como fotos. Elas são pequenas, elas são 10 cm x 10 cm, estão dentro de uma caixa, lá.

Pensei comigo, depois da conversa com as meninas, vou procurar essas fotos para digitalizar e ver a produção. Foto simples, até porque a máquina na época era muito rudimentar. Vou procurar depois, com a minha esposa. Tenho a camiseta da formatura, nós fizemos uma camiseta com os nomes. Essa camiseta contém os nomes dos 25 colegas, o nome completo, o apelido. Agora eu não sei dizer onde é que está a camiseta aqui em casa, mas eu tenho a camiseta e o nosso convite de formatura, lá de dezembro de 1989, vou procurar. Tenho uma caixa com muitas fotos e vou tentar localizar. Assim que eu localizar, mando no teu WhatsApp. Se quiser a foto da camiseta, te envio também. Se tiver contato com alguém em Rolim de Moura, posso entregar para esse seu contato. Eu conheço a professora Enísia, ela é uma excelente revisora textual, quem está desesperado, sempre procura ela, mas tem que ter dinheiro, porque ela cobra bem. Cobra bem porque faz muito bem, né? Agora faz uns tempos

que não ouço falar mais dela, mas há uns dez anos, aqui na nossa cidade, a professora Enísia era a referência para corrigir TCC, monografia, teses.

Edeli, vou mandar esse material para você digitalizar, só que, é claro, com essa condição: de ir e voltar. Tenho a camiseta, fotos, ou eu posso mandar também as fotos para vocês, vou emprestar para você fotografar, filmar, sei lá, para você acrescentar, porque eu fiquei contente por saber que você vai estudar a experiência de educação profissional tecnológica ofertada pela escola Silvio Gonçalves de Faria e pelo IFRO, e gostei da metodologia. Essa entrevista me permitiu fazer voltar uma memória de 33 anos atrás. Quer dizer, é uma vida aí. Muita gente não conseguiu chegar aos 33 anos de idade, e vocês me proporcionaram essa doce lembrança da minha juventude.

Agora vou contar um pouco para vocês sobre a história dessa boina e o que ela significa. E não é só vocês que me perguntam sobre isso. Eu tenho 510 alunos, leciono Filosofia para 16 turmas de Ensino Médio, e em todas as salas que eu adentro com essa boina eles me perguntam. Eu estava voltando de Campo Grande, no dia 31 de dezembro, parei para almoçar num restaurante em Rondonópolis, estava sentado na mesa com a minha irmã, almoçando, aí uma jovem bateu no meu ombro e disse: “Olha, aquela menina lá do caixa quer conversar contigo”. A primeira coisa que pensei foi: “Que que eu fiz? Vou pagar quando sair”.

Terminei de almoçar, cheguei lá e falei: “É você que quer conversar comigo?”. Ela veio para o lado onde eu estava e disse: “Você não me leva a mal não, mas esse negócio na tua cabeça aí tem a ver com alguma religião? Você é da Umbanda?”. Eu acho tão legal essa curiosidade! Ela estava preocupada, pensando que poderia me ofender com a pergunta. Sou católico, e dentro da Igreja Católica, faço parte do lado da Teologia da Libertação, que é uma vertente teológica de matriz latino-americana, que prega o Cristo Libertador, que luta ao lado dos pobres.

Como liderança da Diocese de Ji-Paraná, nós participamos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que acontecem a cada quatro anos. Em 2009, fui eleito delegado para participar, juntamente com mais 4 mil pessoas, todas da América Latina, em Porto Velho. Uma semana intensa de atividades religiosas, que começa na terça-feira e termina no domingo. E aí, no horário do intervalo, são montadas as tendas, cada grupo representa uma região do Brasil, são 17 ao todo. A Igreja Católica é dividida em 17 regionais. Aqui há dioceses de Ji-Paraná, Porto Velho, Acre e Regional Noroeste.

Cada uma tem que ter um objeto para se identificar no meio daquelas 4 mil pessoas, que são provenientes de todo o Brasil e da América Latina. O nosso boné daqui do Real

Noroeste era outro chapeuzinho, diferente. Esse aqui era o boné da turma da Bahia, da regional da Bahia. E eu fiquei pensando na hora do almoço sobre o que eu compraria de lembrança. Queria comprar uma lembrança da qual eu nunca mais me esquecesse daquela experiência. Quando cheguei à tenda da turma da Bahia, eu olhei e tinha três bonés desse aqui. Isso aqui não é um boné, na África tem 200 nomes... No Brasil, como não é indumentária, então não tem um nome, a gente chama de boné, ou boina, por falta de um nome melhor, mas não é boné, não é chapéu, não é boina. Comprei em 2009 e guardei, só passei a usar nas eleições, na campanha, em 2016. A minha esposa falava que eu pagaria mico se eu colocasse isso na cabeça, mas aos poucos fui saindo, fui começando a usar. Aí, de três anos pra cá, aqui na cidade de Rolim de Moura, que tem 55 mil habitantes, sou conhecido como “o professor do chapeuzinho colorido”. E, de certa forma, gostei, porque criei uma marca.

Fui candidato a vereador, agora nas eleições municipais, e fiz questão de, na minha foto oficial, sair com ele. Os alunos, os pais, quando eles querem identificar o professor de Filosofia da escola, eles falam: “Não, aquele professor, aquele professor que usa o bonezinho”. E aí, qual é o sentido político disso aqui? Quando os alunos me perguntam e eu aproveito para falar isso que estou falando para vocês, no sentido de trazer presente o continente africano. Aqui temos um professor de Filosofia que faz doutorado na África e ele me perguntou por que eu usava o *flash* para lembrar da África. No norte da África, em algumas aldeias, eles usam para dizer quem é você naquela sociedade. Dependendo da cor, do tamanho, eles te identificam, que tipo de liderança você é naquela sociedade. Então, para eles, é o jeito normal de eles serem.

Eu adoro assistir filmes africanos, eu percebo isso com cores diferentes. E é isso, é para lembrar do continente africano. Se aqui no Brasil tem desigualdade social, lá tem muito mais. Quem assistiu ao filme “O Jardineiro Fiel” vai perceber o que a Inglaterra fazia para testar os seus medicamentos nas pessoas da África e assim por diante. Essa é a mensagem. Tanto é que se estou sem a boina os alunos falam: “Professor, o senhor está se esquecendo de alguma coisa, não é professor?”. Para cantar o hino nacional, eu tiro e coloco no meu bolso. Se vou para sala de aula e me esqueço de colocar, os alunos já perguntam: “Professor, cadê o boné?”. Quando coloco, eles falam: “Agora sim! Agora é o nosso professor!”. Então, é uma identidade.

Outra coisa que eles sempre perguntam é sobre esse anel aqui: o anel de tucum. Sempre me lembro de uma fala de Dom Pedro Casaldáliga, um bispo espanhol, que devotou mais de 40 anos aqui no Brasil. Dom Pedro Casaldáliga dizia que quem usa o tucum é quem

tem causa, quem assume a causa dos sem voz, a causa de quem está sem vez da nossa sociedade. A causa das minorias, que, na verdade, são a maioria: os negros, as mulheres, os idosos, as crianças, os excluídos, de maneira geral. Sempre que me perguntam sobre esses objetos biográficos que porto comigo, explico que são símbolos de luta.